

REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Volume 1.

Dossiê “História e Culturas
Políticas”

Volume 2.

Dossiê “História da Educação
em Sergipe”

Nº 44 | 2014

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

CONSELHO EDITORIAL

Magno Francisco de Jesus Santos	(IHGSE/FPD) – Editor
Amâncio Cardoso dos Santos Neto	(IHGSE/IFS)
Ane Luíse Silva Mecenas Santos	(IHGSE/UNISINOS)
Antônio Carlos dos Santos	(IHGSE/UFS)
Antônio Fernando de Araújo Sá	(IHGSE/PROHIS-UFS)
Antônio Lindvaldo Souza	(IHGSE/PROHIS-UFS)
Beatriz Góis Dantas	(IHGSE)
Giliard da Silva Prado	(IHGSE/UnB)
Josefa Eliana Souza	(IHGSE/NPGED-UFS)
Lourival Santana Santos	(IHGSE/PROHIS-UFS)
Neuza Maria Góis Ribeiro	(IHGSE/UFS)
Terezinha Alves Oliva	(IHGSE/IPHAN)
Vera Lúcia Alves França	(IHGSE/NPGEO-UFS)

CONSELHO CONSULTIVO

Durval Muniz Albuquerque Júnior	(UFRN)
Eliana Cristina Deckmann Fleck	(UNISINOS)
Jaime de Almeida	(UnB)
João Eurípedes Franklin Leal	(UNIRIO)
José Ibarê da Costa Dantas	(UFS/IHGSE)
Júnia Ferreira Furtado	(UFMG)
Luis Alberto Romero	(Universidad San Martín, Argentina)
Luísa Tombini Wittmann	(UDESC)
Mara Regina do Nascimento	(UFU)
Maria Emília Porto	(UFRN)
Mary Del Priore	(UNIVERSO/IHGB)
Martha Campos Abreu	(UFF)
Mauro Passos	(PUC-MG)
Olga Rosa Cabrera Garcia	(UFG)
Regina Célia Gonçalves	(UFPB)
Roger Chartier	(Collège de France)
Rosângela Patriota Ramos	(UFU)

REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual nº 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução nº 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, ocorrido em Buenos Aires, em 1916, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 14.074, de 19 de fevereiro de 1920, reconhecido de utilidade pública pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Lei 5.464 de 11 de novembro de 2004, e reconhecido de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aracaju, pela Lei 3.203 de 06 de outubro de 2004.

© 2014 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Adilma Menezes

Imagem da Capa

Brasão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Tiragem

150 exemplares

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFS

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe/ Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. – Vol. 1, n. 1 (1913) –. – Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1913-

ISSN. 1981-7347

1. História de Sergipe. 2. Geografia de Sergipe.

CDU 91+94(813.7) (05)

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe está indexada em: Sumários de Revistas Brasileiras - http://www.sumarios.org/revista.asp?id_revista=805&idarea=5



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Rua Itabaianinha, 41
Aracaju - Sergipe, 49010-190
Fundado em 06 de agosto de 1912

TRIÊNIO 2012/2014

PRESIDENTES HONORÁRIOS

Governador do Estado de Sergipe
Jackson Barreto de Lima

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe
Deputada Angélica Guimarães

Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe
Desembargador Cláudio Dinart Déda Chagas

DIRETORIA

Presidente:
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
1º Vice-Presidente:
José Ibarê Costa Dantas

2º Vice-Presidente:
Igor Leonardo Moraes Albuquerque

Secretário-Geral:
José Rivadálvio Lima

1º Secretário:
Tereza Cristina Cerqueira da Graça

2ª Secretária:
Lenalda Andrade Santos

Oradora:

Terezinha Alves de Oliveira

1º Tesoureiro:

Saumíneo da Silva Nascimento

2º Tesoureiro:

Claudefranklin Monteiro Santos

Diretora do Museu e da Pinacoteca:

Ane Luíse Silva Mecnas Santos

Diretor da Biblioteca e do Arquivo:

João Paulo Gama Oliveira

Editor da Revista:

Magno Francisco de Jesus Santos

COMISSÕES PERMANENTES

HISTÓRIA

Amâncio Cardoso dos Santos Neto

Beatriz Góis Dantas

Josefa Eliana Souza

GEOGRAFIA

Lourival Santana Santos

Neuza Maria Góis Ribeiro

Vera Lúcia Alves França

ADMISSÃO DE SÓCIOS

Antônio Carlos dos Santos
Ednalva Freire Caetano
Tereza Cristina Cerqueira da Graça

DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

José Thiago da Silva Filho
Magno Francisco de Jesus Santos
Sayonara Rodrigues do Nascimento

ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA

Adailton dos Santos Andrade
Petronio Andrade Gomes
Wanderlei de Oliveira Menezes

FINANÇAS E PATRIMÔNIO

Ancelmo de Oliveira
Eduardo Antônio Seabra
Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

SÓCIOS HONORÁRIOS

Jackson da Silva Lima
João Oliva Alves
Josué Modesto dos Passos Subrinho

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Antônio Carlos Valadares
Edvaldo Nogueira Filho
Francisco Guimarães Rollemberg
Gilton Feitosa Conceição
Itamar Freitas de Oliveira
João Alves Filho
João Fontes de Faria
João Gomes Cardoso Barreto
José Carlos Mesquita Teixeira
José Eduardo de Barros Dutra
José de Oliveira Júnior
Lourival Baptista
Luiz Eduardo de Magalhães

Maria do Carmo Nascimento Alves
Verônica Maria Meneses Nunes

SÓCIOS EFETIVOS

Adailton dos Santos Andrade
Afonso Barbosa de Souza
Agláé D'Ávila Fontes
Amâncio Cardoso dos Santos Neto
Ana Conceição Sobral de Carvalho
Ana Maria Fonseca Medina
Ancelmo de Oliveira
Ane Luise Silva Mecenaz Santos
Anita Rocha Paixão Sotero
Antônio Carlos dos Santos
Antônio Fernando de Araujo Sá
Antônio Francisco de Jesus
Antônio Lindvaldo Sousa
Antônio Porfírio de Matos Neto
Antônio Samarone de Santana
Arionaldo Moura Santos
Beatriz Góis Dantas
César Augustus Santos Barbieri
Claudefranklin Monteiro Santos
Cleiber Vieira Silva
Cristina de Almeida Valença Barroso
Darcilo Melo Costa
Djaldino Mota Moreno
Domingos Pascoal de Melo
Ednalva Freire Caetano
Eduardo Antonio Seabra
Estácio Bahia Guimarães
Eugenia Andrade Vieira da Silva
Eva Maria Siqueira Alves
Evande dos Santos
Fábio Costa Figueirôa
Fernanda Cordeiro de Almeida
Fernando José Ferreira Aguiar
Francisco José Alves dos Santos
Gerson Vilas Boas
Gilberto Francisco Santos
Giliard da Silva Prado
Gilvan Rodrigues dos Santos
Hélio José Porto

Igor Leonardo Moraes Albuquerque
Ilma Mendes Fontes
Janaina Cardoso de Mello
Jean Marcel D'Ávila Fontes de Alencar
João Francisco dos Santos
João Helio de Almeida
João Paulo Gama Oliveira
José Alberto Pereira Barreto
José Anderson do Nascimento
José Antônio Santos
José de Oliveira Brito Filho
José Francisco da Rocha
José Hamilton Maciel Silva
José Hamilton Maciel Silva Filho
José Ibarê Costa Dantas
José Lima Santana
José Maria do Nascimento
José Rivadálvio Lima
José Thiago da Silva Filho
José Vieira da Cruz
José Wilson Moura Santos
Josefa Eliana Souza
Juvenal Francisco da Rocha Neto
Kleber Luiz Gavião Machado de Souza
Lauro Cruz dos Santos
Lenalda Andrade Santos
Lourival Santana Santos
Lúcio Antonio Prado Dias
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo
Luiz Vieira Lima
Magno Francisco de Jesus Santos
Manoel Alves de Souza
Marcelo da Silva Ribeiro
Márcio Carvalho da Silva
Marcos Antonio Almeida Santos
Maria da Glória Santana de Almeida
Maria Lígia Madureira Pina
Maria Neide Sobral da Silva
Marlene Alves Calumby
Mary Nadja Freire de Almeida Seabra
Murilo Melins
Neuza Maria Góis Ribeiro

Nilton Pedro da Silva
Petrônio Andrade Gomes
Rafael Santa Rosa Cerqueira
Ricardo de Oliveira Lacerda
Rogério Freire Graça
Rômulo de Oliveira Silva
Rusel Marcos Batista Barroso
Ruy Belém de Araujo
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
Saumíneo da Silva Nascimento
Sayonara Rodrigues do Nascimento
Suely Cristina Silva Souza
Tadeu Cunha Rebouças
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Terezinha Alves de Oliveira
Valéria Maria Santana de Oliveira
Vera Lúcia Alves França
Vilder Santos
Wagner da Silva Ribeiro
Walderfrankly Rolim de Almeida Santos
Wanderlei de Oliveira Menezes

*FUNCIONÁRIOS/PRESTADORES
DE SERVIÇO*

Aline do Nascimento Teixeira
Aline Santos Cruz
José Carlos de Jesus
Maria Fernanda dos Santos
Nayara Santos de Jesus
Pablo Renan Silva Campos
Rilnah Prado Menezes

ESTAGIÁRIOS

Éder Wesley dos Santos
Isaac Rodrigues Santos
Jhon Lennon Souza Santos
Jocelina Santos Silva
Joelma Dias Matias
Mirte Lopes Oliveira



SUMÁRIO

- Apresentação História e Culturas políticas: apresentação <i>Magno Francisco de Jesus Santos</i>	13
DOSSIÊ “HISTÓRIA E CULTURAS POLÍTICAS”	
- TAMBORES SILENCIOSOS: a saga dos objetos de terreiros no acervo do IHGSE <i>Beatriz Góis Dantas</i>	21
- A CULTURA A SERVIÇO DA POLÍTICA: órgãos oficiais, censura e propaganda durante o Estado Novo em Sergipe <i>Andreza Santos Cruz Maynard</i>	51
- SANAR OS MALES E ORDENAR OS ESPAÇOS URBANOS: políticas médicas no governo de Eronides de Carvalho <i>Silvânia Santana Costa; José Carlos Santos</i>	67
- JOEL SILVEIRA: traços da história de um jornalista sergipano na imprensa carioca <i>Simone Paixão Rodrigues</i>	87
- O CONSTITUCIONALISMO LUSO-BRASILEIRO NA CULTURA POLÍTICA DA INDEPENDÊNCIA: a Capitania de Sergipe <i>Edna Maria Matos Antônio</i>	107

ARTIGOS

- “O PÃO DA MISERICÓRDIA”: a doutrina cristã em língua Kiriri por meio do catecismo e da gramática do padre Mamiani 129
Ane Luíse Silva Mecenas Santos
- A CONTRIBUIÇÃO DE FRANCISCO MONTEIRO DE ALMEIDA À HISTÓRIA DOS LIMITES TERRITORIAIS DE SERGIPE-BRASIL 145
Lílian de Lins Wanderley; Hortência de Abreu Gonçalves
- TRAÇOS BIOGRÁFICOS DE EPIFÂNIO DÓRIA 167
Ronaldo José Ferreira Alves Santos; Denise Maria Melo Silva
- 1952: a grande repressão 187
Juarez Ferreira de Oliveira

PÁGINA DE SAUDADE

- LUIZ ALBERTO DOS SANTOS 207
Lenalda Andrade Santos

VOLUME 2

- HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM SERGIPE: apresentação 213
Magno Francisco de Jesus Santos
- AS (DES)CONTINUIDADES NA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM SERGIPE: entre leis, relatórios, correspondências e impressos (1827-1838) 219
Solyane Silveira Lima; Leila Menezes de Santana; Simone Silveira Amorim
- O CORPO DOCENTE DO ATHENEU SERGIPENSE DURANTE A REFORMA FRANCISCO CAMPOS 239
Suely Cristina Silva Souza
- ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DE SERGIPE: O ESPORTE COMO PRÁTICA EDUCATIVA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX 257
Néviton Felipe da Silva

- EDUCAÇÃO E RELIGIÃO: aspectos da implantação do Educandário Americano Batista em Aracaju nos meados do Século XX 277
Maria de Lourdes Porfírio Ramos Trindade dos Anjos

- POLÍTICA DE USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO COMUNICAÇÃO E MÍDIAS EM SERGIPE: uma história a ser contada 293
Rita de Cássia Amorim Barroso; José Adailton Barroso da Silva

ARTIGOS

- A DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO EM SERGIPE DEL REY (SÉC. XIX) 313
Vanessa S. Oliveira

- A HORA DERRADEIRA DE HOMENS E MULHERES AFRICANOS E SEUS DESCENDENTES: alguns apontamentos sobre os óbitos, Santo Amaro, Sergipe, 1802-1835 339
Joceneide Cunha dos Santos

- ENGENHO, DOS GENTIOS E DOS JESUÍTAS: redes de sociabilidades de soldados mamelucos no sertão colonial (1590-1592) 365
Andreza Silva Mattos

- PENDENGAS E QUERELAS NA INTELLIGENTSIA BRASILEIRA: Romero versus Bomfim 383
Claudefranklin Monteiro Santos

ARTIGOS

- DISCURSO DA SESSÃO COMEMORATIVA DO 8 DE JULHO 397
Terezinha Alves de Oliva



HISTÓRIA E CULTURAS POLÍTICAS

Apresentação

Criada nos idos de 1913, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe inicia a sua segunda centúria em processo de renovação. O mais importante periódico das humanidades em Sergipe, a partir de 2014 passa contar com periodicidade semestral e contará também com sua versão eletrônica. Essas mudanças ocorreram no sentido de assegurar o fortalecimento dos princípios de democratização do sistema de publicação e avaliação, assim como a ampliação do acesso aos textos publicados.

Com isso, a Revista do IHGSE assimila os parâmetros estabelecidos pelo sistema Qualis/CAPES,¹ e cria perspectivas de qualificação no sistema avaliativo trienal. Desse modo, o periódico expressa a sua vitalidade e compromisso na dinamização das políticas de acesso e na reafirmação em difundir o conhecimento acerca da sociedade sergipana, como estabelece o estatuto do sodalício.²

Tradicionalmente, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe consolidou-se como um veículo de divulgação da historiografia

¹ Sistema criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Trata-se de uma série de procedimentos desenvolvidos para a classificação de seus periódicos que consideram universalmente valorizados pela comunidade científica em geral.

² De acordo com a política editorial da Revista do IHGSE, serão publicados textos de diferentes perspectivas que versem sobre temáticas relativas a Sergipe.

local, com espaço privilegiado para as discussões no âmbito da história política. Desde os seus primeiros números, o universo político-administrativo do estado foi foco dos olhares dos pensadores da história. Estudos biográficos, revoltas e querelas políticas tiveram um espaço privilegiado nas páginas da revista, dando continuidade ao legado deixado pelo Historiador Felisbello Freire.³ Assim, a história política, numa perspectiva tradicional, tornou-se ao longo da primeira metade do século XX tema central do periódico e foi alvo da análise de alguns dos principais intelectuais da época, como Francisco Carvalho Lima Júnior, Clodomir Silva, Sebrão Sobrinho e José Calasans.

Na segunda metade do século XX a escrita da história política continuou em foco nas páginas da Revista do IHGSE. De um lado, textos marcados pela continuidade do modelo epistemológico anterior, com Epifânio Dória, João Pires Wynne e Acrísio Torres de Araújo. Do outro, emergiam intelectuais inspirados pela renovação teórica do conhecimento histórico, sob influência dos estudos nos centros de formação no centro sul do país, como Maria Thetis Nunes, José Ibarê Dantas e Terezinha Alves de Oliva. Isso explicita que mesmo após a implantação dos cursos superiores no estado na segunda metade do século XX, os principais nomes da historiografia sergipana permaneciam vinculados a Casa de Sergipe, compartilhando suas atividades com a docência na Universidade Federal de Sergipe.

Todavia, a década de 80 do século XX apresentou um momento de questionamento e inquietudes na historiografia brasileira. Era a emergência da história social da cultura em diálogo com a antropologia e a literatura.⁴ Inspirados pela emergência e consagração da nova história cultural, intelectuais passaram a questionar o predomínio da história política e defender a ampliação de estudos que elucidassem a “prefe-

³ FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 3ª ed. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

⁴ SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 9.

rência pelas manifestações das massas anônimas”.⁵ A história política passou a ser vista como sinônimo de atraso e acusada de permanecer “na superfície dos fatos”.⁶

No decênio subsequente ocorreu uma retomada das discussões acerca da história política, com ênfase para os usos dos conceitos de cultura política e cultura histórica. Para sobreviver e reagir às críticas, a história política foi renovada, ou como asseverou Serge Berstein, “a cultura política deu uma resposta mais satisfatória do que qualquer proposta até então”.⁷ Para Rachel Soihet, a grande novidade da nova história política “encontra-se nas fontes, no padrão de narrativa dos acontecimentos, o trabalho proposto nos moldes de longa duração e, fundamentalmente, na abordagem de seu objeto”.⁸

No entender de Serge Berstein, pode-se entender a cultura política como “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido, ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas”.⁹ Com isso, os usos do conceito de cultura política propiciaram a renovação do campo de investigação, pois ampliaram o leque de discussão das questões políticas revelando um cenário complexo e plural. Nesse caso, ela permite perceber “os pontos de contato entre os contextos marco e micro”.¹⁰

Diante desse cenário, os estudos acerca da chamada nova história política emergem privilegiando a multiplicidade de leituras comuns do

⁵ SOIHET, Rachel. Introdução. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 11.

⁶ RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 17.

⁷ BERSTEIN, Serge. A cultura política. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349.

⁸ SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.12.

⁹ BERSTEIN, Serge. A cultura política. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 350.

¹⁰ DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos e genealogias. *Varia História*. n° 28, 2002, p. 15.

passado e projetos comuns de futuro, pois como afirma Ângela de Castro Gomes, a cultura política é plural e convivem, disputam e estabelecem “vários tipos de interlocução entre si e com a produção historiográfica de determinado período histórico”.¹¹

Nesse primeiro volume do número 44, a Revista do IHGSE apresenta ao público o dossiê temático “História e Culturas Políticas”. Trata-se da reunião de textos que, imbricados pela renovação teórico-metodológica dos estudos recentes da historiografia brasileira, balizam suas reflexões acerca do universo político sergipano. Certamente essa proposta ocorre em momento oportuno, pois torna-se visível o quanto as discussões políticas extrapolam o âmbito partidário e das esferas do poder. Alguns indícios incontestes dessa assertiva são as manifestações populares ocorridas em 2013, os usos políticos do futebol com a realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014 e as reivindicações das minorias por direitos e maior espaço na sociedade. Definitivamente, vivenciamos em nossa experiência histórica “o político mais que político”.¹²

O primeiro texto do dossiê pode ser visto como um tratado sobre o silêncio. Nele a antropóloga Beatriz Góis Dantas discute os objetos de culto dos terreiros de candomblé que compõem o acervo museológico do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Ao problematizar o silenciamento das fontes acerca do objetos, a autora apresenta frestas das políticas culturais que vigoraram no Brasil e em Sergipe a partir do Estado Novo.

No segundo artigo do dossiê, Andreza Maynard analisa a existência do Departamento de Propaganda e Divulgação do Estado de Sergipe (DPDE) e do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda em Sergipe (DEIP/SE), órgãos que desenvolveram ações de propaganda e censura entre 1939 e 1945. A existência do Departamento de Impren-

¹¹ GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca; GOMES, Ângela de Castro. *Culturas políticas e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Civilização Brasileira, 2007, p. 49.

¹² RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 36.

sa e Propaganda e dos seus auxiliares estaduais evidenciava como a cultura foi utilizada para promover os interesses políticos nacionais e locais. Tendo como foco de análise também o período do Estado Novo em Sergipe, Silvânia Santana Costa e José Santos elucidaram as ações de políticas médicas desenvolvidas no governo de Eronides Ferreira de Carvalho voltadas à área da salubridade das cidades, como a higienização e a organização do espaço urbano, visando detectar e eliminar os elementos responsáveis pela proliferação de doenças.

Já Simone Rodrigues procurou compreender a trajetória de vida de Joel Silveira, um jornalista sergipano que atuou na imprensa carioca e, é reconhecido como um dos fundadores do jornalismo literário brasileiro. A autora recorre a uma pesquisa bibliográfica e documental e adota uma arquitetura textual que descortina atuação de Joel Silveira na imprensa estudantil de Sergipe e a sua formação intelectual e profissional. Discutindo um dos momentos mais significantes da história sergipana, Edna Mattos Antônio, sob as lentes do conceito de cultura política no movimento chamado Nova História Política, discute as características do ideário liberal luso brasileiro e sua influência no debate político que marcou o processo de emancipação do Brasil e consolidação do Estado Nacional.

Na seção de artigos livres, Ane Luíse Mecnas Santos analisa a sistematização da língua kiriri realizada pelos padres inacianos no processo de conversão. A autora respalda sua argumentação a partir do uso de dois documentos produzidos no final do século XVII: a gramática e o catecismo na língua kiriri. Com isso, ao passo que a catequese foi realizada com povos que não falavam a língua geral novos instrumentos foram produzidos. Já Lílian Wanderley e Hortência Gonçalves analisam o livro inédito intitulado “A contribuição de Francisco Monteiro de Almeida à história dos limites territoriais de Sergipe”, escrito em 1922 por Francisco Monteiro de Almeida. A referida obra tinha por objetivo fazer o levantamento dos limites territoriais dos 34 municípios existentes, que foram revistos e definidos com precisão, de acordo com a sua história e sua legislação.

Ronaldo Santos e Denise Silva discorrem sobre a trajetória de vida do intelectual sergipano Epifânio Dória, inserindo-o no contexto do

período denominado “República das Letras” em Sergipe. Os autores elucidam os diferentes campos de atuação do intelectual nas instituições culturais de Sergipe. Juarez de Oliveira problematiza a “grande repressão do PCB de 1952”. Na visão do autor ela provocou a prisão de dezenas de pessoas em Aracaju e no interior do estado, desmantelando praticamente todos os organismos e instância do partido.

Por fim, a professora Lenalda Andrade Santos apresenta a trajetória biográfica do professor Luiz Alberto dos Santos, sócio da Casa de Sergipe falecido em 2014. A autora elucida os principais momentos da vida familiar e profissional do intelectual sergipano.

Aracaju, julho de 2014

Magno Francisco de Jesus Santos
Editor da Revista do IHGSE

TAMBORES SILENCIOSOS: a saga dos objetos de terreiros no acervo do IHGSE*

Beatriz Góis Dantas**

SILENT DRUMS: the saga of the
objects in the IHGSE's religious
grounds collection

RESUMO

Os processos de construção de memória consistem em pôr em destaque e valorizar certos aspectos de um dado evento, enquanto outros são deixados na penumbra. Silêncio e esquecimento são, portanto, elementos constitutivos da memória, que é seletiva por excelência. O trabalho desenvolve uma reflexão sobre as peças dos cultos afro-brasileiros que adentraram o IHGSE, em 1946, como resultado de ações policiais e aí permaneceram, por mais de 60 anos, carentes de informações e referências na bibliografia sobre os cultos afro-sergipanos. Analisa-se o contexto em que a doação foi feita ao Instituto, sua localização no conjunto do acervo da instituição e aponta-se a necessidade de estudos articulados com a postura dos intelectuais locais sobre os cultos afro-sergipanos.

Palavras-chave: religiões afro-brasileiras, museu, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

ABSTRACT

The processes of memory construction consists of highlighting and enhancing certain aspects of a given event, while others are left in the dark. Silence and oblivion are, therefore, constituent elements of memory, which is selective for excellence. This paper develops a reflection on the african-Brazilians cults pieces that integrated the IHGSE library in 1946, as a result of police actions, remaining there for more than 60 years lacking of information about provenance and without references in the african-Sergipeans cults literature. It also intends to analyze the context in which the donation was made to the Institute, its location in the library and reminds to the needs of articulated studies on the stance of local intellectuals about the african-Sergipeans cults.

Keywords: african-Brazilian religions, Museum, Historical and Geographical Institute of Sergipe.

* Texto ampliado da palestra "O IHGSE e a memória dos terreiros" proferida no IHGSE, durante a *VII Primavera dos Museus* (IBRAM/ IHGSE), em 24 de setembro de 2013.

** Antropóloga, professora emérita da UFS, membro da ALL

INTRODUÇÃO

O tema que me foi proposto – O IHGSE e a memória dos terreiros – de imediato, remete a um conjunto de objetos vinculados aos cultos afro-brasileiros que se encontram no acervo do Instituto. É, pois, sobre esse acervo que vou me deter, tomando como fio condutor a ideia de que sobre ele pesa o silêncio.

Silêncio e esquecimento são elementos constitutivos da memória, que é seletiva por excelência. Os processos de construção de memória consistem em pôr em destaque e valorizar certos aspectos de um dado evento, enquanto outros são deixados na penumbra. Mas, como adverte Pollak:

(...) a significação do silêncio sobre o passado não remete forçosamente à oposição Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante.¹

Essas ideias servirão como pano de fundo e inspiração teórica para acompanhar o trajeto dos objetos dos terreiros de Aracaju abrigados no IHGSE.

Como lugares de memória, institutos históricos estaduais têm vocação preservacionista e de construção/reconstrução da memória local. Se a ênfase maior costuma ser posta nas elites,² não resta a menor dúvida que grupos diversos estão aí representados através de artefatos indígenas e de objetos vinculados aos terreiros, célula de um modo de vida e ritos religiosos relacionados originariamente com o negro. Desse modo, os três grupamentos étnicos básicos formadores do Brasil estão aí representados.

¹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. v.2, n.3. Rio de Janeiro, 1989. p. 5.

² SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Alguns dos Institutos estaduais localizados no Nordeste abrigam em seus acervos, entre muitos outros objetos, coleções de artefatos relacionados com as religiões afro-brasileiras. Um rápido resumo sobre alguns casos ajudará a contextualizar e perceber as semelhanças e nuances específicas da trajetória dos objetos de terreiros sob a guarda do IHGSE.

Na Bahia, onde se iniciaram os estudos sobre o negro no Brasil, no fim do século XIX, esses objetos eram retirados dos terreiros para fins de pesquisa ou, muito mais frequentemente, através da ação da polícia que perseguia os candomblés. Desse modo, pensava-se em acabar com os cultos que, na visão dos evolucionistas, eram manifestações de atraso.

Cabe lembrar que, desde a Constituição de 1891, assegurava-se liberdade de culto, mas práticas dos terreiros eram vistas como quebra do sossego público, exercício ilegal da medicina, curandeirismo, feitiçaria, portanto, imputáveis como crimes pelo Código Penal.³

Nina Rodrigues, pioneiro na pesquisa das religiões de matriz africana, discordava da repressão aos cultos, considerando-a inócua, porque se fazia com base num Código Penal por ele considerado anacrônico, na medida em que colocava negros e brancos em pé de igualdade jurídica. A seu ver, as leis para julgar negros deveriam ser diferentes e adequadas à inferioridade inata das raças não brancas.⁴ Apesar da sua tese racista, Nina Rodrigues foi generoso para com os seguidores do candomblé, denunciando as perseguições noticiadas nos jornais e a violência praticada nessas invasões de casas de santo.

Com frequência, objetos sagrados eram destruídos no próprio local do terreiro, mas se preservava uma parte que era levada para a delegacia como prova dos crimes de que os adeptos dos cultos eram acusados. Após as formalidades legais, objetos dos terreiros poderiam ser encaminhados aos museus. Por meio desse expediente repressivo, formaram-se muitas das coleções afro-brasileiras, hoje sob a guarda de instituições de memória. Nesses espaços, ganharam novos significados:

³ DANTAS, Beatriz Góis. *De feitiçeiros a comunistas: acusações sobre o candomblé*. Dédaló. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. n° 23. São Paulo, 1984. p. 97-116.

⁴ RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1977.

eram testemunhos da contribuição do negro à formação cultural do País, interpretada de acordo com as teorias e ideologias em voga.

Objetos provenientes dos terreiros foram recolhidos ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, pelo menos desde a década de 20. O jornal *A Tarde* registrou doação de material em 1920 e, pouco depois, informava, em 1926, que o Secretário Perpétuo do Instituto fora convidado a ir à delegacia de polícia; para fazer a seleção de objetos resultantes de invasão de candomblés. Há outras entradas de material, em 1936, todas elas registradas nos jornais transcritos por Angela Luhning,⁵ estudiosa das perseguições aos terreiros baianos na Primeira República. Isso indica que havia uma prática usual de encaminhar aos museus as peças retiradas dos centros de culto afro-brasileiros pela repressão.⁶

No vizinho estado de Alagoas, onde o Instituto é depositário de uma das mais famosas coleções de objetos vinculados aos cultos afro-brasileiros existentes no Brasil, o ingresso das peças na instituição é bem mais recente e aí chegou por vias mais tortuosas.

A recolha dos objetos foi resultante da perseguição e destruição dos terreiros de Maceió, levadas a cabo em 1912, no bojo de uma luta política entre famílias oligarcas do Estado. Tal questão foi desencadeada pela “Liga dos Republicanos Combatentes, sociedade de fins político-partidários e carbonários, destinada à agitação popular contra o Governo do Estado”, à época, ocupado por Euclides Malta, acusado de proteger e frequentar os xangôs da cidade.⁷ A Liga, aliada ao partido de oposição, promoveu o “quebra-quebra”, uma operação espetacular e, talvez, a de maior visibilidade contra os terreiros durante a República Velha. Uma vez no poder, persistiu a perseguição, agora com o aparato legal da polícia, que impedia a reorganização dos cultos, forçava a mi-

⁵ LUHNING, Angela. “Acabe com esse santo, Pedrito vem aí...”. *Revista da USP*. São Paulo, 1995/96. p.195-220.

⁶ Em outros lugares as peças recolhidas pela polícia foram encaminhadas para o Museu do Estado como é o caso de Pernambuco, enquanto no Rio de Janeiro os objetos dos cultos foram incorporados ao Museu da Polícia. Ver MAGGIE, Yvonne. *O medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

⁷ DUARTE, Abelardo. *Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança*. Maceió, 1974, p.12.

gração dos chefes de terreiro, dando origem a uma modalidade ritual, o chamado “xangô rezado baixo”, realizado sem toque de tambores, como forma de driblar a repressão.⁸

O “espólio da guerra” contra os xangôs alagoanos foi recolhido inicialmente no Museu da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio, onde permaneceu por mais de trinta anos, até que, por solicitação, foi doada ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Deu entrada na Instituição, em 1950, por iniciativa desta, visando a evitar a perda e dispersão do importante acervo que despertara o interesse de entidades norte-americanas.⁹ Desde então, o conjunto de peças que recebeu a denominação de Coleção Perseverança tem sido objeto de renovados estudos e tratamento museológico. Importantes figuras da Antropologia e da Museologia alagoana, como Abelardo Duarte, Théo Brandão, Carmem Lúcia Dantas têm-se ocupado dessa coleção, estudada também por antropólogos do Sudeste, como Yvonne Maggie e Raul Lody.¹⁰ A Coleção Perseverança hoje figura como um dos maiores atrativos da Instituição.

Quando comparada ao acervo de peças provenientes do segmento afro-nordestino, aqui representado pelas duas coleções acima referidas, a coleção do IHGSE tem um ponto em comum com ambas, pois resultou de ações repressivas aos terreiros de Aracaju. Entretanto, sua história é marcada por longo silêncio. A origem dos objetos só foi conhecida recentemente, com a revelação de documentos que atestam sua procedência dos centros de culto da cidade perseguidos pela polícia na década de 40.

⁸ RAFAEL, Ulisses Neves. *Xangô Rezado Baixo: Religião e Política na Primeira República*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2012.

⁹ DUARTE, Abelardo. *Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança*. Maceió, 1974.

¹⁰ DUARTE, Abelardo. *Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança*. Maceió, 1974; LODY, Raul. A coleção enquanto testemunho do xangô pernambucano. A cultura material dos terreiros de xangô. IN: PERNAMBUCO, Museu do Estado. *Coleção culto afro-brasileiro – um testemunho do xangô pernambucano*. Recife, 1983. p. 13-17; MAGGIE, Yvonne. *Arte ou magia negra? Relatório apresentado à Funarte*. (mimeo). 1979.

1. A DÉCADA DE 40 E OS CULTOS AFRO-BRASILEIROS EM ARACAJU

No segmento das religiões afro-brasileiras em Aracaju, a década de 40 foi marcada pela visibilidade dos terreiros junto ao público externo. Esse fenômeno tem relação com o crescimento do número de casas de culto, que desde a década anterior se ampliava com a presença de pais de santo vindos da Bahia, trazendo o *feitorio de santo*, um conjunto de elaborados rituais de iniciação de fiéis. Desse modo, contribuíram para diversificar a tradição local dos nagôs e dos torés e ampliar o número de seguidores e de chefes que abriam novos terreiros.¹¹

Emblemático é o que se passou com Nanã, nome pelo qual ficou conhecida Erundina Nobre dos Santos, conhecida mãe de santo de Aracaju. Oriunda de Riachuelo, após experiências religiosas e de cura, abriu um centro na capital, fazendo sessões e trabalhando com um Preto Velho conhecido como Pai João e algumas entidades caboclas. Seu centro era um toré, segundo as classificações nativas, e sua dirigente não era feita, ou seja, não passara pelos complexos rituais de iniciação tão marcantes no candomblé baiano. No início da década de 40, ela submeteu-se ao *feitorio de santo* pelas mãos de Zequinha do Pará, um pai de santo de Alagoinhas-BA, que montou terreiro no Siqueira Campos e passou a recolher candidatas à iniciação. Esta incluía reclusão na camarinha, raspagem de cabeça, cortes no corpo, sacrifícios de animais, enfim, uma série de procedimentos ritualísticos conhecidos como *feitura de santo*. Legitimada pela autoridade de mãe de santo feita, Nanã iniciou novos fiéis, ampliando seu corpo de seguidores e qualificando-os para abrir novas casas de culto. Os *barcos*, nome que designa o conjunto de

¹¹ OLIVEIRA, Agamenon Guimarães de. Candomblé Sergipano: Subsídios para sua História. Cadernos de Folclore Sergipano. n 4. Aracaju, 1978. DANTAS, Beatriz Góis. Vovó Nagô e Papai Branco. Rio de Janeiro: Graal, 1988. MAIA, Janaína Couvo Teixeira. Umbanda em Aracaju. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 1998. Monografia (Graduação em História).

pessoas que juntas se submetem à iniciação, foram-se tornando cada vez maiores e mais frequentes, enquanto os muitos filhos saídos das águas de Mãe Nanã foram abrindo terreiros em cidades do interior e em outros estados como Alagoas, Pernambuco, Rio e São Paulo, mas, sobretudo, em Aracaju.¹²

Espalhados principalmente nas zonas periféricas da cidade, os terreiros multiplicaram-se. Registros de sua presença aparecem na Getimana, no Grajeru, na Atalaia, na Jabotiana, no Dezoito do Forte, na Cidade Nova, na Tebaida, nas Cabeludas, na Rua do Bonfim, na Rua da Vitória, na Rua Porto da Folha, atrás da Alto de Dona Bebê, atrás da Caixa d' Água e no Aribé, nome antigo do atual Bairro Siqueira Campos.

Essa geografia dos cultos afro-brasileiros foi-se delineando no espaço, a partir da atuação de pais e mães de santo, como Adelaide, Anadir, Bailó, Bilina Laicó, Cícero, Daniel, Didi Paraízo, Elisa, Faberã, Fausta, Isabel Gorda, Jesus, João Cabecinha, José de Abacossô, Maria Paulina, Maria de Pelage, Maria José das Areias, Miúdo, Nanã, Santa de Caçador, Sula e muitos outros. Alguns desses nomes aparecem em raras fontes escritas da época, mas se fazem presentes, sobretudo, na tradição oral dos praticantes dos cultos, salvas do esquecimento pelo registro pioneiro de Agamenon Oliveira e, posteriormente, pelos trabalhos de Janaína Aguiar.¹³

Nesse movimento de ampliação do número de centros de cultos e de adeptos, ampliou-se também o número de reclamantes. Estes investiram contra o barulho dos tambores e as reclamações chegaram aos jornais, onde repercutiram sob a forma de notas e comentários,

¹² DANTAS, Beatriz Góis. Nanã de Aracaju: trajetória de uma mãe plural. In: *Caminhos da Alma: memória afro-brasileira*. SILVA, Wagner Gonçalves da (org). São Paulo: Summus, 2002. P.89-131.

¹³ OLIVEIRA, Agamenon Guimarães de. *Candomblé Sergipano: Subsídios para sua História*. Cadernos de Folclore Sergipano. n 4. Aracaju, 1978. AGUIAR, Janaína. "Brincadeiras de Santo": uma contribuição à história dos antigos cultos afro-brasileiros em Aracaju-SE (1920-1960). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008. Monografia para obtenção do Bacharelado em História.

espremidos nas colunas, algumas vezes na primeira página e, somente muito mais tarde, em grandes manchetes.¹⁴

Ao pedirem a ação da polícia, tais notas acrescentavam à acusação de quebra do sossego público argumentos outros como atentado à civilização, à moral, aos bons costumes, como se pode ver abaixo, num registro de 1939:

“Toré” na Getimana

A nossa reportagem constatou, ontem, a existência de um “toré” na Getimana, dirigido por um grupo de pretos que se entregam, ainda hoje, ao fetichismo africano. Lamentável é que os cafusos que organizam a extravagante festa, onde os atabaques e abocós entram num barulheira infernal, incorporem ao grupo crianças que deveriam ser encaminhadas á escola.

A polícia deve dar um passeio áquela zona e acabar com o tal “toré”, que é um atentado á moral e á civilização.¹⁵

No mesmo diapasão, em 1941, o jornal *O Nordeste*, edição de 18 de março, sob o título *Espiritismo ou Changô*, chamava

Atenção da polícia para a praga de feitiçaria que lavra na cidade (...). Uma meia dúzia de malandros que encontram nas negras práticas de feitiçaria um bom meio de vida desde que lhes garante a subsistência sem trabalho, vivem por aí impunes rufando os tambores as nossas barbas e às barbas da Polícia.

¹⁴ Nas décadas de 20-40, as notícias sobre os terreiros são de difícil localização nos jornais, por serem discretas e devido à própria apresentação dos periódicos. A pesquisa exige persistente e demorada consulta, esta hoje facilitada pela digitalização dos periódicos. A partir dos anos 50, há algumas manchetes mais sensacionalistas, mas o assunto ganha destaque, sobretudo por ocasião da morte de importantes chefes de terreiros, ou das festas na praia, quando estas se tornam atrativos turísticos a partir dos anos 80. Ver MANDARINO, Ana Cristina de Souza. *(Não) deu na primeira página: macumba, loucura e criminalidade*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2007.

¹⁵ *Correio de Aracaju*, 18 de fevereiro de 1939 p.1

Esse incitamento à ação da polícia contra “meia dúzia de malandros” e não contra todos os terreiros é indicativo da seletividade da perseguição informada por critérios os mais diversos. Entre estes, os interesses políticos não podem ser menosprezados, o que gera no interior do segmento dos cultos uma rede de proteção para uns, enquanto se perseguem outros.¹⁶

É o que sugere uma notícia publicada em 1948, no *Sergipe Jornal*, órgão de oposição ao governo, ao informar que o Secretário de Segurança Pública frequentava terreiros de macumbas e candomblés “tendo se tornado amigo íntimo dos macumbeiros.” Se por trás da denúncia há clara intenção de desqualificar opositores, não resta dúvida que a crença nos poderes do feitiço e da magia também traz sua parcela de proteção a certos terreiros. Os próprios integrantes dos cultos admitem isso e já percebera João do Rio, no início do século XX, ao constatar que a relação dos brancos ricos com o candomblé é como uma amante, financiada, mas mantida em segredo.¹⁷

A pesquisadora Ivonne Maggie, em instigante trabalho intitulado *Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*, mostrou como a crença comum no feitiço, partilhada por perseguidores e repressores, entra na conformação desse campo religioso. Sua pesquisa foi realizada no Rio de Janeiro, com base em processos criminais contra pais de santo acusados de serem feiticeiros e curandeiros e nas peças do Museu da Polícia que naquela cidade abriga uma parte do espólio das perseguições aos terreiros.¹⁸

Por seu turno, não de levar-se em conta as iniciativas de pais e mães de santo; ao incentivarem familiares para seguir a carreira de policial.¹⁹

¹⁶ DANTAS, Beatriz Góis. De feiticeiros a comunistas: acusações sobre o candomblé. *Dédalo*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. n° 23. São Paulo, 1984. p. 97-116.

¹⁷ Ver BARRETO, Paulo (João do Rio). *As religiões no Rio*. Rio de Janeiro: Simões, 1951.

¹⁸ MAGGIE, Yvonne. *O medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

¹⁹ MANDARINO, Ana Cristina de Souza. *(Não) deu na primeira página: macumba, loucura e criminalidade*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2007.

Desse modo, podem contar com aliados no esquema de repressão e driblar as leis, sempre maleáveis em sua aplicação, sujeitas ao famoso jeitinho brasileiro, em que o apadrinhamento de alguém importante é um salvo conduto.

Em suma, como bem resumiu Peter Fry:

A história da formação das relações raciais é seguramente uma história de conflitos e alianças entre brancos e negros, uma complexa e intrincada trama de oposições e conivências, de ódios e paixões, de repugnâncias e acolhimentos.²⁰

Em face disso, cabe matizar um pouco a relação da elite local com os terreiros e suas atitudes em relação a certas práticas policiais das quais resultou o encaminhamento de peças para os museus.

Os depoimentos dos adeptos das religiões afro-brasileiras, em cujas memórias estão guardadas as cenas de violência das batidas policiais, registram o desfile dos seguidores dos cultos até a delegacia com os objetos rituais na cabeça²¹, fato que tem sido interpretado como uma tentativa de desmoralização dos adeptos dos cultos. Todavia, convém lembrar que essa prática atendia a uma das exigências dos procedimentos legais, pois, segundo Ivone Maggie em sua obra já citada, era necessário apresentar às autoridades as provas do crime. Esses objetos – instrumentos musicais, restos dos sacrifícios, adornos rituais, entre outros – uma vez concluídos os trabalhos policiais e registrados nos autos do processo, ficavam travancando as delegacias. Eventualmente, eram encaminhados aos museus, aos centros de cultura e de preservação, como é o caso do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, porque

²⁰ FRY, Peter. Prefácio a Beatriz Góis Dantas, *Vovó Nagô e Papai Branco*. Rio de Janeiro, Graal, 1988, p. 14.

²¹ OLIVEIRA, Agamenon Guimarães de. *Candomblé Sergipano: Subsídios para sua História*. Cadernos de Folclore Sergipano. n 4. Aracaju, 1978. AGUIAR, Janaína. “*Brincadeiras de Santo*”: uma contribuição à história dos antigos cultos afro-brasileiros em Aracaju-SE (1920-1960). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008. Monografia para obtenção do Bacharelado em História.

também tinham outros significados. Daí a importância de ampliar o olhar para ver o que se passa entre os intelectuais.

2. DESVELANDO MISTÉRIOS: OS DOCUMENTOS DE DOAÇÃO

Os objetos dos cultos afro-brasileiros chegaram ao IHGSE, no ano de 1946, durante a Presidência de José Calasans Brandão da Silva (06.08.1945 a 09.08.1947). Por essa época, a instituição, fundada em 1912, dispunha de bastante espaço físico, pois em 1939 fora inaugurada sua ampla e moderna sede, onde se abrigavam várias instituições²² e órgãos específicos da entidade, como a Biblioteca, o Arquivo e o Museu.

O Presidente era homem sensível às questões culturais e do patrimônio histórico e artístico conforme indica o ligeiro itinerário intelectual da época que viveu em Sergipe, resumidamente apresentado a seguir.

Calasans, a exemplo de muitos outros sergipanos de sua geração, estudou na Bahia. Retornando de Salvador, em 1938, onde cursou Direito, logo se associou ao IHGSE. Tornou-se professor de História, passando a fazer pesquisas e publicar importantes obras sobre Sergipe, ao tempo em que também escrevia para jornais. Interessou-se pelo patrimônio histórico edificado e acompanhou Rodrigo de Melo Franco, quando este veio a Sergipe, tornando-se delegado do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no plano estadual, em 1941. Neste mesmo ano, fazia parte da diretoria do Instituto, ocupando a Secretaria Geral, cujo titular, de conformidade com o estatuto da entidade, era responsável pelo Museu, Arquivo e Biblioteca. Nessa condição, empenhou-se em ampliar o acervo museográfico da Instituição, registrando em ata de 6 de agosto de 1941, o fato de que o IHGS recebera “interessantes e históricos objetos” para o Museu.

²² Em diferentes momentos o prédio do IHGSE sediou a Academia Sergipana de Letras, a Associação Sergipana de Imprensa, a Sociedade de Cultura Franco Brasileira, a Rádio Aperipê, entre outras entidades.

Logo depois, Calasans tornou-se orador e foi agraciado com o título de sócio honorário, a mais alta honraria do IHGSE à época, portanto, reconhecido pelos seus pares como um quadro destacado da entidade. Desse modo, em agosto de 1945, assumiu a presidência muito jovem, com apenas 30 anos de idade.²³

Ainda no primeiro ano de sua gestão, em abril de 1946, recebeu os objetos encaminhados pelo Chefe de Polícia, Armando Leite Rolemberg, através de ofício, onde se lê:

Considerando a originalidade o material que este acompanha e apreendido pela Polícia, dos adeptos do baixo espiritismo, quando no exercício da macumba, tomou esta chefia a deliberação de enviá-lo a este Sodalício, onde, de certo, despertará a curiosidade dos que se interessam pelo tradicionalismo.²⁴

Seguindo a praxe da Instituição, o Presidente comunicou aos confrades a “doação de numerosas peças usadas pelos que se dão às práticas de xangô, macumba e candomblé”,²⁵ e, em 21 de maio, oficiou ao Chefe de Polícia, agradecendo a oferta do material enviado.

Acusamos o recebimento do material de macumba que a polícia, ora sob Vossa esclarecida Chefia, retirou das mãos de patrícios nossos não suficientemente esclarecidos que se entregam à prática de ritos religiosos, de esfera que a autoridade pública reconheceu prejudicial ao meio social, venho agradecer-vos, em nome deste Instituto, a oferta do referido material, que será guardado com o

²³ DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe*. Os 100 anos do IHGSE, 1912/2012. São Cristóvão: Editora da UFS, 2012, p. 177. COSTA, Silvânia Santana. José Calasans Brandão da Silva em Sergipe: redes de sociabilidades construídas e espaços ocupados. *Revista do IHGSE*, n. 42, 2012, p. 121-141.

²⁴ Ofício Chefe de Polícia ao Presidente do IHGSE. Arquivo do IHGSE n. 3136 Cx 52. Embora haja referência a esse documento na Revista do IHGS n. 19, [1945-1948] p. 199, seu conteúdo era desconhecido.

²⁵ Em reunião da diretoria do dia 23 de abril de 1946 cf Revista do IHGSE n. 19, [1945-1948] p. 199.

devido zelo, como documento comprovador de ocorrência de ritos religiosos exóticos.²⁶

Os documentos acima que atestam a origem e a data de ingresso das peças do IHGSE permaneceram esquecidos por mais de 50 anos. Vieram a lume no processo de revitalização da entidade iniciado em 2003, quando Itamar Freitas, diretor do Arquivo e da Biblioteca da Instituição, à frente de sua laboriosa equipe de estagiários, encontrou o ofício de Calasans, documento que passou a ser incorporado aos registros do acervo da entidade e aos trabalhos acadêmicos dos pesquisadores.²⁷

Retorno, portanto, ao momento de ingresso das peças na instituição e, particularmente, ao seu enquadramento em relação ao acervo já existente. Por essa época, o Museu do IHGSE, ou parte dele, encontrava-se no terceiro pavimento que fora remodelado com tal finalidade, como informara Epifânio Dória, em reunião da diretoria de 6 de junho de 1945.²⁸

3. O LUGAR DOS OBJETOS NA INSTITUIÇÃO

As peças oriundas dos terreiros foram recolhidas em uma sala e delas se tem notícia através de uma reportagem do jornalista Ruben Vergara, publicada no *Sergipe Jornal*, em 9 de outubro de 1946. Ele fora ao IHGS em busca de notícias sobre o malogrado Congresso de

²⁶ Documento do IHGSE – Ofício n. 15 transcrito a partir de AGUIAR, Janaína. “*Brincadeiras de Santo*”: uma contribuição à história dos antigos cultos afro-brasileiros em Aracaju-SE (1920-1960). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008. Monografia para obtenção do Bacharelado em História. Não localizado no Arquivo em setembro de 2013.

²⁷ AGUIAR, Janaína. “*Brincadeiras de Santo*”: uma contribuição à história dos antigos cultos afro-brasileiros em Aracaju-SE (1920-1960). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008. Monografia para obtenção do Bacharelado em História. AGUIAR, Janaína. Objetos exóticos e do baixo espiritismo: a memória da repressão da polícia aos terreiros de Aracaju no acervo do IHGSE. In: *Revista Museítec*. Vol. 1. Número 1, Dezembro 2012. <https://sites.google.com/site/revistamuseitec/>. Acessado em agosto de 2013.

²⁸ Cf. Revista do IHGSE, n.19. [1945-1948], p. 173.

História e Geografia que Calasans idealizara, mas não chegou a realizar.²⁹ O Presidente negou-se a falar sobre o assunto, mas levou o jornalista a percorrer as várias salas onde estavam depositados os objetos da memória dos sergipanos. Nas palavras de Vergara:

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe está cheio de salas. Antes elas eram divisões no espaço, hoje são divisões no tempo. O Prof. José Calasans nos pega pelo braço e inicia conosco uma viagem pela história e pela geografia de Sergipe.³⁰

Resumo a seguir a apresentação feita por Calasans ao jornalista.

Aqui está a Sala Ivo do Prado contendo mapas, aspectos regionais, autógrafos de grandes homens do Brasil, documentos históricos, cerâmicas regionais, etc.

Essa é a Sala Epifânio Dória, onde estão representadas as figuras da administração pública e das nossas letras.

Adiante a Sala Camerino, cuja denominação remete à participação de Sergipe em movimentos armados. Aí se encontram apetrechos de guerra, capacetes da revolução de São Paulo, objetos do herói de Canudos, de soldados da FEB mortos em combates trazidos dos campos de batalha da Europa.

No último andar do edifício, mais salas são visitadas: Na Horácio Hora, estão quadros dos pintores sergipanos, desde o patrono até Jenner Augusto, o nosso mais jovem pintor. E Calasans chama atenção para “o gosto dos nossos pintores pelas cenas de fogo” como tema.

Sala Felisbela Freire. Nesta sala está o mobiliário antigo, inclusive um conjunto de móveis de sala em jacarandá que pertencera ao historiador sergipano que dá nome ao espaço. A um canto, há duas cadeiras

²⁹ CARDOSO, Rita Leila. *Breve História do Primeiro Congresso de História e Geografia de Sergipe 1942-1946*. Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2005. Monografia (Graduação em História).

³⁰ VERGARA, Ruben. Uma visita à Casa da História e da Geografia. *Sergipe Jornal*, Aracaju, 9.10.1946.

onde trabalharam o bispo D. Quirino de Souza e o jurista Gumersindo Bessa. Há destroços da Igreja do Geru, porcelanas, tudo lá está num atestado eloquente de civilização e nobreza, ao lado de aspectos da cultura indígena e de fósseis.

Por fim, chegam ao último espaço a ser mostrado ao visitante, e devolvo a palavra a Vergara:

Sala sem nome

Esta aqui não tem nome ainda, diz o jovem presidente da nossa Casa de história. Poder-se-ia chamar Sala Etnográfica, ajuntamos. Sim, porque lá dentro é um verdadeiro país de Ogum. Atabaques, ganzás, pandeiros, fitas, todo material indispensável nas festas de pai de santo. Lastimamos a ausência de Freire Ribeiro para nos traduzir tudo aquilo.³¹

A sugestão do jornalista de que se chamasse sala etnográfica, ao contrário das demais que eram batizadas com nomes de personalidades de destaque em várias atividades, sugere a dificuldade de encontrar um patrono adequado para denominá-la ou, simplesmente, pode resultar do fato de o material ter sido recolhido à sala em abril e, até outubro, época de visita do jornalista, aí permanecer carente de arranjo e organização.

Diante da multiplicidade de objetos mudos, sem nenhuma informação, é sintomática a reação do jornalista ao adentrar o “país de Ogum,” expressão por ele usada para referir-se à “Sala sem nome”. No seu entender, era indispensável a presença de alguém para “traduzir tudo aquilo”, ou seja, identificar e revelar o significado das peças reunidas, dar sentido ao que parecia muito esotérico, além de exótico. Freyre Ribeiro foi o intelectual lembrado para desvendar os mistérios dos objetos ali depositados, tornando-os inteligíveis para os seus pares, sinal de que ele deveria dominar os códigos dos terreiros.

³¹ VERGARA, Ruben. Uma visita à Casa da História e da Geografia. *Sergipe Jornal*, Aracaju, 9.10.1946.

4. SEM NOME, SEM REGISTROS, SEM LEMBRANÇAS.

Cronologicamente, essa é a última referência escrita que até então encontrei sobre as peças dos terreiros recolhidas ao Instituto.³² A elas não se reportam autores que se referem ao Museu do IHGSE, logo depois, como é o caso de Mário Cabral. Em seu livro *Roteiro de Aracaju*, primeira edição de 1948, uma espécie de guia sentimental da capital sergipana, inclui um capítulo sobre a macumba e fala dos museus de Aracaju: O Museu de Arte e Tradição, uma entidade particular criada e mantida por José Augusto Garcez e o “Museu do Instituto Histórico, organizado por Epifânio Dória”. Neste último, o autor destaca a rica coleção de retratos de figuras importantes da nossa história, o canhão deixado por Labatut em Laranjeiras, além dos troféus de guerra trazidos dos campos europeus pelos expedicionários sergipanos.³³ Nenhuma palavra, contudo, sobre os objetos trazidos dos terreiros.

Referência mais alentada ao Museu do IHGSE encontra-se no livro *Realidade e destino dos museus*, da autoria de José Augusto Garcez, fundador do museu particular acima referido e incentivador da vida cultural local, sobretudo através da edição de obras patrocinadas pelo Movimento Cultural de Sergipe, por ele criado na década de 50. É do final dessa década (1959) a segunda edição desse livro, do qual não consegui recuperar a data da primeira edição. Empenhado em fazer o poder público assumir a tarefa de manter um museu em Aracaju, incorporando as peças que reunira no seu museu particular fundado em 1948, ele apresenta um quadro geral dos museus sergipanos: Museu Horácio Hora, em Laranjeiras e os outros dois localizados em Aracaju, o Museu

³² Observe-se que estou me referindo à primeira metade do século XX. Trabalhos recentes fazem referência à existência das peças do IHGSE, mas sem se deter sobre elas. Em um deles as peças são divulgadas eletronicamente, embora a autora enfoque mais a perseguição que os objetos em si. Ver AGUIAR, Janaína. Objetos exóticos e do baixo espiritismo: a memória da repressão da polícia aos terreiros de Aracaju no acervo do IHGSE. In: *Revista Museitec*. Vol. 1. Número 1, Dezembro 2012. <https://sites.google.com/site/revistamuseitec/>. Acessado em agosto de 2013.

³³ CABRAL, Mário. *Roteiro de Aracaju*. Aracaju: Banese. p. 194.

Sergipano de Arte e Tradição e o Museu do IHGSE. Reporta-se a este à época, ocupando “uma sala no térreo e um salão no segundo andar”, e apresenta um balanço geral em que se sobressaem as ausências. Falta de serviço de classificação, fichário, catálogo, etiquetagem das peças, controle de visitantes, sala de exposições temporárias e comemorativas, estatuto, enfatizando, em resumo, a falta de meios propícios de “defesa contra os estragos do tempo, tudo o que seja de acordo com os princípios técnicos modernos”. Informa que Epifânio Dória, a quem tece elogios, exerce a “Direção e administração”, contudo o acúmulo de atividades no IHGSE “impedem-no que se dedique exclusivamente ao MUSEU”.³⁴

Na literatura consultada é patente a invisibilidade das peças dos terreiros inseridas no museu pela ação da polícia. Também as atas do IHGSE, excetuando o registro de ingresso das peças, não mais fazem referências a elas. Silêncio e esquecimento parecem ser a marca específica dessa coleção, que também está ausente na tradição oral dos anos 70.

Valendo-me das lembranças pessoais deixo um depoimento sobre fatos ocorridos nos primeiros anos da longa gestão de Maria Thétis Nunes (1972-2003). No início da década de 70, eu era habitual frequentadora do IHGSE na condição de pesquisadora da documentação referente aos índios, ao tempo em que me iniciava nos estudos de campos sobre folclore e religiões afro-brasileiras. Talvez por essa razão e pelo trabalho de reorganização que eu iniciara no Arquivo Público Estadual (APES), a Presidente me consultou sobre a possibilidade de organizar os objetos vindos dos terreiros. Levou-me a conhecê-los. Não lembro se estavam no térreo ou também em sala do segundo andar. O estado dos objetos era lastimável. Recordo vagamente de tambores, de objetos de cerâmica (alguidares, quartinhas), de madeira e metal (espadas, bastões, gamelas) sementes, miçangas, conchas (adereços) etc. Uma peça chamou particularmente minha atenção pela profusão de cauris – conchas usadas como moedas em certas regiões da África, no século XIX e de largo uso nos terreiros ainda hoje. Era um elaborado

³⁴ GARCEZ, José Augusto. *Realidade e Destino dos Museus*. 2ª ed. Aracaju: Regina, 1959, p. 38-40

adorno de cabeça constituído por uma base de papelão revestida de tecido, na qual estava afixada grande quantidade de cauris. Estava a desmanchar-se com o rompimento dos fios que uniam as conchas e as prendiam à base. Providenciou-se colocá-lo numa embalagem plástica para evitar perdas.

Indaguei sobre a procedência dos objetos e a Professora Thétis não tinha informação. Livro de Tombo, catálogo, ou, ao menos, uma relação dos objetos, nada foi localizado. Já não se podia contar com Epifânio Dória, a memória viva da instituição. Diante daquele amontoado de objetos sem identificação e nenhuma informação, eu que vinha de uma extenuante experiência de organização do Arquivo Público do Estado, durante a qual fora obrigada a abrir mão das pesquisas, considereei que seria temeridade, para não dizer irresponsabilidade, abrir uma nova frente de trabalho, sem nenhum conhecimento de museologia e traquejo com cultura material. Encontrava-me assoberbada de trabalhos na UFS onde, além do grande número de aulas, tinha assumido oficialmente compromissos de pesquisa.

Verbalmente, do mesmo modo como me chegara a consulta, comuniquei à Presidente do IHGSE que, naquele momento, não seria possível assumir a tarefa. Sugeri que seria interessante embalar as peças e guardá-las em lugar seguro para evitar perdas, ficar de sobreaviso para ver se descobriria alguma referência documental na Instituição e aguardar alguém mais gabaritado para tratar daquele acervo de origens desconhecidas e tão mal cuidado.

No final nos anos 70, a política governamental do Estado interessou-se por acervos das religiões de matriz africana, criando um Museu Afro-brasileiro em Laranjeiras, inclusive adquirindo peças do extinto Museu de Arte e Tradição, o museu particular de José Augusto Garcez; apesar disso, os objetos dos terreiros depositados no IHGSE permaneceram invisíveis e silenciosos.

Desconcertante é saber que assim continuaram por toda a década de 80, quando no plano nacional aprofundava-se o interesse pelo negro e por suas heranças africanas. Um amplo projeto de registro e catalogação dos acervos afro-brasileiros das coleções existentes em museus

nordestinos, inclusive em museus de institutos históricos foi desenvolvido por iniciativa do Instituto Nacional de Folclore.³⁵ Sob a coordenação de museólogo e pesquisador Raul Lody foram catalogadas as coleções afro-brasileiras sob a guarda do Instituto Histórico da Bahia e de Alagoas, além de acervos de museus universitários e outras entidades culturais do Nordeste.³⁶ Mas, nada foi feito em Sergipe, apesar de Raul Lody ser frequentador habitual do Encontro Cultural de Laranjeiras.

No IHGSE, as práticas relacionadas ao diversificado acervo permaneceram, por longo tempo, circunscritas à sua guarda. Não era apenas a coleção afro-brasileira que carecia de documentação, arranjo e cuidados especiais. Carente de suporte financeiro e sem a benemerência do Estado, o Instituto se debatia com as dificuldades de sua sobrevivência.³⁷ Especificamente em relação ao Museu, no início do século XXI, avaliou o historiador Itamar Freitas, autor de importantes trabalhos sobre o IHGSE:

O Museu ainda está organizado como um “gabinete de curiosidades”, situação que o transforma em fonte não somente da prática heurística/memorialística da instituição e de sua deficiência numerária, mas também do relativo “atraso” da museologia científica em Sergipe.³⁸

³⁵ O Instituto Nacional de Folclore, vinculado à Funarte, substituiu a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e, mais tarde, transformou-se no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, hoje integrado ao IPHAN.

³⁶ GEISEL, Amália Lucy. Coleções e Catálogos. In: LODY, Raul. *Pencas e Balangandãs da Bahia*. Rio de Janeiro: FUNARTE/INF, 1988.

³⁷ Sobre as dificuldades do IHGSE na gestão de Thétis Nunes, ver DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe*. Os 100 anos do IHGSE, 1912/2012. São Cristóvão: Editora da UFS, 2012, p. 335-345. Sobre a situação dos acervos, ver DANTAS, Beatriz Góis. O IHGS: história e arte de SE. *Jornal da Cidade*, 03.06.2003. Caderno C4. Republicado no *Correio de Sergipe*, Caderno Especial Memórias de Sergipe, 13.07.2003. O IHGS: depositário da memória histórica e artística de Sergipe.

³⁸ FREITAS, Itamar. *A escrita da História da Casa de Sergipe – 1913-1999*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002, p. 19.

No Museu Galdino Bicho, apenas se reuniam e guardavam os objetos, enquanto uma parte deles era apresentada ao público sem um planejamento prévio de exposição.



Sala do Museu Galdino Bicho, 2002

Foto: acervo do IHGSE

5. A MUSEOLOGIA CHEGA AO MUSEU DO IHGSE

Em 2003, inaugura-se uma nova gestão e tem início um período de intensa renovação da Instituição, beneficiada por uma conjugação de forças favoráveis que permitiram angariar apoios de segmentos da sociedade civil e política, provocados pela determinação do presidente da entidade, Ibarê Dantas e pelo envolvimento da Diretoria.

O ponto de partida foi a elaboração de novo estatuto, condizente com a política modernizadora que se pretendia implantar na Instituição. Rompendo com uma prática administrativa oriunda do estatuto aprovado em 1949, que concentrava na Secretaria Geral os cuidados com o Museu, o Arquivo e a Biblioteca, a nova orientação foi no sentido de agregar profissionais dotados de conhecimento especializado, e dispostos a colaborar, gratuitamente, para cuidar dos acervos específicos.

Foram criadas duas diretorias: a de Arquivo e Biblioteca, coordenada pelo historiador Itamar Freitas e a de Museu e Pinacoteca, tendo à frente a museóloga Verônica Nunes. Com os recursos angariados junto ao poder público, parlamentares, empresários, convênios firmados com entidades diversas, mensalidades e doações de sócios, foi possível imprimir nova dinâmica administrativa e reativar a atividade cultural da Instituição, reorientada pelos avanços da tecnologia e dos conhecimentos especializados.³⁹

Quanto ao Museu e a Pinacoteca, Verônica Nunes já elaborara um Projeto contendo análise das exposições e um esboço de roteiro de trabalho, incluindo uma proposta conceitual e tratamento das coleções.⁴⁰ Animada pelo entusiasmo das equipes de trabalho e com alguma reflexão sobre acervos museológicos,⁴¹ associei-me ao grupo e colaborei com algumas discussões e sugestões para a reorganização dos acervos da Instituição.

Apesar de intensas buscas no Arquivo, não foi localizado o Livro de Tombo, nem se encontraram relações de objetos, a exceção de uma lista manuscrita por Epifânio Dória, enumerando as moedas estrangeiras e uma relação sumária das pinturas expostas na Pinacoteca. Nas fontes primárias, buscavam-se incessantemente documentos sobre a procedência das peças, doadores, data de entrada na Instituição, transferências de objetos para outras entidades⁴², informações básicas para compor referências sobre os objetos, definir coleções, elaborar catálogos, enfim, as atividades próprias dos museólogos.

³⁹ Ver Relatórios anuais publicados na Revista do IHGSE e DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe*. Os 100 anos do IHGSE, 1912/2012. São Cristóvão: Editora da UFS, 2012.

⁴⁰ NUNES, Verônica Maria Meneses. *IHGSE: Museu e Pinacoteca*. (Diagnóstico e proposta de mudanças) 2002. Documento Digital.

⁴¹ Em meados da década de 80 comecei a me interessar por exposições e museus, e passei a frequentar cursos, congressos, contribuindo na instalação e funcionamento do Museu do Homem Sergipano/UFS, onde convivi com Verônica Nunes.

⁴² Muitas peças saíram do acervo do IHGSE para compor o Museu Histórico de Sergipe, inaugurado em 1960, na cidade de São Cristóvão. As atas do IHGSE revelaram-se a fonte mais importante sobre o acervo da Instituição.

Ao deixar a direção do Museu e da Pinacoteca, Verônica, com sua equipe de estagiários, tinha inventariado o acervo das duas secções; produziu minucioso Catálogo das obras de arte em pintura e desenho, descrevendo mais de uma centena de quadros, biografando autores e personagens retratados, obra disponível apenas em versão digital.⁴³ Fez ainda Inventário da coleção de numismática, organizou a reserva técnica, montou seis exposições temporárias, além da exposição de longa duração do Museu.

Quanto aos objetos dos terreiros, agora se tinha, pelo menos, duas certezas: eram resultantes da perseguição policial e aí chegaram em 1946. Isso era tudo o que se sabia e me parece, até agora, é o que se sabe sobre a referida coleção. Desfeitas as esperanças de encontrar algum documento relacionando as tais peças, colocava-se concretamente a dificuldade de identificar exatamente o que viera dos terreiros por intermédio da Chefatura de Polícia, ou melhor, o que restara dessa doação, pois muitos objetos, sobretudo os de materiais perecíveis, certamente tinham já desaparecido. Se havia algumas certezas, em relação aos tambores, por exemplo, pairavam dúvidas em relação a outros artefatos, principalmente os de cerâmica. Estes são de largo uso nos centros de cultos afro-brasileiros de ontem e de hoje. Mas, como distinguir os que vieram dos terreiros, carregados de sua simbologia religiosa, e os que foram incorporados ao IHGSE por outras vias, fazendo parte de outras coleções. Na década de 40, a Instituição tinha uma coleção de cerâmicas regionais, conforme registrava Calasans, enquanto conduzia pelas dependências da Instituição o jornalista Vergara.

Recorreu-se à ajuda de estudiosos dos terreiros de hoje, contudo era sempre uma operação de risco fazer essa separação e canonizar como objeto da coleção afro-brasileira o que não tinha, nas suas origens, essa conotação. Desse modo, foi abrigado na reserva técnica, juntamente com outras peças do acervo, o que se supunha ser proveniente da doação

⁴³ Nos catálogos elaborados faltam dados biográficos de alguns artistas, motivo pelo qual não quis publicá-los. Sobre o criterioso trabalho de Verônica no Instituto Histórico ver DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe*. Os 100 anos do IHGSE, 1912/2012. São Cristóvão: Editora da UFS, 2012, p.402-404).

eixo central foi a noção de tempo embutida em cada um desses objetos, representada por um relógio que não marca mais as horas,” conforme registra o folder da exposição, sem indicação de autoria.

Através dos módulos: Tempo Social, Tempo de Guerra, Tempo de Pensar e Tempo de Fé foram sendo incorporados objetos, fragmentos de uma história refletida no acervo da Instituição destinado à preservação e construção de uma memória sergipana.



Tempo Social



Tempo de Pensar



Tempo de Guerra



Tempo de Fé

Fotos do Acervo do IHGSE, 2005

Da coleção afro-brasileira, os tambores foram os objetos selecionados em razão da sua expressividade material e simbólica. O precário estado de conservação atesta o esquecimento a que foi relegada a coleção. De outra perspectiva, eles contêm uma carga simbólica muito forte numa dupla chave de significações. No interior do sistema religioso, eles estabelecem a comunicação entre os homens e os deuses, enquanto no plano das relações entre os cultos e a sociedade mais ampla, os tambores evocam as batidas policiais que, muitas vezes, chegavam aos terreiros guiados pelos sons denunciadores dos instrumentos musicais. Sob o argumento de perturbadores do sossego público, os tambores e outros objetos foram violentamente retirados dos locais de origem, levados para as delegacias e terminaram no IHGSE.

Um grande silêncio continua a se estender sobre esses instrumentos musicais, suscitando indagações: a que terreiros teriam pertencido? Que o pai ou mãe de santo ordenava aos tocadores dar início à chamada dos orixás? Seriam eles percutidos diretamente com as mãos ou com baquetas? Seu formato alongado seria uma influência dos baianos na formação do segmento afro-sergipano? Na camada mais antiga dos cultos locais, tomando-se como referência o nagô de Laranjeiras, os tambores são abaulados do tipo barrica⁴⁵.

Curiosamente, tambores semelhantes a esses que estão do IHGSE foram selecionados, juntamente com outros artefatos, para representar Sergipe na grande Exposição sobre Folclore Brasileiro montada em São Paulo, em 1954, como parte das comemorações do IV Centenário da Cidade. Realizava-se paralelamente o XXXI Congresso Internacional de Americanistas e o Congresso Internacional de Folclore. Acoplado a este, foi montada a exposição idealizada por Renato Almeida, com “uma série de quadros regionais que dêem, com o aspecto ecológico, a nossa realidade folclórica”, por meio dos quais se pretendia fornecer “uma síntese da cultura popular brasileira, quer material, quer espiritual”.⁴⁶

⁴⁵ DANTAS, Beatriz Góis. *Vouó Nagô e Papai Branco*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

⁴⁶ VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e Missão*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1997, p. 219.

A exposição apresentava estandes dos diversos estados da federação e, no de Sergipe, figuravam vários artefatos de menor visibilidade, entre os quais se destacavam as peças de cerâmica e um atabaque com o formato alongado dos tambores depositados no IHGSE.



Estande de Sergipe em exposição realizada durante o Congresso Internacional de Folclore em São Paulo em 1954. Na foto, aparece Renato Almeida, idealizador da mostra. Fonte: VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e Missão*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1997, p. [239].

No primeiro momento, cheguei a pensar que o tambor da exposição seria um dos instrumentos do IHGSE, ou seja, que um atabaque dessa Instituição teria sido deslocado para São Paulo.

Em favor dessa hipótese, há o fato de que a montagem de cada estande ficou a cargo das Subcomissões Estaduais de Folclore.⁴⁷ No caso de Sergipe, a Subcomissão se reunia no prédio do IHGSE e era presidida por Felte Bezerra, membro do Instituto e seu Presidente, entre 1951-1953. Ele se fez presente aos eventos realizados na capital paulista, tendo posado para foto ao lado de eminentes participantes do Congresso Internacional de Americanistas, ao qual se referiu com entu-

⁴⁷ VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e Missão*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1997, p. 219.

siasmo.⁴⁸ Contudo, não encontrei na correspondência de Felte Bezerra nada sobre o Congresso de Folclore e a Exposição, realizados em São Paulo. Debalde também foram as pesquisas no arquivo do IHGSE.⁴⁹

Ao comparar mais detidamente as fotos, ficou claro que os tambores, apesar de terem o mesmo formato, são diferentes no encordoamento e em outros detalhes. De todo modo, é bastante desafiador saber que, na década de 50, tambores dos cultos afro-brasileiros foram selecionados para representar Sergipe, numa exposição em que cada unidade da federação apresentava o que considerava mais representativo de si, ou na linguagem de hoje, os diacríticos de sua identidade.

Os tambores do IHGSE continuam emudecidos. Das sombras desse silêncio, sem menosprezar as atividades estritamente museológicas, emergem outras questões. Ressalto apenas uma, a título de motivar os pesquisadores.

7. LEVANTANDO QUESTÕES EM VEZ DE CONCLUSÕES

Considerando que a inclusão/exclusão de objetos relacionados com as religiões afro-brasileiras em museus está conectada às “descobertas” e “redescobertas” sobre o tema do negro pelos estudiosos e com os processos de legitimação dessas religiões⁵⁰, cabe a pergunta:

Como se posicionavam os intelectuais sergipanos – jornalistas, romancistas, poetas, historiadores, folcloristas, antropólogos – que escreviam sobre os terreiros, nas décadas de 30 a 50? Eles falaram sobre a repressão? O que disseram sobre os terreiros? Quais as categorias usadas para qualificá-los?

⁴⁸ DANTAS, Beatriz Góis; NUNES, Verônica (Org.). *Destinatário: Felte Bezerra: Cartas a um antropólogo sergipano 1947 - 59 e 1973 - 85*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2009, p. 83.

⁴⁹ Além das buscas que realizei pessoalmente na correspondência da época, estagiários da instituição, por orientação do seu Presidente Samuel Albuquerque, também pesquisaram sobre as peças dos terreiros e, além do ofício de envio do material, nada foi localizado sobre esse tema.

⁵⁰ DANTAS, Beatriz Góis. Inclusão/exclusão em museus: uma abordagem histórico-cultural. *Anais da II Semana de Museus da USP*. São Paulo, 1999. p. 37 – 45.

José Calasans, o Presidente do IHGSE em 1946, não informara ao jornalista Vergara sobre a procedência das peças que estavam na “Sala sem nome”. Se o fez, o jornalista suprimiu a informação. No entanto, no documento oficial em que agradeceu ao Chefe de Polícia a doação do “material de macumba”, Calasans referiu-se a ele como “documento comprovador da ocorrência de ritos religiosos exóticos” (destaque meu). Por duas vezes, no curto ofício, aparece a expressão ritos religiosos, numa delas acompanhada do adjetivo exótico, termo muito usado na época em referências feitas aos cultos afro-brasileiros.

Seria uma forma subliminar de discordar da repressão sobre práticas “da esfera que a autoridade pública reconheceu prejudicial ao meio social”? A sua insistência no uso da palavra religioso seria, talvez, uma maneira sutil de fazer lembrar que as religiões tinham liberdade assegurada na Constituição desde 1891. O que era considerado crime era a feitiçaria, o curandeirismo, ou seja, a parte mágica dos cultos.⁵¹

E Freire Ribeiro, evocado pelo jornalista Vergara, para “traduzir” o significado das peças reunidas na “Sala sem nome”, a que ele chama de “país de Ogum”, quem é ele? O que escreveu sobre os terreiros, sobre pais e mães de santo?

Em 1943, em entrevista ao jovem sergipano Paulo de Carvalho Neto, mais tarde, antropólogo e romancista de trânsito internacional, inquirido a respeito de “sua admiração sobre o candomblé, da Bahia”, Freire Ribeiro declarou: “– Ah!... O candomblé é uma grande cousa. Tenho também um livro: “Macumbas e Candomblés”.⁵² Esse livro chegou a ser publicado? Se não o foi, será que não se encontra esparsos nas folhas dos jornais para os quais Freire Ribeiro muito escreveu? Assim ocorreu com o seu livro *Curral* (1948), novela-poema publicada originalmente em capítulos no *Sergipe Jornal*, que tem como fio con-

⁵¹ DANTAS, Beatriz Góis. *Vouó Nagô e Papai Branco*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

⁵² A entrevista foi publicada no jornal *Correio de Aracaju*, 06 de maio, 1943. Republicado na Revista da Academia Sergipana de Letras, n. 10, 1943. Tive acesso a essa informação por meio do trabalho inédito sobre Paulo de Carvalho, escrito por Gilfrancisco, a quem agradeço a confiança e a generosidade enviando-me seu texto original.

dutor a trajetória de uma prostituta. Nele retrata, com bela linguagem, o submundo de Aracaju, na chave da literatura social da época. No livro-denúncia *Curral*, denominação do lugar onde viviam as vítimas do mais degradado meretrício da cidade, há referências a macumbeiros e despachos, fazendo algumas citações nominais de chefes de terreiro e de sua atuação no corpo social da cidade.⁵³

Freire Ribeiro era companheiro de Zózimo Lima, outro jornalista, habitual frequentador dos terreiros aracajuanos. Já em 1934, há artigo seu sobre esse tema, ao qual retorna em vários momentos de sua longa e prolífica vida de escritor.

Enfim, a escrita dos intelectuais sergipanos sobre as religiões populares que se abrigam sob a denominação de afro-brasileiras, na primeira metade do século XX, assunto tratado *en passant* por Janaína Aguiar,⁵⁴ é um campo promissor de pesquisa; entre muitas outras possíveis contribuições, ajudaria a aclarar o clima intelectual da época em que os “objetos dos terreiros” fizeram seu ingresso no IHGSE e aí permanecem silenciosos.

Artigo recebido em 04 de maio de 2014.

Aprovado em 20 de maio de 2014.

⁵³ RIBEIRO, Freire. *Curral*. Aracaju: [s.i], 1949.

⁵⁴ AGUIAR, Janaína. “*Brincadeiras de Santo*”: uma contribuição à história dos antigos cultos afro-brasileiros em Aracaju-SE (1920-1960). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008. Monografia para obtenção do Bacharelado em História.

A CULTURA A SERVIÇO DA POLÍTICA: órgãos oficiais, censura e propaganda durante o Estado Novo em Sergipe

Andreza Santos Cruz Maynard*

THE CULTURE IN THE SERVICE OF
POLITICS: official organ, censorship
and propaganda during the Estado
Novo in Sergipe

RESUMO

Este texto analisa a existência do Departamento de Propaganda e Divulgação do Estado de Sergipe (DPDE) e do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda em Sergipe (DEIP/SE), órgãos que desenvolveram ações de propaganda e censura entre 1939 e 1945. Em Sergipe o DPDE e o DEIP se orgulhavam de cumprir com o dever de cuidar da imagem política do regime. O Estado Novo era exaltado em todas as oportunidades, assim como Getúlio Vargas. Mas as autoridades sergipanas, principalmente os interventores, também recebiam frequentes congratulações do DPDE e DEIP/SE. A existência do Departamento de Imprensa e Propaganda e dos seus auxiliares estaduais evidenciava que a cultura foi utilizada para promover os interesses políticos nacionais e locais.

Palavras-chave: religiões afro-brasileiras, museu, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

ABSTRACT

This paper analyzes the Department of Advertising and Disclosure of Sergipe (also named DPDE) and the State Department of Press and Propaganda in Sergipe (also named DEIP/SE), who developed propaganda and censorship actions between 1939 and 1945. In Sergipe these organs prided comply with the duty of caring for the political image of the regime. The “Estado Novo” was elated at every opportunity, as well as Getúlio Vargas. But Sergipe authorities, mainly the interventionists also received congratulations. The existence of the Department of Press and Propaganda and his auxiliary in state showed that the culture was used to promote the national and local political interests.

Keywords: “Estado Novo”, Sergipe, Censorship and Propaganda.

* Doutora em História pela UNESP. Membro do GET/UFS/CNPq. Pós-doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Bolsista CNPq/FAPITEC-SE na modalidade DCR.

O povo sergipano está satisfeito com o governo que atualmente tem; e as gerações vindouras, quando tiverem de rever o nosso passado e de analisar os nossos dias hão de fazer justiça ao chefe do executivo pelo seu patriotismo, pela sua louvável preocupação em defender os interesses do Estado (...). Não há louvores nestas expressões, nem elas representam intuitos outros, que não por em destaque uma administração rica de trabalho infatigável, de solicitude e dedicação do bem público.¹

Nas décadas de 1930 e 1940 a cultura recebeu uma atenção particular, algo que não encontra paralelos nas décadas anteriores. Nesse período, e, sobretudo durante o Estado Novo (1937-1945), a cultura foi concebida como uma ferramenta política. Um projeto ambicioso que visava a organização e direcionamento da cultura brasileira foi esboçado desde o início dos anos 1930, mas adquiriu maior expressão após 1939 com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Uma das principais estudiosas do período, Maria Helena Capelato,² aponta não apenas a relação entre o Estado Novo e a Cultura, mas também a ligação entre o modelo político implementado no Brasil a partir da década de 1930 e os exemplos europeus, sobretudo as experiências italiana e alemã no controle das massas. A autora pondera que “Apesar de apresentar características próprias, o Estado Novo brasileiro teve inegável inspiração europeia”.³

Iniciativas do governo central, mas também dos estados, ajudaram na consolidação do projeto de cultura política do Estado Novo. Este texto

¹ NOVIDADE. Aracaju, 28 de setembro de 1940, p. 4.

² CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V.2.

³ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V.2.p. 109.

analisa a existência do Departamento de Propaganda e Divulgação do Estado de Sergipe (DPDE) e do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda em Sergipe (DEIP/SE), órgãos que desenvolveram ações de propaganda e censura entre 1939 e 1945.

Embora o DIP tenha sido organizado apenas em dezembro de 1939, iniciativas anteriores procuravam a melhor maneira de sistematizar o controle sobre a cultura brasileira. Nesse sentido, os exemplos dos regimes fascistas europeus serviram de inspiração, conforme destacou Maria Helena Capelato.⁴ Assim, as inovações na política brasileira à época não podem ser creditadas apenas a Getúlio Vargas e à sua equipe. Mudanças de ordem nacional e internacional exigiam uma nova forma de lidar com as massas.

Seguindo a premissa de que a política moderna não podia desprezar os meios de comunicação de massa, em 2 de julho de 1931 o governo de Getúlio Vargas criou o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), cuja função seria atuar na radiodifusão e fornecer notas à imprensa. De forma mais sistematizada foi criado em 10 de julho de 1934 o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), que tinha a missão de investigar a melhor maneira de empregar os principais meios de comunicação de massa da época, ou seja, a imprensa, o rádio e o cinema na veiculação da propaganda política. No início de 1938 o órgão foi renomeado, tendo recebido a designação de Departamento Nacional de Propaganda (DNP).

Em 27 de dezembro de 1939 o DNP foi substituído pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O Decreto n. 1.915 criou este órgão e extinguiu o anterior. Sob a direção do jornalista sergipano Lourival Fontes e diretamente subordinado à Presidência da República, o DIP era o porta-voz do Estado Novo. Ele deveria controlar toda propaganda e publicidade de órgãos públicos e organizar homenagens a Getúlio Vargas.⁵ Além disso, estava incumbido de executar a censura prévia dos meios de comunicação de massa.

⁴ CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, Papirus, 1998.

⁵ Cf. ABREU, Alzira Alves de...[et.alli] *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (Pós 1930)*. Rev. Amp. Atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v.1.

O DIP deveria centralizar e coordenar a propaganda nacional, dentro e fora do país, construindo e difundindo a imagem oficial do governo. Internamente abrigava cinco divisões: Divulgação, Radiodifusão, Cinema e Teatro, Turismo e Imprensa. A propaganda política realizada pelo DIP deveria ajudar na legitimação do Estado Novo e na exaltação do chefe máximo da nação, Getúlio Vargas.

1. OS ÓRGÃOS OFICIAIS, SUAS INCUMBÊNCIAS E COTIDIANO

Tradicionalmente a historiografia brasileira menciona a existência do DIP e sua relação com as sucursais estaduais, os DEIPs. Num longo compêndio a respeito do Estado Novo, Edgard Carone não se aprofunda no tema, mas destaca que “Em cada Estado, forma-se um Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) com as mesmas funções e subordinado ao do Rio de Janeiro. E como o órgão central, os DEIP fazem suas próprias edições de livro e de propaganda”.⁶

Na década de 1990 pesquisas e publicações ligadas à Fundação Getúlio Vargas despertaram a atenção dos historiadores brasileiros para os temas da educação, intelectuais e cultura durante o Estado Novo. Segundo Maria Helena Capelato⁷ o interesse renovado dos historiadores pelo período do Estado Novo está associado a pesquisas como, por exemplo, as que se dedicam à organização do DIP, bem como suas práticas de propaganda e censura, a sistematização da política cultural do Estado Novo e o uso dos meios de comunicação.

Contudo, a atuação do DIP para além do eixo Rio de Janeiro e São Paulo continua a ser um tema pouco explorado pelos pesquisadores. Alguns trabalhos que se debruçam sobre os meios de comunicação à época do Estado Novo mencionam os DEIPs, sem aprofundamentos,

⁶ CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937 – 1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977, p. 171.

⁷ Cf. CAPELATO, Maria Helena. Estado Novo: o que trouxe de novo. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V.2. p. 111.

o que denota a ausência de pesquisas, ou ao menos de trabalhos publicados sobre o tema.

Com uma longa trajetória na pesquisa a respeito dos periódicos no Brasil, Tania Regina de Luca aponta as características da produção e censura de informações no Brasil durante o Estado Novo. Num texto de 2011, Luca menciona a existência dos órgãos estaduais ligados ao DIP. Segundo a autora

O Decreto-Lei 2557, de 4 de setembro de 1940, instituiu e regulou as funções dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (Deip), que deveriam doravante contar com suas próprias agências. No ano seguinte, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Piauí, Pará, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e São Paulo já contavam com Deips organizados e apoiados e doutrinariamente, pelo órgão líder.⁸

Luca informa que consultou o Anuário da Imprensa Brasileira, onde a mesma encontrou os decretos que instituíram cada um dos DEIPs mencionados por ela. Sergipenão aparece na lista, embora o estado seguisse as determinações do governo federal no sentido de manter órgãos ligados ao DIP por aqui.

A falta de aprofundamento sobre o funcionamento dos órgãos de censura e propaganda nos estados cria a imagem de que o DIP era um órgão superpoderoso que estendia seu raio de ação a todos os estados, e que controlava perfeitamente a censura e a propaganda, obtendo os resultados esperados. E em segundo lugar, passa a impressão de que os DEIPs seguiam as mesmas diretrizes e funcionavam sem grandes diferenciações. Havia obrigações em comum, mas também peculiaridades em cada estado, como os interesses políticos locais e suas iniciativas

⁸ Luca, Tania Regina de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n. 61, p. 271-296, 2011. p. 283.

nas áreas da cultura, propaganda e censura. Em Sergipe o DEIP foi precedido pelo Departamento de Propaganda e Divulgação do Estado de Sergipe (DPDE).

O Decreto-Lei n. 171, de 7 de fevereiro de 1939, criou o Departamento de Propaganda e Divulgação do Estado de Sergipe. O interventor federal em exercício, Eronides Ferreira de Carvalho, estava interessado em empregar técnicas de propaganda para divulgar os princípios do regime e do seu próprio governo. No texto do decreto diz-se que a iniciativa pretendia melhorar a comunicação entre o governo e o povo. O artigo 2º especifica as atribuições do DPDE, quais sejam:

- a) divulgar os princípios difundidos pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, utilizando-se dos meios que venha a dispor, bem como das organizações culturais do Estado, amparadas ou subvencionadas por este, no intuito de criar uma coincidência adequada ao regime;
- b) prestar cooperação ao Departamento Nacional de Propaganda, quer realizando os serviços que este lhe confiar, quer fornecendo ao mesmo material de propaganda referente ao Estado de Sergipe;
- c) promover, centralizar e coordenar a propaganda geral do Estado, realizando campanhas de defesa e divulgação;
- d) racionalizar e orientar as várias modalidades de propaganda pela imprensa, pelo rádio e pelo cinema, difundido, direta e indiretamente, tudo quanto se referir ao nosso progresso intelectual e material, de modo a obter o máximo de proveito e despertar o maior interesse pelas cousas do Estado;
- e) divulgar por todos os meios a seu alcance os trabalhos culturais e econômicos necessários à informação, educação, orientação comercial, industrial e agrícola bem assim tudo quanto passa interessar à saúde e educação do povo;
- f) delinear e levar a efeito planos de propaganda que tenham por fim concorrer para o progresso cultural, social e econômico do Estado;

- g) dirigir e organizar os vários serviços de publicidade existentes nas Secretarias do Estado e departamentos administrativos sob o mesmo critério técnico, para a realização de um plano geral e uniform;
- f) fomentar, por meio de propaganda, o movimento turístico para o Estado de Sergipe;
- g) promover e organizar concursos, exposições, feiras e mostruários;
- f) fornecer largas informações das nossas atividades sociais, culturais, econômicas e administrativas;
- h) amparar as iniciativas culturais e artísticas em sua função social;
- i) distribuir comunicados e serviço telegráfico à imprensa do país e do estrangeiro sobre as atividades administrativas, econômicas, sociais e culturais do Estado;
- j) selecionar e classificar dentre as publicações e periódicos de evidente utilidade, nacionais e estrangeiros, tudo quanto constituir matéria de interesse para o fim de propaganda e de permuta;
- l) manter intercâmbio de publicidade com os demais departamentos congêneres existentes em outros Estados da União.⁹

O mesmo decreto também instituiu uma estação de Rádio Difusora do Estado, denominada de “Rádio Aperipê de Sergipe”. Com fins educativos e de divulgação, a rádio deveria ser mantida e dirigida pelo DPDE.

Em seu trabalho sobre o funcionamento da rádio sergipana durante o Estado Novo, Dilton Maynard menciona o trabalho do DPDE e mais tarde do DEIP junto à PRJ-6. De acordo com o historiador, durante os primeiros anos, “os gerentes da propaganda estatal trataram de providenciar os meios para ampliar o número de ouvintes”.¹⁰ E diante do ínfimo número de aparelhos receptores, uma vez que nem todos podiam adquiri-lo, foram instaladas caixas de som na Praça Fausto Cardoso, em frente ao Palácio do Governo.

⁹ DECRETO-LEI N. 171, de 17 de fevereiro de 1939. Atos do Poder Executivo. p. 9-10.

¹⁰ MAYNARD, Dilton C. S. Ecos da memória: notas sobre a era do Rádio em Sergipe. In: MAYNARD, Andreza S. C.; Maynard, Dilton C. S. Dias de Luta: Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011. p. 63.

O DPDE funcionou no térreo, lado sul, do Palácio do Governo. Em anexo também funcionava uma sucursal da Agência Nacional,¹¹ desde abril de 1939. Os funcionários do DPDE distribuíam notícias telegráficas aos jornais locais, ao mesmo tempo notícias locais eram remetidas ao Rio de Janeiro. A estrutura do DPDE contava, em 17 de fevereiro de 1939, com o diretor João Marques Guimarães, 2 redatores, 2 adidos, 1 auxiliar de datilografia, 1 fotografo, 1 contratado, e 2 contínuos (um deles trabalhava como porteiro).

Fazendo uso de portarias internas, o diretor procurava disciplinar os funcionários no local de trabalho. Ele esclarecia que era proibido usar gíria na repartição e que só deveriam entrar em seu gabinete quando fossem chamados. Além disso, havia orientações por escrito para que quando o diretor e demais autoridades passassem os funcionários levassem em sinal de respeito. Caso um funcionário faltasse por doença, precisava comprovar com atestado médico.

As constantes repreensões dos funcionários evidenciam as dificuldades para moldá-los à rotina do órgão oficial. Reclamações sobre o comportamento dos funcionários, as saídas sem consentimento, empréstimos de jornais e até mesmo máquinas de datilografia a pessoas estranhas, além da entrada das mesmas no recinto não são raras. No entanto a tentativa de controlar o comportamento dos funcionários ia além do ambiente do DPDE. Em 16 de novembro de 1939, João Marques Guimarães dizia que

O Diretor do Departamento de Propaganda e Divulgação do Estado de Sergipe, no uso das suas atribuições legais, resolve repreender todos os funcionarios que, sem causa justificada, não compareceram, ontem, à missa de ação de graças, na Catedral, e à recepção oficial, no Palácio do Governo, deixando assim de cumprir ordens escritas desta Diretoria.¹²

¹¹ A Agência Nacional foi criada por Getúlio Vargas, sendo que não lhe cabia descobrir a notícia, apenas dar um tom oficial ao que havia sido publicado anteriormente por outros jornais.

¹² PORTARIA N. 19, de 16 de novembro de 1939. Cf. Documentação Arquivo Público do Estado de Sergipe/APES-G7.

Por outro lado, a autoridade do diretor também era empregada para fazer pedidos especiais aos funcionários. Num documento de 22 de abril de 1939 João Marques Guimarães, diretor do DPDE, considera que como não havia orçamento vigente para o e diante da necessidade de manter as atividades do Departamento, pedia aos funcionários para economizarem material, limitando o gasto ao estritamente necessário. A solicitação indicia a existência de poucos recursos para o órgão estadual.

O DPDE estava encarregado de enaltecer o Estado Novo e Getúlio Vargas. Seu aniversário, em abril, era motivo para que os jornais publicassem textos elogiosos. Assim como também faziam com o primeiro diretor do DIP,¹³ Lourival Fontes. Em artigos da imprensa local e outros documentos de época, ele é lembrado não apenas por ser o diretor do DIP, mas também por ser um filho de Sergipe. Uma das homenagens foi registrada pelo DPDE. Em 20 de junho de 1940

O Diretor em comissão do departamento de propaganda e divulgação do Estado, no uso das suas atribuições legais, resolve designar digo: em homenagem à data de hoje, que assinala o transcurso do aniversário do eminente Sergipano Dr. Lourival Fontes, atual Diretor Geral do Departamento de Imprensa e Propaganda, resolve dar à Biblioteca deste Departamento o nome daquele brilhante conterrâneo.¹⁴

Mas além dos aniversários do presidente da república e dos diretores do DIP, também era preciso estar atento aos natalícios dos interventores federais e dos diretores do DPDE e DEIP/SE, além do Dia da

¹³ Mais tarde foram nomeados o major Coelho dos Reis (julho de 1942 a julho de 1943) e capitão Amílcar Dutra de Menezes (1943 a maio de 1945).

¹⁴ PORTARIA n. 52, de 20 de Junho de 1940. Cf. Documentação Arquivo Público do Estado de Sergipe/APES-G7.

Árvore, Semana da Pátria, Semana Eronides Carvalho, celebração do Estado Novo. Algumas incumbências do DPDE passaram a ser desenvolvidas pelo DEIP/SE.

Durante o segundo semestre de 1941 o DPDE deixou de existir e apareceu o DEIP/SE, que incorporou algumas funções do órgão anterior. O DPDE estava diretamente ligado à interventoria. Embora o texto do decreto mencione a existência do DNP e a colaboração ao mesmo, as decisões eram tomadas na esfera local. Já o DEIP/SE atuava em sintonia maior com o governo federal, mantendo comunicação frequente com os burocratas na capital do país através do telégrafo.

O Decreto-Lei n. 331, de 11 de julho de 1941,¹⁵ criou o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) em Sergipe, que estava subordinado diretamente ao interventor federal e recebia orientação técnica e doutrinária do DIP. O órgão que atuava na esfera estadual era constituído por uma Diretoria Geral, uma Divisão de Publicidade, Cinema, Teatro e Diversões, e uma Divisão de Radiodifusão e Turismo. O DEIP/SE funcionava no salão nobre da Biblioteca Pública,¹⁶ cujo prédio estava localizado à Praça Fausto Cardoso, próximo ao Palácio do Governo. À época Epifânio da Fonseca Dória era o diretor da Biblioteca Pública do Estado.

O DEIP/SE estava incumbido de censurar a imprensa, cinemas, teatros e diversões públicas, responsabilidade anteriormente conferida à polícia civil do estado. Qualquer infração era registrada e enviada aos DIP, para que o mesmo aplicasse as multas correspondentes, ou cassasse a licença de funcionamento dos estabelecimentos, a depender do caso.

Os jornais, revistas e correspondentes em Sergipe também estavam sob o olhar diligente da censura e eram obrigados a enviar requerimentos com pedido de registro ao DEIP/SE, que encaminhava essa documentação ao DIP. Até mesmo jornais de circulação interna como “O Correio Colegial”, confeccionado pela Livraria Regina (localizada à

¹⁵ Muito embora a data de criação de DEIP/SE tenha sido 11/07/1941, a primeira portaria assinada pelo diretor do órgão, Acrísio Cruz, data de 14 de outubro de 1941.

¹⁶ Atualmente é o prédio do Arquivo Público de Sergipe.

Rua João Pessoa, n. 137) precisou pedir autorização. Qualquer manifestação pública fosse ela de caráter intelectual ou artística precisava da autorização oficial. Até mesmo as festas carnavalescas eram submetidas à censura prévia.

Desde a sua fundação os diretores do DPDE e DEIP em Sergipe foram respectivamente o bacharel João Marques Guimarães,¹⁷ o jornalista Jeferson Silva de Oliveira, o professor Acrísio Cruz,¹⁸ o jornalista João Bezerra,¹⁹ o jornalista Luís Pereira de Melo²⁰ e o bacharel, professor e jornalista Severino Uchoa.²¹ Eram homens habituados às letras, com um conhecimento diversificado e acima de tudo pessoas em quem se podia confiar para vigiar os passos da movimentação artística e intelectual no estado. Foi durante o funcionamento do DEIP/SE que o Brasil se envolveu com o conflito bélico que ocorria naquele momento.

2. SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Em janeiro de 1942 o Brasil se posicionou em favor dos Aliados, especialmente dos Estados Unidos. O rompimento das relações comer-

¹⁷ No dia 22 de setembro de 1939 o Correio de Aracaju recebeu uma circular enviada pelo capitão Chefe de Polícia Odilon Siqueira, informando que a partir daquela data a censura da imprensa, cinemas e teatros seria feita pelo bacharel João Marques Guimarães, que também era Diretor do Departamento de Propaganda. Cf. CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 23 de setembro de 1939, p. 3.

¹⁸ Filho de Manoel Antonio da Cruz e Maria Leopoldina da Cruz. Nasceu na cidade de Laranjeiras (SE), em 31 de outubro de 1906. Foi diretor do Grupo Escolar General Siqueira e do Grupo Escolar Manoel Luiz. Interessava-se pela psicologia e novas concepções pedagógicas.

¹⁹ Deixou o cargo de diretor de DEIP em 22 de dezembro de 1942. Cf. CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 22 dez 1942, p. 4.

²⁰ Tomou posse como diretor do DEIP em 22 de dezembro de 1942. Cf. CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 22 dez 1942, p. 4.

²¹ Foi empossado pelo Ministro da Justiça como diretor do DEIP no início de agosto de 1944. No dia 11 de agosto de 1944, às 14h Severino Uchoa assumiu as funções de diretor do órgão em Sergipe. Ele colaborava com a imprensa local e era genro de Lourival Garcez. Cf. CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 5Ago 1944 e 11 Ago 1944. Severino Uchoa permaneceu no cargo até a extinção do DEIP em maio de 1945.

ciais e diplomáticas com os países do Eixo levou a uma série de ataques às embarcações brasileiras por submarinos alemães e italianos.

Durante o primeiro semestre de 1942 o DEIP em Sergipe recebeu várias mensagens telegráficas dando orientações sobre o que convinha ou não ser noticiado no Brasil. Em 11 de abril de 1942, Lourival Fontes reiterava instruções anteriores e solicitava ao diretor do DEIP em Sergipe que não fossem divulgadas notícias a respeito do ataque ou afundamento de navios, de qualquer nacionalidade, em águas brasileiras. Noutro telegrama

(...) Urgentíssimo reservado com referencia acao contra submarinos eixistas solicito vossa excelência providenciar sentido proibição total da divulgação de qualquer noticiário com excessão da nota oficial pt outrossim quaisquer outras ocorrências em águas brasileiras não devem ter divulgação antes da nota oficial sobre o assunto pt.²²

Essas mensagens telegráficas enviadas pelo DIP também orientavam para que não fossem publicadas em Sergipe notícias sobre a movimentação de tropas nacionais e norte-americanas, embarque de materiais estratégicos, entrada e saída de navios de guerra dos portos brasileiros, datas de chegada e partida de navios, carregamentos, ou qualquer movimento de carga. As diretrizes eram recebidas pelo DEIP/SE e repassadas aos jornais locais.

Mas em agosto de 1942 os ataques às embarcações brasileiras ocorreram em território nacional, mais especificamente próximos ao litoral de Sergipe e Bahia. Entre os dias 15 e 17 cinco embarcações levavam 837 pessoas a bordo, quando foram atacadas pelo submarino alemão U-507. Em decorrência do afundamento do *Baependy*, *Araraquara*, *Aníbal Benévolo*, *Itagiba* e *Arará*, 652 pessoas morreram.²³

²² TELEGRAMA DO DIP AO DEIP/SE, 30 maio 1942. Cf. Documentação Arquivo Público do Estado de Sergipe/APES-G7.

²³ Cf. AGRESSÃO: Documentário dos fatos que levaram o Brasil à Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1943, p.19.

E embora os corpos dos mortos, dos sobreviventes e os destroços das embarcações tivessem aparecido nas praias sergipanas, os jornais locais foram impedidos de notificar o fato. A tentativa de impedir a divulgação de informações a respeito dos torpedeamentos para evitar manifestações públicas, pouco adiantou em Sergipe, uma vez que os náufragos e os cadáveres continuavam a aparecer nas praias, testemunhando a ação sucessiva do U-507. Residências e estabelecimentos comerciais de estrangeiros que viviam em Aracaju foram alvos da população enfurecida. Várias pessoas foram até a Praça Fausto Cardoso e diante do Palácio do Governo solicitavam ao interventor Augusto Maynard Gomes que o Brasil revidasse ao ataque do Eixo. Em vários estados houve manifestações populares semelhantes.²⁴

No dia 18 de agosto de 1942 os jornais impressos e estações de rádio de todo o país transmitiram um comunicado oficial informando sobre os torpedeamentos. A partir de então os periódicos locais publicaram várias matérias narrando o fato.

3. 1945 E O INÍCIO DO FIM

Ao longo da Guerra, o DEIP/SE continuou realizando ações para enaltecer o Estado Novo e Getúlio Vargas, além de destacar os méritos das autoridades locais, sobretudo os interventores federais. Essa prática ficou registrada em alguns documentos, como por exemplo, os periódicos. Mesmo em jornais mais independentes como o “Correio de Aracaju” e o “Sergipe Jornal” é possível encontrar notas de elogio a Getúlio Vargas, Lourival Fontes, Eronides Ferreira de Carvalho e Augusto Maynard Gomes. Os periódicos não podiam fugir aos moldes da censura oficial. Para conseguir a licença para funcionar, era preciso se adequar às exigências do DIP e DEIP/SE.

Dessa maneira, a censura garantia a aparência de concordância

²⁴ Cf. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl; LAPSKY, Igor; CABRAL, Ricardo; FERRER, Jorge (Orgs.). *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.

sobre os rumos da política nacional e local. Em 1945 o DEIP/SE publicou uma biografia do interventor em exercício Augusto Maynard Gomes. Escrita por Severino Uchoa, coincidentemente o diretor do DEIP/SE. A obra “Augusto Maynard, o estadista e o revolucionário” deveria fortalecer a imagem do interventor, mas as contradições políticas já não seriam contidas com tanta eficiência.

No início de 1945 o “Sergipe Jornal” desafiou a autoridade do DEIP/SE e colocou notícias sobre a possibilidade de eleições, citando inclusive o nome de Eduardo Gomes. Ao mesmo tempo o periódico dava cutucadas no interventor Augusto Maynard Gomes, que desejava continuar no poder. No dia 2 de fevereiro de 1945 o “Sergipe Jornal” publicou uma edição com um grande espaço em branco na primeira página onde se podia ler “Este espaço em branco, era a resposta de SERGIPE-JORNAL ao DIÁRIO DE SERGIPE que a Censura proibiu, mal havíamos iniciado a nossa tiragem”. A ousadia do periódico custou caro. Atitudes dessa natureza não eram toleradas pelas autoridades. Durante o primeiro semestre de 1945 os diretores dos jornais “Correio de Aracaju” e “Sergipe Jornal” chegaram a ser presos.

Segundo Edgard Carone²⁵ a abertura democrática, iniciada em março de 1945, levou à extinção do DIP e sua transformação no Departamento Nacional de Informações. No entanto, em Sergipe as mudanças ocorreram num ritmo mais lento. Oficialmente, a extinção do DEIP/SE teria ocorrido em maio de 1945.

No dia 28 de maio de 1945, uma das chamadas da primeira página do “Sergipe Jornal” foi “A EXTINÇÃO DO D.I.P. / É mais uma tapeação da Ditadura/Foi mantida a censura à imprensa, ao rádio e ao teatro”²⁶. Dias depois o mesmo periódico denunciava que apesar das mudanças perpetradas pelo governo federal, em Sergipe os mesmos órgãos seguiam na mesma. De acordo com o “Sergipe Jornal”

²⁵ Cf. CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937 – 1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.p. 172.

²⁶ SERGIPE JORNAL. Aracaju, 28 de maio de 1945, p. 1.

Continua a existir em Sergipe, tal como dantes, o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda.

Em nada, absolutamente, o decreto federal que extinguindo o Dip e os Deipes, afetou-lhe o funcionamento e a estrutura, pois que ele aí está, faceiro e gaiato como outrora, à serviço da Interventoria, na execução do mesmo programa laudatório-bajulatório ilimitado.

Ao que parece não chegou ao conhecimento do governo sergipano a notícia da extinção do Dip e da criação do Departamento Nacional de Informações.

Todos os dias o “Diário Oficial” anuncia as atividades do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado, do executor do sítio à imprensa, de algoz do pensamento livre, cada vez mais ocupado em atender os áulicos da Ditadura e se desmandar no elogio das técnicas políticas totalitárias.

E, para que mudar de nome?

Para que o convencionalismo desse ritual?

Para que essa cerimônia desnecessária?

Se a coisa é a mesmo não adianta mudar o rótulo.

D.N.I. ou D.I.P., tudo vem dar no mesmo, porque tudo é fascismo, violência contra a ideia, opressão contra o direito de pensar fora dos moldes da Ditadura?

Que adiantou, afinal, a troca do nome?

Aqui o governo entendeu assim, pelo menos.

No território sergipano o Deip continua a existir, porque o governo está convencido que o Deip é o Deip mesmo, é porque é, e não precisa mudar de nome.

Sendo o mesmo o veneno, deve ser o mesmo rótulo do frasco.

Entre o governo do Estado e o Federal, qual dos dois nesse caso, o que não está certo?...”²⁷

²⁷ SERGIPE JORNAL. Aracaju, 8 de junho de 1945, p.4

A ironia empregada pelo periódico e as acusações abertas de que se vivia numa ditadura, por mais que o DIP e DEIP/SE continuassem insistindo no caráter “democrático” do Estado Novo, refletiam as mudanças do momento. O “Correio de Aracaju” fazia coro ao “Sergipe Jornal” e reclamava da censura exercida pelo DIP e DEIP/SE. O periódico afirmou que a missão dos órgãos era esmagar o pensamento e “incensar o ditador”.²⁸ Por outro lado, alguns jornais preferiam manter distância da polêmica, ou mesmo havia aqueles que não viam motivos para reclamar da ordem estabelecida.

Durante os anos de vigência do Estado Novo, a ação dos órgãos de censura e propaganda se empenharam na promoção dos interesses do regime. Diante da proibição oficial de críticas ao regime e aos políticos, pairava uma ideia de consenso em torno da importância do Estado Novo, de Getúlio Vargas e dos interventores sergipanos. Contudo, a partir de 1945 o regime dá mostras de fraqueza. Mudanças de ordem internacional, nacional e local dão margem para o aparecimento de manifestações de insatisfação. O fato era que o Brasil havia se envolvido numa Guerra para defender a democracia, enquanto o país vivia sob uma ditadura.

Por fim, cabe destacar que enquanto existiram, os órgãos oficiais que cuidavam da censura e da propaganda em Sergipe se orgulhavam de cumprir com o dever de cuidar da imagem do regime. O Estado Novo era exaltado em todas as oportunidades, assim como Getúlio Vargas. Mas o DPDE e o DEIP/SE também se colocaram à disposição dos políticos locais, sobretudo no caso de Eronides Ferreira de Carvalho e Augusto Maynard Gomes. Exposições, comemorações, desfiles, programas de rádio, publicações na imprensa, livros e revistas serviram também ao cultivo de uma boa imagem dos políticos sergipanos. Iniciativas do governo central, como a criação do DIP, e a existência de órgão oficiais a exemplo do DPDE e DEIP/SE evidenciavam que a cultura foi utilizada para promover os interesses políticos nacionais e locais.

Artigo recebido em 31 de março de 2014.

Aprovado em 07 de abril de 2014.

²⁸ Cf. CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 25 de junho de 1945, p.3.

SANAR OS MALES E
ORDENAR OS ESPAÇOS
URBANOS: políticas
médicas no governo de
Eronides de Carvalho

Silvânia Santana Costa *
José Carlos Santos**

THE CULTURE IN THE SERVICE OF
POLITICS: official organ, censorship
and propaganda during the Estado
Novo in Sergipe

RESUMO

No período de governo de Eronides Ferreira de Carvalho desenvolve políticas voltadas à área da salubridade das cidades, como a higienização e a organização do espaço urbano, visando detectar e eliminar os elementos responsáveis pela proliferação de doenças. Nesse contexto é percebido o ideal do Estado no aprimoramento do homem por meio do incentivo ao esporte; da proteção às crianças, desde a maternidade; bem como a construção e reordenação de prédios

públicos. O presente trabalho tem como objeto as medidas adotadas pelo médico durante o período em que esteve à frente da administração do Estado de Sergipe (1935-1941). Pretende-se verificar as ações voltadas ao campo de ação médica, evidenciando que o projeto político também estava ligado as teorias médicas que permearam sua vida estudantil e ao contexto da política nacional vigente.

Palavras-chave: Historiografia sergipana; políticas médicas; Eronides de Carvalho.

* Coordenadora de Extensão na modalidade de ensino a distância (EAD) da Universidade Tiradentes (UNIT/DED). Doutoranda em Educação pela PUCRS. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Especialização em Magistério Superior pela UNIT. Graduação em História pela UFS.

** É líder do grupo de pesquisa Educação, Sociedade e Direito (UNIT). E também membro como pesquisador do Grupo de Pesquisa Sociedade, Educação, História e Memória – UNIT e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História, Cultura e Identidade – UNIT. E-mail: silandsan@gmail.com.

ABSTRACT

In the period of government Eronides Ferreira de Carvalho develop policies aimed at the area of health of cities, such as cleaning and organization of urban space in order to detect and eliminate the elements responsible for the spread of disease. In this contextis perceived ideal state in the improvement of man by encouraging the sport; the protection of children from motherhood; and the construction of public buildings and

reordering. The present work has as its object the measures adopted by the doctor during the period that led the administration of the State of Sergipe (1935-1941). It is intended to check the actions to the field of medical action, showing that the political project was also linked to the medical theories that permeated his student life and the context of existing national policy.

Keywords: Sergipe historiography; medical policies; Eronides de Carvalho.

Eronides Ferreira de Carvalho cursou medicina na Faculdade da Bahia. Ele foi governador do estado de Sergipe por alguns períodos, após a revolução de 1930 assumitemporariamente. Em 1935 é eleito. E, nomeado interventor no Estado Novo, de 1937 até 1941. Antes de 1930, não havia participado da política sergipana seu ingresso ocorre com a criação da União Republicana de Sergipe.

Na administração pública programa várias medidas ligadas a área da saúde. A política médica de Carvalho pode ser vista dentro das seguintes perspectivas: atendendo as exigências do contexto histórico e como projeto desenvolvido por um médico à frente do governo, imbuído doentusiasmo pela medicina.

Ao assumir a administração estadual, Eronides de Carvalho encontra o Departamento de Saúde Pública¹ com três inspetorias: a primeira abrange a epidemiologia, a profilaxia e a educação sanitária; a outra de gêneros alimentícios e exercícios das profissões; e a de higiene infantil. O órgão possuía também dois dispensários na capital situados nas ruas de Boquim e do Bomfim.

¹ Sobre o orçamento destinado as realizações estaduais no setor da saúde verificar: Relatório (1939). Apresentado pelo interventor Federal Dr. Eronides Ferreira de Carvalho ao Exmo. Sr. Presidente da República (de acordo com o art. 46, do Decreto-lei n° 1202, de 8 de abril de 1939). Imprensa oficial, Aracaju, 1940.

De acordo com o governador era necessário reorganizar o setor de saúde com a adoção de diversas medidas e a criação de setores para auxílio em sua administração. Dentre as medidas, contou com o diretor do Departamento Nacional de Saúde, Dr. Barros Barreto para realizar um programa de reforma da Saúde Pública. Este órgão sob a sua administração desempenhou “atividades fundamentais no campo da saúde, não apenas no âmbito federal, mas também através da ação direta e indireta sobre os departamentos de Saúde estaduais”.²

No que diz respeito ao saneamento básico, o Escritório Saturnino de Britto apresentou ao então governador o relatório sobre o levantamento dos serviços de água e esgoto. O engenheiro Floro da Costa Doria, descreve a necessidade de uma reforma e ampliação urgente³ e apresenta um programa de melhorias. Ao analisar o documento, o governador evidenciou que seria fundamental “dar ao caso da água e esgoto da capital uma solução proveitosa ao povo e ao Estado”.⁴

O serviço de Saúde Pública passa a ser desenvolvido no Palácio Serigi, no qual é instalado o Centro de Saúde, destinado a higiene: pré-natal, infantil pré-escolar, tuberculose, vias urinárias, doenças contagiosas, do trabalho e alimentar. Além de abranger saneamento, polícia sanitária, malária, assistência aos psicopatas, estatísticas, educação e propaganda, epidemiologia, gabinete dentário.

² SINGER, Paul. CAMPOS, Oswaldo. OLIVEIRA, Elizabeth, M. de. *Prevenir e curar O controle social através dos serviços de saúde*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988, p. 130.

³ Devido o desenvolvimento urbano, Eronides tenta remodelar e ampliar o Serviço de Água e Esgoto (SAE), o Decreto-Lei nº 66, de 25 de março de 1938, disponibiliza para diversos pontos da cidade o sistema de água e esgoto. Com essa medida o governante acredita que pode garantir um bom estado sanitário na cidade. SANTANA, José Lima. Estudos realizados pelo escritório Saturnino de Britto. In: SANTANA, José Lima. *História do Saneamento básico em Sergipe*. Publicado pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO). Aracaju, editado pela OFFSET, 1999, p.205.

⁴ A receita do Estado estava onerada, o governo na década de 30 tinha gasto com obras contra a seca, que embora tivessem sido liberados pelo Governo Federal, este não tinha feito os repasses até 1936. SANTANA, José Lima. *História do Saneamento básico em Sergipe*. Publicado pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO). Aracaju, editado pela OFFSET, 1999, p. 205.

O órgão destinado ao Centro de Saúde instalado no antigo prédio da cadeia pública, denominada pela população como “cadeia velha”. O hábito de cognominar ruas e praças tomando como ponto principal um edifício importante, era hábito comum da população citadina. Por isto, a praça onde se localizava a cadeia pública⁵ ficou conhecida como “Praça da Cadeia”. Ela foi projetada pelo engenheiro Firmino Rodrigues Vieira, ativada em 1869, e desativada no final do governo de Graccho Cardoso.

O edifício da “cadeia velha” visto como um local doentio dá espaço ao palácio, destinado a sanar os males existentes na sociedade. O problema da saúde pública volta para o ambiente como um local de transmissão de doenças, associadas às condições do meio, sendo preciso ordenar o espaço a fim de sanar os males advindos das péssimas condições urbanas.

Os prédios recebem uma rígida fiscalização por parte do Departamento de Saúde Pública, sendo, vetada a ocupação total ou parcial de algum prédio sem autorização da autoridade sanitária, ou seja, sem a concessão do “habite-se”. As multas para os infratores variam de 20\$000 a 100\$000⁶. Caso a autoridade sanitária determine que o local esteja em desacordo com as normas de higiene, é interdito, só podendo o proprietário reabri-lo com a autorização da mesma. “Se o prédio mesmo fechado, constituir perigo para saúde pública, as demolições ou melhoramentos necessários serão executados pela repartição sanitária”.⁷

⁵ “Enquanto os outros prédios eram térreos, o da cadeia era um vistoso edifício de dois pavimentos, com pós-direitos avantajados e que lhe davam grande altura, estendido ao longo de uma fachada de cerca de 50 metros, com um corpo central que chegava até o alinhamento da rua e duas alas laterais recuadas, dando-lhe a forma de “T””. Para maiores informações sobre a denominação de locais antigos da cidade de Aracaju, consultar: PORTO, Fernando de Figueredo. *Praça e rua da cadeia*. In: *Alguns nomes antigos do Aracaju*. Aracaju, Gráfica Editora J. Andrade, LTDA, 2003.

⁶ Sergipe. Artigo 1.002 do regulamento do Departamento de Saúde Pública. *Diário Oficial*. Anno XIX, nº 7057, Aracaju, 7 de julho de 1937.

⁷ Disposições gerais da polícia sanitária, parágrafo segundo do artigo 223. *Diário Oficial*, ano XX, nº 7207 de 14 de janeiro de 1938.

Nesse período de governo, as mudanças na arquitetura dos prédios públicos, foram realizadas, como o edifício destinado a Biblioteca Pública⁸, um dos mais imponentes prédios da cidade, dotado de mobiliário rico e moderno⁹. A biblioteca inaugurada em 14 de novembro de 1936, nas palavras do gestor estadual, que se enaltece ao afirmar que “ressuscitei a Biblioteca Pública do Estado, guardando-lhe o acervo bibliográfico – a quem preservei da destruição e do extravio – num edifício compatível com a sua finalidade”. A firma Herm. Stoltz e Cia é responsável pela entrega de estantes de aço e pelo elevador de pequeno porte, destinado a fazer o transporte de livros do 1º para o 2º pavimento.

Outra obra arquitetônica do período, a Ponte do Imperador.¹⁰ Segundo o governador, “a nova ponte do Governador traria melhoria no aspecto de beleza à cidade aliada à utilidade e melhor se conjugará a praça onde está colocada”.¹¹ Na Ponte do Imperador são realizadas várias comemorações¹². Podendo associá-la a salubridade e desenvolvimento. Em discurso,¹³ Eronides justificou as obras realizadas durante a sua administração afirmando que não eram obras imponentes “para encher a vista, para o regalo dos ricos, mas, sim, instituições úteis e

⁸ Discurso proferido pelo exmo. Sr. Governador Eronides de Carvalho ao ser inaugurada a Biblioteca do Atheneu “Pedro II”. Diário Oficial, ano XIX, 7104, 2 de setembro de 1937.

⁹ Mensagem apresentada pelo Dr. Eronides Ferreira de Carvalho, governador de Sergipe à Assembléia Legislativa do Estado em 7 de setembro de 1937.

¹⁰ A mudança do nome da ponte para Ponte do Imperador deu-se devido ao pedido de Antônio Bragança de Azevedo ao Governador Eronides, em ocasião do 114º aniversário de Dom Pedro. Em 5 de dezembro de 1939, por meio do Decreto Lei nº 26, a ponte passaria a ter outro nome. Figueiredo afirma que como essa atitude o governador agradeceu à classe média. Informações extraídas da obra de: MEDINA, Ana Maria Fonseca. *Ponte do Imperador*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1999, p.45.

¹¹ MEDINA, Ana Maria Fonseca. *Ponte do Imperador*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1999, p. 44.

¹² A autora Medina destaca várias datas comemorativas, nas quais reuniam autoridades militares, civis e eclesiásticas, dentre as datas elucida: Emancipação política, 7 de Setembro, Dia da Bandeira, Semana da Marinha e o Dia da Padroeira. MEDINA, Ana Maria Fonseca. *Ponte do Imperador*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1999, p.68.

¹³ Discurso pronunciado pelo exmo. Sr. Governador do Estado, dr. Eronides de Carvalho, por ocasião do banquete oferecido, em Própria. Diário Oficial, XIX, nº 7110, 14 de setembro de 1937.

grandiosas para curar as doenças do corpo e a cegueira do espírito”. As obras tentam demonstrar a visão de um administrador moderno, comprometido com o desenvolvimento do Estado, homem voltado ao esporte, a cultura e a saúde, fatores essenciais para manter a sociedade saudável e garantir o progresso.

Para convencer a população, os órgãos de propaganda a serviço do governo constroem uma imagem favorável do governante. “Era preciso que todos vissem a operosidade do Governo, uma vez que a dureza do regime suscitava má vontade dos sergipanos para com o governante”.¹⁴ A cidade recebe árvores, projeto inspirado “nos padrões burgueses de modernização e progresso, os médicos apresentavam-se como um dos segmentos da intelectualidade que se empenhavam na tarefa de ordenar aquilo que era visto como desordem, transformando a cidade num espaço civilizado”.¹⁵

Os médicos ocupam um lugar privilegiado na sociedade, vistos como os responsáveis por identificar, observar e estudar os elementos causadores da situação de desordem urbana, a fim de encontrar soluções viáveis para a extinção do mal. A intensa fiscalização, pautada na difusão da ideia de garantir salubridade, atinge diversos setores. Os matadouros e os entrepostos devem seguir a risca todas as determinações de instalação e funcionamento estabelecidas pelo Decreto de nº 77.¹⁶

A administração além de voltada para a ordenação do espaço urbano, incorpora paralelamente a outros projetos médicos, a saúde do corpo. Como os atestados de saúde e vacina para os candidatos

¹⁴ MEDINA, Ana Maria Fonseca. *Ponte do Imperador*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1999, p. 44.

¹⁵ ARAÚJO, Acrísio Torres. *História de Sergipe*. 2ª ed., Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1967, p. 39.

¹⁶ O Decreto de nº 77, de 24 de maio de 1937, dá regulamento ao Departamento de Saúde Pública de Sergipe. No artigo 407 estabelece que os matadouros deveriam possuir casas de matança, compartimento para enxugar [...] câmara e ante-câmara frigoríficas, fornos crematórios... Instalação para a fiscalização sanitária, vestiários, entre outros julgados necessários pela saúde pública. *Diário Oficial*. Aracaju, anno XIX, nº 7069 de 23 de julho de 1937.

a matricula nos grupos escolares e escolas isoladas da capital. Estes, fornecidos pela Inspetoria de Higiene da Criança.¹⁷

O controle também é percebido, nas medidas que visam orientar de forma científica o esporte. Para isso, cria departamentos técnicos e atrela qualquer manifestação esportiva ao modelo da Escola de Educação Física do Exército.¹⁸ Os departamentos técnicos exerce o controle dos professores de Educação Física com a difusão da ideia de promover a preparação do homem saudável, por meio do exercício físico. “Todos os colégios devem ter um professor de Educação Física, pois não vale nada um homem que não tem saúde”. É desta forma que o Colégio Jackson de Figueiredo pronuncia-se com relação aos exercícios físicos, afirma também que eles são capazes de promoverem a cura, funcionam tão eficientemente quanto os remédios.¹⁹

As instituições de ensino difundem as ideias governamentais. A escola a serviço do Estado como elemento fundamental na preparação ideológica dos cidadãos, disciplinando, formando e controlando-os. A frase de uma estudante elucida o papel que as unidades de ensino tinham na propagação da proposta governamental: “Esta educação nos ensina a respeitar e a acatar a autoridade legitimamente constituída, robustece as energias da nossa alma para o cumprimento exacto dos nossos deveres”.²⁰

O discurso mostra o controle exercido pelas instituições de ensino, a exaltação, o respeito ao chefe do executivo, a difusão e a inculcação dos deveres a serem cumpridos pelos estudantes, tomando como foco principal à obediência a ordem estabelecida.

¹⁷ Não só em matrículas eram exigidos os atestados de saúde, as pessoas que lidavam com alimentos, as professoras e outros setores da sociedade eram submetidos aos exames de saúde e sanidade mental. *Diário Oficial*. Aracaju, Ano XX, nº 7212, 20 de janeiro de 1938

¹⁸ Discurso pronunciado em 1º de maio de 1938, por Eronides de Carvalho ao ser inaugurado no salão nobre da prefeitura Municipal de Aracaju o retrato do Exmo. Sr. Presidente da República Dr. Getúlio Vargas. *Imprensa Oficial*, Aracaju, 1938, p. 22.

¹⁹ *Correio do Colegial*. Os exercícios e a alimentação. Orgam mensal do “Colégio Jackson de Figueiredo”, Aracaju, nº II ano I, mês de setembro de 1938.

²⁰ Discurso pronunciado por uma aluna do Collegio N. S. das Graças ao ser inaugurada a Escola gratuita Santo Antônio.

Seguindo os princípios médicos, a necessidade de agir sobre o corpo, otornando forte, contribuía para o aprimoramento da raça. O médico-governador segue o projeto do Estado Novo que prega a necessidade da formação de um novo modelo de homem brasileiro: “antiliberal, intolerante, moralista, racista e xenófobo”.²¹ Para preparação deste homem, era preciso incentivar a prática esportiva em escolas e clubes, garantindo também a beleza estética. Nesse período, há a expansão dos clubes esportivos, o incentivo aos campeonatos, a criação de cursos como natação e remo.²²

Essa dominação era revestida de um sentido contribuía de forma atuante para a difusão das práticas esportivas. Para formar essa imagem cuidadosa, os órgãos de comunicação são utilizados como via para demonstrar a população a visão de um administrador voltado as causas nobres do Estado.

A propaganda contribui para ressaltar a necessidade de preservar o corpo masculino e feminino, a fim de mantê-lo saudável e perfeito. Vários textos em revistas elucidam a importância em cuidar da saúde. “O estudo da medicina ensinou-nos a considerar a saúde o principal fator, senão de beleza, que é perfeição de linhas, correção de traços, pelo menos do aspecto agradável que posso apresentar uma mulher na sociedade em que vive”.²³ Desse modo, a inserção de gêneros alimentícios, cosméticos, entre outros, provam a preocupação em motivar homens e mulheres a cuidar da aparência e do corpo.

O desenvolvimento dos exercícios físicos cria uma nova moda: o bronzeamento do corpo. Por ser realizados em sua maioria nas praias de banho, surge a tendência de expor o corpo ao sol, o que antes era terminantemente proibido pelos médicos.²⁴ Mesmo com esse modismo, o Dr. Pires advertia do perigo que a exposição prolongada poderia causar.

²¹ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas/SP: Papirus, 1986.

²² Folha da Manhã. Aracaju, nº 429, 21 de julho de 1939, p. 4.

²³ A pelle da mulher. *Revista Renascença*. Aracaju, nº 8 dezembro de 1935.

²⁴ A pigmentação cutânea e a luz, Dr. Pires. *Revista Renascença*. Aracaju, Anno II, nº 7, novembro de 1935.

Com relação à beleza estética, o governo atua com rigidez nos institutos de beleza, proibindo o emprego de depilatórios e de produtos destinados a tingir os cabelos, como também a retirada de manchas e sardas sem o prévio exame do Departamento de Saúde Pública.²⁵

Os gêneros alimentícios se enquadram no projeto de ordenação da saúde pública, através da Inspetoria de Fiscalização de Gêneros Alimentícios²⁶. A fiscalização fez-se presente em cafés, confeitarias, bares, restaurantes, padarias, mercearias, açougue e no mercado municipal. “Uma nova política sanitária estava estruturando-se. Nela, a imposição das normas era propagandeada como extremamente funcional.²⁷A alimentação saudável propícia um bom desenvolvimento físico”.²⁸

Várias medidas tentam regulamentar uma vida mais saudável, dentre elas, a “substituição das mochilas de pano e outros materiais pelo pão empacotado na entrega domiciliar”.²⁹Fica proibido embrulhar os gêneros alimentícios com jornais, papéis ou qualquer material impresso ou que ficassem em contato direto com o alimento. Os trabalhadores dos setores de alimentação, não podiam ser agentes de doenças trans-

²⁵ Decreto que dá regulamento ao Departamento de Saúde pública de Sergipe. *Diário Oficial*. Ano XIX, nº 7104, 2 de setembro de 1937.

²⁶ A Inspetoria de Pharmacias e de gêneros alimentícios analisava diversos alimentos, além do leite e seus derivados, eram inclusos no programa de fiscalização: o vinagre, o bacalhau, as gazonas, os cafés, os óleos comestíveis, banha, queijos, legumes, bebidas alcoólicas, açúcar, carnes conservadas, medicamentos suspeitos de falsificação, entre outros. Mensagem apresentada pelo Dr. Eronides Ferreira de Carvalho, governador do Estado de Sergipe à Assembléia Legislativa do Estado em 7 de setembro de 1937. *Diário Oficial*. Aracaju, 11 de setembro de 1937.

²⁷ Vários espaços urbanos são estudados por: MAYNARD, Dilton Cândido Santos. O lazer: espaços e usos. In: *Em tempo de guerra: aspectos do cotidiano em Aracaju durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)*. Pesquisa apresentada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe, 1998.

²⁸ O Colégio Jackson de Figueiredo em seu jornal mensal contribui para ressaltar a importância da alimentação para a condução de uma boa saúde. “As crianças, principalmente, devem comer frutas e verduras, porque têm vitaminas, o que não possuem os doces que se compra na rua. O pão e a banana são os alimentos mais baratos e de maiores vantagens para nós [...]”. *Correio do Colegial*. Orgam mensal do Colégio Jackson de Figueiredo, Aracaju, nº II, ano I, mês de setembro de 1938.

²⁹ Pão. *Folha da Manhã*. Aju, 12 de janeiro de 1939, p. 01.

missíveis, poisas dermatosesexsudativas ou exfoliativas contaminariam os alimentos.³⁰

Prossegue com a fiscalização do leite³¹ consumido pela população da capital. Esta realizada pelos guardas sanitários auxiliados por um guarda civil, que recebem formação por meio de cursos promovidos pelo Estado, além do curso-estágio para os médicos sanitaristas.³²

As autoridades sanitárias verificavam as condições de instalações e higiene do local de produção do leite,³³ este por sua vez deveria ser pasteurizado, ou submetido a algum processo que o isentasse de germes. No que diz respeito ao leite cru era obrigatório a declaração de qualidade, a identificação do local de produção, o nome do responsável, a data e o horário da ordenha. A lei é bastante rígida, estando os infratores, sujeitos a penalidades como: multa e apreensão dos materiais. Para conscientização da população, o governo determinaas autoridades sanitárias a fixação de cartazes nos estabelecimentos de gêneros alimentícios, contendo medidas de higiene, regras de asseio e conduta para uma boa alimentação.

Essas medidas se proliferam pelo interior com a instalação em 19 de abril de 1939, dos distritos sanitários, seguindo os moldes dos tra-

³⁰ O Decreto determina que “Todo utensílio, vasilhame e aparelho que possa estar, eventualmente, em contacto com gêneros alimentícios, no seu fabrico, acondicionamento e conservação deve ser fabricado com material innocuo, sendo apreendido e inutilizado tudo que infringir a esse preceito, nos locais de fabrico, importação, exportação à venda e em uso”. Para maiores informações sobre esse Decreto, consultar o Decreto que dá regulamento ao Departamento de Saúde pública de Sergipe. Artigos 326 e 328. *Diário Oficial*. Aracaju, 1 de junho de 1937.

³¹ De acordo com o Dr. Lourival Bitencour era de extrema importância a fiscalização sobre o leite consumido, devido os casos de animais com tuberculose. Em palestra o Dr. chamou a atenção do Departamento de Saúde Pública, a fim de que mantivesse um controle rígido sobre o produto. *Defesa Sanitária. Diário da Tarde*. 29 de outubro de 1937, ano IV, nº 799.

³² Estado de Sergipe. Relatório (ano de 1939) apresentado pelo interventor Federal Dr. Eronides Ferreira de Carvalho ao Exmo. Sr. Presidente da República (de acordo com o art. 46, do decreto-lei nº 1202, de 8 de abril de 1939. *Imprensa Oficial*. Aracaju, 1940, p. 8.

³³ Sob a fiscalização sanitária do leite. Consultar o Decreto que dá regulamento ao Departamento de Saúde pública de Sergipe. *Diário Oficial*. Capítulo II, Aracaju, 1 de junho de 1937.

balhos sanitaristas da capital.³⁴ São instalados três distritos e 34 postos de higiene pelos municípios. Vários órgãos criados com o propósito de concretizar as políticas médicas do médico-governador.

O controle dos corpos foi idealizado por órgãos e modos diferentes. Pela prefeitura, com os jogos de verão, pela Interventoria com o incentivo à política de saúde, ampliando alguns hospitais, sobretudo na gestão de Eronides Carvalho (1935-1941). Paralelamente a tudo isso, estão os comerciantes, vendendo e fazendo propaganda do corpo saudável.³⁵

Quanto à implementação e construção de hospitais, dentre as obras realizadas está a edificação do Hospital Infantil,³⁶ inaugurado no dia 2 abril de 1939 e anexado ao patrimônio do Hospital de Cirurgia, por Decreto-Lei nº 72 de 2 de abril de 1938, sob a direção do médico Dr. Augusto Leite. Até então, as instalações para atendimento as crianças correspondia ao mesmo espaço dos adultos. E, como antigo profissional do Hospital de Cirurgia, o Interventor melhora a rede de esgoto, resolve o problema da eletricidade para os raios-x. Em discurso proferido na

³⁴ Esses distritos sanitários foram instalados a 19 de abril em homenagem a data de aniversário de Getúlio Vargas. Dados extraídos do Discurso proferido por Eronides de Carvalho, quando da inauguração do Hospital Infantil. 2 de abril de 1939, p.98.

³⁵ Para maiores informações sobre os espaços destinados ao lazer na cidade de Aracaju durante a Segunda Guerra Mundial, além de traçar um panorama da mentalidade da época, tanto da população, quanto dos intelectuais envolvidos no programa de ordenação do espaço urbano. Consultar: O lazer: espaços e usos. In: MAYNARD, Dilton Cândido Santos. *Em tempo de guerra: aspectos do cotidiano em Aracaju durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)*. Pesquisa apresentada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe, 1998.

³⁶ “Foi por assim compreender que investi centenas de contos de réis num hospital para crianças e institui no Centro de Saúde da Capital o Serviço de Higiene Infantil, destinado a cuidar esmeradamente da saúde da infância”. Estado de Sergipe. Relatório (ano de 1939) apresentado pelo interventor Federal Dr. Eronides Ferreira de Carvalho ao Exmo. Sr. Presidente da República (de acordo com o art. 46, do decreto-lei nº 1202, de 8 de abril de 1939. *Imprensa Oficial*. Aracaju, 1940, p.57.

inauguração do Hospital Infantil ele deixa evidente a ligação do homem político com a área médica:

E daí não me haver apartado desta casa, onde juntos assistimos o batimento da primeira pedra e juntos construímos a obra magnífica que ela representa, prestando serviços de real valia, que os sergipanos não poderão esquecer. Não podia, portanto, o atual detentor do Poder Público em Sergipe, ficar indiferente às necessidades dos seus pequenos orçamentos, os justos reclamos que lhe eram feitos.³⁷

Na casa da criança é criado um pavilhão destinado a assistência médica e odontológica por meio da Inspetoria de Higiene Infantil e Assistência Escolar. Havia a vigilância constante nos casos de moléstias infecto-contagiosas e parasitárias, retirando às crianças infectadas e aplicando-lhes vacinas antivariólicas e anti-tíficas.³⁸

A puericultura, ciência médica que estuda os cuidados com o ser humano em desenvolvimento, ou seja, com a prevenção de doenças desde a fecundação do óvulo até o processo de desenvolvimento infantil foi um dos projetos de Eronides, posto em prática com a ampliação da Maternidade Francisco Melo.

Apesar de o discurso oficial apontar a preocupação do governante com as crianças por meio do Departamento de Educação Sanitária e da construção e aparelhamento de hospitais. Na prática, alguns pesquisadores constataam a indiferença do poder público com

³⁷ Para maiores informações consultar: Discursos proferido por Sua Excia. o Sr. Interventor Federal, ao diretor do Hospital de Cirurgia a Dr. Augusto Leite, no Hospital Infantil, dia da inauguração, 2 de abril de 1939, p. 91.

³⁸ No setor de serviços especiais estão descritos as vacinações e revacinações contra varíola, num total de 12.257 e outras imunizações atendendo a um número de 157 pessoas. Segundo o Relatório (ano de 1939) apresentado pelo interventor Federal Dr. Eronides Ferreira de Carvalho ao Exmo. Sr. Presidente da República (de acordo com o art. 46, do decreto-lei nº 1202, de 8 de abril de 1939. *Imprensa Oficial*. Aracaju, 1940, p. 10.

determinados segmentos da sociedade considerados proliferadores de doenças.³⁹

Estes elementos sociais deveriam ser instruídos, visto que não estavam preparados para receber as reformas. Para Carvalho, a Educação Sanitária era uma forma de conscientizá-los das medidas necessárias ao combate das epidemias. O povo era visto como uma massa desinformada que ainda utilizava elementos rudimentares de higiene, praticando atos rotineiros.⁴⁰

O projeto de higienização prosseguia com a preocupação em combater as endemias:⁴¹ lepra, tuberculose, malária, febre amarela eram focos centrais tanto a nível Estadual como Federal. Outro surto epidêmico foi o alastrim,⁴² para deter a sua difusão o governo instruiu

³⁹ Sobre os locais que eram alvos da vigilância constante dos médicos sanitários, considerados ambientes proliferadores de doenças como sífilis, blenorragia, os lugares onde ocorriam brigas, rixas antigas, embriaguez e os setores sociais discriminados pelo Estado, ver: O lazer: espaços e usos. In: MAYNARD, Dilton Cândido Santos. *Em tempo de guerra: aspectos do cotidiano em Aracaju durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)*. Pesquisa apresentada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe, 1998. Segundo dados do relatório (ano de 1939) apresentado a Getúlio Vargas foram atendidas no Departamento de Saúde de 28 de novembro de 1938 a 29 de fevereiro de 1940, 9.696 pessoas com sífilis, doenças venéreas e tuberculose. Para maiores informações, consultar: Relatório (ano de 1939) apresentado pelo interventor Federal Dr. Eronides Ferreira de Carvalho ao Exmo. Sr. Presidente da República (de acordo com o art. 46, do decreto-lei nº 1202, de 8 de abril de 1939. Imprensa Oficial. Aracaju, 1940, p. 9 e 10. Outro trabalho que discute essa discriminação com pessoas consideradas um perigo a saúde é o de LEÃO, Eudorica Luciana Almeida. *As grandes simuladoras: sífilis e prostituição na Aracaju nos anos 1930 e 1940*. Monografia apresentada à disciplina Prática de pesquisa como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, Orientador: Dilton Cândido Maynard, São Cristóvão, março de 2003.

⁴⁰ Educação Sanitária. Contribuição do Departamento de Saúde Pública. *Imprensa Oficial*. Aracaju, 1940.

⁴¹ Foram atendidos 983 casos de lepra e 954 de malária. Relatório (ano de 1939) apresentado pelo interventor Federal Dr. Eronides Ferreira de Carvalho ao Exmo. Sr. Presidente da República (de acordo com o art. 46, do decreto-lei nº 1202, de 8 de abril de 1939. *Imprensa Oficial*. Aracaju, 1940.

⁴² O alastrim, mais conhecida como varíola, era uma doença infecto-contagiosa foi classificada como uma das enfermidades mais devastadoras da história da humanidade, Acredita-se que a varíola tenha surgido há mais de três mil anos, provavelmente na Índia ou no Egito. De lá para cá, ela se espalhou pelo mundo, causou inúmeras epidemias, aniquilou populações inteiras.

o povo a vacinar-se nos dispensário, no Departamento, na inspetoria de higiene infantil, no Hospital de Pronto Socorro, Instituto Parreiras Horta, também enviava vacinadores as residências.

De um lado, o administrador com seus auxiliares dotados de “instrução e consciência” dos males e da sua origem, por outro a população “ignorante” que continuava na prática contribuindo para a proliferação das doenças. E, evidentemente deveria ser controlada por meio de ações rígidas, mas que segundo o governante, eram essenciais para mantê-la livre das doenças.

No Centro de Saúde situado no Palácio Serigi, encontravam-se serviços destinados ao controle de tais doenças, seja por meio de exames de saúde,⁴³ do serviço de epidemiologia, da polícia sanitária⁴⁴ ou através de departamentos destinados aos serviços: da malária, de Propaganda e Educação Sanitária e da lepra. No interior do Estado, o controle dessas doenças também se fazia presente.

Em 1936, em viagem ao Rio de Janeiro, Eronides recebe apoio do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, para a construção de um local destinado a sanar os problemas de lepra em Sergipe. A escolha para a construção do leprosário deveria obedecer a diversas exigências⁴⁵ a fim de garantir as condições de espaço e salubridade para a cura da doença. As exigências deixam evidente o cuidado em separar o máximo possível o doente do convívio das pessoas sadias.

⁴³ Os exames eram realizados no Instituto Parreiras Horta, num total de 11. 667. Educação Sanitária. Contribuição do Departamento de Saúde Pública. Aracaju. *Imprensa Oficial*. 1940. Os exames eram realizados no Instituto Parreiras Horta, num total de 11. 667.

⁴⁴ A polícia sanitária no período de novembro de 1938 a fevereiro de 1940 fez 1416 visitas a casas vazias para o “habite-se” e 6.344 destinadas a outras visitas.

⁴⁵ Área de 250 hectares, local distante da capital, ou de um grande centro, quando se tratar de um leprosário regional, 6 a 30 Km e acessível de preferência por estrada de ferro ou de automóvel. Clima saudável, bom abastecimento de água, condições adequadas para construção de edifícios, o local deve ficar distante da residência dos funcionários sadios: a 500 m da zona neutra e esta a 100 m da dos doentes, para evitar o escoamento das águas do setor doente para os sadios. O hospital deveria conter: 1 pavilhão para 28 doentes, 1 casa germinado para 8 doentes, cosinha, refeitório, lavanderia, pavilhão dos serviços médicos, 1 casa para o administrador, 1 casa para 4 funcionários. *Diário Oficial*. nº 7110, 10 de setembro de 1937.

Em Própria é instalado, em 12 de setembro de 1937, o Sanatório para tuberculosos, um pavilhão de isolamento do Hospital São Vicente de Paula, denominado “D. Antonio Cabral”, com o objetivo de tratar os casos de tuberculose. A manutenção caberia ao estado e a federação em partes iguais. Outra obra também inaugurada na mesma data e local foi a escola para órfãos Santo Antonio do Colégio Nossa Senhora das Graças destinada a abrigar os “menores abandonados e os delinqüentes”. A fim de acolheras “infelizes criaturas, desherdadas da fortuna”.⁴⁶

Diante disso, em 1938 foi realizado um censo da lepra, pelo qual foram fichados 50 doentes e 158 comunicantes⁴⁷. Um ano após foi criado o Serviço de Profilaxia da Lepra, ligado ao Departamento de Saúde Pública do Estado. No que diz respeito à ação de instituições particulares existia a Associação Aracajuana de Combata à Lepra. O documento apontava como causas da enfermidade: o analfabetismo, a promiscuidade, a alimentação deficiente, os casebres anti-higiênicos.

Diante da necessidade de separar os indivíduos sadios dos elementos doentes, evitando a proliferação das doenças, o Estado instala no município de Socorro, o Hospital Colônia de Leprosos⁴⁸ Lourenso Magalhães situado na fazenda “Jardim” com capacidade para abrigar 76 doentes. Foram construídos também 3 distritos sanatórios, 34 postos de higiene distribuídos pelo interior.⁴⁹

Os serviços de saúde pública apoiam-se em dois profissionais: o médico sanitarista e a enfermeira de Saúde Pública, que necessitam de preparação teórica-prática. Para isso, o Estado promove dois cursos destinados a formação das enfermeiras “visitadoras de saúde”, para

⁴⁶ Discurso pronunciado pelo dr. Manoel Teixeira de Castro, por ocasião da chegada de S. excia o sr. Governador do Estado em própria. *Diário Oficial*. ano XIX, nº 7110, 14 de setembro de 1937.

⁴⁷ Problemas da lepra em Sergipe. O Estado de Sergipe. *Imprensa Oficial*. 1940.

⁴⁸ Segundo o interventor, a manutenção do hospital caberia a União e ao Estado. Estado de Sergipe. Discursos proferidos pelo Dr. Eronides Ferreira de Carvalho, no período do seu governo no Estado de Sergipe, de abril de 1935 a junho de 1941, p. 98.

⁴⁹ Dados extraídos do Estado de Sergipe – Departamento de Propaganda e Divulgação – cinco anos de governo. As comemorações do dia 2 de abril de 1940 – falando aos sergipanos- 1940, p. 5.

administrar o curso contratou-se uma enfermeira de Saúde Pública diplomada pela Escola Ana Nery.

O curso de enfermeira visitadora teve duração de sete meses, foi lecionado por técnicos e médicos do Departamento, englobava todas as matérias que eram ministradas na Escola Ana Nery. Em 29 de janeiro de 1939 a primeira turma, composta de oito moças, conclui seus estudos e a segunda entrega o certificado a nove moças.

Em discurso, Carvalho evidencia que sua aspiração ao concluir seus estudos, era chegar a Sergipe e dedicar-se a clínica psiquiátrica, entretanto, o “meio ambiente” não propiciava a concretização de seu sonho, “era um meio hostil”. Os psicopatas não eram encarados como pessoas que precisavam de auxílio médico. Os doentes eram enviados para a internação na Bahia, no Hospital São João de Deus, para as cadeias do interior e capital.

O tratamento empregado aos doentes mentais em Sergipe, remonta do século XVIII, eles eram “presos numa casa de detenção, pés e mãos acorrentados”, tratados “como animais ferozes”.⁵⁰ No século XIX, o chefe de polícia, Francisco Justiniano César Jacobino envia relatório ao presidente da Província, José Ayres do Nascimento retratando a situação. Aponta que,

Não havendo nesta província hospício algum onde possam ser recolhidos os alienados, acontece que são recolhidos na cadeia os que aparecem, onde são tratados como simples delitos; não podendo por isso receberem tratamento conveniente para o restabelecimento da razão perturbada.⁵¹

⁵⁰ DARMON, Pierre. A dosagem médica na responsabilidade criminal. In: *Médicos e assassinos na belle époque*. Tradução de Regina Grisse de Agostino, Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991, p. 122.

⁵¹ SANTANA, Antonio Samarone de. Hospitais de alienados. *As febres do Aracaju (dos miasmas aos micróbios)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da UFS. Núcleo de Ciências Sociais para obtenção do título de mestre. Aracaju, 1997, p. 84.

Como chefe do poder executivo, Eronides de Carvalho procura organizar os serviços psicopáticos. Constrói o Hospital-colônia, na fazenda Santa Rosa, em São Cristóvão para abrigar os doentes mentais. Este foi edificado sob os moldes do juquery, no Estado de São Paulo. Dotado de 2700 metros quadrados de construção, custou 915:000\$000 ao orçamento do Estado, o edifício era composto de 8 pavilhões.

A prática do internato, no começo do século XIX, coincidiu com o momento em que a loucura é percebida menos com relação ao erro do que com relação à conduta regular e normal. Momento em que aparece não mais como julgamento perturbado, mas como desordem na maneira de agir, de querer, de sentir paixões, de tomar decisões e de ser livre.⁵²

O hospital, segundo Carvalho seguia rigorosamente os modernos preceitos da ciência psiquiátrica.⁵³ “Os insanos mentais eram tratados por especialistas, assistidos por todos os meios científicos”. Dessa forma, “o hospital-edifício se organiza pouco a pouco como instrumento de ação médica: deve permitir que se possa observar bem os doentes, portanto, coordenar melhor os cuidados; impedir contágios”.⁵⁴

A respeito do 2º Congresso de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental do Nordeste brasileiro, realizado em Aracaju, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Arruda, afirma que a realização desse evento,

⁵² FOULCAULT, Michel. A casa dos loucos. *Microfísica do poder*. 9ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1989, p.121.

⁵³ Relatório (ano de 1939) apresentado pelo interventor Federal Dr. Eronides Ferreira de Carvalho ao Exmo. Sr. Presidente da República (de acordo com o art. 46, do decreto-lei nº 1202, de 8 de abril de 1939. Aracaju, Imprensa Oficial, 1940, p. 10.

⁵⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis/RJ: Vozes, 12ª edição, 1987, p. 155.

Foi fundamental para que o Estado desse início aos serviços de assistência psiquiátrica, em moldes modernos, tanto no aspecto físico que o Hospital Colônia apresentava, como no dos tratamentos (...) o início da psiquiatria no Estado se deu sob os auspícios do governo de Eronides Carvalho, também médico e com vocação para a especialização da psiquiatria.⁵⁵

Eronides de Carvalho desenvolve o serviço de assistência social abrangendo diversos setores. Em 31 de dezembro de 1937, criou o Serviço de Assistência a Psicopatas, subordinado à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, dirigido por um médico alienista. Para arrecadar fundo para os custeios das obras foram cobrados encargos sobre o valor comercial das mercadorias em circulação do Estado e sobre a venda de bebidas e fumos.

Em 28 de janeiro de 1938 cria o serviço de assistência a menores abandonados e junto a este instala um pavilhão para atender os delinquentes, situado na cidade de Socorro. O local chamado de Cidade de Menores Getúlio Vargas⁵⁶ é composto de um hospital com 34 leitos. Para construção, instalação e custeio dos serviços foram criadas taxa de assistência social, que recaiu sobre os proprietários de prédios urbanos e suburbanos.

“Os menores abandonados perambulando pelas ruas da cidade e fazendo das pontes abrigo”, a frase evidencia que o projeto médico no governo de Eronides de Carvalho visualiza a normatização da sociedade livrando-a de tudo aquilo considerado desagradável aos olhos, isso se efetiva com a construção de edifícios suntuosos e no quidiz respeito à saúde, com a adoção de práticas coercitivas para forçar a população a aceitar as ações que ele julgava necessária para curar os males.

⁵⁵ ARRUDA, Marcia Aragão. In: BARRETO, Luis Antonio. *Apologia de Deus e outros escritos sergipanos*. Sociedade Editorial de Sergipe, 1993, p. 83, 84.

⁵⁶ Segundo Eronides de Carvalho, o nome foi atribuído ao chefe do Governo Federal pois, ele foi o maior interprete do problema da preservação desse grande cabedal que é a mocidade de um País, contra os males de toda a ordem. Discurso (ano 1939) apresentado pelo Interventor Federal Dr. Eronides Ferreira de Carvalho ao Exmo. Sr. Presidente da República. *Imprensa Oficial*. Aracaju, 1940.

O governador implementa o serviço de saúde pública visando a garantia de uma sociedade saudável sob os moldes e ditames do regime que servia fielmente. Portanto, uma política social desenvolve-se de acordo com a organização da sociedade e sobre os moldes da política adotada pelo Estado. Portanto:

A formulação de políticas sociais está vinculada à representação de interesses, tendo o Estado como agente que garante os interesses de todos, mas que na realidade representa os interesses de ninguém. As políticas sociais do Estado capitalista se desenvolvem e se retraem a depender do momento político e são sempre dirigidas a uma população alvo, vinculando-se à estrutura econômica e à acumulação de capital”.⁵⁷

Apesar de uma preocupação com o ordenamento do espaço urbano, da salubridade da cidade, da assistência médica e hospitalar, aquilo que era considerado danoso e insalubre deveria ser sanado a fim de permitir o engrandecimento do Estado.

Como médico e militar, a disciplina fazia parte de sua trajetória profissional, isto refletiu na sua prática política. Como militar não se envolveu nos movimentos revolucionários, estando sempre ao lado do governo: “Eronides não tinha um passadolidado a movimentos como o tenentismo, donos de uma aura de “rebelião” e “desejo de mudança política”. Disciplinado e ambicioso não se envolveu em revoltas”.⁵⁸

⁵⁷ SANTOS, Ana Rocha. Mudança na saúde: o desafio do lugar. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós-graduação em Geografia para obtenção do título de mestre, orientadora: Prof. Dr. Vera Lúcia Alves França, Aracaju, 1999, p. 52.

⁵⁸ MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Eronides de Carvalho – “Homem –Coração” In: *A arma retórica. O uso político do rádio em Sergipe (1939-1945)*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe, núcleo de pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. São Cristóvão, 2003, p. 106.

Quando da instituição do Estado Novo afirmou que estava pronto “a obedecer disciplinadamente às ordens que V. Excia. determina como chefe Nacional do Partido União que será uma instituição fundamental do Estado Forte criado pelo insigne presidente”.⁵⁹

O estudo das medidas adotadas por Eronides de Carvalho é proveitoso, para compreendermos e relacionarmos como estava situada a discussão sobre a intervenção médica na sociedade (medicina social) e o poder disponibilizado a seus agentes.

Artigo recebido em 14 de maio de 2014.

Aprovado em 30 de maio de 2014.

⁵⁹ DANTAS, José Ibarê. *Revolução de 1930 em Sergipe, Dos tenentes aos coronéis*. São Paulo: Cortez.

JOEL SILVEIRA: traços da história de um jornalista sergipano na imprensa carioca

Simone Paixão Rodrigues*

JOEL SILVEIRA: history's traces of a journalist from Sergipe in the press of Rio de Janeiro

RESUMO

O presente artigo procurou compreender a trajetória de vida de Joel Silveira, um jornalista sergipano que atuou na imprensa carioca e, é reconhecido como um dos fundadores do jornalismo literário brasileiro. Para alcançar tal objetivo recorri a uma pesquisa bibliográfica e documental e adotei uma arquitetura textual que descortina atuação de Joel Silveira na imprensa estudantil de Sergipe e a sua formação intelectual e profissional. Assim, apresento traços biográficos desse jornalista que operou com maestria na arena do jornalismo brasileiro e se revelou como um sujeito sócio-histórico dono de uma identidade e singularidade constituída a partir de suas práticas sociais e culturais.

Palavras-chave: Joel Silveira; Imprensa Carioca, Sergipe.

ABSTRACT

This article sought to understand the trajectory about life of Joel Silveira, a journalist from Sergipe who has served in the press Rio de Janeiro, and he is recognized as one of the founders of Brazilian literary journalism. To achieve this objective I have resorted to a bibliographical research and documentary and I have adopted an architecture text that reveals the activities of Joel Silveira on student press of Sergipe and his intellectual and professional training. So, I present biographical traits of this journalist who has operated with mastery in the arena of Brazilian journalism and has revealed himself as a socio-historical subject owner of an identity and uniqueness recognized from their social and cultural practices.

Keywords: Joel Silveira; Press Rio De Janeiro, Sergipe.

* Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Sergipe.

APRESENTAÇÃO INICIAL

“Seu Silveira, me faça um favor de ordem pessoal. Vá para a guerra, mas não morra. Repórter não é para morrer, é para mandar notícias”.¹ Estas foram as palavras que Joel Silveira ouviu logo após ter sido indicado por Assis Chateaubriand, proprietário do “Diários Associados”, jornal carioca, para acompanhar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) à Itália, na função de correspondente de guerra, durante os momentos finais da Segunda Guerra Mundial.

Em seus livros e entrevistas, Joel Silveira sempre argumentou que nunca soube a razão de terem o escolhido para esse trabalho, pois no “Diários Associados” existiam repórteres bem mais experientes e reconhecidos. Segundo ele, já “havia lá o Carlos Lacerda que queria ir, o David Nasser queria ir, o Edmar Morel, vários queriam ir”.² A resposta para esta pergunta que tanto inquietou Joel Silveira nunca foi dada, mas a sua ida à Itália o tornou mais conhecido no meio jornalístico e lhe rendeu inúmeros livros e textos dignos de prêmios como: Machado de Assis, Líbero Badaró, Prêmio Esso Especial, Prêmio Jabuti e o Golfinho de Ouro.

O trabalho como correspondente de guerra, aos 26 anos, situa Joel Silveira na história do jornalismo brasileiro como sendo o jornalista mais novo a cobrir uma guerra. Ele acompanhou a FEB na frente de batalha e levava sempre consigo a máquina de escrever como a companheira inseparável que estaria pronta, a qualquer momento, para registrar fatos importantes da Segunda Guerra Mundial. O jovem e destemido jornalista enviava “seus textos diariamente por telégrafo (como gozava de franquia telegráfica, um serviço caro naquela época, chegava a ter textos seus publicados às vezes no mesmo dia em que os redigia na Itália)”.³

¹ SILVEIRA, Joel. *O Inverno da Guerra*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005, p. 24.

² SILVEIRA, Joel. *O Inverno da Guerra*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005, p. 24.

³ MIRANDA, Fernando Albuquerque. *Jornalismo, guerra e reprodutibilidade técnica: um estudo sobre os impactos e as influências do cinema e da televisão em livros-reportagem sobre guerras*. São João Del-Rei: Universidade Federal de São João Del-Rei, 2007. Programa de Pós-graduação em Letras. (Dissertação de Mestrado), p. 81.

Optei iniciar pela apresentação de Joel Magno Ribeiro da Silveira a partir de uma das suas experiências profissionais como correspondente de guerra, por ser esta, talvez, a de maior projeção nacional e a que lançou seu nome na arena do jornalismo brasileiro. A sua atuação como correspondente de guerra, não subtraiu o valor e significância de seus outros trabalhos realizados como jornalista e repórter na imprensa carioca. Pelo contrário, a posição de correspondente legitimou muitos dos seus trabalhos, sobretudo o seu desempenho como jornalista cronista, que lhe rendeu o título de fundador do jornalismo literário do Brasil, mesmo sendo ele contrário a tal título⁴.

Ao indicar Joel Silveira como um fiel representante dessa relação entre jornalismo e literatura, o pesquisador Miranda (2007) corrobora com os estudos de Ferrari (2011) por demonstrarem a peculiaridade da escrita de Joel Silveira nos contos e reportagens, que o transformou em uma figura de destaque na imprensa brasileira. As suas famosas reportagens e, sobretudo, os textos produzidas por meio de sua experiência como correspondente de guerra o consagraram como um jornalista, com mais de cinquenta anos de militância na imprensa brasileira.

Desse modo, o presente artigo procurou compreender a trajetória de vida de Joel Silveira, um jornalista sergipano que atuou na imprensa carioca e, é reconhecido como um dos fundadores do jornalismo literário brasileiro. Para alcançar tal objetivo recorri a uma pesquisa bibliográfica e documental e adotei uma arquitetura textual que descortina atuação de Joel Silveira na imprensa estudantil de Sergipe e a sua formação intelectual e profissional.

⁴ “Há registrado na história um trânsito entre escritores e jornalistas pelas páginas dos jornais e dos livros. Machado de Assis e Lima Barreto [...] foram dois dos que realizaram esse trânsito no Brasil numa época (final do século 19 e início do 20) em que as profissões de jornalista e escritor praticamente se confundiam no país. Essa convivência forma o sincretismo entre literatura e jornalismo, responsável pela configuração do que se convencionou chamar de Jornalismo Literário mais recentemente. Nessa corrente, Joel Silveira é tido como um dos pioneiros e Sérgio Dávila como mais um a contribuir para que a tradição se mantenha de pé no Brasil” MIRANDA, Fernando Albuquerque. Uma conversa com Joel Silveira. In: Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo: 2007, p. 66.

Filho do meio, do casal Ismael Silveira, comerciante, e Jovita Ribeiro, professora primária, Joel Silveira nasceu em 23 de setembro de 1918. O local de seu nascimento ainda não está bem definido, pois muitos de seus biógrafos revelam que existe uma dúvida sobre sua naturalidade. Muitos informam que ele é natural da cidade Lagarto, município sergipano, localizado na região Centro-Sul do Estado. Outros afirmam que sua cidade natal é Aracaju, capital sergipana. O que se pode afirmar é que Joel Silveira não fazia muita questão de ser reconhecido como filho de Lagarto, mas de Aracaju. E era como natural de Aracaju que ele se apresentava por onde passava.⁵

A vida estudantil do jornalista sergipano é marcada por histórias de rebeldia e ousadia. No Colégio Tobias Barreto,⁶ do qual foi expulso por mau comportamento, iniciou seus estudos no curso ginásial. Sobre sua vida escolar nessa instituição e os motivos da expulsão, Joel Silveira explicou que:

havia sido expulso do Tobias Barreto, logo no primeiro ano ginásial. Aos treze anos, eu já tinha em Luiz Carlos Prestes o meu ídolo, trazia escondida no fundo da gaveta a foto, cortada de um jornal carioca, do Cavaleiro da Esperança, me inflamava com as histórias que lia ou escutava sobre as andanças da Coluna. Certa manhã, na aula do professor de Geografia, Luiz de Figueiredo Martins, pai de Jackson de Figueiredo, jovem líder católico já famoso, como o professor tivesse se desviado do assunto da aula e passasse a xingar Prestes de tudo que era feio, não me contive. Levantei-me e gritei, para espanto dos colegas (um deles, católico de medalhinhas no pescoço, chegou a se benzer).

– Viva a Luiz Carlos Prestes! Viva o Cavaleiro da Esperança!

Numa só carreira, cruzei o portão, atravessei a praça até minha

5 BARRETO, Luiz Antônio. Joel Silveira e Paulo Dantas. In: *Infonet*, 16 de agosto de 2007.

6 MANGUEIRA, Francisco Igor de Oliveira. *Colégio Tobias Barreto: Escola ou Quartel (1909-1946)*. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação. UFS, 2003, (Dissertação de Mestrado).

casa, do outro lado. [...] À tarde apareceu lá em casa um enviado do professor Zezinho Cardoso, dono do Colégio. Trazia um papel datilografado e assinado, que entregou à minha mãe. Minha Mãe leu e releu as poucas linhas datilografadas, empalideceu: era a minha expulsão.⁷

Após sua expulsão do Colégio Tobias Barreto, Joel Silveira foi matriculado no Atheneu Sergipense, no ano de 1934, após ter prestado o exame de primeira época, da 3ª série do curso ginásial, no qual obteve excelentes notas que foram registradas no livro de atas de exames de admissão.

Como aluno dessa instituição, o jovem Joel não só idealizou e fundou o Grêmio Literário Clodomir Silva, como também criou o Jornal “*A Vóz do Atheneu*”, órgão oficial do referido grêmio. Nesse impresso estudantil, o iniciante jornalista não só foi o diretor, como também um dos principais redatores. Foi nesse jornal que deu seus primeiros passos rumo ao mundo da imprensa.

Como diretor desse impresso estudantil, Joel Silveira possibilitou que a juventude tivesse um espaço para publicar seus textos literários que se dividiam entre poemas, poesias, contos, artigos e outros. No nº 5, do jornal “*A Vóz do Atheneu*”, publicado em 13 de julho de 1934, Joel Silveira junto com o então secretário do jornal, o também estudante, Jaguanharo Passos, organizaram uma edição em comemoração a 13 de Julho em Sergipe, na qual homenagearam o Major Augusto Maynard.⁸ Nessa edição, Joel Silveira publicou um texto de sua autoria,

⁷ SILVEIRA, Joel. *Na Fogueira*: memórias. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p. 21-22.

⁸ “Em Aracaju, quatro oficiais, entre os quais o tenente Augusto Maynard Gomes, acompanhado de soldados, saíram da sede do 28º BC na madrugada de 13/07/1924, investiram contra o Quartel da polícia e o Palácio, mataram dois sentinelas, prenderam o presidente do Estado, vários de seus auxiliares e formaram uma Junta Governativa. Lançaram proclamação ao povo sergipano e dominaram o Estado por 21 dias. Ao final, tropas do 20º BC., 22º BC., comandadas pelo general Marçal Nonato de Faria da 6ª Região Militar, vieram a Sergipe e o movimento desfez-se sem enfrentamento sangrentos. Graccho Cardoso foi reempossado e como representante da ordem vigente revelou-se adversários dos tenentes” (DANTAS, 2004, p. 42)

comemorando essa data, intitulado “Sinceridade”, no qual apresenta o Major Maynard como um dos grandes heróis da história, chegando a colocá-lo no mesmo nível de Napoleão Bonaparte, Alexandre da Macedônia e César.

De acordo com o texto Sinceridade:

Há homens que já nascerá fadados para os grandes empreendimentos:

Napoleão

Alexandre

Washington

No Brasil, desde que apareceram os primeiros raios da Aurora Libertadora, desde que os pulsos dos seus filhos ficaram arroxeados ao quebrar dos grilhões da Opressão, surgiram membros que são como verdadeiros pontos de ouros que a dourar nosso solo, as nossas ideias.

Getúlio Vargas

João Pessoa

Augusto Maynard, são exemplos.

O primeiro, emulo de Washington, de Mirabeau, de Danton – Um libertador.

O segundo, emulo de Reland, de Chenier de Desmoullins – Um mártir.

O terceiro, personagem que lembra Napoleão, que se vê com a corôa de loiros de César e com o centro de conquista de Alexandre.

Todos grandes.

Todos heróis.

Todos vencedores

Todos dignos de serem chamados de BRASILEIROS!⁹

A leitura desse poema, leva-nos a perceber a capacidade intelectual

⁹ SILVEIRA, Joel. Sinceridade. In: *A Vóz do Atheneu*, nº 5, 13 de jul de 1934.

do jovem estudante que, com muita destreza, no uso das letras e com a biografia dos homens consagrados como heróis da história brasileira e mundial. Como estudante do Atheneu Sergipense, sempre foi visto como um excelente aluno e orador. Palestrava, recitava poemas e circulava entre as redações dos jornais sergipanos para divulgar as atividades realizadas pelo Grêmio Literário Clodomir Silva.

Os discursos proferidos por Joel Silveira eram mencionados na imprensa sergipana sempre acompanhados de adjetivos que só engrandeciam ainda mais a imagem do promissor estudante. Apreciável, brilhante, belíssimo e eloquente foram as palavras mais marcantes nos registros das impressões dos jornalistas sergipanos sobre a atuação de Joel como orador.

No ano de 1937, após concluir seus estudos secundários no Atheneu Sergipense, Joel Silveira, contrariando a vontade de seus pais, matriculou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. A decisão de cursar essa faculdade foi motivada pela necessidade que o jovem sentia de continuar seus estudos e o temor de terminar sua vida como balconista da loja de seu pai, localizada no centro de Aracaju. Sobre essa decisão, argumentou Joel:

Um dos motivos por que fui embora de casa era aquela tortura das feiras aos sábados. Tortura não apenas do peso do cesto na cabeça, mas a humilhação de esbarrar na rua com amigos ou uma namorada. E do mercado até lá em casa, você sabe, era uma caminhada de mais de um quilômetro, atravessando todo o centro da cidade. Muitas vezes eu procurava atalhos, que encurtavam o caminho, mas evitavam os encontros desagradáveis.¹⁰

No dia 05 de fevereiro de 1937, Joel embarcou no navio Itanagé rumo ao Rio de Janeiro. Em suas memórias, relatou que as despedidas de seus familiares foram frias. “Minha mãe me abraçou, deu aqueles

¹⁰ SILVEIRA, Joel. *Na Fogueira: memórias*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p. 25.

conselhos que toda mãe dá, mas nada de choradeira. Meu pai disse apenas: – Procure logo um emprego, para custear seus estudos”.¹¹

A dura frieza presente na despedida de seus pais era um sentimento comum na sua conflituosa relação paterna. Em seus livros de memórias e entrevistas, a figura de seu pai, Ismael, é sempre recordada em meio a palavras de rancor e dor. A educação paternal marcada por castigos e com trabalhos duros na loja e na feira, misturava-se à proteção materna que buscava poupá-lo dos árduos castigos. Sem o consentimento do pai e impulsionado pelo desejo de traçar uma história de vida diferente das histórias de muitos de seus parentes e amigos, Joel Silveira embarcou para o Rio de Janeiro no início do ano de 1937.

A CONSAGRAÇÃO COMO JORNALISTA NA IMPRENSA CARIOCA

Os primeiros anos no Rio de Janeiro foram difíceis e sem muito conforto. Inicialmente, Joel dividiu um quarto apertado de pensão com um amigo e enfrentou inúmeras dificuldades para se manter. Em seu primeiro dia de aula, na Faculdade de Direito, ficou decepcionado com tudo que viu, desde a estrutura física do prédio, que segundo ele não passava de uma verdadeira pocilga, às enfadonhas aulas. Relatou que, ao entrar na faculdade:

[...] não sabia o que em mim era maior: se o espanto ou desapontamento. Na minha imaginação, a Faculdade me aparecia como um edifício enorme, austero, bem-cuidado, com dezenas de janelas e portas abertas para um pátio amplo ou mesmo para um jardim, e tudo limpo, pintado, madeira envernizada, metais reluzentes. E aquele casarão era exatamente o contrário, com a sua fachada de um cinza manchado e de onde o reboco que se soltava deixando à mostra grandes manchas de tijolos nus. Encimando o portão lá estava, ridiculamente pretensioso, o le-

¹¹ SILVEIRA, Joel. *Na Fogueira: memórias*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p. 49.

treiro de letras negras sobre um fundo que outrora já fora branco:
FACULDADE DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO.¹²

Desestimulado com a Faculdade de Direito e cada vez mais entusiasmado com a possibilidade de trabalhar na imprensa, Joel frequentava cada vez menos as aulas e amadurecia a ideia de trancar a matrícula. Em setembro do ano de 1937, após retornar de Aracaju, devido ao sepultamento de seu pai, Joel trancou a matrícula e nunca mais retomou os estudos na Faculdade de Direito.

Sobre o início da sua caminhada pelas redações dos diversos e importantes jornais da então capital do país, Joel nos conta que começou como datilógrafo na redação da “Revista Ferrovia”, emprego que conseguiu através do contato que manteve como um dos redatores da revista, o italiano Vicente Calamille, a quem conheceu quando este em visita a Aracaju, assistiu uma sessão solene do Grêmio Literário Clodomir Silva, no ano de 1936. Na ocasião, o italiano, que mantinha importantes contatos com empresários do Sul, encantou-se com Aracaju e foi recebido pelo governo do estado com todas as pompas dignas de um visitante ilustre.¹³

Também por intermédio do Sr Vicente Calamille, Joel Silveira conheceu o jornalista Escragnolle Taunay, diretor supervisor das publicações do complexo jornalístico capitaneado pelo diário “*A Noite*”, do qual faziam parte as revistas “*Vamos Ler*”, “*Carioca*” e a “*Noite Ilustrada*”. No dia em que conheceu o jornalista, o jovem Joel, orientado por Sr. Vicente, entregou a novela “*Desespero*”, escrita por ele, em meados de 1936, e apresentada em um concurso literário do Atheneu Pedro II, no qual ficou em primeiro lugar. Dias depois quando chegou à redação da “*Revista Ferrovia*”, Joel foi surpreendido com a publicação de sua novela na revista “*Vamos Ler*”. Declarou ele que ao chegar à redação da “*Ferrovia*”,

¹² SILVEIRA, Joel. *Na Fogueira*: memórias. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p. 63.

¹³ SILVEIRA, Joel. *Memórias de Alegria*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

“seu” Calamillei, um jubilo só, nem respondeu ao meu cumprimento, foi logo dizendo: – Já leu a “Vamos Ler” de hoje? Comprei quatro, dois para você. Veja nas páginas 15, 16, 17.

Abri a revista, o coração aos pulos, e lá estava, nas páginas iniciadas, a minha história com uma ilustração de Jerônimo Monteiro. DESESPERO. E logo em baixo eu Joel Silveira em tipo menor, mas ainda bem graúdo, dentro de um retângulo de 10 por 2 centímetros [...]

Nunca mais esqueci aquele dia.¹⁴

A alegria que Joel Silveira sentiu ao ver pela primeira vez um texto de sua autoria estampando as páginas de uma revista carioca justifica-se pelo fato de que naquele momento não era só mais uma publicação insignificante de um escritor desconhecido na “Vamos Ler”, mas o nascimento de um jornalista e cronista sergipano em terras desconhecidas.

Depois dessa publicação, outros escritos de Joel continuaram a estampar as páginas da revista, dentre eles: “Danton – Histórias de duas índoles”, “Diderot”, “André Chenier – o helênico da Revolução Francesa”. Por todas essas publicações, o jovem escritor começou a ser remunerado, o que contribuiu muito para sua permanência no Rio de Janeiro.

Em maio de 1937, Joel publicava pela primeira vez no jornal *Dom Casmurro*, um pequeno texto intitulado “Começou a primavera”, no qual descreveu com detalhes minuciosos as suas primeiras impressões do Rio de Janeiro. Com essa publicação, o iniciante jornalista foi contratado como um dos colaboradores do jornal que acabava de ser fundado. “Tratava-se, portanto, de um novo jornal para um novo jornalista”.¹⁵ Sobre esse ambiente de trabalho Joel escreveu que:

¹⁴ SILVEIRA, Joel. *Na Fogueira: memórias*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p. 91-92.

¹⁵ FERRARI, Danilo Wenselau. *A atuação de Joel Silveira na imprensa carioca (1937-1944)*. Universidade Estadual Paulista, 2011. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, p. 64.

A fauna que povoava a redação do “Dom Casmurro” poderia ser dividida em duas espécies distintas: a dos residentes e a dos “de passagem”. Eu me incluía na primeira, juntamente com Danilo Bastos e Wilson Lousada. Éramos “os meninos do Brício”, como nos chamavam na José Olympio e no Café Amarelinho”, este um reduto de Mario de Andrade e de sua corte de jovens literatos. Os “de passagem” eram numerosos – quem não passava por lá? Romancistas, poetas, ensaístas, contistas, gente já consagrada ou iniciantes, dava de tudo.¹⁶

No jornal *Dom Casmurro*, Joel Silveira esforçou-se para, em pouco tempo, tornar-se um dos principais jornalistas colaboradores e, meses depois, já ocupava a cadeira de redator, mas tal posição não lhe garantiu o reconhecimento por suas produções entre os editores. Inicialmente, seus textos ocupavam as colunas de menor destaque do jornal. “As pequenas notas e crônicas que escrevia apareciam na parte inferior e nos cantos das páginas”.¹⁷

A reduzida projeção que seus textos ocupavam no corpo do impresso não durou muito tempo. Um ano depois, ele já era o responsável pela seção “Aconteceu nesta semana...” que acolhia crônicas sobre o cotidiano carioca. “Quando Joel Silveira tornou-se responsável por ANS, a seção passou a ocupar lugar mais destacado nas páginas do jornal. Ele assinou até meados de 1939, quando a ANS deixou de existir.”¹⁸

A sua passagem como colaborador, redator, assinante de seção, crítico literário e secretário do *Dom Casmurro* nunca foi considerada por ele como um emprego, mas como um lugar em que os iniciantes no universo do jornalismo, “podiam publicar, conversar, conhecer gente,

¹⁶ SILVEIRA, Joel. *Na Fogueira*: memórias. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p. 133.

¹⁷ FERRARI, Danilo Wenselau. *A atuação de Joel Silveira na imprensa carioca (1937-1944)*. Universidade Estadual Paulista, 2011. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, p. 66.

¹⁸ FERRARI, Danilo Wenselau. *A atuação de Joel Silveira na imprensa carioca (1937-1944)*. Universidade Estadual Paulista, 2011. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, p. 66.

telefonar e, de um certo modo, terem um endereço fixo, no melhor local da cidade, onde podiam ser encontrados o dia inteiro”.¹⁹

É certo que Joel Silveira não considerava suas atividades no “Dom Casmurro” como laborativas, mas o fato é que sua permanência por quase três anos, na redação, desse impresso, ocupando as mais variadas funções, renderam-lhe experiências que o tornou mais conhecido no cenário jornalístico. A experiência e a notoriedade como jornalista garantiram-lhe o convite para atuar como um dos redatores da revista “Diretrizes”.

De acordo com Ferrari (2011), os motivos que o levaram à troca do hebdomadário de Brício de Abreu pelo periódico de Samuel Wainer ainda não foram bem esclarecidos, uma vez que as páginas de suas memórias não trazem quaisquer referências a sua mudança na trajetória. Contudo, o mesmo autor explica que no momento em que Joel Silveira foi convidado a fazer parte do quadro de jornalista, a revista “Diretrizes” passava por várias mudanças que faziam parte de uma série de “reestruturações empreendidas no periódico, possibilitada pelo Maurício Goulart, tornando cada vez mais dinâmico com o aumento de número de seções, reportagens e ilustrações”.²⁰

Certamente, o que não deve deixar de ser considerado é que Joel Silveira soube fazer uso das oportunidades de trabalho nas redações de jornais e revistas pelos quais passou. Na revista “Diretrizes”, não atuou só como redator, mas também assinou textos de dois gêneros específicos: reportagens e literários, estes últimos se dividiam em crônicas e contos. “É preciso salientar que as reportagens de Silveira em “Diretrizes”, pareciam mais entrevistas, visto que exprimia, basicamente, uma conversa com sujeitos/temas das matérias”.²¹

¹⁹ SILVEIRA, Joel. *Na Fogueira: memórias*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p. 147.

²⁰ FERRARI, Danilo Wenselau. *A atuação de Joel Silveira na imprensa carioca (1937-1944)*. Universidade Estadual Paulista, 2011. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, p. 124

²¹ FERRARI, Danilo Wenselau. *A atuação de Joel Silveira na imprensa carioca (1937-1944)*. Universidade Estadual Paulista, 2011. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, p. 134.

A sua atuação nessa revista propiciou-lhe o reconhecimento como repórter na longa e prestigiosa carreira de jornalista que construiu. O jovem “jornalista de pouco de mais de vinte anos registrou em suas impressões do ofício como forma de construir sua nova identidade e diferenciar-se das demais profissões”.²² Como repórter da “Diretrizes”, Joel Silveira adotou práticas, as quais ele justificava como peculiares ao ofício do bom repórter e “afirmou ter se apropriado de alguns documentos dos entrevistados sem que eles percebessem, para publicar nas reportagens sem autorização dos indivíduos sobre os quais escreviam”.²³ Sorrateiramente, Joel apropriava-se de cartas, diários pessoais, fotos dos seus entrevistados, dentre eles, o literato Monteiro Lobato. Segundo Ferrari (2011),

na entrevista com o escritor Monteiro Lobato, após ter sido convidado a conhecer o escritório do autor, Joel Silveira descreveu uma mesa de cartas que Lobato organizava para uma futura publicação. Lobato não permitiu que o entrevistador se aproximasse das massivas, mas Silveira teria embolsado uma carta enviada ao literato pelo escritor Oswaldo Orico.²⁴

Ao publicar a entrevista realizada com Monteiro Lobato, Joel descreveu trechos da referida carta e justificou que todo bom repórter deveria ter audácia e sede de aventura como características principais. Os atributos defendidos por ele apresentavam-se dentro da construção da sua identidade como repórter, que por um lado, garantiram-lhe

²² FERRARI, Danilo Wenselau. *A atuação de Joel Silveira na imprensa carioca (1937-1944)*. Universidade Estadual Paulista, 2011. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, p. 137.

²³ FERRARI, Danilo Wenselau. *A atuação de Joel Silveira na imprensa carioca (1937-1944)*. Universidade Estadual Paulista, 2011. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, p. 137.

²⁴ FERRARI, Danilo Wenselau. *A atuação de Joel Silveira na imprensa carioca (1937-1944)*. Universidade Estadual Paulista, 2011. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, p. 137-138.

grandes elogios por parte de seus diretores e por outro, despertaram a desconfiança dos seus entrevistados.

Contudo, o que se pode concluir é que Joel Silveira como repórter da Revista “Diretrizes” iniciou a construção da sua imagem no jornalismo brasileiro como um repórter que sabia fazer uso das palavras, destacando em seus inúmeros textos “emoções, simplicidade, linguagem poderosa e denúncia”.²⁵ Vale lembrar, que no momento em que Joel começava construir a sua imagem como repórter heróico e polêmico, essa profissão ainda não estava definida e estruturada. Tal fato aumenta ainda mais sua importância dentro da construção e consolidação da profissão de repórter no Brasil.

O profissional polêmico e heróico ganhou notoriedade na arena do jornalismo brasileiro e a sua atuação nas reportagens transformou sua escrita que deixava de ser literária e passava a ser mais ligada ao fato jornalístico. As reportagens publicadas por Joel Silveira, sobretudo o texto intitulado “Grã finos em São Paulo”, no qual o autor descreve com doses de “humor e ironia a luxuosa vida da sociedade economicamente abastada de São Paulo”,²⁶ chamaram a atenção de jornalistas, diretores e proprietários de jornais, dentre quais estavam Assis Chateaubriand, dono do *Diários Associados*, que não demorou a convidá-lo para fazer parte do seu quadro de repórter.

A fama resultante dessa matéria também lhe rendeu a admiração de um importante leitor, o então presidente Getúlio Vargas. Tal texto retrata como ele “— um sergipano mais para o tipo rude e de sotaque nordestino inescandível — contou suas incursões, disfarçado de “gentleman”, pelos salões das famílias quatrocentonas paulistas”.²⁷

²⁵ FERRARI, Danilo Wenselau. *A atuação de Joel Silveira na imprensa carioca (1937-1944)*. Universidade Estadual Paulista, 2011. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, p. 138.

²⁶ FERRARI, Danilo Wenselau. *A atuação de Joel Silveira na imprensa carioca (1937-1944)*. Universidade Estadual Paulista, 2011. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, p. 143.

²⁷ NEGREIROS, Gilberto. O Estado Novo e o Getulismo. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 09 de jan de 1970. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_5.htm Acesso em: 20 de dez de 2012, p. 1.

O convite feito por Assis Chateaubriand só foi aceito em 1942 quando a revista “Diretrizes” fechou as portas e Joel Silveira ficou desempregado. Sobre a sua ida para redação do *Diários Associados*, Faro (s/d), explica que Assis Chateaubriand buscou recrutar para suas redações os melhores jornalistas e repórteres brasileiros, a fim de formar um grupo seletivo de profissionais da imprensa para derrubar os seus concorrentes.

A participação de Joel na cadeia jornalística de Chateaubriand evidenciou ainda mais seu caráter de autor polêmico, demonstrada nas páginas do jornal *Dom Casmurro* e da revista “Diretrizes”, críticas e denúncias contra o Estado Novo, a ditadura de Vargas, ao nazifacismo e ao integralismo foram frequentes em seus escritos.

Alguns estudos que versaram sobre a figura jornalística de Joel Silveira não revelam se ele sofreu censura e se foi perseguido por Vargas.²⁸ Tais pesquisas indicam que os textos de cunho político escritos por ele, em alguns momentos, apresentaram críticas diretas à atuação do governo Vargas, demonstrando, assim, a sua forte oposição ao tal governo. A ausência de registro de censura e perseguição política que Joel Silveira possa ter sofrido por parte do governo Vargas justifica-se por ele fazer parte de um grupo forte do jornalismo carioca, liderado por Assis Chateaubriand, que primou pela construção de uma memória social do período varguista.

Contudo, o que se pode afirmar é que a atuação de Joel Silveira no grupo editorial do *Diários Associados* foi marcada por uma escrita que atendia aos interesses do grupo. E, mesmo sendo dono de uma personalidade forte e marcada por relevantes traços de ironia, o sagaz jornalista soube fazer uso do espaço que tinha nos editoriais desse grupo e acalmar os seus ânimos que teimavam em tecer críticas ao governo de Vargas.

Em 1952, após fundar o jornal *Comício*, junto com seus colegas Rubem Braga e Rafael Corrêa de Oliveira, o jornalista ganhou espaço e liberdade para expressar de forma incisiva sua oposição a Getúlio Vargas.

²⁸ Cf. Ferrari (2011) e Miranda (2007)

Reconhecido como um impresso que engrossou o coro de oposição e inimigos de Vargas, o *Comício*, teve um tempo efêmero marcado por apenas dezessete números. A momentânea circulação desse jornal não impediu que suas páginas registrassem a colaboração de dezenas de escritores e jornalistas que despontavam no cenário cultural do Brasil, tais como Millôr Fernandes, Tiago de Melo, Fernando Sabino e Clarice Lispector²⁹.

Se por um lado Joel Silveira escrevia externando sua oposição ao governo de Getúlio Vargas, por outro o definia como uma das maiores personalidades que ele conheceu e a que mais o impressionou. Em entrevista à revista *Aventuras na História* relatou uma cena que viveu quando foi entrevistar Getúlio Vargas:

[...] Teve o caso da entrevista que fui fazer com ele e quando me recebeu, inicialmente para uma conversa, me chamava de “doutor Silveira”, mas, quando lhe entreguei as perguntas, aquele homem educado, bem vestido, cheirando a colônia inglesa se transfigurou. Empurrou aquela cadeira enorme da presidência para trás, jogou o papel na minha direção e disse: “O senhor trate disso com o doutor Lourival (Fontes, ministro da Propaganda de Vargas)”. Foi-se embora, nem me estendeu a mão. A postura dele me impressionou muito.³⁰

Sempre que era questionado sobre suas reportagens e entrevistas realizadas com personalidade políticas, religiosas e artísticas, ele externava suas impressões sobre eles. Quando lhe perguntaram como foi entrevistar o Papa Pio XII, revelou que ele foi a personalidade mais idiota que tinha conhecido em toda a sua vida de repórter. Foi este tom de sinceridade e ironia que marcou as entrevistas concebidas a ele. Como

²⁹ Cf: FERRARI, 2011.

³⁰ CASTRO, Márcio Sampaio de. Joel Silveira, no front com o Brasil. *Revista Aventuras na História*. 01 de set de 2006. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/joel-silveira-front-brasil-434854.shtml> Acesso em: 18 de dez de 2012.

repórter do *Diários Associados* recebeu a alcunha de “Víbora” do seu chefe Assis Chateaubriand por escrever seus textos com requintes de ironia, crítica e denúncia.

Os requintes de detalhes presentes em boa parte dos seus escritos foram mais evidentes em suas reportagens como correspondente de guerra. Tais reportagens foram marcadas por narrações descritivas dos fatos que causavam no leitor a impressão de viver a cena descrita por ele. No seu célebre livro “O inverno da Guerra” que traz uma coletânea das reportagens feitas no momento em que os fatos estavam ocorrendo na Segunda Guerra Mundial, ele narrou com detalhes a cirurgia de um soldado brasileiro. Escreveu:

Vejo o bisturi rasgar o baixo-ventre do pracinha, vejo seu sangue vermelho e grosso empapar as mechas de algodão, vejo sua carne rubra se abrir numa ferida profunda. A mão direita, estراçalhada pelos estilhaços, foi entregue a outro cirurgião brasileiro, um rapaz pálido e de óculos.³¹

A escrita de Joel denota uma preocupação com a estética e com o processo narrativo comprometidos com os esmeros das cenas reais que seus olhos registravam, os textos do astuto jornalista desvendam seu empenho e capacidade de apreender o episódio instantâneo e o real do cenário em que vivia e (d)escrevia em suas reportagens de guerras. Sobre a descrição dos fatos presentes em seus escritos, Joel Silveira revelou em entrevista que

[...] era o mais preciso possível, com detalhes, tal e coisa. No caso de Monte Castelo, eu fui o único correspondente a chegar com a Divisão Brasileira, o 7º Regimento Brasileiro, lá no topo do Monte Castelo compreendeu? E de lá mesmo eu já mandei. Escrevi lá na mesa. Havia tiroteio. Porque o ataque ao Monte

31 SILVEIRA, Joel. *O Inverno da Guerra*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005, p. 136.

Castelo começou às 5 da manhã e terminou às 5 da tarde né? E lá todo mundo tremendo ainda de nervosismo né? Eu escrevi lá mesmo porque lá em cima do Monte Castelo havia uma granja, de um camponês que cultivava cevada, e lá que os alemães tinham se escondido, se aquartelado. Eu botei a máquina, porque sempre que andava eu ia com minha máquina né, e lá mesmo em Monte Castelo eu escrevi a reportagem [...].³²

Sobre o seu estilo de escrita, Joel Silveira sempre apresentou uma defesa contundente diante das características que lhes foram atribuídas. O tom literário e preciso de seus escritos o classificou como um dos fundadores de um novo jornalismo marcado por detalhes dos fatos reais e de um texto literário. Seus biógrafos, leitores e comentadores que o filiaram a uma linhagem literária que imperava nos anos de 1930 e tinha como fiéis representantes a família Katherine Mansfield, Ribeiro Couto e Marques Rebelo. Em entrevista, ele se defendeu:

[...] Disseram que eu fui o criador do jornalismo literário, ou do novo jornalismo, compreendeu? Mas nunca nenhum deles me acusou de trair o fato. Eles se referem apenas à minha maneira de escrever, compreendeu? Que é muito minha, não tive influência de ninguém. Eu comecei a escrever, a fazer jornal, com 14 anos de idade. Vim para o Rio com 19, nunca tive influência nenhuma, e as coisas que eu lia era Machado de Assis, já tinha o Graciliano. Eu sempre gostei dos bons escritores, mas nunca me influenciaram, mesmo porque o Graciliano não tem nada a ver com jornalista. Foi espontâneo, nasceu em mim. Não me ensinaram a escrever como eu escrevo, compreendeu?³³

³² MIRANDA, Fernando Albuquerque. Uma conversa com Joel Silveira. In: *Congresso Nacional de História da Mídia* – São Paulo: 2007, p. 4.

³³ FARO, J. S. *Realidade (1966-1968): tempo da reportagem na imprensa brasileira*. In: *Revista Realidade*. s/d.

A defesa de Joel com relação ao seu estilo de escrita, o qual ele definiu como espontâneo e livre de qualquer influência de correntes literárias e escritores, revela o caráter de escritor ostentador da imagem de um repórter e contista que retirava do seu cotidiano cenas que ganhavam tons de realidade, a partir das palavras que desenharam as páginas de suas dezenas de livros.

A sua atuação como correspondente de guerra lhe rendeu fama que “também teve origem na construção da imagem que o jornalista quis legar de si e com o qual quis ser lembrado”.³⁴ De acordo com Ferrari (2011) os escritos de Joel Silveira publicados como opúsculos de memórias, reportagens, crônicas de guerras, textos de história do Brasil e contos desvela o seu propósito de construir uma auto-imagem adequada.

Nesses livros, “o jornalista produziu a imagem que se tem dele no presente e estabeleceu uma lógica para sua história de vida”.³⁵ Foram cerca de quarenta livros que expressam a sua perspectiva pessoal daquilo que presenciou e criou. Em entrevista sobre a importância do seu trabalho como repórter e jornalista mostrou-se muito satisfeito com tudo que produziu e viveu.

APRESENTAÇÃO FINAL

Por mais de 50 anos, Joel Silveira desempenhou a função de repórter e jornalista e colecionou admiradores, amigos e inimigos. Buscou através dos seus textos, manter fortes ligações com escritores, editores, artistas e políticos. Conheceu pessoalmente quase todos os presidentes brasileiros, dentre os quais estão Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e Tancredo Neves. Em suas entrevistas fazia questão de dizer que seu apartamento em Copacabana, no Rio de Janeiro, foi muito

³⁴ FERRARI, Danilo Wenselau. *A atuação de Joel Silveira na imprensa carioca (1937-1944)*. Universidade Estadual Paulista, 2011. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, p. 40.

³⁵ FERRARI, Danilo Wenselau. *A atuação de Joel Silveira na imprensa carioca (1937-1944)*. Universidade Estadual Paulista, 2011. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, p. 27.

frequentado por quase todos os presidentes que conheceu. Conviveu com Mário de Andrade, Clarice Lispector, Nelson Rodrigues, Graciliano Ramos, Manuel Bandeira, Oswald de Andrade, Monteiro Lobato e outros escritores de destaque no Brasil.

Entre os anos de 1954 e 1964, dirigiu o Serviço de Documentação do Ministério do Trabalho, no governo dos presidentes Café Filho, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Com o golpe militar, o jornalista perdeu o posto e foi preso por três vezes, devido à sua forte postura de opositor à ditadura, a qual era externada em suas reportagens.

Aos 80 anos, Joel Silveira se definiu como um teimoso que não pediu para vim e, também, não ia pedir para sair. Alcançou fama e reconhecimento como jornalista, profissão que começou a trilhar nas páginas do *Jornal A Vóz do Atheneu* quando era aluno do Atheneu Sergipense e presidente do Grêmio Literário Clodomir Silva.

O famoso jornalista sergipano, possuidor de uma escrita forte, ousada, envolvente e marcante que lhe rendeu o apelido de “A Víbora”, morreu aos 88 anos, no dia 15 de agosto de 2007. Seu corpo foi cremado, na cidade de Rio de Janeiro e a sua morte foi definida por muitos de seus colegas de profissão como uma lamentável perda para a imprensa brasileira, pois morria o fundador do jornalismo literário brasileiro.

Artigo recebido em 30 de março de 2013.

Aprovado em 20 de abril de 2013.

O CONSTITUCIONALISMO
LUSO-BRASILEIRO NA
CULTURA POLÍTICA
DA INDEPENDÊNCIA: a
Capitania de Sergipe

Edna Maria Matos Antônio*

THE CONSTITUTIONALISM
PORTUGUESE-BRAZILIAN
CULTURE IN POLITICAL
INDEPENDENCE: the captaincy of
Sergipe

RESUMO

O artigo apresenta breves considerações de natureza historiográfica sobre a constituição do conceito de Cultura política no movimento chamado Nova História Política com o intuito de discutir as características do ideário liberal luso brasileiro e sua influência no debate político que marcou o processo de emancipação do Brasil e consolidação do Estado Nacional.

Palavras-chave: Cultura Política, Liberalismo, Independência

ABSTRACT

The article presents brief historiographical considerations of nature on the formation of the concept of culture in political movement called New Political History, its relevance to discuss the characteristics of Brazilian Portuguese Liberal ideology and its influence on the process that would culminate in the political emancipation of Brazil and consolidation of State national.

Keywords: Politic culture, liberalism, independence

* Doutora em História (2011) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Possui graduação em História (1996) e mestrado em História (1999) pela mesma instituição. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Sergipe. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: História do Brasil Colonial e Império; História de Sergipe; Cultura e Política; Memória.

Normalmente associado à discussão sobre a escravidão e coexistência entre dimensões supostamente antagônicas, têm se constituído um desafio para os pesquisadores sofisticar historicamente a compreensão acerca dos sentidos e os usos atribuídos ao conceito de liberalismo na fase que antecede e permeia o processo de independência da América Portuguesa. Igualmente se observa como interpretação discutível, embora usual nas abordagens sobre o tema, localizar o entendimento de noções políticas liberais originadas dos movimentos do final do século XVIII, que se evidenciam a partir das críticas dos colonos dirigidas à dominação colonial, transmutadas em oposição ferrenha ao absolutismo e que adentraram de forma inalterável no processo de autonomia da colônia americana em relação a Portugal.

O debate historiográfico contemporâneo sobre o período tem contribuído pra desconstruir ideias arraigadas sobre a precedência da unidade política e coesão de ideais por seus agentes e se mostrado estimulante no sentido de redimensionar as particularidades históricas da América na análise da dinâmica de emancipação política e construção dos estados nacionais dessas regiões e, nesta operação, a plasticidade do entendimento do liberalismo para esta sociedade. Nele, têm-se evidenciado a compreensão das ideias liberais como um repertório diversificado de concepções formador de diretrizes de pensamento político fundamental para a elaboração de projetos, e que orientou os sentidos da intervenção política dos sujeitos históricos na realidade à época.

O reconhecimento de uma diversidade de realidades sócio-geográficas e de opiniões políticas vigentes à época sinaliza para a insuficiência em se adotar explicações generalizantes para a análise de um processo intenso de discussões e disputas cujo conteúdo moldou o sentido do pensamento e da ação de diversificados agentes sociais envolvidos na separação entre os reinos de Portugal e Brasil e na construção de um modelo de Estado Nacional. Das questões de análise sugeridas pelo movimento historiográfico recente, a perspectiva de reconsiderar o papel das experiências regionais na compreensão desse processo ganhou relevância por permitir que se desvele, com mais elementos de problematização, importantes aspectos do constitucionalismo luso-brasileiro.

O presente artigo propõe explorar os significados desses ideários e alinhamentos naquele contexto por meio da reflexão sobre a dinâmica ocorrida na capitania de Sergipe. A riqueza interpretativa da experiência política neste espaço relacionou-se ao entrelaçamento das questões de autonomia local (a separação administrativa da capitania da Bahia) e do processo de separação do Brasil. Por força das circunstâncias, nesta parte da América, as duas trajetórias estavam imbricadas, de modo que o encaminhamento e resolução de um incidir diretamente na trama do outro. Esta situação convergiu para assinalar um período de enfrentamento e negociações entre os grupos políticos em Sergipe diante das questões do poder local e regional, num processo que, guardando semelhanças ou divergências em relação à dinâmica em curso nos centros decisórios (Lisboa, Bahia e Rio de Janeiro), ressoavam no complexo processo político a que estavam envolvidos.

A proposta de interpretação sugerida neste texto dialoga com o quadro de renovação dos estudos históricos promovido pela História Política e sua assimilação no Brasil, marcado por importantes aquisições conceituais e possibilidades investigativas fecundas. Para instrumentalizar a discussão, convém remontar a constituição do conceito de cultura política no contexto do movimento historiográfico chamado *Nova História Política*.

A História Política, tal como a estudamos hoje, um campo de investigação histórico consolidado, foi resultante do amplo movimento intelectual da renovação na pesquisa e produção do conhecimento histórico ocorrido no final dos anos 70 e início dos 80 na historiografia europeia. Sob a influência das investidas teóricas metodológicas inauguradas pela Nova História, movimento historiográfico francês na década de 30,1 que questionou o paradigma de uma dita “história tradicional”, - um entendimento de história pautado na validade de dogmas envolvendo a objetividade como procedimento, documentos escritos como fontes

¹ Pela vigorosa influência e seus efeitos na historiografia brasileira, demarcamos a importância do movimento composto por Lucien Febvre e Marc Bloch, que fundaram a revista *Annales* em 1929 e na geração seguinte, Fernand Braudel.

legítimas e a narrativa como forma de escrita -, e que contribuiu para a renovação da produção do conhecimento histórico sugerindo a ampliação de objetos e de fontes, a problematização do fato e a adoção de inovadores enfoques teórico-metodológicos. Essa mudança de perspectiva sobre a História redirecionou o sentido de sua escrita nas décadas seguintes.

Esse quadro de reflexões arrojadas sobre o fazer histórico provocou, entre outros desdobramentos, um expressivo interesse por pesquisas na área da História Política de tal impacto no campo de conhecimento historiográfico que muitos especialistas identificaram o “retorno do político”. A ideia de que ocorreu uma retomada de estudo sobre o campo político na história repousa na percepção de que a História Política, da forma como era estudada, era desacreditada. A noção de política estava muito colada ao conceito de História Metódica, que por essência já era política, ou seja, a história sempre fora vista como a seleção de personagens e fatos relevantes relacionados ao poder, a guerra e ao Estado, sinalizando para uma história das elites. Tratava-se de uma história épica, predominantemente narrativa, que se interessava pelos grandes personagens e seus atos extraordinários, relegando pouco espaço para a participação dos sujeitos comuns no processo mais amplo da História, aspecto que explica o distanciamento dos historiadores pelas temáticas ligadas ao político por considerável período.

Os anos 80 do século XX configuram-se como uma fase particularmente fecunda no desenvolvimento da disciplina História como forma de conhecimento acadêmico devido ao enfrentamento de questões cruciais de natureza epistemológica e atendimento a demandas de saber calcadas em questões contemporâneas importantes. Esse movimento adentrou a década de 90 com bastante vigor chamando a atenção dos historiadores para a constante exigência de atualização e reformulação de seus problemas conceituais e teóricos e confirmava a tendência para a construção de uma proposta de conhecimento interdisciplinar capaz de proporcionar uma interpretação mais profunda e complexa do passado.

Através de um diálogo fértil e criativo com as Ciências Sociais, se destacaram as contribuições das análises realizadas por Michel Foucault e Pierre Bourdieu cujas abordagens foram decisivas para inspirar estudos

acerca do poder, demonstrando que o mesmo não se restringe ao nível macro e institucionalizado, mais evidente, como também ao seu nível micro, invisível e até simbólico, em que a manifestação de relações de poder, não encontra no Estado seu exclusivo núcleo gerador, mas ocorre na fábrica, na escola e até mesmo na família.

O território da investigação sobre o político expandiu-se e foi explorado pelos historiadores que se apropriaram e reinterpretaram seus conceitos e temas. A aproximação dos historiadores com a Antropologia e, especialmente ao tema da Cultura, resultou em desdobramentos com destaque para a formação da História Cultural como campo de pesquisa,² em que cabe destacar a importância das análises do antropólogo Clifford Geertz que recolocou o problema da interpretação das culturas, ao afirmar que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” e a cultura poderia ser entendida como essas teias, cabendo à ciência interpretar analiticamente seus significados.³ Do antropólogo Marshal Sahlins, outra referência fundamental no campo dos estudos culturais, assimilou-se a compreensão de que a história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. Nesses termos, a cultura é historicamente reproduzida na ação.⁴ Assim, o conceito de cultura política, um conceito limiar entre história política e história cultural, passou a ser usado largamente pelos historiadores.

Outro caminho profícuo de constituição do conceito de cultura política foi trilhado do contato com a Sociologia em que um novo campo de pesquisa, *cultura política*, foi construído a partir da publicação,

² Em razão da complexidade de definição, uso e objeto da imprecisão do conceito *História cultural*, sobre o qual muito já se discutiu, cabe indicá-lo com um movimento bastante heterogêneo de tratamento das abordagens culturais, em que o próprio conceito de cultura se modificou ao longo do processo histórico, e por isso mesmo, se constitui por múltiplos caminhos de conceituação e abordagem. Ver: BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.

³ GEERTZ, Clifford James. A Interpretação da Cultura. In: *Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1989, p. 15.

⁴ SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1994, p.7.

em 1963, da obra *A cultura cívica: atitudes políticas e democracia em cinco países* (*The civic culture: political attitudes and democracy in five countries*), escrito pelos cientistas sociais Gabriel Almond e Sidney Verba. Sua interpretação, o primeiro estudo político a comparar as atitudes dos cidadãos de vários países, sustenta que o funcionamento dos sistemas políticos poderia ser explicado a partir da socialização política uma vez que elementos ambientais e psicológicos condicionariam a formação das crenças, valores, opiniões políticas e no comportamento social diante dos processos políticos. Embora muito criticados por sugerir um modelo idealizado de comportamento - uma vez que condicionava o estabelecimento da democracia e à manutenção da estabilidade do sistema democrático à presença de elementos e contextos culturais determinados - o estudo destacou-se por permitir que o tema da cultura política ganhasse evidência e acendesse o interesse sobre assuntos políticos num momento em que, nas Ciências Sociais, o estudo das instituições políticas era um objeto de pesquisa restrito à área jurídica, ao Direito.⁵

Contudo, a produção acadêmica francesa ganhou a preferência dos pesquisadores brasileiros fazendo-se presente em importantes centros de pesquisa histórica com plena assimilação dos referenciais de reflexão inaugurados pelos estudos de René Remond,⁶ Sergey Berstein e Jean-François Sirinelli. Por meio de uma abordagem pluralista do conceito de cultura, Berstein indica que a cultura política pode ser conceituada como um sistema de representações, fundado sobre uma certa visão de mundo, sobre uma leitura significativa do passado histórico, sobre as escolhas de um sistema institucional e de uma sociedade ideal, um vocabulário com especificidades, além de fórmulas, ritos e símbolos que, tal como as palavras, um discurso codificado, desempenham o papel de significante.⁷

⁵ DUTRA, Eliana F. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. In.: *Varia História: Revista da Pós-Graduação em História da UFMG*, Belo Horizonte, Minas Gerais, n. 28, dez. 2002, p. 13-28.

⁶ REMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

⁷ BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In: RIO UX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 350-351.

Desse amplo processo formativo emerge um entendimento de cultura política multidisciplinar - não isento de críticas e desconfianças acerca da eficácia conceitual e operacional do termo,⁸ que envolve a confluência criativa de conceitos e técnicas da Sociologia, Antropologia, Economia e Psicologia. Variável entre períodos da história e sociedades, a cultura política forneceria um arcabouço complexo constituído por vocabulário, símbolos, gestos, rituais que forneceria aos que dela compartilham formas semelhantes de enxergar o mundo, interpretando-o e atuando nele, e sua investigação permitiria a compreensão dos significados dos projetos e ações políticas dos homens num momento da sua história,⁹ perspectiva que estrutura a presente reflexão.

CULTURA POLÍTICA E CONSTITUCIONALISMO EM SERGIPE NO SÉCULO XIX

As inquietações epistemológicas pelas quais passou a História Política atraíram a atenção dos historiadores para a revisão de enraizados paradigmas explicativos e também a repensar matrizes teóricas que os levaram à revisitação de temas de natureza política consagrados pela memória social. No Brasil, essa reavaliação proporcionou a releitura de emblemáticos processos da história nacional sob novas perspectivas de análise.

Os estudos de cultura política no Brasil sobre a Independência estão se avolumando na produção acadêmica, singularizados pela aplicação de análise qualificada, diversificada e inovadora na formulação de questionamentos sobre um árduo assunto. Têm sido estudados o vocabulário político, o papel da imprensa e sua constituição como espaço de concepções e ações políticas, o simbolismo das relações

⁸ Ver a útil reflexão: MOTTA, Rodrigo P. S. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo P. S. (org.) *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

⁹ BERSTEIN, Serge. *Op. Cit.* p. 363.

de poder, as formas plurais de sociabilidade e as ideias políticas.¹⁰

A historiografia recente têm realçado a vigência de distintas opções de pensamento político na América portuguesa, cujas matrizes de modelo nutriam-se da experiência da América do Norte, da América espanhola, e do amplo debate político instalado na Europa. Os elementos prático-teóricos assimilados do conhecimento sobre esses processos, combinados às condicionantes sócio-econômicas específicas do Brasil, originaram interpretações próprias de seu conteúdo e usos múltiplos de seus princípios no Brasil.¹¹

Ideias liberais não eram exatamente novidades para um colono letrado na América, mas passaram a dominar o debate cotidiano a partir da deflagração da Revolução do Porto em agosto de 1820. Também chamada de movimento vintista, as lideranças do movimento objetivavam criar condições para reformas político-administrativas que modernizassem as estruturas econômicas e sociais do país ibérico. Os liberais portugueses conceberam projetos de Estado e de organi-

¹⁰ Na impossibilidade de citar todos os autores, optou-se por uma seleção exemplificadora: LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821-1823*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000; LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000; SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles: Empire, Monarchy and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. New York, Routledge, 2001; NEVES, Lúcia Maria B. P. *Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo. A cultura política da Independência. 1820-1822*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial*. São Paulo: Hucitec, 2005. LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil – bastidores da política. 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994. BITTENCOURT, Vera Nagib. *De alteza real a Imperador: O Governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2006. BERBEL, Márcia. *A nação como artefato. Deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1999. SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada. O Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

¹¹ CARMAGNANI, Marcelo (org.). *Federalismos latino-americanos: México, Brasil, Argentina*. México: Fondo de Cultura, 1990; CARVALHO, Marcus J. M. de. *Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.18, n.36, 1998.

zação de instituições políticas, oriundos de uma compreensão muito própria dos princípios da Ilustração, e atribuíam à reforma liberal lusa uma importância crucial no processo de transformação do país e do desenvolvimento material de todo o Império Português. A convocação feita pelos deputados portugueses de representantes da América para participar das atividades deliberativas nas cortes, órgão responsável pela elaboração de uma constituição, abriu um intenso período de debates e tensões sobre a adesão a essas propostas e acerca de outras proposições que envolveriam o Rio de Janeiro, da Bahia e demais partes da América portuguesa.

De acordo com a interpretação clássica, e mais conhecida, sobre a construção do Liberalismo e sua difusão na elite brasileira a disputa política referia-se a oposição entre liberais e absolutistas e o óbvio antagonismo dos regimes políticos a que cada conceito alude. Aos liberais era atribuída uma tipologia social e econômica caracterizada por sua ocupação em atividades mercantis e, por isso, seus partidários, críticos impiedosos do Antigo Regime e suas estruturas, principalmente o colonialismo, seriam reivindicadores da instalação de regras e instrumentos institucionais que promovessem maior liberdade de variadas tipologias: política, cultural, religiosa e econômica.

O Absolutismo, por sua vez, seria defendido pelos setores mais tradicionais, dedicados à agricultura de exportação e seus agentes eram interlocutores dos interesses da grande lavoura. A dependência do sistema escravocrata constituía questão básica na construção do novo país e, por isso, temiam que a adoção de medidas liberalizantes na economia acabasse por comprometer a continuidade da utilização desse tipo de mão de obra. Ligados às estruturas de poder do Antigo Regime, defendiam a manutenção dos padrões tradicionais de governo e política, dos quais usufruíam de vantagens e privilégios.

A caracterização desses agentes políticos e seus projetos a partir de suas atividades econômicas e o confronto político motivado por razões materiais tem se mostrado insuficiente para explicar as razões de defesa dos projetos liberais diversificados. A matriz de diferenciação política que se firmou no contexto dos debates políticos da Independência

não se sustenta se explicada exclusivamente pela premissa de posturas conflituosas devido seus agentes desenvolverem atividades econômicas presumivelmente antagônicas e que a diferença de interesses e visões de mundo foi transposta para o campo do ideário político, significando concepções conflitantes sobre a construção do Estado e da nação. Há de se considerar que, embora majoritariamente agrária, a economia colonial americana, a essa época, apresentava-se com fortes traços de participação do setor mercantil, o que torna admissível pensar num cenário de valorização e de entrelaçamento desses dois ramos de atividades produtivas, resultando inclusive em casamentos ou alianças com vistas à ampliação de oportunidades econômicas, permitido pela expansão das atividades econômicas da segunda metade do século XVIII.¹² Assim, as explicações devem ser buscadas considerando os planos políticos e visões de Estado e sociedade.

Localizando as propostas relativas aos formatos políticos disponíveis percebe-se a constituição de um ideário liberal, constitucional, que se desdobra em correntes, cujas características puderam ser captadas frente à dinâmica de dois processos cruciais: o de disputa, entre as Cortes em Lisboa e o Rio de Janeiro e suas respectivas propostas pela captação do apoio político das elites das províncias no Brasil; e, relacionado ao resultado da primeira situação, mas num momento posterior, o da aceitação ou não do projeto de Independência do Brasil liderado por D. Pedro. Mais do que a escolha de um ou outro polo de poder, o dilema colocado às facções das elites brasileiras relacionava-se em definir qual deles possuía a efetiva capacidade de solucionar os problemas econômicos e sociais e traria os benefícios esperados. Por isso, as oposições evocavam diferentes engajamentos na defesa de projetos acerca da unidade das províncias do Brasil, pois nessas elaborações atuavam noções que atribuíam graus diferentes de autonomia para os grupos da elite local, uma questão pontual e muito disputada na organização

¹² FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790 – 1830*. 2.ed. revisada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

política pensada para o Brasil.¹³ Nas feições assumidas do Liberalismo no Brasil envolvendo entendimentos variados acerca de assuntos como pacto social, atribuição dos poderes entre executivo e legislativo, instituições, pode-se sublinhar duas expressivas formas de compreensão do constitucionalismo naquele momento, descritas a seguir.

Um ideário constitucionalista que pode ser definido como “federalista”, uma vez que pautava-se no projeto da autonomia provincial como importante elemento na organização do Estado. O Constitucionalismo adotado pelos baianos podia ser classificado como de vertente federalista, pois defendia a aliança com os liberais em Portugal, e, num sistema de poder com esse formato, a acreditava-se na possibilidade de obter e conquistar um maior equilíbrio nas relações políticas e econômicas entre as partes desse Império, visando contemplar demandas bastante específicas ligadas à condição de subalternidade vivenciada nas últimas décadas, situação julgada como derivada de uma política de governo centralista e autoritária. Essa adesão refletia a opção pelo rompimento da subordinação à Corte instalada no Rio de Janeiro e acalentava o projeto de organização de poder e de instituições em que as elites regionais, fora do centro, pudessem participar das decisões governativas.

Nessa elaboração, não se excluía a referencialidade da monarquia na organização do poder, como observado no trecho da “Carta que a junta provisional de governo da Província da Bahia dirigiu ao muito alto e muito poderoso rei senhor D. João VI”, em 12 de fevereiro de 1821: “os honrados habitantes da Bahia, apurados por mil incidentes e motivos, desejam há muito o estabelecimento de um *governo liberal e justo* [...] e permaneciam na mais completa *obediência e lealdade ao trono*”¹⁴ [grifos meus]. Nessa, e em demais expressões observadas nas

¹³ LEME, Marisa Saenz. A construção do poder de governo na Província de São Paulo e o estado em formação no Brasil independente: entre a Revolução do Porto e a outorga constitucional. In: CALDEIRA, João Ricardo de C.; ODALIA, Nilo (orgs.) *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP/Arquivo do Estado, 2010.

¹⁴ AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957, p. 47.

fontes, evidenciam-se os traços de valorização dos laços de fidelidade ao monarca, cuja participação no projeto político em construção era necessária, desde que suavizada de alguns excessos do autoritarismo.

Essa tendência rivalizava com outra expressiva manifestação de constitucionalismo à época que pode ser entendida como “centralista”. Esta visava à articulação das regiões ao projeto do Rio de Janeiro, e se colocava favorável a união das províncias que seriam lideradas por D. Pedro. As proposições políticas apresentadas pelos centralistas mostravam-se simpáticas ao governo constitucional e representativo e, por essas diretrizes desejam construir uma ordem nova política, mas temiam os excessos de outros projetos liberais inspirados pelo modelo do constitucionalismo de Cádiz e do exemplo federalista e republicano norte-americano, que minaram a força do poder monárquico. Assim, acreditavam na eficácia de uma organização institucional para o novo país que primasse pela manutenção de certos traços de estabilidade política sem profundas e desnecessárias alterações na essência do modelo governativo.¹⁵

Grosseiramente caracterizado como “absolutismo” ou “corcundismo”, pode-se aventar que essas associações feitas ao liberalismo de natureza centralista nutriam-se da postura de defesa de continuidade de relação de poder com um centro colonial americano e expressava o desejo de conservação das estruturas econômica e políticas como conhecidas, chegando até a ser caracterizado como um projeto político de manutenção do Antigo Regime e, no seu extremo, com a preservação da estrutura de dominação colonial. Em meio aos embates, esta associação teve sua utilidade enquanto discurso, pois serviu para descaracterizar o sentido dos projetos políticos desse grupo, pois associado ao conservadorismo e ao continuísmo, seus opositores marcavam uma significativa diferenciação entre esses formatos. A vinculação às propostas das Cortes acenava para uma possibilidade de reforma política pela transformação, que proporcionaria o progresso e a modernidade. Em torno do ideário

¹⁵ LYNCH, Christian E. C. O pensamento conservador Ibero-Americano na era das Independências (1808-1850). *Lua Nova*, São Paulo, 74, p.213-221, 2008.

constitucional, formou-se a crença de que, respeitado o princípio da representatividade, se elaborariam normas que tocariam em questões fundamentais para o funcionamento do Império Português, como: o monopólio comercial, a revisão do fiscalismo exacerbado, o poder absoluto do rei, enfim a transformação da ordem social e política.¹⁶

Nas duas formulações, nota-se a constante referência de preservação da figura política de D. João VI como já mencionado. As modernidades políticas expressas na defesa dos elementos do constitucionalismo e suas novas regras de organização do poder aparentemente não conflitavam, entre segmentos da elite colonial, com a tradição real sugerindo, inclusive, a aceitação da centralidade da figura real, aspecto que indica a vigorosa permanência de referências monárquicas nas concepções sobre o poder de Estado naquele momento e pode ajudar a compreender a adoção - não sem negociação entre essas facções das elites regionais - do sistema monárquico em detrimento de outros modelos políticos disponíveis à época como o republicanismo.

Como referenciado, a autonomia da capitania de Sergipe em relação à da Bahia foi concedida por D. João VI em 1820 no bojo de uma reorganização administrativa que objetivava aprimorar os mecanismos de controle e desenvolvimento econômico da colônia, através de política reformista do espaço colonial.¹⁷ O novo governador de Sergipe, Carlos César Burlamaqui, assumiu o posto em fevereiro de 1821 e, contrário às ordens das Cortes, iniciou a estratégia de combate às ideias liberais na capitania. Estava ciente da deposição dos agentes metropolitanos na capitania da Bahia por uma Junta de Governo Provisório, de perfil político constitucional federalista e a favor das Cortes portuguesas, que assumiu o poder e possuía ligações familiares e econômicas em Sergipe.¹⁸ O governador mandou publicar e avisar “*a toque de corneta*”,

¹⁶ NEVES, Lúcia Maria B. P. das. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹⁷ ANTONIO, Edna Maria Matos. *A independência do solo que habitamos*. São Paulo: EDUNESP, 2012.

¹⁸ Com apoio de tropas baianas, o governador foi deposto no dia 16 de março de 1821 e a administração da capitania ficou a cargo do coronel Pedro Vieira de Melo, que manteve a ligação administrativa de Sergipe à Bahia.

em todas as ruas de São Cristóvão, uma ordem de proibição aos moradores de falar em *constituição*, ato que seria tratado como um crime, passível de processo e prisão. José Pinto de Carvalho¹⁹ descreveu que a divulgação dessa medida na vila provocou pânico nas pessoas que passaram a falar na “*palavra proibida*” apenas secretamente.²⁰

A solução encontrada pelos moradores para “resistir à ordem de Burlamaqui e seu despotismo” foi fazer uso do segredo como estratégia, um elemento da cultura política do Antigo Regime expresso na “cultura do segredo”, própria das rebeliões coloniais. Adotar esse comportamento caracterizava uma conduta atípica para os padrões de sociabilidade colonial, pois num mundo em que todos se conheciam e os atos sociais eram naturalmente públicos, atos individuais, privados ou solitários eram situações difíceis de serem vivenciadas.²¹ Por força dessa característica, geralmente, tinha-se a impressão de que conversas de conteúdo político realizadas de forma oculta, não pública porque proibidas, já traziam em si a intencionalidade de realizar algo subversivo por princípio.²²

Além disso, o comentário de José Pinto de Carvalho, expresso no plural, indica a ocorrência de reuniões secretas para comentar assuntos do momento político e as ideias do Liberalismo. Secretas também deviam ser as correspondências com teor político, que tratavam de ideias perturbadoras para a preservação das estruturas de autoridade do An-

¹⁹ Português, chegado ao Brasil em 1804 e após ter percorrido as províncias do Sul estabeleceu-se em Sergipe em 1816. Montou um trapiche no porto de Maruim tornando-se importante homem de negócios na região do vale do Cotinguiba. Participou ativamente do processo político que envolveu a independência na capitania de Sergipe, experiência sobre a qual escreveu uma memória: “Apontamentos sobre alguns atos da vida pública do cidadão brasileiro José Pinto de Carvalho”.

²⁰ CARVALHO, José Pinto de. Apontamentos sobre alguns atos da vida pública do cidadão brasileiro José Pinto de Carvalho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n.3, v.1, 1914, p. 66.

²¹ ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando e SOUZA, Laura de Mello e. (orgs.). *Cotidiano e vida privada na América Portuguesa* (Coleção História da vida privada no Brasil). vol 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.152.

²² SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise*. Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006, p. 101.

tigo Regime. Reuniões e carta subversivas pareciam uma combinação perigosa num contexto crítico de (in)definição política.

A reação à medida do governador Burlamaqui ao estabelecer a censura pública nos permite conhecer uma das formas em que a discussão política nesse período se processava, e mais especificamente, o modo de sua divulgação. Marcada pela naturalização da sua ocorrência em lugares públicos, bem ao gosto da ideologia liberal, que confiava na eficácia da divulgação pedagógica das ideias da ilustração e no conhecimento como ferramenta libertadora da ignorância dos povos, a disseminação de todo conhecimento para a sociedade devia ser feita de forma aberta e transparente, uma vez que era de domínio público. O direito à liberdade de discussão e os espaços de efetivação desse princípio passaram a constituir um valor na cultura política da época, pois, segundo os pressupostos do ideário liberal, importantes garantias do indivíduo como a liberdade de expressão, de reunião e de associação eram fundamentais para torná-lo pleno possuidor de direitos de um cidadão.²³

A menção a essa experiência tornou possível conhecer ainda uma das formas pelas quais os colonos de Sergipe conseguiam obter as informações sobre os acontecimentos e discussões políticas de outros locais, da América ou da Europa. As reuniões tinham múltiplas finalidades que não se limitavam à difusão trivial das notícias. Conhecer teorias e conceitos políticos novos, informar-se sobre os acontecimentos distantes e próximos, ouvir opiniões, trocar informações, refletir sobre os rumos que a situação ia tomando e falar de... Constituição.

A censura régia portuguesa proibia a entrada de publicações de conteúdo político e filosófico na Colônia, principalmente as que tratassem de assuntos “revolucionários” como os acontecimentos e ideias da França e obras que criticavam a moral, os bons costumes e a religião. O controle acirrado, mas não perfeito, da censura absolutista sobre a

²³ NEVES, Lúcia Maria B. P. Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823) In: GUIMARÃES, Lúcia Maria P.; PRADO, Maria Emília. (orgs.). *O liberalismo no Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: REVAN/UERJ, 2001.p. 92

imprensa e a inexistência de jornais na capitania, comum a outros lugares, eram circunstâncias que faziam com que as ideias liberais fossem difundidas por meio de três suportes: os livros clandestinos, as cópias manuscritas e, principalmente, a linguagem oral.²⁴ Essa evidência permite conhecer, de forma aproximada, uma experiência de sociabilidade de esfera pública e sua politização do tipo moderno.²⁵

Através do bom relacionamento e contatos constantes que o português José Pinto mantinha com o secretário da Junta Provisória da Bahia, José Lino Coutinho, suas embarcações que vinham da Bahia para Sergipe com mercadorias traziam clandestinamente jornais “que naquela época quase exclusivamente tratavam da constituição”. Assim, ele divulgava as notícias de um “avultado número de jornais”, exposição que fazia “com gosto” e agia para “que sem demora chegassem às mãos dos diferentes corpos de milícias com o fim de predispor os ânimos assombrados com aquela despótica ordem”.²⁶

A fase de experimentação de novidades políticas marcada por intensa expectativa sobre a instalação de uma Constituição foi bem captada por José da Silva Lisboa²⁷ ao diagnosticar que “a época das constituições chegou”, expondo a situação complexa dos indivíduos que vivenciavam o Antigo Regime em seu momento de crise e a necessidade de definição de caminhos para prosseguir com a vida. Essas pessoas passaram a conviver com palavras de um novo vocabulário político como *constituição*, *direitos*, *igualdade*, *representação* e como assinalou

²⁴ JANCSÓ, Istvan. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e. (org.). *História da vida privada no Brasil*, v.1. São Paulo: Companhia. das Letras, 1997, p.403.

²⁵ MOREL, Marcos. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo, Hucitec, 2005.

²⁶ CARVALHO, José Pinto de. Apontamentos sobre alguns atos da vida pública do cidadão brasileiro José Pinto de Carvalho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n.3, v.1, 1914,p.65-70

²⁷ LISBOA, José da Silva. *História dos principais sucessos políticos do império do Brasil dedicada ao Senhor D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1827, p.21.

Neves²⁸ conceitos carregados de inquietações e fascínios não se restringiam apenas ao uso cotidiano, mas ao seu significado mais profundo, pois a eles estavam relacionadas práticas e valores que mudavam a compreensão costumeira das coisas e que naturalmente assustavam, causando desconfiança nas pessoas habituadas com o sistema político do Antigo Regime, o mundo conhecido.

Essa impressão foi bem captada por Antônio Moniz ao registrar que “havia muitos brasileiros assombrados com ela”, mas igualmente reconhecia-se que a constituição continha atributos considerados eficazes para solucionar os principais problemas que afligiam o mundo luso-brasileiro. Em especial para o colono Moniz, a constituição possuía o atributo de extinguir privilégios originados de nascimento e que tanto limitavam sua possibilidade de sucesso profissional por não ser português de nascimento e nem nobre.²⁹

O Liberalismo influenciou ainda outro formato de sistema político circunscrito ao ideário republicano. Sobre as especificidades do modelo republicano brasileiro, Renato Lopes Leite empreendeu uma análise que ressalta que a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas eram vistas pelos principais nomes desse movimento como episódios desastrosos, dado o radicalismo de seu formato e o perigo que representavam ante a possibilidade de libertação dos escravos. Esse traço diz muito sobre a natureza moderada das ideias republicanas em voga no

²⁸ NEVES, Lúcia Maria B. P. *Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo*. A cultura política da Independência. 1820-1822. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

²⁹ Antônio Moniz de Souza nasceu em 1782, em Campos do Rio Real, na Vila de Lagarto, capitania de Sergipe. Dedicou-se as atividades de pecuária nas fazendas da família e posteriormente ao comércio. No convento da Bahia adquiriu conhecimentos básicos de Botânica e Mineralogia e obteve, do Conde dos Arcos, a autorização para aperfeiçoar seus conhecimentos sobre as plantas medicinais e minérios explorando os sertões do norte da América portuguesa. A expedição, iniciada em maio de 1817, foi interrompida em julho de 1822, quando se envolveu com as guerras de independência nessa região. SOUZA, Antônio Moniz de. *Viagens e observações de um Brasileiro*. 3.ed. Salvador: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 2000 [1834]

Brasil.³⁰ De qualquer forma, tratava-se de uma questão incontornável naquele contexto: o temor das elites a respeito da adoção de sistemas políticos que levassem o país a convulsões sociais de tal impacto que afetassem a manutenção da escravidão, receio agravado pelo fato de o país possuir uma das maiores concentrações de população escrava e livre mestiça da América do século XIX. Essa articulação estava esboçada na documentação produzida, por exemplo, pelas autoridades policiais em Sergipe, em 1824:

Sabem por ser voz pública e notório que Sebastião Soares, crioulo, casado e morador na povoação do Rosário, alferes comandante da companhia de Henriques, tem convocado pelos engenhos e fazendas a pretos cativos para pelo natal do corrente ano se levantarem contra seus senhores e contra tudo o que fosse branco e os matarem e aclamarem a república.³¹

Possivelmente, o raciocínio da elite em Sergipe manifestado neste trecho sobre a questão coadunava-se com o de boa parte das classes dirigentes do país e entendia que a fragmentação e abolição eram elementos inseparáveis da proposta republicana, cujo exemplo mais cabal estava na América espanhola convulsionada e despedaçada em Repúblicas.

Do exposto, sugere-se que o Liberalismo vivenciado em terras coloniais apresentou-se fundamentado na crítica ao colonialismo e na defesa do princípio do constitucionalismo como o instrumento de efetivação do reconhecimento de direitos civis e políticos, de representação e participação política conforme expectativas diversificadas originadas dos anseios de modernização das condições sociais e econômicas dos indivíduos que viveram o século XIX na América Portuguesa.

³⁰ LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e libertários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

³¹ MOTT, Luís. *Sergipe Del Rey*. População, Economia e sociedade. Aracaju: Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 1986, p.68.

Extremamente significativo para a análise do processo de separação da colônia é observar que os traços do ideário liberal foram interpretados de forma diferente pelos agentes políticos de acordo com a região a que pertenciam e as hierarquias políticas e geográficas a que estavam vinculados, as características das elites que as compunham, seus referenciais intelectuais e a possibilidade e os meios disponíveis da ação política, elementos que influenciaram na elaboração de posicionamentos variados. Dele, emergiu uma visão de mundo composta a partir de referenciais extraídos do repertório de expectativas liberais e heranças coloniais nada desprezíveis, em que o conteúdo desse constitucionalismo influenciou na idealização de regras relativas ao relacionamento entre as capitânicas, a estrutura dos poderes local e central, a organização do poder legislativo e o exercício da cidadania. Coube aos segmentos das elites, localizadas em diferentes regiões da ex-colônia, defenderem, negociarem, dar sentido e corpo ao projeto que parecia melhor assegurar a efetivação de um modelo de Estado liberal, nação, de sociedade, de civilização e que, fundamentalmente, resguardasse a escravidão.

Artigo recebido em 07 de abril de 2014.

Aprovado em 20 de abril de 2014.

“O PÃO DA
MISERICÓRDIA”: a
doutrina cristã em
língua Kiriri por meio do
catecismo e da gramática
do padre Mamiani

Ane Luíse Silva Mecnas Santos*

“THE BREAD OF MERCY”: the
Christian doctrine in language Kiriri
through catechism and grammar of
Father Mamiani

RESUMO

Desde os primeiros anos do processo de conversão os padres da Companhia de Jesus sistematizaram textos que possibilitariam a comunicação com os gentios. Ao passo que a catequese foi realizada com povos que não falavam a língua geral novos instrumentos foram produzidos. Por isso no final do século XVII, fez-se necessário organizar para publicação uma gramática e um catecismo Kiriri. Esses dois documentos apresentam os indícios e os rastros do

processo de mediação cultural ocorrido no sertão da América portuguesa. Em meio a normatização da língua oral pelo filtro da gramaticalização latina é possível perceber também o mundo indígena. Os hábitos que causavam estranheza nos padres durante seu período de observação. Dessa foram, o presente artigo busca analisar esses documentos identificando os métodos de normatização da língua Kiriri.

Palavras-chave: jesuíta, Kiriri, Catecismo, Gramática, América portuguesa.

* Aluna do Programa de Pós-graduação em História do Império Português pela Universidade Nova de Lisboa. Diretora do Museu Galdino Bicho e da Pinacoteca Jordão de Oliveira. Professora da Universidade Tiradentes e da Rede Pública do Estado de Sergipe. Doutoranda em História na UNISINOS. Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. Licenciada e bacharel em História pela Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora dos grupos de pesquisa do diretório do CNPq, “Jesuítas nas Américas”, “Culturas, Identidades e Religiosidades” e Arte, Cultura e Sociedade no Mundo Ibérico (séculos XVI a XIX).

ABSTRACT

Since the early years of the conversion process the priests of the Society of Jesus systematized texts that would enable communication with the Gentiles. While catechesis was being held with people who did not speak the language generally new instruments were produced. So in the late seventeenth century grammar and catechism were published Kiriri. These two documents provide the evidence and traces of

cultural mediation process occurred in the backwoods of Portuguese America. Amid the normalization of oral language by Latin grammaticalization filter is also possible to realize the indigenous world. The habits that caused the strangeness priests during his observation period. That were, this article seeks to analyze these documents identifying the methods of standardization of the language Kiriri.

Keywords: Jesuit Kiriri, Catechism, Gramatic, Portuguese America.

Ao longo do processo de colonização, muitos desempenharam a função de um homem-memória, ao registrar os feitos, ao narrar as conquistas e ao descrever as paisagens¹. Distante do mundo europeu, as penas filtravam o olhar do estrangeiro acerca da América, e por isso foi descrita com estranhamento e admiração.

A comunicação se tornava necessária. Serviu como instrumento de controle por parte da estrutura burocrática do antigo regime, bem como estratégia de benesses por parte dos súditos do rei. O volume documental produzido, sejam os alvarás, as cartas e ou os diários de viagem o Novo Mundo se descortina perante a tessitura do velho. Nesses registros além da descrição do era visto, cada linha escrita carrega em suas marcas os mundos do escritor.²

Pelo seleção da escrita as narrativas acerca do Novo Mundo foram tecidas. Não apenas no mundo burocrático da corte, mas nos bastidores da fé. Nesse ensejo uma vasta escrita, voltada a “adaptar” os mecanismos de conversão dos indivíduos que viviam na América,

¹ RAMINELI, Ronald. *Viagens Ultramarinas. Monarcas, vassallos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008. p. 32

² CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVII*. Coleção tempos. Tradução Mary del Priore. Brasília: Editora da UnB, 1994, p. 13.

foi produzida³. Catecismos e gramáticas passaram a ser elaborados pelos membros das mais diversas ordens. O significativo número de publicações, envolvendo a normatização das línguas indígenas para o modelo latino, reflete a diversidade de povos e conseqüentemente de costumes, conforme aponta Daher:

(...) as operações de dicionarização e de gramaticalização das línguas indígenas não são apenas fundamentos de estratégias catequéticas, são elas mesmas determinadas teologicamente, ratificação evidente do princípio unitário da verdade divida profunda frente à multiplicidade superficial das línguas humanas, desde a dispersão da língua adâmica no mundo.⁴

Uma das necessidades que se estabeleceu estava pautada na questão do conhecimento e a partir da estratégia, construir a narrativa do texto. A efetivação da colonização precedia da necessidade de domínio do espaço e do outro. Conhecer o lugar era condição *sine qua non* para o êxito da ação. E nessa conquista pelo espaço era imprescindível a formação de alianças.

Na dinâmica de povoação da América Portuguesa foi efetivada, primeiramente, com a ocupação do litoral. Nesse momento inicial, foi possível estabelecer os limites de norte a sul da colônia, uma língua foi instituída como a falada na costa, que a partir de um tronco linguístico “unificava” povos. Após a expulsão dos holandeses tornou-se impres-

³ Dos quais podemos destacar: *Arte da Grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*, do padre Jose de Anchieta, 1595; *Arte da Grammatica da lingoa brasílica*, do padre Luiz Figueira, 1687; *Diccionario da lingua geral do Brazil*, sem data definida; Caderno de vocábulos da língua geral, muito necessário para com brevidade se aprender, feyto no anno de MDCCL; Diccionario dos vocábulos mais uzuaves para a intelligência da dita language; Diccionario da Lingua geral do Brasil que se falla em todas as Villa, lugares e aldeias deste Vastissimo Estado. Escrito na Cidade do Pará. Anno de 1771; Diccionarioportuguez, e brasiliano, obra necessária aos ministros do altar(...) 1795.

⁴ Daher, Andrea (2012), *A oralidade perdida. Ensaios de história das práticas letradas*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 46

cindível fincar raízes nos caminhos de dentro.⁵ E avançar rumo aos sertões.

Consta no dicionário de Raphael Bluteau⁶ (1712) a definição do conceito de sertão como sendo uma região apartada do mar e por todas as partes, metida entre as terras. Esse espaço de separação e distante das terras conhecidas é empreendido um novo processo de conquista, tanto pelo espaço como pelas almas. Ao longo do século XVII o caminho para o sertão foi intensificado tanto pelos servos da coroa como pela diversas ordens religiosas. Rumo aos “caminhos de dentro”, paulatinamente, as aldeias indígenas foram transformadas em missões, nas quais a cultura e os saberes locais foram sendo tecidos pela tradição cristã europeia.

A cada passo distante da costa, da zona de conforto o conhecimento adquirido nas décadas anteriores apresentou falhas. Dessa forma, com a colonização rumo aos “*caminhos de dentro*”⁷, tornou-se fundamental encontrar novas formas de comunicação para conhecer o espaço e assim efetivar o projeto de conquista. E nesses novos caminhos um grupo desses “novos” sujeitos históricos passam a ser os Kiriri. Conforme Dantas, os Kiriri são “índios que formavam importante grupo lingüístico cultural do Nordeste brasileiro, cujo habitat se estendia desde o Paraguassu e o rio de São Francisco até o Itapirucu, afastado da linha da costa, domínio dos povos de língua Tupi”⁸. Almeida também faz referência ao grupo: “Do tronco lingüístico macro-jê e habitantes do sertão do São Francisco, os kariris tiveram seus costumes descritos por jesuítas e capuchinhos (...)”.⁹

⁵ Os caminhos do sertão já eram empreendidos pelos criadores de gado ainda no século XVI, contudo esse projeto de governo passou a ser intensificado após a Restauração pernambucana.

⁶ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulárioportuguez&latino*: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

⁷ Termo encontrado na documentação do Arquivo Ultramarino e se refere ao caminho da Bahia, passando pela Capitania de Sergipe até chegar ao Rio São Francisco.

⁸ DANTAS, Beatriz Góis (1973), *Missão Indígena no Geru*. Aracaju: UFS, p. 2.

⁹ ALMEIDA, Maria Celestino de (2010), *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.32.

A instrumentalização do processo de conversão foi travado a partir da elaboração de uma gramática e de um catecismo em língua Kiriri. Com a finalidade de facilitar a comunicação e assessorar os padres durante a prática de conversão. Organizados para publicação pelo padre Mamiani, um homem memória, que registra nas suas duas obras o estranhamento pelo que viu e dessa forma descobriu costumes e diferenças. Mamiani ocupa por ter domínio da língua do outro ocupa o espaço bilíngue.

E o papel do bilíngüe, na sociedade colonial, é o do indivíduo que ocupa a zona do hiato entre dois mundos sociais, representado suas maneiras de falar. Tornando-se o elo entre mundos e desempenhando um papel social para as duas sociedades de que fala. As formas de comunicação ocorrem nas misturas, “lingüística de contato”. Nas zonas de fronteira linguísticas são adquiridas novas formas de fala.¹⁰

De acordo com Leite,¹¹ Mamiani nasceu na cidade de Pésaro, Itália, no dia 20 de janeiro de 1652. Tornou-se membro da ordem, quando tinha 16 anos, em abril de 1668. Embarcou para o Brasil em 1684. Tinha com destino a missão do Maranhão, contudo foi enviado para a aldeia do Geru, na Capitania de Sergipe Del Rey já nos limites com a Bahia. Nesse aldeamento, atribui-se a ele a fundação do templo votivo a Nossa Senhora do Socorro. Organizou e publicou as obras *Catecismo Kiriri* e *Arte da Gramática Kiriri*. A sua atuação na Terra Brasilis não durou muito tempo, em 1701 retornava ao Velho Continente. Posteriormente, tornou-se procurador em Roma e lá viveu até a seu falecimento em 8 de março de 1730.

Todavia a normativa de instrumentos linguísticos não ficou restrita aos domínios portugueses na América, esteve presente na dinâmica do Império português. Após a expulsão holandesa dos domínios da África e do Novo Mundo é possível constar uma “corrida” aos sertões e a ampliação dos domínios nessas localidades.

¹⁰ BURKE, Peter. *A arte da conversão*. Tradução Álvaro Luiz Hattner. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, p. 29.

¹¹ LEITE, Serafim (1949), *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 351-353.

Para mapear as publicações da Companhia de Jesus o primeiro caminho foi seguir os “rastros” da tipografia responsável pela publicação dos textos da língua kiriri. As duas obras organizadas por Mamiani foram publicadas pela Officina de Miguel Deslandes. O responsável pela tipografia era Miguel Deslandes, francês, naturalizado português e desde 1687, tornou-se impressor real.¹² Durante a segunda metade do século XVII, sob o selo dessa tipografia, publicaram dezenas obras da Companhia. Dentre os livros, sete obras foram de autoria do padre Antônio Vieira.

É conveniente destacar a publicação de duas gramáticas nesse período, uma em língua Kiriri e a outra em língua Angola. Assim como o Brasil, Angola também foi invadida pelo holandeses na primeira metade do século XVII. E, nessa restauração da antigas colônias nos dois lugares a Companhia de Jesus ficou responsável por normatizar a língua nesses dois lugares do Império português. Conforme aponta Batista:

(...) os jesuítas estavam inseridos em um processo no qual línguas das Américas, da África e da Ásia foram aprendidas num momento que ficou conhecido, posteriormente, como de expressiva publicação de obras referentes às línguas das terras colonizadas por nações europeias a partir das Grandes Navegações.¹³

A Arte e língua Angola foi organizada pelo padre Pedro Dias¹⁴. O jesuíta elaborou a normativa da língua quimbundo na Bahia¹⁵. Possivelmente, por não ter vivido na África e não ter elaborado o registro

¹² CUNHA, Xavier da, 1840-1920 *Impressõesdeslandesianas: divulgações bibliographicas*. Lisboa: Imprensa Nacional, [1895], (1896). - 2 v. <http://purl.pt/254>

¹³ BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Descrição de línguas indígenas em gramáticas missionárias do Brasil colonial. *DELTA*, Vol. 21. 2005. p. 123.

¹⁴ No ano de 2006 a Biblioteca Nacional organizou a publicação fasc-similar do livro.

¹⁵ LIMA, Ivana Stolze. Na Bahia, a arte da língua de Angola. Comunidades linguísticas no mundo Atlântico. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal, 2013, p. 1-13. Consultado em 14 de fevereiro de 2014. Disponível em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371346755_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2013.pdf

in loco, a sua obra não possui um espaço dedicado ao leitor como na gramática e no catecismo de Mamiani.

Na documentação consultada, não foi possível encontrar como o referido padre aprendeu o Kiriri. Serafim Leite aponta a existência de um manuscrito elaborado pelo padre João de Barros, no período em que esteve como superior na aldeia de Canabrava. E na escrita de Mamiani inicia ressaltando a experiência de vinte e cinco anos dos “religiosos da Companhia desta Província do Brasil” nos sertões do Brasil. A ação dos jesuítas junto aos kiriri teve início nos idos de 1666, na aldeia de Natuba. No ano seguinte foi inserido um novo aldeamento, Canabrava. E por volta de 1691, efetivou-se a atuação em Saco dos Morcegos e por fim, em 1683 no Geru.

A comunicação entre os padres que viveram nesses aldeamentos pode ser observada também quando analisamos as licenças da ordem para publicação. No catecismo há três licenças. A primeira é assinada pelo jesuíta Antônio de Barros, que em sua assinatura apresenta a localização em que preparou seu parecer para publicação, a aldeia de Canabrava. O outro padre é João Matheus Falletto que se encontrava na aldeia do Geru, ou missão de Nossa Senhora do Socorro. E terceiro autorizar a impressão é o provincial da Companhia Alexandre de Gusmão, que assina do colégio da Bahia.

Outro ponto curioso acerca das licenças é referente importância que os padres atribuem a obra. Para Antônio de Barros o catecismo irá beneficiar as “almas, com que poderão agora ser melhor doutrinadas nos mysterios”. João Matheus Falletto a obra não fere os bons costumes e só iria facilitar a instrução e a salvação das almas por parte dos missionários. Já o provincial autoriza a impressão, não pelo fim que a mesma iria atender, mas por ter sido avaliada e respaldada pelos outros padres especialistas na língua. Sua licença é semelhante a atribuída a Arte da Língua de Angola, do padre Pedro Dias. E com relação a publicação em língua Angola, é curioso também observar que todas as licenças foram elaboradas por jesuítas que se encontram no colégio da Bahia.

Ao analisar as licenças da gramática podemos observar a repetição da autorização do provincial Alexandre de Gusmão, com os mesmos

termos e assinada na mesma data, 27 de junho de 1697, apenas com a alteração, do nome da obra. O padre João Matheus Falletto também apresenta um licença para a publicação da gramática, com pequenas passagens que foram publicadas no catecismo e suprimidas na versão da arte. A diferença se faz presente na terceira licença do padre Joseph Coelho do seminário de Belém. O referido jesuíta salienta os dezenove anos que viveu junto aos índios Kiriri e apoia a publicação pela contribuição que a mesma proporcionaria aos missionários na “salvação daquelas almas”.

Os indícios do processo de aprendizado do Kiriri pelo padre Mamiani é possível constar nas advertências ao leitor, onde ele descreve a importância da obra e a dificuldade em organizá-la. O trabalho se tornou árduo por conta da dificuldade de pronúncia, que gerava discordância entre os próprios padres. Esse ponto pode ser confirmado na licença de publicação do padre João Matheus Falletto quando afirma que o catecismo é claro, apresenta a propriedade da língua no que era humanamente possível visto que a “pronúncia bárbara, & fechada” dificultava o entendimento. Por isso, para o autor a obra não é perfeita, contudo, faz-se necessário a publicação pois o mérito está na normatização básica para o estabelecimento da comunicação. Essa é a justificativa apresentada pelo padre por ter elaborado um catecismo bilíngue. Com as frases em Kiriri e em português Mamiani defende a tese que o leitor poderia ter maior facilidade em aprender a língua indígena, seja ele um padre ou qualquer outra pessoa. Para ele, a importância da obra é poder “administrar o remédio” ao gentio, e mesmo na ausência de um padre, os índios pudessem aprender o que era mais importante, os mistérios, pois caso um indivíduo que não fosse religioso tivesse posse do catecismo deveria ensinar o método para seus filhos, seus escravos e todos pelos quais fosse responsável.

O jesuíta descreveu a estruturação do seu método de aprendizagem. Ao ouvir cada palavra, ele anotava a pronúncia e o significado. Entretanto, o método só alcançou êxito, pela constante comunicação, com outros padres e com os índios. Esse é um ponto de destaque da obra de Mamiani a dinâmica da comunicação, a circulação de padres

entre as aldeias Kiriri e os detalhes de como o conhecimento oral é estruturado e moldado para a escrita europeia.

Podemos concluir que a aprendizagem do autor passava pela capacidade do mesmo em ordenar os sentidos. Primeiramente, com o olhar e assim observar os gestos e o espaço no qual estava inserido. Em seguida, com a audição, saber ouvir e conseguir interpretar os ditos e os silêncios. E por fim, construir a trama da memória do que viu e ouviu em uma narrativa. Esse ofício era importante para conseguir cumprir com o objetivo da publicação da obra:

(...) para os missionários novos serem ouvidos, e entendidos pelos índios, que he o fim principal, que se pretende, pois por falta dele não se declarao aos índios muitos mysterios, & muitas cousas necessárias a hum Cristão.¹⁶

O catecismo foi organizado em três partes, dedicada as orações, aos mistérios e as instruções. O jesuíta optou em organizar os ensinamentos em forma de diálogo porque era a forma mais utilizada e de acordo com ele era também a mais fácil de ser ensinada. Mamiani ratifica o era necessário que o índio aprendesse, as orações e as respostas das perguntas gerais. De acordo com ele, não deveriam esperar que os índios aprendessem tudo, porque não era necessário como também para o autor eles não tinham capacidade para isso. Mas deveriam entender ao processo como uma prática ordenada. Para ilustrar os ensinamentos as explicações acerca da doutrina, foram relacionadas aos elementos práticos da vida e do mundo que os cercavam. Na passagem em forma de diálogo na qual o padre explica a Santíssima Trindade:

Explicarei isso como o exemplo do rio. Nasce a agua da fonte do rio, & corre formando o rio, & dahi sahe formando hua lagoa. A mesma agua he a que sahe da fonte, corre no rio, & fórma a

¹⁶ MAMIANI, Luiz Vincêncio. (1942), Catecismo da Doutrina Christã na LinguaBrasilica da Nação Kiriri. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [1698].

lagoa. A fonte, o rio, & a lagoa são três lugares distintos entre si, & para a lagoa são três lugares distintos entre si, & com tudo he hua só, & a mesma agua que sahe da fonte para o rio, & para a lagoa: Assim o Padre he Deus, o Filho heDeos& em três pessoas distintas.¹⁷

Nos elementos apresentados antes das normativas as quais se dedica o catecismo, são elencadas algumas características referente aos Kiriri. Mamiani, nas advertências ao leitor salienta o cuidado com o povo bravo, bárbaro e que não tinha capacidade de aprendizagem. E na gramática ele retoma essa discussão ao problematizar a língua e associar seu caráter “bárbaro” ao ausência de lei e de regras.

Mamiani, ao longo de sua escrita, constrói sua narrativa a partir de duas concepções de tempo, duas modalidades de ser no mundo: o sagrado e o profano. As duas concepções são regidas tanto em caráter individual, nas práticas diárias de cada sujeito, bem como no que tange o coletivo da comunidade, nas atividades do bem comum do grupo. Dessa forma, a normatização da rotina é estabelecida com o intuito de alcançar a salvação. Observa-se que no tempo profano há um conjunto maior de práticas particulares, constituídas pelas orações individuais, modelos de vida seguidos a partir dos mandamentos. Contudo, a salvação não é alcançada apenas através do conjunto de atividades individuais, pois a ação praticada com o outro também deve ser discutida e ensinada. Para Eliade:

Tal como o espaço, o Tempo também não é, para o homem religioso, nem homogêneo nem continuo. Há, por um lado, os intervalos de Tempo sagrado, o tempo das festas (na sua maioria, festas periódicas); por outro lado, há o tempo profano, a duração temporal ordinária na qual se inscrevem os atos privados de significado religioso. Entre essas duas espécies de Tempo, existe, é

¹⁷ MAMIANI, Luiz Vincêncio. (1942), *Catecismo da Doutrina Christã na Lingua Brasilica da Nação Kiriri*. Lisboa. *Edição fac-similar*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [1698], p. 43-44.

claro a continuidade, mas por meio dos ritos o homem religioso pode “passar”, sem perigo, da duração temporal ordinária para o Tempo sagrado.¹⁸

Já na gramática Mamiani¹⁹ aponta outras concepções de tempo, partindo dos tempos verbais. De acordo com o autor na língua kiriri os verbos podem ser conjugados no presente do indicativo, no futuro do indicativo, no pretérito perfeito do indicativo, pretérito do indicativo, no gerúndio, no particípio, no imperativo e permissivo, no modo optativo e conjunctivo. Para indicar cada tempo verbal há uma série de regras apresentadas, entretanto a conjugação só é feita na primeira pessoa do singular. Para as outras pessoas verbais devesse apenas mudar os artigos dos pronomes.

O tempo ordinário era rompido pelo tempo sagrado²⁰ todos os domingos, o primeiro dia das festas do Nascimento do Senhor, da Ressurreição, Pentecostes, as festas da Circuncisão, da Epifania, da Ascensão, do Corpus Christi, do Nascimento do Senhor, da Purificação, da Anunciação, da Assunção, como também o dia de São Pedro e São Paulo. Ao observar essas datas destacadas pelo inaciano podemos ter uma ideia do calendário festivo das aldeias. Além disso, mostra que tanto no domingo como no dias santos deve-se ouvir a missa²¹ e rezar, mas se podia também cozinhar, comer, caçar e pescar. As atividades voltadas para a alimentação eram permitidas.

¹⁸ ELIADE, Mircea (2001), *O sagrado e o profano: essência das religiões*. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, p. 63.

¹⁹ MAMIANI, Luiz Vincêncio. (1877), *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da naçam Kiriri*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, p.35.

²⁰ ELIADE, Mircea (2001), *O sagrado e o profano: essência das religiões*. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes.

²¹ Realizar missas pela manhã era também o que estava estabelecido nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia celebrado no dia 12 de junho de 1707, no Título IV Em que tempo, hora, e lugar se deve dizer a Missa, artigo 336, “Prohibe o Sagrado Concilio Tridentino, que os Sacerdotes digão Missa fora das horas devidas, e competentes, as quaes conforme o costume universal da Igreja, e Rubricas do Missal Romano, são desde que rompe a alva até o meio dia” (VIDE, 2007, p.137).

O jejum também marca o tempo, pode ser incluído no conjunto de práticas que marcam a passagem dos anos e do tempo sagrado. As datas festivas remontam ao tempo litúrgico, constitui-se na antiga prática de recordar a partir da representação o ritual de evento sagrado o passado mítico da fé cristã²². A festa marca a saída da vida temporal “ordinária” e inserção do indivíduo no tempo mítico, percebem-se encenadas que fazem parte de um conjunto de regras que compõem o universo festivo, passíveis de repetição. Trata-se de um tempo ontológico. Para Bakhtin:

As festividades têm sempre uma relação marcada com o tempo. Na base, encontra-se constantemente uma concepção determinada e concreta do tempo natural (cósmico), biológico e histórico. Além disso, as festividades, em todas as suas fases históricas, ligaram-se a períodos de crise, de transtorno, na vida da natureza, da sociedade e do homem. A morte e a ressurreição, a alternância e a renovação constituíram sempre os aspectos marcantes da festa. E são precisamente esses momentos – nas formas concretas das diferentes festas – que criaram o clima típico da festa.²³

Anualmente, na festa de Nascimento de Cristo, a etiqueta cerimonial que compõe a mentalidade cristã dessa data é lembrada de forma semelhante ao longo dos anos. Isso contribui com a formação de uma mentalidade coletiva e simbólica do grupo que participa da celebração. Na festa anual, que marca a passagem do tempo há o reencontro com o tempo sagrado, e nesse caso coletivo. A respeito das procissões:

A procissão é uma oração pública feita a Deus por um comunhão de fiéis disposto com certa ordem, que vai de um lugar

²² ELIADE, Mircea (2001), *O sagrado e o profano: essência das religiões*. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, p. 64.

²³ BAKHTIN, Mikahail (2008), *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais*. Tradução Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 8.

sagrado à outro lugar sagrado e e tão antigo o uso dellas na Igreja Catholica, que alguns Autores atribuem sua origem ao tempo dos Apostolos. São actos de verdadeira Religião, e Divino culto, com os quaes reconhecemos a Deos como a Supremo Senhor de tudo, e piissimo distribuidor de todos os bens, e por isso nos sujeitamos a elle, esperando da sua Divina clemência as graças, e favores que lhe pedimos para salvação de nossas almas, remédio dos corpos, e de nossas necessidades. E como este culto seja um efficaz meio para alcançarmos de Deos o que lhe pedimos, ordenamos, e mandamos, que tão santo, e louvável costume, e o uso das Procissões se guarde em nosso Arcebispado, fazendo-se nelle as Procissões geraes, ordenadas pelo direito Canonico, leis, e Ordenações do Reino, e costume deste Arcebispado, e também as mais que Nós mandamos fazer, observando-se em todas a ordem, e disposição necessária para perfeição, e magestade dos taes actos, assistindo-se nelles com aquella modéstia, reverencia, e religião, que requerem estas pias, e religiosas celebridades.²⁴

Os elementos específicos que compõe as festas não foram apresentados. Não se identificou a normatização das festividades. A descrição dos rituais não consistia no objetivo de Mamiani. Possivelmente, a ritualização da festa fosse composta principalmente pelo visível, de forma teatral, por isso não haveria a necessidade de registrar no “manual” que serviria de base para a comunicação entre os membros da ordem e o grupo de gentios que falava o Kiriri não traz a “tradução” dos ritos. Nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia identificamos como procissões que ficaram a cargo dos jesuítas a da Santíssima Trindade e a Terça Feira das quarenta horas. O tempo sagrado era marcado pelas festas bem como através dos sacramentos. Dos quais Mamiani destaca sete: batismo, confirmação, eucaristia, penitência, extrema unção, ordem e matrimônio.

²⁴ VIDE, Sebastião Monteiro da (2007), *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, p 191.

Ato necessário para o bom cristão e estabelecido tanto no Concílio de Trento como nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia e também presente no mencionado catecismo, é a penitência. Para isto o indígena deveria utilizar sua memória para elencar todos os pecados praticados após o batismo. No Título XXXIV das Constituições, intitulado da “Contrição, confissão, e satisfação, que se requer para o sacramento da penitencia e dos effeitos que elle causa” são estabelecidas três regras básicas que o penitente é obrigado a cumprir para alcançar a perfeita purificação dos pecados, são elas: a contrição, a confissão e, por fim, a satisfação da culpa pelo Confessor.

A segunda cousa, que deve fazer o penitente é a Confissão vocal, e inteira de todos os seus peccados com a circunstancias necessarias: e para que esta sua Confissão seja inteira, e verídica, deve tomar tempo bastante para examinar com diligencia, e cuidado a consciência antes da Confissão, discorrendo pelos Mandamentos da lei de Deos, e da Santa Madre Igreja, e pelas obrigações de seu estado, vícios, companhias, tratos, e inclinações, que tem; vendo como peccou por pensamentos, palavras, e obras, e fazendo quanto puder por distinguir, e averiguar as espécies, e numero dos peccados. O qual exame feito, procurarão Confessor, a quem hão de dizer todos os seus peccados, e os mais que depois do exame lhe lembrarem. E requeremos a todos os nossos súbditos da parte de deos nosso Senhor, que não deixem de confessar peccado algum por pejo, e vergonha, ou temos dos Confessores, ainda que o pecado seja o mais grave, e enorme, que se póde considerar, porque são muitas as almas, que por este principio se condemnão.²⁵

Nessa passagem das Constituições é possível constatar a necessidade e a importância dada à confissão: a necessidade da consciência do ato e o arrependimento são características necessárias para a “purificação dos pecados”. No entanto, a confissão, para o branco, normalmente europeu, era algo simples de se fazer, levando em consideração

²⁵ VIDE, Sebastião Monteiro da (2007), *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, p. 57.

as normas estabelecidas tanto no Concílio como nas Constituições, mas como seria confessar índios que viviam nas aldeias jesuíticas e que falam uma língua totalmente diferente daquelas conhecidas pelo colonizador?

No catecismo kiriri a confissão era também prática obrigatória pelo menos uma vez ao ano, sob pena de excomunhão. A confissão era necessária, principalmente, quando havia iminente perigo de morte. Para efetivar o sacramento o pecador deveria ficar de joelhos e, em seguida, rogar a Deus e contar seus “verdadeiros pecados”:

Fazer confessar o pecado para que ele receba do padre o perdão divino e saia conformado: tal foi a ambição da Igreja católica, sobretudo a partir do momento em que tornou obrigatória a confissão privada anual e além disso exigiu dos fiéis a confissão detalhada de toso os seus pecados ‘mortais’. Ao tomar essas decisões carregadas de futuro, a Igreja romana certamente não avaliava em que engrenagem punha o dedo, nem que peso estava impondo aos fiéis, nem que avalanche de problemas decorrentes uns dos outros haveria de desencadear.²⁶

Dentre os diversos pecados o de mentir ou esconder alguma informação do padre local era profundamente abominado. Após a confissão era necessário pagar a penitência declarada pelo Confessor, podendo ela ser o jejum, dar esmola, fazer uma oração ou “rezar as contas”. A confissão era necessária nos dias da quaresma e principalmente quando havia conspícua ameaça de depauperamento: quando estavam doentes, quando fossem à guerra ou quando uma mulher fosse parir. E seguir os costumes dos avós significava ir para o inferno.²⁷

²⁶ DELUMEAU, Jean (2009), *História do Medo no Ocidente 1300-1800*. Uma cidade sitiada. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, p. 11.

²⁷ MAMIANI, Luiz Vincêncio. (1942), *Catecismo da Doutrina Christã na Lingua Brasilica da Nação Kiriri*. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [1698], p. 157.

A comunhão era prática comum na vida dos cristãos batizados. Fazia-se necessário comungar entre o período da Quaresma e da festa de Corpus Christi, como também jejuar. A prática do jejum era imprescindível em todas as festas da Quaresma, na vigília do Natal e da Ressurreição. Nessas datas os gentios deveriam comer uma só vez durante o dia, mas nessa refeição não poderiam se alimentar de carne. O jejum dos índios, como também dos “negros da América”, era apenas não comer carne e alimenta-se uma vez ao dia. Estavam desobrigados nos seguintes casos:

Não peccão, se estão doentes; se não tem de comer bastante para poder comer o necessário; se trabalhão muito; se lhes falta peixe, ou legumes, ou outro mantimento fora da carne; se são de pouca idade, ou se são muito velhos.²⁸

Percebemos que não se trata apenas de ensinar a oração, mas, sobretudo, explicar a importância do ato para quem o pratica. Nos diálogos encontramos a seguinte pergunta “Como havemos de rezar?” e a resposta “Há muitos modos, mas sobre tudo He bom rezar o Padre nosso, porque Jesus Christo ensinou esta oração aos seus discípulos. He bom também ki rezar a Ave Maria, ou a salve Rainha, pois assim nos ensinou a rezar a santa Igreja; para q a May de Deos interceda por nós para o seu Divino Filho”.²⁹ Após o Concílio de Trento, o culto à Virgem Mãe de Deus foi bastante divulgado, sendo que sua imagem se encontra presente em quase todos os templos nos escritos de Mamiani a repetição é método utilizado para que o gentio pudesse aprender.

Artigo recebido em 15 de maio de 2014.

Aprovado em 10 de julho de 2014

²⁸ _____ (1942), *Catecismo da Doutrina Christã na Lingua Brasilica da Nação Kiriri*. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [1698], p.106.

²⁹ MAMIANI, Luiz Vincêncio. (1942), *Catecismo da Doutrina Christã na Lingua Brasilica da Nação Kiriri*. Lisboa. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [1698], p. 157.

A CONTRIBUIÇÃO DE FRANCISCO MONTEIRO DE ALMEIDA À HISTÓRIA DOS LIMITES TERRITORIAIS DE SERGIPE-BRASIL

Lilian de Lins Wanderley*
Hortência de Abreu Gonçalves**

THE CONTRIBUTION OF FRANCISCO MONTEIRO DE ALMEIDA TO THE HISTORY OF THE TERRITORIAL LIMITS OF SERGIPE-BRAZIL

RESUMO

Este artigo analisa o livro inédito intitulado “A contribuição de Francisco Monteiro de Almeida à história dos limites territoriais de Sergipe”, escrito em 1922 por Francisco Monteiro de Almeida, Consultor Jurídico do Estado entre 1919 e 1923, por determinação do Presidente do Estado José Joaquim Pereira Lobo, com o objetivo de levantar os limites territoriais dos 34 municípios existentes, que foram revistos e definidos com precisão, de acordo com a sua história e

sua legislação. Sua elaboração requereu amplo levantamento documental e demorado trabalho de campo no interior de Sergipe, entrevistas com proprietários de terras e dirigentes públicos, e pesquisa direta nos arquivos oficiais. Esse artigo objetiva a divulgação dessa obra e também descreve a biografia do autor, sua vida em Sergipe e sua contribuição à história de Sergipe.

Palavras-chave: Circunscrições e limites. Limites territoriais de Sergipe. Biografia de Francisco Monteiro de Almeida

* Atualmente Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará. Licenciatura e Bacharelado em Geografia - Universidade Federal de Sergipe, Mestrado em Geografia - Universidade Federal de Sergipe e Doutorado em Geografia - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-UNESP- Rio Claro. Geógrafa. Professora dos cursos de graduação, mestrado e doutorado em Geografia, da UFS. Cargos de gestão: Diretora de Recursos Minerais da CODISE/SE; Secretária Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Estância/SE e Diretora de Gestão Ambiental da DESO/SE. *E-mail:* lilianwanderley@uol.com.br

** Pós-doutora em Estudos Culturais pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC)/Fórum de Ciência e Cultura (FCC) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Licenciatura e Bacharelado em História, Mestrado em Sociologia, Mestrado em Geografia, Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professor da Faculdade de Estácio de Sergipe-Estácio FaSe, da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – FANESE e da Universidade Tiradentes -UNIT. Sergipe/Brasil. *E-mail:* ensino.pesquisa@yahoo.com.br

ABSTRACT

This article analyzes the unpublished book entitled “The contribution of Francisco Monteiro de Almeida to the history of the territorial limits of Sergipe”, written in 1922 by Francisco Monteiro de Almeida, legal adviser of the State between 1919 and 1923, by direction of the President of the State José Joaquim Pereira Lobo, aiming to survey the territorial limits of the 34 existing municipalities, which were revised and defined with precision, according to its

history and its legislation. Their preparation required extensive documentary collection and time-consuming field work countryside of Sergipe, interviews with landowners and public managers and direct research in official files. This article aims at the dissemination of this work and also describes the biography of the author, his life in Sergipe and its contribution to Sergipe history.

Keywords: Districts and Divisions. Territorial limits of Sergipe. Francisco Monteiro de Almeida biography.

1 INTRODUÇÃO

A fragmentação do território brasileiro, especificamente a dos Estados da federação, se configura no processo de criação de novos municípios e envolve a autonomia municipal que ao longo da história da República se deu como avanço das instituições ou como retrocesso político e social, onde a base de poder local ora se fortalece ora se enfraquece no processo de descentralização da gestão territorial. Dessa questão emerge a luta pela demarcação do território e o confronto de forças políticas e econômicas, tornando a criação de um município a finalização de uma luta pelo poder, algumas vezes não conclusiva, em que pese o aparato legal que finalmente a estabelece e a define em termos formais.

Nesse particular, mesmo atualmente, quando os limites podem ser definidos por coordenadas geográficas ou outras linhas geodésicas, ainda são frequentes os conflitos entre células municipais pela posse de parcelas do território, principalmente quando a divisa municipal segue linhas imaginárias de difícil precisão sobre o solo, não se sobrepondo a um curso fluvial, cristas montanhosas ou outro acidente geográfico de formato físico claro.

Contudo, interesses políticos e econômicos locais desde hoje e sempre lideraram as disputas territoriais. É o caso dos recursos naturais,

especialmente reservas hídricas no subsolo e bens minerais, quando geram royalties ou impostos, frequentemente cobçados por forças concorrentes na definição dos limites territoriais, o que quase sempre resulta em aguerridas disputas pela sua posse. Por fim, a inclusão ou exclusão de núcleos populacionais dentro de um determinado município pode significar maior ou menor participação nos recursos financeiros da Federação, percebida como vantagem ou como desvantagem relativa na delimitação da superfície municipal.

Dessa forma, desde sempre mas ganhando cada vez mais peso no processo civilizatório e no desenvolvimento econômico, constata-se que o conhecimento impreciso e a não revisão da legislação que rege os limites municipais trazem sérias consequências para um dos lados em disputa, o que resulta na indefinição dos limites, no surgimento de áreas de litígios, na administração em área legal de outro município, na distorção da arrecadação de impostos e de dados estatísticos, em eleitores cadastrados fora da zona eleitoral e na imprecisão nos cálculos de Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

2 A IMPORTANCIA DA OBRA DE FRANCISCO MONTEIRO DE ALMEIDA NO CONTEXTO DA FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL

Os fatores comentados são apontados como razões paradisputas por parcelas de terras no Brasil, constituindo-se um conjunto de peso no processo de fragmentação do território ao longo do tempo e à medida que o conhecimento da base de recursos naturais e a ocupação demográfica dos lugares tem se ampliado. Nesse sentido, a incorporação e o desmembramento são consequências lógicas, após a resolução legal dos limites em questão, razão pela qual José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado de Sergipe de 1914 a 1918, delegou Francisco Monteiro de Almeida, Consultor Jurídico do Estado, a elaboração de um estudo relativo aos limites territoriais dos municípios existentes à época, conforme se pode ler no Ato N°54, que formaliza essa tarefa:

Acto n°54

O Presidente do Estado, considerando que é de capital importante para a vida normal dos municípios o perfeito conhecimento dos limites que lhes foram traçados por lei, e atendendo, por outro lado, a que muitas municipalidades do Estado permanecem na ignorância de suas verdadeiras linhas divisórias, quer em razão da antiguidade da legislação que as fixou, quer pela multiplicidade das leis por que foram determinadas, o que tem suscitado várias duvidas e conflictos especialmente de natureza fiscal entre municípios limitrophes, resolve encarregar o Consultor Juridico do Estado, Bacharel Francisco Monteiro de Almeida, da elaboração de um estudo relativo aos mesmos limites no qual sejam elles definidos com absoluta precisão em face da historia e da legislação a respeito. Cumpra se e communique se.

JOSÉ JOAQUIM PEREIRA LOBO

Presidente do Estado de Sergipe

(Expediente do dia 23 de março de 1922)

O resgate histórico da obra de Francisco Monteiro de Almeida significou uma intensa busca por manuscritos familiares, levantamento em jornais da época e leitura do seu livro de 176 páginas, datilografadas por ele mesmo e dentro do qual estavam guardados bilhetes, anotações, croquis à guisa de mapa municipal e outras lembranças do período em que se deslocou para o interior de Sergipe em meios de transportes lentos e desconfortáveis e estradas precárias, pernoitando em casas de fazendeiros e políticos. Nesse período que se presume ter sido anterior à publicação do ActoN° 54, a julgar pela data da carta dirigida ao Presidente e na qual presta contas da missão encarada com profissionalismo e seriedade, entrevistou autoridades locais e conversou com moradores de fazendas, povoados e sedes de cidades, ao longo do caminho percorrido durante a pesquisa. Apesar de ter frequentado arquivos públicos e sedes de jornais, não foram encontradas nos seus arquivos plantas de cidades ou mapas municipais e nem sequer um mapa do Estado de Sergipe.

Em 1922, ano de referência da obra de Francisco Monteiro de Almeida, havia em Sergipe 34 circunscrições territoriais com estatuto de município, mas não se teve acesso a nenhuma representação cartográfica de todo o Estado, à época, que os ressaltasse no espaço regional. Tal fato pode ser generalizadamente justificado pela importância relativa dos municípios ou circunscrições territoriais, à época, ao contrário de hoje, conforme afirma Calhau de Resende¹, ao analisar a autonomia municipal à luz da Constituição de 1988

Pela primeira vez na história do constitucionalismo brasileiro, o Município passou a integrar efetivamente a Federação, dispondo de poderes próprios assegurados no texto constitucional da mesma forma que a União e os Estados Federados. Atualmente, o Município não é uma simples divisão administrativa do Estado. Não se trata de mera circunscrição territorial, mas de uma peça importantíssima da Federação, dotada de autonomia política, financeira e administrativa [...].

A fragmentação do território brasileiro associada à emancipação municipal teve lugar após 1930, intensificando-se nas décadas de 1950 e 1960, mas restringida pelos governos militares entre 1970 e 1980, retomando-se o processo após o término do regime militar² Em 1940 existiam 1.587 municípios brasileiros que se ampliaram para pouco menos de 4.000 em 1965 e para 4.102 em 1984. De 1984 a 2000 foram instalados mais 1.405 municípios no país, sendo as regiões Sul e Nordeste as que mais contribuíram em termos absolutos para esse crescimento.³ Se em 1922 Sergipe possuía 34 circunscrições territoriais, pesquisadas pelo autor da obra em apreço, em 1956 aumentou conside-

¹ RESENDE, Antônio José Calhau de. Autonomia municipal e lei orgânica. *Cad. Esc. Legisl.*, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 7-42, jan./dez. 2008. p.28.

² MAGALHÃES, João Carlos. Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil, Brasília 2005. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Disponível em: <<http://www.texto para criação de município>>. Acesso em: 29 mar. 2014.

³ Id. Ibid.

ravelmente e alcançou um total de 61 municípios. Pode-se afirmar que nesse espaço de tempo em que se formou a maior parte do território do Estado, o contingente instalado até 1922 correspondeu a 55,7% da formação desse espaço territorial. Entre 1991 e 2000, apenas uma nova unidade se constituiu em Sergipe, tratando-se de Santana de São Francisco, desmembrado das terras de Neópolis, ao contrário de outros Estados como a Paraíba que constituiu vinte novas unidades. Pode-se afirmar que a constituição e a configuração do território de Sergipe consolidou-se numa proporção de 81% das células municipais até 1956, o que vem imprimir grande valor ao estudo, ainda inédito, elaborado por Francisco Monteiro de Almeida, em 1922.

É oportuno ressaltar que esse estudo é inédito, tendo sua existência sido apenas sinalizada em 31 de março de 2008, durante um evento promovido pelo Memorial do Judiciário de Sergipe, e mediante apresentação oral feita pela Prof. Dra. Lílian de Lins Wanderley.

3 ASCENDENTES, DESCENDENTES E PERFIL BIOGRÁFICO DO AUTOR

Uma exaustiva pesquisa nas cartas de família, nas fotografias da época e em documentos oficiais do Tribunal de Justiça⁴, com a ajuda da pesquisadora Ana Maria Fonseca Medina, resultou em alguns achados que possibilitaram a estruturação do perfil biográfico do autor. Muitas outras informações foram obtidas de textos genealógicos produzidos por seus ascendentes, cuidadosamente guardados por seus filhos e netos.

Francisco Monteiro de Almeida nasceu em 6 de janeiro de 1884, na Fazenda Pedra Negra, Município de Mimoso do Sul, Estado do Espírito Santo, formando-se em Direito pela antiga Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, em 1911. Faleceu em Fortaleza em 20 de junho de 1967, depois de viver 32 anos em Sergipe, onde prestou

⁴ Agradecemos à Profa. Ana Maria Fonseca Medina, diretora do Memorial do Tribunal de Justiça de Sergipe, em 2008, o empenho pessoal na busca por dados biográficos de Francisco Monteiro de Almeida.

valiosos serviços, construindo sua família e desenvolvendo importante trabalho nas funções públicas que ocupou.

Francisco Monteiro de Almeida chegou em Sergipe em 1914, casado há dois anos com Julieta de Castro Almeida, carioca da cidade do Rio de Janeiro e filha do Tabelião Pedro Evangelista de Castro, primeiro notário do Rio de Janeiro, com cartório sediado na Rua do Rosário, Nº103, e com quem Francisco Monteiro passou a trabalhar.

Através do Tabelião Castro, seu sogro, Francisco Monteiro de Almeida conheceu o General Manuel Oliveira Valadão, futuro Presidente de Sergipe, à época, aceitando o convite que foi feito por ele para trabalhar e residir em Aracaju. Assim é que se transferiu de navio a vapor com toda a sua família para Aracaju, terra até então desconhecida e sem raízes familiares, e em 16 de outubro de 1914 é nomeado Secretário Geral do Estado, quando inicia sua vida pública em Sergipe. Permaneceu como Secretário Geral do Governo General Valadão até final de 1918.

De 1919 até 1922, no Governo de Joaquim Pereira Lobo, exerce o cargo de Consultor Jurídico do Estado. De janeiro de 1923 a janeiro de 1925 ocupa o cargo de Secretário de Finanças do Governo Graccho Cardoso, sendo nomeado Procurador Geral do Estado em 29 de janeiro de 1925, nesse mesmo Governo. Durante a dinâmica gestão de Graccho Cardoso, Francisco Monteiro participou de inúmeros atos do seu Governo, sendo um grande auxiliar nos momentos mais conturbados da política estadual. Pela sua competência e conhecimento das leis e da Constituição, numa época em que havia apenas cinco vagas para desembargadores, é nomeado para o cargo de Desembargador em 1926, onde permaneceu por 15 anos, aposentando-se nesse cargo em 1941 por motivo de séria deficiência auditiva. Nesse período, precisamente durante o Estado Novo, foi nomeado Presidente do Conselho Consultivo de Sergipe, tendo declinado dessa função por motivos particulares.

Francisco Monteiro de Almeida imprimiu na sociedade sergipana sua marca de competência e seriedade logo ao chegar a Sergipe. No Jornal Estado de Sergipe, edição do dia 9 de setembro de 1915, nota publicada pelo Presidente General Manuel Oliveira Valadão, prestando conta de sua administração, faz referência a Francisco Monteiro de Al-

meida, que “no exercício de suas funções de Secretário Geral do Estado tem se revelado um auxiliar competente, escrupuloso e leal”.⁵

Em 1922 já havia se firmado na terra sergipana pelo mérito das suas qualidades e pela capacidade de servir a um Estado que o acolheu de braços abertos, mesmo sem ligações familiares de qualquer grau. Nota publicada no Registro Social do SERGIPE JORNAL, edição de 7 de janeiro de 1922, assim se expressa: “Passou ontem, a data do aniversário natalício do Sr. Dr. Francisco Monteiro de Almeida, ilustre Consultor Jurídico do Estado e Ex-Secretario Geral na administração Oliveira Valadão. Por esse auspicioso motivo, foi o Dr. Monteiro de Almeida muito cumprimentado por seus amigos e admiradores”⁶. Francisco Monteiro de Almeida fez um criterioso trabalho em todos os governos a que serviu, através dos numerosos decretos por ele assinados, referentes ao desenvolvimento do comércio e à estruturação da máquina técnica e administrativa sediada no espaço urbano municipal e no território sergipano.

Entre estes, cita-se o Decreto nº 659 de 16 de novembro de 1917, mediante o qual o Presidente Manuel Oliveira Valadão estabelece a redução de impostos sobre vários tipos de mercadorias. Assinam o Presidente e o Secretário Geral do Estado Francisco Monteiro de Almeida. Em 3 de novembro de 1918, dois outros decretos também levam a assinatura de Francisco Monteiro de Almeida: um deles nomeia o Cel. Estevão Pereira Coelho para Presidente da Junta Comercial do Estado e o outro nomeia o Dr. Francisco de Barros Pimentel Franco para ser Diretor do Posto de Assistência Pública do Estado.

Foi, porém, no Governo de Joaquim Pereira Lobo (1918-1922), que ele teve a oportunidade de melhor contribuir para a história de Sergipe, mais especificamente para a configuração do seu território, ao ser designado, através do Ato Presidencial Nº 54, de 23 de março de 1922, para elaborar um estudo definidor dos limites dos 34 municípios sergipanos da época, cujas fronteiras eram mal conhecidas e de legislação obscura. Esse desconhecimento era motivo de conflitos entremunicípios, especialmente

⁵ Jornal Estado de Sergipe, edição do dia 9 de setembro de 1915.

⁶ Registro Social do Sergipe Jornal, edição de 7 de janeiro de 1922.

os de natureza fiscal. A designação oficial, mediante este Ato Presidencial, oficializou um trabalho que Francisco Monteiro já vinha fazendo nos dias santos, domingos e feriados, nas horas vagas e nos intervalos das tarefas próprias do seu cargo. Tanto assim que, quatro dias após a publicação do Ato Presidencial Nº54, precisamente no dia 27 de março de 1922, o autor escreve do próprio punho uma carta ao Presidente Joaquim Pereira Lobo, a quem agradece a publicação desse Ato, que ratifica a missão que lhe foi dada verbalmente, de estudar os limites dos municípios e de defini-los com rigorosa precisão, em face da história e da legislação.

O resultado desse trabalho é um livro de 176 páginas que ele intitulou *As circunscrições territoriais do Estado de Sergipe e as suas divisões*, com amplo levantamento histórico e geográfico das 34 circunscrições territoriais municipais da época, cobrindo o período de 1855, ano da mudança da capital, até o ano de 1921. Sobre cada um desses municípios o autor retrata a origem e a legislação, fazendo um amplo percurso descritivo no tempo, desde quando eram povoações até chegarem a freguesia e vila. Explica as sucessivas divisões das comarcas e ouvidorias e apresenta as leis relativas a cada uma. Escreveu anexando leis e decretos e informações primárias recebidas de produtores rurais e urbanos do Estado, residentes nas diversas regiões de Sergipe, aos quais se dirigia enviando elegantes cartões de solicitação. Pelas notas e bilhetes, guardados dentro do original encadernado, estima-se que o autor levou cerca de dois anos e para concluir esse trabalho. O produto dessa pesquisa acha-se originalmente datilografada por ele em uma máquina de escrever da época, com o cuidado e o apreço próprios do seu caráter. Utilizando papel carbono de cor azul redigiu duas cópias que foram encadernadas em capa dura, uma das quais guardou por muitos anos, entregando-a a seu filho Pedro Evangelista de Castro, residente em Aracaju, e que a repassou às suas sobrinhas e também netas de Francisco Monteiro de Almeida, as professoras universitárias Lillian de Lins Wanderley e Hortência de Abreu Gonçalves, empenhadas desde então na divulgação e publicação dessa importante fonte documental da história de Sergipe.

Francisco Monteiro de Almeida era um fidalgo na origem, um homem de estilo clássico, elegante, de comportamento paciente, estudioso e muito apegado à fé e à família. Era um dos oito filhos de Ananias

Ferreira de Almeida e Lucília Cândida Monteiro de Paiva, residentes no Espírito Santo, da extensa família Monteiro de Barros que se enraizou do Espírito Santo aosul de Minas Gerais, Rio de Janeiro e até São Paulo, tendo sido documentada em árvore genealógica no livro “A Família Monteiro de Barros”, da autoria de Frederico de Barros Brotero, Desembargador, membro do Instituto Histórico de São Paulo e do Instituto Genealógico de São Paulo. Editado em 1951, a partir da página 262 esse livro apresenta os pormenores da família de Francisco Monteiro de Almeida, começando em 1714, em Portugal e indo até 1948. Sua esposa Julieta de Castro Almeida (Figura 1) era filha de Maria Luiza de Castro e de Pedro Evangelista de Castro, abastado e respeitado Tabelião estabelecido na cidade do Rio de Janeiro, onde funcionou o seu Cartório por mais de 40 anos, à rua do Rosário 103, Centro do Rio, justamente onde Francisco Monteiro de Almeida teve oportunidade de conhecer o General Manuel Oliveira Valadão.



Figura 1: Francisco Monteiro de Almeida e sua esposa Julieta de Castro Almeida em férias na cidade de Petrópolis-RJ.
Fonte: Acervo familiar

O casal teve sete filhos, quatro mulheres e três homens, sendo eles: Inah de Castro Almeida, casada com o comerciante Alberto Honorato Campos de Albuquerque, residente em Salvador (falecidos); GERALDA de Castro Almeida, conhecida como D. Gegeta, erapianista formada pelo Conservatório de Música do Rio de Janeiro e funcionária pública estadual em Aracaju, casada com o advogado capixaba Jesuíno Moiole Pereira de Abreu e Silva, residentes em Aracaju (falecidos); Leda de Almeida Wanderley, casada com o pernambucano e Engenheiro Agrônomo Moacyr Wanderley, residentes no Quissamã e em Aracaju (falecidos); Lucy de Almeida Ferreira, casada com o amazonense Hyparco Ferreira, General-Médico do Exército, residentes no Rio de Janeiro (falecidos); FRANCISCO Monteiro de Almeida Filho, Advogado e Procurador do Instituto do Açúcar e do Alcool, Sub-Chefe de Gabinete do Presidente Juscelino Kubitschek, residente em Brasília (falecido); Pedro Evangelista de Castro, comerciante e empresário rural, residente em Aracaju-SE; Renato Darcy Ferreira de Almeida, o mais novo, Engenheiro Elétrico formado pela Escola Militar de Agulhas Negras (RJ) e Oficial Reformado do Exército, residente em Fortaleza (CE); e Ana Carolina Wanderley Carneiro, filha de Leda de Almeida Wanderley e de Moacyr Wanderley, neta que levou para Fortaleza e criou como filha, residente em Fortaleza.

Logo ao chegar a Sergipe o casal morou à rua de Pacatuba, em um dos chalés em frente ao Colégio Tobias Barreto. Alguns anos depois, em um casarão antigo da esquina da Rua de Itabaianinha com São Cristóvão, onde hoje é o Edifício Santana. Em 1942, já aposentado, morou à Rua de Itabaiana nº 345, em frente ao Quartel da Polícia Militar. Possuía em Aracaju um sítio à rua Boquim, Nº 499, onde construiu, em 1959, quatro casas de frente para a rua Lagarto, que doou às filhas residentes nesta cidade.

Francisco Monteiro de Almeida era um homem de hábitos simples que cultivava a leitura e a religiosidade. Foi funcionário público exemplar e suas maiores satisfações eram servir ao Estado, viajar para o Rio de Janeiro nas férias, hospedar-se em Petrópolis na residência de verão do seu sogro, o Tabelião Castro, buscar as filhas que estudavam no Colégio Sion de Petrópolis, e seguir com todos os filhos para a cidade mineira de Cambuquira-MG, estância hidromineral preferida por ele e

sua esposa. Apesar de amar Sergipe e ter aqui construído sua família e seu trabalho, escolheu morar em Fortaleza em 1946, já aposentado, por ser considerada própria para pessoas com asma crônica, como era sua esposa. Em Fortaleza, adquiriu glebas de terras no futuro bairro de Aldeota e capitalizou-se anos depois com a venda de lotes urbanos, transformando-se em um homem de posses.

Faleceu em 20 de junho de 1967 na cidade de Fortaleza, aos 83 anos, e noveanos depois, em 1976, faleceu sua esposa d. Julieta de Castro Almeida. Nos vinte e quatro anos em que viveu em Fortaleza relacionou-se intensamente com a sociedade cearense, cultivando amigos e admiradores do seu caráter sincero e das suas virtudes pessoais, sendo sua morte lamentada em crônicas e matérias na imprensa local. Provindo de uma família de pessoas longevas, restam de sua descendência primária os seguintes filhos, vivos ainda até a presente data: Pedro Evangelista de Castro, comerciante, fazendeiro e industrial gráfico, residente em Aracaju à Av. Beira Mar, casado com dona Wanda Freire Prado, e Renato Darcy Ferreira de Almeida, o mais novo, Engenheiro Elétrico formado pela Escola Militar de Agulhas Negras (RJ) e Oficial Reformado do Exército, residente em Fortaleza (CE).

4 TRECHO DA OBRA: CIRCUMSCRIÇÕES TERRITORIAES DO ESTADO DE SERGIPE E AS SUAS DIVISÕES⁷

A obra contempla as seguintes localidades, ordenadas de forma alfabética: Anápolis, Aquidabã, Aracaju, Arauá, Boquim, Campo do Brito, Campos, Capela, Cristina, Itabaiana, Itabaianinha, Itaporanga, Japarutuba, Lagarto, Lorangeiras, Maruim, N.S. das Dores, Pacatuba, Porto da Folha, Própria, Santa Luzia, Santo Amaro, São Cristóvão, São Paulo, Nossa Senhora do Socorro, Siriri e Vila Nova, nomenclaturas que permanecem em alguns até hoje, enquanto outros foram alterados, como Campos, atual Tobias Barreto; São Paulo atual Frei Paulo; Vila Nova atual Frei Paulo.

⁷ ALMEIDA, Francisco Monteiro de. *Circumscrições territoriaes do estado de Sergipe e as suas divisões*. Aracaju, 1922. 176p. Trabalho não publicado.

Sobre cada delas, o autor retrata a origem e a legislação pertinente, fazendo um percurso descritivo desde quando eram povoações até freguesias, vilas e cidades, com suas respectivas datas. Nas 176 páginas repletas da história de Sergipe, Francisco Monteiro de Almeida reconstituiu os limites de Sergipe e suas divisões de forma objetiva e precisa, fundamentado em ampla documentação primária e secundária a que teve acesso nos Arquivos Públicos e particulares, bem como nos jornais da época, e refaz o esboço histórico e geográfico de Sergipe, com relatos sociais, políticos e econômicos que permitem ao leitor a compreensão do seu passado.

É importante perceber toda a legislação incidente sobre cada uma das circunscrições, o histórico de cada uma delas contadas pelo autor de forma sucinta e o exaustivo texto que cuidadosamente formatou, conforme se pode ver em alguns exemplos transcritos do original, referente ao município de Aracaju.

4.1 Município de Aracaju

Esboço histórico e síntese da legislação: Em 17 de março de 1855 foi o povoado Santo Antonio do Aracaju elevado à categoria de cidade, e para ella transferida da de São Christovão a capital da Província de Sergipe. A ideia de tal mudança começou a se esboçar na administração do Dr. Manuel Ignácio da Silva Lisboa, para ser objectivada vinte annos depois, graças ao espírito ousado e clarividente do presidente Ignácio Barbosa, a quem coube a gloria de ser o fundador de Aracaju.

O povoado Santo Antonio, que constitue hoje um subúrbio de Aracaju, não recebeu effectivamente a honra de ser a nova capital, conforme o que dispõe a Resol. N. 413 daquela data; para a fundação da nova cidade foi preferido o sitio denominado Olaria, a cerca de dois kilometros daquelle povoado, á margem direita do rio Sergipe.

O Sergipe estava, pois, predestinado a banhar com as suas aguas murmurosas a capital do Estado; na sua foz deveria ter assento definitivo, como já tivera provisoriamente, quando escolhida por Christovão de Barros, em 1590, para a fundação da capital da Capitania de Sergipe d'EL-Rey, cuja conquista realizara. O seu ancoradouro bem vasto, offerecendo condições seguras para um grande porto commercial, foi sem

duvida a razão predominante do acto de Ignácio Barbosa, tão criticado então e pela posteridade tão aplaudido.

O território que constitue a cidade de Aracaju pertencia, quando da sua fundação, ao município do Socorro, creado em 6 de maio de 1833, como pertencera antes ao de Laranjeiras, creado por decreto de 7 de agosto de 1832. Para constituir a freguezia de Aracaju nenhuma foi creada, mas removida para a capella de São Salvador a séde da de N. Senhora do Socorro. Synthese da legislação – Ao ser creado o município de Aracaju, o seu território ficou constituído, conforme a citada Resol. N.413 de 17 de março de 1855, pelo do município de Socorro, demarcado pela lei de 19 de fevereiro de 1835, art. 5º. A Resol. N.473 de março de 1857 transferiu para a nova capital a séde da freguezia referida. São as seguintes as leis relativas aos seus limites:

Quanto ao município do Socorro - A Resol. N.701 de 7 de julho de 1864 restabeleceu a freguezia de N. Senhora do Socorro da Cotinguiba e fixou os limites com a de Aracaju e a lei n.792 de 24 de março de 1868 elevou-a á categoria de villa. Os limites das duas freguezias ficaram assim sendo os do município e vigoram ainda.

Quanto aos municípios de São Christovão: - O município da cidade de Aracaju será o de Villa do Socorro, diz o art.2º da Resol. N.413 de 1855. Os limites entre a antiga e a nova capital eram, pois, os então existentes entre a Villa do Socorro e São Christovão; mas as leis respectivas, leis de 19 de fevereiro de 1835, art.5º e de 14 de Março de 1835, art.3º, eram omissas, apenas descrevendo a linha divisória entre o município do Socorro e o de Laranjeiras, de que fora desmembrado, a qual terminava na cabeceira do Poxim-mirim, segundo a lei mais nova. Estas nada dispondo quanto aos limites com os demais municípios, São Christovão e Santo Amaro, implicitamente ficou estabelecido que taes limites seriam os mesmo que até então separavam estes do que dera origem ao do Socorro, ou seja, os do decreto de 7 de agosto de 1835, que creou a villa de Laranjeiras. Effectivamente quando foi creada essa villa o seu perímetro começava da barra do Poxim, seguia pelo Poxim-mirim ate a sua nascença, e dali procurava pelo rumo mais recto o engenho Cajueiro de Joaquim José da Silva, de onde seguia ao engenho Salobro, deste ao rio Jacarecica,

por este abaixo até a sua foz no rio Sergipe, pelo qual continuava até a sobredita barra do Poxim, onde principiou. Nos termos, pois, daquellas leis combinadas com este decreto os limites da antiga villa do Soccorro com a antiga capital corriam pelo Poxim-mirim até a sua fóz no Poxim, e por este abaixo até a sua fóz no rio Sergipe limites que passaram a ser os de Aracaju com São Christovão nos termos do art.2º da citada Resol. N.413 de 1855. Voltando o Soccorro á categoria de villa em 1868, os limites resultantes do referido decreto soffreram, é claro, a restricção da Resol. N.701 de 7 de julho de 1864, segundo a qual o rio Poxim-mirim, porto do Limoeiro para cima, ficou correspondendo ao município de Soccorro, e daquelle porto para baixo, ao de Aracaju.

A Resol. N.658 de 4 de janeiro de 1864 alterou os limites de Aracaju com São Christovão, que passaram a se dividir por uma linha recta tirada da ponte do Monde da Onça a sahir no mar no lugar denominado Fazenda Nova, mas no mesmo anno foram restabelecidos os limites tradicionaes em virtude da lei n.655 de 16 de Maio, que revogou aquella.

Quanto ao município de Santo Amaro - Pela mesma razão exposta acima os limites entre os dois municípios são os mesmo que separavam as villas de Laranjeiras e Santo Amaro, na parte que corresponde ao município de Aracaju e que foi outr'ora incorporada primeiramente a Laranjeiras e depois ao Soccorro. Taes limites estão apenas em parte alterados pela lei n.428 de 8 de novembro de 1901, que incorporou definitivamente a ilha denominada Barra dos Coqueiros no município de Aracaju, que assim ficou dividindo com Santo Amaro também pelo rio Pomonga e canal do mesmo nome.

Anteriormente tinham occorrido as alterações resultantes das Resol. n.º.542 de 17 de julho de 1858 e da lei n.166 de 14 de janeiro de 1895, que annexara a Aracaju a referida ilha, respectivamente revogadas pela Resol. N.601 de 10 de maio de 1860 e pela lei n.203 de 12 de novembro de 1896.

Quanto ao município de Japaratuba – Com a incorporação da mencionada ilha ao município de Aracaju, ficou este dividindo com o de Japaratuba, pelo rio desse nome, um dos que formam a mesma ilha.

Comarca transferida a Capital para Aracaju, continuou São Christovão a ser séde da comarca até então existente. A Resol. N.461 de 20 de fevereiro de 1957, porem, mudou o nome desta para comarca de Aracaju, que ficou sendo séde da mesma, e constituída dos termos da capital, São Christovão e Itaporanga. A Resol. N.974 de 25 de abril de 1874, art.3º; retirou os termos destes dois nomes, que formaram a comarca de S. Christovão. Com a vigência da lei n.3 de 19 de setembro de 1891 ficou a comarca de Aracaju com estes termos, organização que foi mantida até que a lei n.279 de 27 de junho de 1898 excluiu os termos referidos, transferindo-os para a comarca de Laranjeiras. A lei n.396 de 29 de outubro, arts.43 e 46, revogou e constituiu a comarca da capital com os termos de Aracaju e S. Christovão, ficando assim a de Aracaju formada apenas pelo termo da capital.

4.2 Legislação

a) Resol. N.413 de 17 de março de 1855

Art.1º - Fica elevada á categoria de cidade o povoado Santo Antonio do Aracaju, na barra da Cotinguiba, com a denominação de cidade de Aracaju.

Art.2º - O município da cidade do Aracaju, será o da villa do Socorro, sendo sua séde na referida cidade.

Art.3º - As reuniões da Assembléia Legislativa Provincial celebrar-se-ão, desde já, e d'ora em diante na mesma cidade do Aracaju.

Art.4º - Fica transferida, desde já, da cidade de São Christovão para a do Aracaju, a capital desta Província.

Art.5º - Revogam-se as disposições em contrario.

b) Resol. N.432 de 31 de julho de 1855

Art.1º - Fica o governo autorizado a fazer, desde já, as despesas necessárias com a limpeza e demarcação das ruas e praças desta cidade por meio de postes amiudados.

Art.2º - Revogam-se as disposições em contrario.

c) Resol. N.473 de 28 de março de 1857

Art.1º - O governo da Província fica autorizado a remover séde da freguezia de N. Senhora do Socorro da Cotinguiba para capital, ouvido o Exmº Metropolitano.

* Esta formalidade foi predenchiado e por acto da Presidência de 27 de abril do mesmo anno, a remoção determinada, com a clausula, porem, de ser effectuada depois de concluída a Capella de São Salvador, em construcção (Extr^o do relatório do Vice-Presidente Trindade Prado passando a administração em 1857 ao Presidente Brotéro).

d) Resol. N.542 de 17 de julho de 1858

Art.Unico – O município da capital comprehenderá, alem dos limites já demarcados, o povoado que fica fronteiro á capital, denominado Barra dos Coqueiros, bem como toda a ilha situada entre o rio Pomona, Japaratuba, oceano e o rio Cotinguiba.

e) Resol. N.601 de 10 de Maio de 1860

Art.1^o - Fica pertencendo ao município de Santo Amaro o povoado da Barra dos Coqueiros e toda ilha situada entre o rio Pomonga, o oceano e o rio Cotinguiba.

Art.2^o - Fica revogada a Resol. Provincial n.542 de 17 de julho de 1858, e todas as disposições em contrario.

f) Resol. N.658 de 4 de janeiro de 1864

Art.1^o - O município da cidade do Aracaju pelo lado Sul, será dividido com a cidade de São Christovão por uma linha recta tirada da Ponte do Mondé da Onça a sahir no mar pelo lugar denominado Fazenda Nova.

Art.2^o - O governo da província marcará em regulamento os pontos culminantes, por onde deve passar a linha divisória.

Art 3^o - Revogam-se as disposições contrarias.

g) Resol. N.665 de 16 de maio de 1864

Art.1^o - Fica, desde já revogada a Resol. N.658 de 4 de janeiro de 1864, que deu nova divisão de limites entre esta capital e a cidade de São Christovão, e reduzida a mesma divisão ao seu antigo estado.

Art.2^o - Fica também pertencendo ao termo desta capital o engenho Retiro, suas terras e moradores.

Art.3^o - Revogam-se as disposições em contrario.

h) Resol. N.701 de 7 de julho de 1864

Art.1^o - Fica creada a freguezia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba, e erecta em matriz a capella deste nome.

Art.2^o - Sua divisão será feita do modo seguinte: - Pelo lado de Laran-

jeiras principihrá da fóz do rio Tramandahy até o rio Vermelho, e deste, rumo direito ás cabeceiras do rio Poxim-mirim, por onde se divide com a freguezia de São Christovão. Pelo lado de Aracaju, começara sua divisão da fóz do rio do Sal até o riacho do apicum da Olaria das Almas e dahi seguirá rumo direito ao porto do Limoeiro, no rio Poxim-mirim, onde se divide com São Christovão.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrario.

i) Resol. N.792 de 24 de março de 1868

Art.1º - Fica elevada á categoria de villa o povoado do Socorro da Cotinguiba, sendo a divisão do município a mesma da frequezia.

Art.2º - O governo mandará proceder a eleição da Câmara Municipal.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrario.

j) Resol. N.166 de 14 de janeiro de 1895

Art.1º - Fica pertencendo ao termo desta capital para todos os effeitos, a ilha denominada Barra dos Coqueiros, desmembrada do termo de Santo Amaro.

Art.2º - Revogam-se as disposições em contrario.

l) Resol. N.203 de 12 de novembro de 1896

Art.1º - Ficam revogadas a lei nº166 de 14 de novembro de 1895 e a de nº181 do mesmo mez e anno.

Art.2º - Revogam-se as disposições em contrario.

m) Resol. N.428 de 8 de novembro de 1901

Art.5º - Fica pertencendo ao município de Aracaju a parte do território do município de Santo Amaro comprehendida entre o oceano e os rios Cotinguiba, Pomonga e Japarutuba e ao de Itaporanga o engenho Santo Antonio, do município de Itabaiana.

Art.6º - Revogam-se as disposições em contrario.

COMARCA - - - Resol. N.461 de 20 de fevereiro de 1857

Art.5º - A comarca de São Christovão se denominará Comarca de Aracaju, que fica sendo a séde da mesma comarca, e comprehenderá, alem do município da capital, os de São Christovão e Itaporanga.

n) Resol. N.3 de 19 de Setembro de 1891

Art.13, parag.6º - A comarca de Aracaju, com séde na capital, se formará dos termos de Aracaju, São Christovão e Itaporanga.

o) Resol. N.279 de 27 de junho de 1898

Art.3º - Os municípios de S. Christovão e Itaporanga passarão a fazer parte da comarca de laranjeiras.

p) Resol. N.396 de 29 de outubro de 1900

Art.43 – A comarca da capital será composta do termo de Aracaju e do de S. Christovão; a de Laranjeiras – do termo do mesmo nome, dos de Riachuelo e Itaporanga; a de Propriá – dos termos do mesmo nome e dos de Villa Nova e aquidaban. O termo do Siriry fica pertencendo á comarca da Capella.

Art.46 – Fica revogada a lei n.279 de 27 de junho de 1898.

q) Resol. N.648 de 25 de outubro de 1913

Art.14 – O estado de Sergipe compõe-se de onze comarcas, com as denominações e sédes actuaes, a saber:

1º Comarca de Aracaju, constituída pelos termos de Aracaju, S. Christovão e Itaporanga, tendo sua séde na cidade de Aracaju.

Vejam as seguintes leis:

No município de S. Christovão: Resol. N.974 de 25 de abril de 1874, art.3º, e lei n.820 de 8 de novembro de 1921. No município de Laranjeiras:Dec. De 7 de agosto de 1832. No município de Socorro:Lei de 19 de fevereiro de 1835, art? e lei de 14 de março de 1837, art.3º.

Confrontações – O municipio de Aracaju limita-se ao Norte com os de Japarutuba, Santo Amaro e Socorro; a Oeste ainda com o do Socorro; ao Sul com o de São Christovão; e a Leste com o oceano.

Limites com o município de Japarutuba: - Os dois municípios são separados pelo rio Japarutuba, desde sua fóz ate o canal do Pomonga. (Lei n.428 de 8 de novembro de 1901).

Limites com o municipio de Santo Amaro: Dividem-se os dois municípios pelo canal do Pomonga, que liga o rio japarutuba ao deste nome, pelo rio Pomonga, desde o ponto em que recebe esse canal até a sua fóz no rio Sergipe, e por este acima até a fóz do rio do Sal. (lei n.428 de 8 de novembro de 1901 e Resol. n.701 de 7 de julho de 1864).

Limites com o municipio do Socorro: - A divisão começa da fóz do rio do Sal até o riacho do apicum da Olaria das Almas, e dahi segue rumo direito ao porto do Limoeiro, no rio Poxim-mirim, onde se divide

com São Christovão. (Lei n.792 de 24 de março de 1868 comb. Com a resol. n.701 de 7 de julho de 1864 confirmada pela de n.1205 de 14 de maio de 1881, parte final)

Limites com o município de São Christovão: - Os dois municípios são separados pelo rio Poxim-mirim, desde o porto de Limoeiro atea sua fóz no Poxim, e por este abaixo até a sua fóz no rio Sergipe. (Resol. n.413 de 17 de março de 1855 comb. Com o decreto de 7 de agosto de 1832, restringidas pela lei n.792 de 24 de março de 1868 comb. com a Resol. n.701 de 7 de julho de 1864).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caráter preciso da informação construída na obra de Francisco Monteiro de Almeida não relega a sustentação teórica, razão pela qual faz uso de autores como Varnhagen e Barlaeus, entre outros de igual relevância, demonstrando a preocupação com a literatura da época. O texto retratado conta ainda com depoimentos de políticos e de produtores rurais e urbanos, que descrevem a expansão intraterritorial de Sergipe numa perspectiva histórica, econômica e jurídica.

Sobre o chamado “contestado”, área de litígio entre Sergipe e Bahia, minuciosa e documentalmente trabalhada por Francisco Rollemberg⁸ em seu livro “Limites Sergipe-Bahia: as razões históricas, jurídicas e sócio-econômicas” (1989), preferiu Francisco Monteiro de Almeida ausentar-se das polêmicas correntes em 1922, conforme justifica em sua carta de agradecimento ao Presidente de Sergipe pela missão que lhe foi confiada.

A leitura do seu livro, ao qual não esqueceu de imprimir uma postura crítica aos equívocos de leis e documentos anteriores, somente poderão ser constatadas em sua obra. Obra essa que foi concluída com o texto que se segue, assim consolidando todo o acervo de dados históricos que

⁸ ROLLEMBERG, Francisco. Limites Sergipe-Bahia: as razões históricas, jurídicas e sócio-econômicas. Brasília: [79 p.], 1989. Exposição feita perante a Comissão Mista de Estudos Territoriais, em 28 de setembro de 1989, sobre a questão de limites entre Sergipe e Bahia. Publicado como livro pela Gráfica do Senado. Brasília, 1898.

certamente será útil à vida política e social de Sergipe hoje e no futuro.

Aracaju, 27 de março de 1922

Exm. Snr. Dr. José Joaquim Pereira Lobo

D.Presidente do Estado de Sergipe

Tenho a honra de agradecer a publicação do acto de 22 do corrente, pelo qual, ratificando a designação verbal, me incumbiu V.Excia. de elaborar um estudo relativo aos limites dos municípios e de definil-os com rigorosa precisão, em face da historia e da legislação.

Dando desempenho ao honroso mandato, tenho a satisfação de apresentar com este estudo que elaborei, no qual me ocupei minuciosamente de cada uma das circunscrições territoriais do Estado e das respectivas divisões.

Como verá V.Excia. apenas não vão definidos os limites do município de Annapolis com os de Riachão e Campos, em vista da omissão da Resol. N.419 de 27 de Abril de 1855 e da própria Lei de 6 de fevereiro de 1835, art.2º que crearam respectivamente as freguezias do Riachão e Simão Dias, e da impossibilidade de se conseguir o Alvará de 11 de Abril de 1718, que creou a de Campos e deve existir nos arquivos de Portugal e em algum lugar secreto do Estado da Bahia. Este Alvará é o documento que poderia esclarecer devidamente aquelles seis, pois a tradição oral é incerta e não se encontram nem no Archivo da Assembléia Legislativa, nem no da Secretaria Geral do Estado, os elementos formadores da Lei de 1855, projecto, discussão, votação, redacção final e a lei. Proponho, por isso, em relação ataes limites que se solicite do Poder Legislativo uma lei interpretativa da de 1855, ou uma lei nova que os defina com a necessária clareza.

A fixação dos limites com o município de Campos depende desta providencia, porque, onde terminam os limites de Annapolis com o município de Riachão, começam os de Campos com o de Annapolis. Deixei também de descrever os limites com os municípios situados no Contestado, reportando-me sempre, com relação aos mesmos,

ao trabalho admirável de Ivo do Prado A Capitania de Sergipe e as suas Ouvidorias, cujo valor bem se traduz do gesto do illustre Governador do vizinho Estado, recusando cumprimento ao convenio firmado com V.Excia. em 1920, recusa que importa a vitória moral do Estado de Sergipe.

Em relação aos limites de Annapolis com o município de Lagarto e o de São Paulo com o município de Campo do Britto há pequenas divergências, sendo, quanto a estes, em relação ao povoado Pinhão, e, quanto aos primeiros, pela dificuldade de se localizarem alguns pontos constantes da citada lei de 1835, divergências que deverão ser solucionadas pela forma indicada nos capítulos referentes a estes municípios.

As demais linhas divisórias dos municípios foram devidamente traçadas. Publicado o trabalho que ora apresento, afim de que chegue ao conhecimento dos interessados, feita pelos municípios e assignalados por marcos de pedra ou de cimento os pontos principaes, penso que ficarão para sempre definidos os limites dos municipios e resolvidas todas as dúvidas, que são resultantes quasi sempre do desconhecimento da lei.

Devo dizer que para a elaboração do trabalho troquei numerosas correspondências com os Intendentes Municipaes, dos quaes somente três deixaram de prestar as informações que pedi em quesitos claramente formulados, não obstante reiterados telegramas do illustre e operoso Dr. Secretario Geral.

Pedindo benevolência para as lacunas e imperfeições por ventura existentes neste trabalho e renovando meus agradecimentos pela honrosa distinção de V.Excia. quando me confiou obra de tanto vulto, aproveito o ensejo para re-afirmar a V.Excia. os meus protestos de estima e elevada consideração.

Francisco Monteiro de Almeida

Artigo recebido em 31 de março de 2014.

Aprovado em 14 de abril de 2014.

TRAÇOS BIOGRÁFICOS DE EPIFÂNIO DÓRIA

TRACES BIOGRAPHICAL EPIFANIO DÓRIA

Ronaldo José Ferreira Alves Santos*
Denise Maria Melo Silva**

RESUMO

A trajetória de vida do intelectual sergipano Epifânio Dória foi marcada pelo período denominado “República das Letras” em Sergipe. Este período foi o marco das mudanças ocorridas no campo intelectual e institucional sergipano, com o surgimento de inúmeras instituições e agremiações, intelectuais e culturais que aglutinavam a intelectualidade vigente. Durante sua trajetória atuou em várias instituições colaborando com o desenvol-

vimento intelectual e cultural do Estado de Sergipe através do seu trabalho, o qual possibilitou o seu reconhecimento no seio da *Intelligentsia Sergipana*. Enquanto protagonista da História e na História, sua trajetória de vida foi marcada pelo contexto histórico da primeira metade do século XX do qual participou ativamente como sujeito da História na construção de sua biografia.

Palavras-chave: Epifânio Dória; República das Letras; *Intelligentsia Sergipana*.

- * Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe – PROARQ/UFS, Graduado em História pela Universidade Tiradentes - UNIT e Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Memória e Patrimônio Sergipano - GEMPS. E-mail: ronaldo.jfas@hotmail.com.
- ** Graduada em História pela Universidade Tiradentes – UNIT, Especialista em Arte, Estética e Museus pela Faculdade Pio X e Funcionária Pública do Estado de Sergipe lotada no Centro de Pesquisa do Palácio Museu Olímpio Campos – PMOC. E-mail: denise_melo_silva@hotmail.com

ABSTRACT

The life trajectory of the Sergipe's intellectual Epifânio Dória was marked by the period known as "Republic of Letters in Sergipe". This period was a mark of changes in the intellectual and institutional Sergipe, with the emergence of numerous institutions and associations, intellectual and cultural force accumulated the intellectuality. During his career he served in several institutions collaborating with the

intellectual and cultural development of the state of Sergipe through their work, which led to its recognition within the *Sergipe's Intelligentsia*. While the protagonist of history, his life path was marked by the historical context of the first half of the twentieth century which has actively participated as a subject of history in the construction of own biography.

Keywords: Epifânio Dória; Republic of Letters; Sergipe's Intelligentsia.

INTRODUÇÃO

A trajetória de vida do intelectual sergipano Epifânio Dória merece destaque no campo biográfico através da seleção de fatos e acontecimentos ocorridos durante a sua vida. Assim foi possível traçar a trajetória de um autodidata (apenas alfabetizado) que se legitimou como intelectual no seio da *Intelligentsia Sergipana* atuando como sujeito da História e na História.

A sua trajetória na vida intelectual teve início no período denominado "República das Letras" que em Sergipe compreendeu o período de 1889 a 1930¹. Esse período foi o marco das mudanças ocorridas no campo intelectual e institucional sergipano com o surgimento de inúmeras instituições e agremiações intelectuais, culturais que concentravam a intelectualidade dessa época.

Nesse esboço biográfico contrastaremos a atuação e a versatilidade de Epifânio Dória nas mais diversas instituições sergipanas evidenciando a importância do seu trabalho e do seu papel enquanto intelectual e assim refletiremos sobre a sua contribuição intelectual e cultural para Sergipe. A escrita biográfica requer alguns aportes metodológicos que

¹ SOUZA, Cristiane Vítório de. A "República das Letras" em Sergipe (1889-1930). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2001. Monografia (Graduação em História).

possibilitam uma reflexão sobre a presença do indivíduo na biografia a partir da correta utilização da cronologia e dos fatos, isto propiciará não apenas ao historiador, mas ao leitor uma melhor compreensão sobre a vida do biografado², para tal é necessário abordar o contexto histórico e social do indivíduo que estampará como plano de fundo concomitante a sua ação, como sujeito na construção da sua trajetória.³

A REPÚBLICA DAS LETRAS EM SERGIPE

Com a Proclamação da República em 15.11.1889, o Brasil entrava em uma fase de transformação provocada por mudanças significativas no âmbito social, político, econômico e cultural. Em Sergipe as mudanças ocorreram em todos os âmbitos, entretanto foi no âmbito cultural e intelectual que houve uma grande projeção. Estas mudanças delimitaram um período denominado de “República das Letras” que marcou profundamente o campo intelectual sergipano.

Até o advento da República, Sergipe não possuía grandes instituições culturais e intelectuais consolidadas⁴ que agremiassem toda a intelectualidade, porém no romper do século XX várias instituições começaram a se firmar e a transformar o cenário cultural e intelectual do Estado: O *Clube Esperanto* (1907), *Centro Operário Sergipano* (1910), *Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* (1912), *Liga Sergipense Contra o Analfabetismo* (1916) e a *Academia Sergipana de Letras* (1926) foram exemplos de instituições que dentre outras se consolidavam nas esferas educacionais, científicas e culturais.

A atmosfera cultural e intelectual de Sergipe nas primeiras décadas do século XX encontrava-se em efervescência, o que possibilitou o crescimento e a ascendência dessas e de outras instituições no decorrer dos

² BORGES, Vavy Pacheco. Fontes Biográficas: grandezas e misérias da biografia In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2ª. ed. – São Paulo: Contexto, 2006, p.203-33.

³ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. 5ª. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 167-182.

⁴ SOUZA, Cristiane Vitório de. Op. cit., p. 26-27.

anos seguintes. Este contexto favoreceu ao surgimento de personagens que como protagonistas e coadjuvantes contribuíram para a consolidação dessas instituições, e conseqüentemente com o crescimento cultural e intelectual de Sergipe.

TRAÇOS BIOGRÁFICOS

Epifânio da Fonseca Dória e Menezes⁵ nasceu no município de Campos, atual cidade de Tobias Barreto, na Fazenda Barro Caído em 07 de Abril de 1884, filho de José Narciso Chaves de Menezes⁶ e de Josefa da Fonseca Dória e Menezes, teve a vida marcada por momentos que delineariam a sua formação intelectual e profissional transformando-lhe em autodidata⁷, sem que para isso obtivesse a formação secundária e superior. O contexto histórico do Brasil e de Sergipe tramitava em torno do processo de Abolição consumado em 13.05.1888, e da Proclamação da República efetivada em 15.11.1889, este último acontecimento estampou como o contexto histórico da sua vida.

Sua trajetória de vida⁸ teve início no povoado Poço Verde onde se mudou com os pais ainda criança, e obteve as primeiras letras. A boa condição financeira de seus pais proporcionou-lhe estudar na escola particular do professor Irênio Vital de Souza e seguir os rumos da educação, assim:

⁵ GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*. – Rio de Janeiro: Pongetti, 1925, p. 72.

⁶ Foi Capitão da Guarda Nacional e próspero fazendeiro e criador de gado da região de Campos. Cf. FONTES, Arivaldo Silveira. *Figuras e Fatos de Sergipe*. – Porto Alegre: Ed. CFP SENAI de Artes Gráficas Henrique d'Ávila Bertaso, 1992, p.23

⁷ Autodidata: Que ou quem aprendeu ou aprende por si, sem auxílio de professores. Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: O Minidicionário da Língua Portuguesa*. 6ª. Ed. – Curitiba: Positivo, 2004, p. 155.

⁸ SILVA, Denise Maria Melo; SANTOS, Ronaldo José Ferreira Alves. *Epifânio Dória e a Intelligentsia Sergipana*. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História).

Acontecera que meu pai com a sua economia arrazada por três terríveis secas, as de 1877, 1887 e 1898. Deste modo eu e mais sete irmão ficamos privados de seguir a carreira das letras. Antes de completar os meus 14 anos, em 1898, entrei para o comércio apenas alfabetizado. Com os estímulos da vida de comerciante tornei-me autodidata e procurei acolher nos livros o que não pude ter dos lábios dos mestres.⁹

A partir de então traçou o seu próprio caminho, ocupou o cargo de 2º suplente do juiz municipal, de secretário da Intendência Municipal¹⁰ e na busca pelo funcionalismo público foi nomeado em 1907 adjunto do promotor da comarca de Maruim¹¹. Em sua passagem por esse município organizou o arquivo e a biblioteca do Gabinete de Leitura de Maruim, em seguida foi nomeado amanuense¹² da Biblioteca Pública. Após se destacar pela organização do arquivo da Secretaria de Governo, passou a ocupar o cargo de bibliotecário¹³, até chegar ao cargo de diretor pela Lei nº 639 de 7 de Outubro de 1913 que dava nova organização a biblioteca, inclusive criava o cargo de diretor.

Foi a partir da biblioteca e do seu contato com os livros que Epifânio Dória se projetou intelectualmente participando de diversas instituições culturais e movimentos da sociedade. Atuou no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)¹⁴ desenvolvendo valoroso trabalho até os últimos dias de sua vida, na Academia Sergipana de Letras (ASL)

⁹ GARCEZ, José Augusto. Quase um Século: Epifânio Dória – Tributo ao Mérito. *Jornal da Cidade*, Aracaju, 7 e 8 Abr. 1974.

¹⁰ Cf. SILVA, Denise Maria Melo; SANTOS, Ronaldo José Ferreira Alves. Op. Cit. p. 22.

¹¹ Nomeado Adjunto de Promotor Público da Comarca de Maruim. APES. *Atos do Governo*. Acto nº 210 de 26 de Junho de 1907. Fundo: G¹ V. 337. 1907

¹² Nomeado Amanuense da 2ª Seção da Secretaria de Governo. APES. *Atos do Governo*. Acto nº 66 de 20 de Maio de 1908. Fundo G¹ V.330, 1908.

¹³ Nomeado Bibliotecário da Biblioteca Pública do Estado de Sergipe. APES. *Atos do Governo*. Acto nº 117 de 21 de Outubro de 1908. Fundo G¹ V.330, 1908.

¹⁴ Sua entrada no IHGSE é confirmada pela Ata de Reunião do dia 08/10/1912 citando-o como sócio. Ver Actas das Sessões do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. 1, n. 1, 1912/1913, p. 61.

participou da fundação e ocupou a cadeira de número 40 que pertenceu a Baltazar Góes¹⁵. Teve presença marcante na Liga Sergipense Contra o Analfabetismo (1916), na Loja Maçônica Cotinguiba (1920), e em outras instituições prestando grandes serviços. Na política ocupou os cargos de Secretário da Justiça e Negócios do Interior e também atuou como Secretário da Fazenda, Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas (1935-1941). Foi Deputado Classista (1935) e em movimentos sociais participou da Cruzada do Mil Réis Ouro (1930), da Campanha do Livro Combatente e da Sociedade Beneficente dos Funcionários Públicos do Estado de Sergipe (1940) entre outras participações.

Na vida privada, desposou Nair Garcez¹⁶ e constituiu família, dessa união nasceram três filhos: Iracema Garcez Dória, José Garcez Dória e Maria Lúcia Garcez Dória. Em 08 de Junho de 1976 faleceu em Aracaju aos 92 anos deixando um grande legado e contribuição ao Brasil e a Sergipe, como o exemplo de um pequeno homem que se fez grande.

NAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS DE SERGIPE

A “República das Letras” preconizou o progresso intelectual no Estado de Sergipe, principalmente nas primeiras décadas do século XX, quando a atenção de alguns governantes se dirigia para o âmbito cultural. Nesse contexto a Biblioteca Pública exerceu forte influência no processo cultural, intelectual e educacional de Sergipe, pois exercia o papel de difusora cultural alcançando vários segmentos da sociedade.

No início da República no governo de Guilherme de Souza Campos¹⁷, a preocupação com a cultura do Estado permitiu reorganizar

¹⁵ Cf. GUARANÁ. Op. cit. p. 45

¹⁶ “Consozia-se com senhorita Nair Garcez aos 24 de Abril de 1914, em ato religioso celebrado na Catedral de Aracaju, pelo Pe. João Florêncio da Silva e o civil pelo Juiz da 2ª Vara, Dr. João Antônio de Oliveira” GARCEZ, José Augusto. Quase um Século: Epifânio Dória – Tributo ao Mérito. *Jornal da Cidade*, Aracaju, 7 e 8 Abr. 1974, p.8

¹⁷ Foi Desembargador e governou Sergipe no período de 24/10/1905 a 10/08/1906 e 28/08/1906 a 24/10/1908. Cf. DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe: República (1889-200)*. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

a Biblioteca Pública, que funcionava no Palácio do Governo e “que estava um tanto relegada”¹⁸ e para zelar e cuidar da biblioteca nomeou Epifânio Dória para o cargo de amanuense. O trabalho desenvolvido na organização deste órgão e a sua competência possibilitaram a sua ascensão ao cargo de bibliotecário, e mais tarde ao de diretor. A biblioteca sob a direção de Epifânio Dória passou por uma organização, além de se transformar em um grande espaço de sociabilidade. No início do século XX era freqüentada por inúmeros intelectuais que começavam a se estabelecer na República e que elevaram a biblioteca ao status de *locus* de saber e de ideias:

Sob a direção inteligente e operosa de Epiphanio Doria a Biblioteca Pública do Estado – opulentadas pelas ultimas produções nacionaes e estrangeiras – presta excellentes serviços á mocidade estudiosa e se torna força propulsora no intercambio das ideias.¹⁹

A Biblioteca Pública prosperava cada vez mais e o número de frequentadores e leitores a cada ano aumentava, e isso ocasionou o reconhecimento do seu trabalho pelos Presidentes do Estado, General José de Siqueira Menezes e General Manuel Prisciliano Oliveira Valadão durante seus respectivos governos. Tal prestígio beneficiou ainda mais a Biblioteca o que incentivou a aquisição de novas obras para o seu acervo, como as obras da Biblioteca Particular de Gumercindo Bessa e Felisbelo Freire.

Ainda no campo dos serviços prestados à biblioteca, Epifânio Dória deu a sua contribuição que foi de fundamental relevância para as bibliotecas públicas do Brasil, com a idealização do projeto de gratuidade da franquia postal que seria destinado às bibliotecas públicas do país²⁰

¹⁸ DANTAS. Op. Cit., p. 32.

¹⁹ SAMPAIO, Prado. *Sergipe Artístico, Litterario e Científico*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1928. P. 85.

²⁰ Cf. BARRETO, Luiz Antônio. *Memórias de Sergipe: Personalidades Sergipanas*. *Correio de Sergipe*, Aracaju, 4 Jun. 2006, p. 5-7.

e assim possibilitaria a difusão da cultura para a sociedade por meio das bibliotecas que através da troca de informações e contato com os livros formaria uma sociedade banhada pela luz do saber. Guardião da memória sergipana e propagador da cultura, Epifânio Dória se empenhou em prol dos interesses culturais e das letras participando de inúmeras instituições inerentes ao saber. A Biblioteca Pública exerceu um papel condicionante na sua vida social e cultural já que na condição de funcionário público passou a se relacionar com os políticos, com os intelectuais frequentadores da biblioteca e com a sociedade de forma geral, assim o acesso às obras literárias lhe permitiu galgar em busca do conhecimento.

Fundado em 06 de Agosto de 1912²¹ por iniciativa de Florentino Menezes o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe surgia em meio ao movimento científico e intelectual durante a “República das Letras”. De forma tardia em relação ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) e aos outros institutos do Brasil a sua fundação personificou as ideias preconizadas pela produção da ciência que no início do século XX florescia no Brasil através das instituições científicas. Em Sergipe a fundação do IHGS²² representou uma nova fase, não só no campo das ciências e da intelectualidade mas também para a historiografia sergipana²³ tornando-se conhecido entre a intelectualidade como a Casa de Sergipe²⁴.

No sodalício de 1927 a 1935 Sob a presidência de Francisco Carneiro Nobre de Lacerda o Instituto passou por uma fase de árduo trabalho para a construção da sede própria. Nessa gestão como tesoureiro Epifânio Dória empreendeu todos seus esforços para que nesse sodalício

²¹ Cf. Actas das Sessões do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, v. 1, n. 1, 1912/1913, p. 13-15.

²² Retificando, a sigla utilizada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe desde a sua fundação foi “IHGS”, que coincidia com o Instituto Histórico de Santos, em virtude dessa duplicidade foi alterada para “IHGSE” a partir do ano de 2007. Cf. DANTAS, José Ibarê Costa. Relatório Anual de 2007. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: n. 37, 2008, p. 282.

²³ SILVA, José Calazans Brandão da. *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: Governo de Sergipe – FUNDESC, 1992, p. 31.

²⁴ Cf. FREITAS, Itamar. *A Escrita da História na Casa de Sergipe – 1913/1999*. – Aracaju: Coleção Nordestina: Editora UFS, 2002.

a pedra fundamental fosse lançada, e assim marcar a administração de Nobre de Lacerda com a inauguração de um grande empreendimento, a sede própria do instituto:

Conhecendo a fibra de lei do presidente eleito, o seu devotamento às cousas do espírito, o seu idealismo, sem jaças, propuz-lhe um pacto, que coincidiu com seu ponto de vista, e foi plenamente aceito; Nossa atividade no Instituto se consagraria inteiramente à aquisição de uma séde própria [...] ²⁵

Na inauguração da nova sede em 02 de abril de 1939 Epifânio Dória discursou como presidente do sodalício (1937–1939) seu empenho o levou a presidência e a muitos outros cargos, sua vida no Instituto foi bastante representativa na História da Casa de Sergipe.

Segundo os Estatutos do IHGSE foi facultada a criação de uma revista de circulação trimestral que informaria as atas aprovadas nas sessões, bem como: os discursos pronunciados durante as reuniões, o quadro social, trabalhos históricos, literários e científicos produzidos pelos membros. A primeira marca deixada por Epifânio Dória na Revista do IHGSE²⁶ ilustrou o seu perfil intelectual enveredado pelo caminho da biografia, trazendo através de seus escritos informações importantes sobre personalidades que serviam de exemplos para formação da identidade cultural sergipana através dos exemplos de vida dos biografados. O hábito de fazer biografias estava no auge durante a formação do IHGSE²⁷ que foi uma herança do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e que permeou por muitos anos na escrita da história da Casa de Sergipe.

²⁵ DÓRIA, Epifânio. Discurso pronunciado pelo Sr. Epifânio Dória, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, na solenidade inaugural do novo prédio daquele sodalício. In: *Discursos na Solenidade da Inauguração do Edifício Próprio a 2 de abril de 1939*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1939, p. 6.

²⁶ DÓRIA, Epifânio. Dr. Pelino Nobre, subsídios para a sua biographia. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: V. 3, n.6, 1915, p. 183-205 .

²⁷ Cf. FREITAS, 2002. Op. cit, p. 41-42.

No início dos anos de 1920 a circulação da revista foi interrompida e sua circulação retornou no ano de 1925, um dos problemas que possivelmente contribuiu para o atraso foi o repasse da subvenção do governo estabelecida por lei e esse auxílio era de fundamental importância para manutenção da revista. Porém, o processo político que se instaurou em Sergipe na década de 20, denominado Tenentismo²⁸, contribuiu para o atraso no repasse da subvenção já que naquele momento a atenção do governo esteve voltada em conter a revolta, e boa parte das finanças destinou-se para assegurar a ordem. No reaparecimento da revista em 1925 Epifânio Dória participou da comissão de manuscrito e autógrafa da revista e atuou como redator.

Em 1930 em virtude da grande empreitada de construção da sede social a revista passou por um recesso de 12 anos retomando a sua circulação no ano de 1942. Essa medida foi necessária para que a concretização de construção da sede se efetivasse. Durante o recesso ocorreu no Brasil a Revolução de 1930 e o Estado Novo em 1937 repercutindo sobre todos os estados inclusive Sergipe²⁹. Com o retorno da revista em 1942 sob a égide do Estado Novo Epifânio Dória assumiu a revista como diretor responsável licenciado pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão do Governo criado a fim de divulgar a ideologia nacionalista. Este órgão preconizava uma forte inclinação autoritarista, que divulgavam as diretrizes do Estado Novo e reprimia qualquer forma de pensamento contrário ao regime.

Segundo Dantas (2004, p. 108) no advento do Estado Novo os órgãos de publicações e divulgações passaram ao controle político do DIP o que influenciou vários jornais, inclusive a Revista do IHGSE que sofreu reflexos na sua publicação. Contudo, podemos perceber no preâmbulo³⁰ da revista impressa de 1942 que compreende os anos de 1930-1940

28 Cf. DANTAS, José Ibarê Costa. *O Tenentismo em Sergipe: Da Revolta de 1924 à Revolução de 1930*. 2ª Ed. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda. 1999, p. 94-135.

29 Sobre a Revolução de 1930 e o Estado Novo em Sergipe. Cf. DANTAS, 2004, Op. cit, p. 77-104.

30 DÓRIA, Epifânio. No Pórtico. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: V. 2, n. 16, 1930-1940, p.1-2.

que o motivo do refluxo citado foi a construção da sede que estagnou as publicações devido aos gastos da obra. As dificuldades de publicação da revista são mencionadas em quase todos os prefácios e em vários números no decorrer dos anos, o qual se frisa o custo para impressão da revista como grande obstáculo como afirmou Epifânio Dória. Nesse contexto de controle político Epifânio Dória protagonizou um importante papel, além de fazer parte da comissão de edição da revista foi o diretor responsável licenciado pelo DIP, isso sugere pensarmos na boa influência adquirida junto à política, quando exerceu importantes cargos políticos, como também a sua posição ética e intelectual conquistada com o seu trabalho no seio das instituições em que atuou mostrando a sua capacidade para exercer tais funções.

No IHGSE Epifânio Dória adquiriu através dos serviços prestados e da sua contribuição intelectual o exercício da atividade intelectual o que lhe permitiu adquirir o capital intelectual e cultural, que era prática comum na sociedade durante a “República das Letras” e que legitimava e reconhecia os indivíduos entre seus pares. A formação do IHGSE foi amplamente composta por membros da elite e da *intelligentsia sergipana*³¹ composta por bacharéis, coronéis e acadêmicos. Assim, pensar em um autodidata, alfabetizado, funcionário público e com pouco volume do capital social e econômico em uma sociedade regida por uma elite intelectual é algo contraditório. Mas Epifânio Dória a partir das relações sociais adquiridas através do seu trabalho nas instituições em que atuou soube tecer as redes de relações que lhe conduziram ao prestígio intelectual na sociedade sergipana.

NOS MOVIMENTOS SOCIAIS E NA POLÍTICA SERGIPANA

Com Revolução de 1930 o Brasil atravessou uma fase de reestruturação em toda a sua administração e setores, inclusive no econômico.

31 Cf. Directoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: v.1, n. 1, 1912/1913, p. 07.

Como medida o então Ministro da Justiça Oswaldo Aranha³² buscou os meios para renegociação da “Dívida Externa” brasileira idealizando uma campanha em prol do pagamento da dívida com o objetivo de angariar fundos. Essa campanha de comoção nacional foi denominada Cruzada do Mil Réis Ouro e foi divulgada em todo o Brasil.

Em Sergipe a adesão e a iniciativa da campanha foi impulsionada por Epifânio Dória, que como membro da Sociedade Beneficente dos Empregados Públicos de Sergipe formou um comitê que organizou, administrou e divulgou a campanha pelos quatro cantos do Estado³³.

A campanha conseguiu se firmar com a eleição da diretoria³⁴ composta por: Presidente: Francisco Carneiro Nobre de Lacerda; Vice-Presidente: Cônego Mário Vilas Boas; Primeiro e Segundo Secretário: Helvécio Andrade e Josaphat Brandão e Tesoureiro: Epifânio da Fonseca Dória. A campanha seguiu pelo caminho popular como o próprio Epifânio Dória sugeriu na Ata da Reunião de 29 de dezembro de 1930 visando alcançar toda a população. Nos dispostos dos estatutos no Art. 17 a criação de um Comitê Feminino composto por senhoras da sociedade aracajuana e dos municípios se encarregou de organizar os eventos filantrópicos, a fim de arrecadar fundos para a Cruzada³⁵. A Cruzada não obteve êxito na sua arrecadação, todavia, demonstrou o sentimento patriótico dos empreendedores da Cruzada e de todos que contribuíram exaltando o sentimento cívico.

Em contato com o Ministro Oswaldo Aranha o então, Interventor do Estado General Augusto Maynard Gomes sugeriu que a aplicação da

³² Oswaldo Euclides de Souza Aranha, advogado, participou da política de Vargas assumindo o Ministério da Justiça, e em 1931 assumiu o Ministério da Fazenda. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/html/ acesso em 30/05/2009>.

³³ Cf. SILVA, Denise Maria Melo; SANTOS, Ronaldo José Ferreira Alves. *Epifânio Dória e a Intelligentsia Sergipana*. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Anexo B. p. 60-61. Edital e Estatuto da Cruzada do Mil Réis Ouro.

³⁴ APES. *Coleção Epifânio Dória*. Acta da Reunião do Comitê Central da Cruzada do Mil Réis Ouro no Estado de Sergipe, realizada aos 29 de Dezembro de 1930. Cx 07. Doc 41. 1930.

³⁵ Cf. SILVA, Denise Maria Melo; SANTOS, Ronaldo José Ferreira Alves. Op. Cit. Anexo C. p. 62. Folheto do Bazar Pró-Pátria.

arrecadação de Sergipe fosse destinada à construção de um Jardim de Infância dado pela exiguidade do valor arrecadado. Em sessão realizada pelo comitê³⁶ foi deliberado o repasse de toda arrecadação da Cruzada³⁷ para o Estado. Epifânio Dória assinou o repasse para o Governo do Estado que construiu o Jardim de Infância que homenageou o Interventor do Estado.

Eronides Ferreira de Carvalho³⁸ foi o primeiro governador eleito pela Constituinte de 1935 e sua interventoria foi marcada por grandes obras, entre elas a construção de um novo edifício para a Biblioteca Pública³⁹. Nessa mesma época Epifânio Dória foi eleito Deputado Classista pela Constituição de 1935 representando os funcionários públicos do Estado de Sergipe⁴⁰ e passou a conquistar a admiração e o respeito do Interventor.

Foi nomeado pelo decreto de 21 de Outubro de 1935⁴¹ na administração de Eronides de Carvalho para exercer os cargos de Secretário da Justiça e Negócios do Interior, da Fazenda, da Agricultura, Indústria e Viação e Obras Públicas cumulativamente no período de 1935 a 1941 tornando-se homem de confiança e amigo do Interventor:

O Governador Eronides de Carvalho, a 2 de abril de 1935, encontrava agora em Epifânio Dória, seu amigo – um auxiliar à altura, apolítico, servidor do Estado há vários anos e com uma folha de serviços digna de encômios, capaz de amenizar as lutas surgientes no campo político administrativo.⁴²

³⁶ APES. *Coleção Epifânio Dória*. Acta da Reunião do Comitê Central da Cruzada do Mil Réis Ouro no Estado de Sergipe, realizada a 8 de Março de 1931. Cx 07. Doc 74. 1931.

³⁷ Cf. SILVA, Denise Maria Melo; SANTOS, Ronaldo José Ferreira Alves. Op. Cit. Anexo D. p.63. Guia de Recolhimento da Caixa de Depósito.

³⁸ Médico e Militar do Exército Governou Sergipe de 02/04/1935 a 09/7/1941. Cf. GUARANÁ. Op. cit. p. 74; DANTAS, 2004, Op. cit. p. 85.

³⁹ WYNNE, J. Pires. *História de Sergipe: 1930/1972*. Vol. II. Rio de Janeiro – Guanabara: Pongetti. 1972, p. 68-69.

⁴⁰ Idem., p. 62-93

⁴¹ Nomeia Secretário Geral do Estado, em comissão. *Diário Oficial do Estado de Sergipe*. Aracaju, 22 Out. 1935, n. 6.318. p. 1.

⁴² MENEZES, José Francisco. Epifânio Dória. *Gazeta de Sergipe*, Aracaju, 07 Abr. 1974, Revista de Domingo. p. 6.

Os ânimos políticos da época em que foi nomeado Secretário Geral de Governo foram bastante acirrados por conta das divergências políticas entre General Augusto Maynard e o atual Interventor Eronides de Carvalho e que teve início com a derrota de Maynard para Eronides, nas eleições para Chefe do Executivo. Com a passagem para o Estado Novo em 1937 Eronides de Carvalho continuava interventor, mas com o passar dos anos a insatisfação por parte dos cidadãos motivada por sua administração logo denunciava:

Cidadãos insatisfeitos também passaram a escrever para autoridades ligadas ao governo federal, dando conta de mau uso do dinheiro público. Depoimentos pessoais de Maynard, que continuava com alguma influência, reforçavam a veracidade das notícias (DANTAS, 2004, p. 90).

Durante este episódio Maynard atendeu aos apelos dos cidadãos aproveitando a oportunidade para se promover e em virtude dos fatos escreveu um Memorial ao Ministro da Justiça no qual constavam as denúncias à administração de Eronides de Carvalho. Essas denúncias afetaram ao Secretário da Fazenda Epifânio da Fonseca Dória, responsável pelas finanças do Estado e que se pronunciou com uma contestação pública⁴³ endereçada ao Ministro da Justiça. No relato ele prestava contas de todas as movimentações financeiras do Estado no período de 1935 a 1941, correspondente ao tempo em que Eronides de Carvalho permaneceu na administração de Sergipe.

Nessa contestação redigida por Epifânio Dória ele esclarece por menores sobre a denúncia a Interventoria de Eronides de Carvalho que procurou mostrar por provas que a mesma foi infundada e ao rebater a denúncia expôs que a Interventoria anterior foi marcada por “politicagens”, para isso apresentou os números do crescimento da Receita do Estado no período que esteve à frente da Secretaria da Fazenda defendendo-se das acusações impetradas por Maynard.

⁴³ APES. *Coleção Epifânio Dória*. Resposta de Epifânio Dória à réplica de Maynard Gomes enviada ao Ministro da Justiça. Cx 01. Doc. 31. 1940.

Em 1942 General Maynard volta ao Governo do Estado após o governo do Capitão Milton Pereira de Azevedo, “o candidato tampão”⁴⁴. Na verdade a volta de Maynard foi uma articulação de Vargas para mediar a saída de Eronides de Carvalho decorrentes das denúncias de irregularidades no seu governo e a maneira de se manter neutro no confronto entre os dois. Epifânio Dória deixou seu cargo político com a saída de Eronides de Carvalho e passado quase um ano Epifânio Dória era aposentado com o decreto de 24 de Maio de 1943⁴⁵.

Em uma correspondência enviada por Epifânio Dória ao amigo Newton Lacerda ele expõe de forma subtendida um dos motivos que provavelmente o fez antecipar a sua aposentadoria:

Aproveito o ensejo para dizer-lhe que aposentei-me, desde 24 de Maio findo. Pelo fato de contar 38 anos de serviço, sem nunca ter gozado de licença, nem ter tido férias, fui aposentado independente de inspeção medica. Deixei com muita tristeza a Biblioteca Pública,mas era forçoso assim fazer [...] a Biblioteca ficou transformada num campo de concentração de funcionários repudiados pelas demais repartições [...] em tais condições só um caminho me restava: a inatividade legal. Isto vai dito em confiança⁴⁶

A insatisfação de Epifânio Dória em relação ao serviço público e principalmente a situação em que se encontrava a biblioteca contribuiu para antecipação de sua aposentadoria.

⁴⁴ WYNNE, 1973, p. 79-84.

⁴⁵ Aposenta o diretor da Biblioteca Pública. Decreto de 24 de maio de 1943. *Diário Oficial do Estado de Sergipe*. Nº 8.842. Aracaju: 25 Mai. 1943.

⁴⁶ APES. *Coleção Epifânio Dória*. Correspondência enviada por Epifânio Dória para Newton de Lacerda. Cx 07 Doc 05. 1943.

OUTRAS ATUAÇÕES EM SERGIPE E NO BRASIL

Fundada em 01 de Abril de 1919⁴⁷ a Hora Literária se inseria no rol de instituições que surgiram em Sergipe no período da “República da Letras”. A sua evolução no campo literário permitiu a organização e fundação da Academia Sergipana de Letras em 01 de Junho de 1929. Epifânio Dória participou como sócio fundador e Secretário Geral no biênio de 1931 a 1933. Foi fundador da Cadeira de nº 40 que tem como Patrono Baltazar de Góes convidado pelo presidente José Augusto da Rocha Lima em 08 de Maio de 1929⁴⁸ reconhecendo seu mérito e benefício em prol das letras em Sergipe.

Presidiu a Liga Sergipense Contra o Analfabetismo⁴⁹ idealizada no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe⁵⁰ no dia 24 de Setembro de 1916, que atendia as mudanças na área educacional preconizada pela República⁵¹ nas primeiras décadas do século XX e tinha como objetivo erradicar o analfabetismo no Estado.

Participou da fundação do Rotary Clube de Sergipe, da LBA (Legião Brasileira de Assistência) na Comissão Executiva de Sergipe; durante a Campanha do Livro do Combatente na década de 40, da Comissão do Folclore em Sergipe entre outras atuações.

Colaborou em diversos jornais como: “A Razão” em Estância; “O Imparcial” em Maruim; “A Idéia” de Pão de Açúcar, nas Alagoas; “O

⁴⁷ Sobre a fundação da Hora Literária e da Academia Sergipana de Letras. Cf. CARNEIRO, Magalhães. *Panorama Intelectual de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1940, p. 1-5.

⁴⁸ Cf. SILVA, Denise Maria Melo; SANTOS, Ronaldo José Ferreira Alves. *Epifânio Dória e a Intelligentsia Sergipana*. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Anexo E. p. 64 Correspondência Recebida por Epifânio Dória da Academia Sergipana de Letras.

⁴⁹ SOUSA, Clotildes Farias de. *Por uma Pátria de Luz, Espírito e Energia: a Campanha da Liga Sergipense contra o Analfabetismo (1916-1950)*. São Cristóvão, 2004. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Federal de Sergipe.

⁵⁰ Relatório de 1916 a 1917. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. V. 4, n. 8, 1919, p. 294-296

⁵¹ NUNES, Maria Thétis, *História da Educação em Sergipe*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1984.

Estado de Sergipe”; “Folha de Sergipe”; “O Democrata”; “Gazeta da Tarde”; “Diário da Manhã”, no “Jornal do Povo” e no “Sergipe Jornal” publicou as Efemérides Sergipanas⁵².

Iniciado em 08 de Maio de 1920⁵³ seguiu o juramento da maçonaria baseado na tríade Maçônica: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Assim, Epifânio Dória deixou as marcas de seu trabalho na Loja Maçônica Cotinguiba. Organizou todo o arquivo e a biblioteca da maçonaria, bem como outros serviços prestados enquanto maçom. Foi elevado ao Grau de Mestre em 21 de Junho de 1920; ao Grau de Cavaleiro da Rosa Cruz em 15 de Abril de 1921 e ao Grau de Cavaleiro Kadosch da Águia Branca e Negra em 02 de Abril de 1937, o que comprovou os seus méritos pela operosa atuação na Maçonaria. Dentre suas obras biográficas escreveu a biografia de todos os Veneráveis da Loja Maçônica Cotinguiba⁵⁴ desde sua fundação no século XIX ao início do século XX como uma valorosa fonte para os estudos sobre a Maçonaria em Sergipe.

Por motivos de saúde se afastou da Maçonaria, ciente de que cumpriu com suas obrigações e assim disse: “[...] tenho impressão de que me não poupei de servir a secular e benemérita instituição com a lealdade e esforços jurados [...]”⁵⁵ se afastando com o título de Remido recebido em 20 de Março de 1946 com méritos e honras pelo trabalho prestado a esta instituição.

No decorrer da sua vida participou de inúmeras instituições pelo Brasil como sócio fundador, efetivo e correspondente⁵⁶ a exemplo: no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Instituto Histórico e

⁵² Obra reorganizada por: MEDINA, Ana Maria Fonseca. *Epifânio Dória: Efemérides Sergipanas. V. 1, V. 2, Aracaju: Ed. J. Andrade, 2009.*

⁵³ SILVA, Denise Maria Melo; SANTOS, Ronaldo José Ferreira Alves. Op. cit. p. 35-36.

⁵⁴ DÓRIA, Epifânio. Veneráveis da Loja Cotinguiba. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. V. 21, n. 26, 1961, p. 127-165.

⁵⁵ APES. *Coleção Epifânio Dória*. Doc 11. V. 18, 1945

⁵⁶ Cf. SILVA, Denise Maria Melo; SANTOS, Ronaldo José Ferreira Alves. *Epifânio Dória e a Intelligentsia Sergipana*. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Apêndice B. p. 55. Lista das Instituições em que Epifânio Dória participou como membro.

Geográfico do Espírito Santo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Academia Rio-Grandense de Letras, Academia Piauiense de Letras entre outras instituições espalhadas por todo Brasil. Desse modo mostrou-se um homem versátil e polivalente atuando em vários segmentos da sociedade contribuindo e deixando as marcas do seu legado intelectual e cultural por onde passou.

O BIÓGRAFO: HISTORIOGRAFIA E A PESQUISA HISTÓRICA

Em Sergipe os estudos biográficos contribuíram de forma significativa no desenvolvimento da pesquisa histórica, a maior contribuição já publicada foi o *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano* de Armino Guaraná. O *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano* é um obra fundamental para os estudos biográficos dos sergipanos, pois nele há o registro de informações de cerca de 550 sergipanos, fonte biográfica importante na historiografia sergipana.

Da inspiração biográfica e histórica preconizada pela obra de Armino Guaraná outros nomes surgiram no campo da escrita biográfica, entre os quais se destacou o de Epifânio Dória. O destaque mencionado não é por acaso, o interesse de Epifânio Dória por biografias pode ser atestado em inúmeros textos na Revista do IHGSE entre eles a biografia do Dr. Pelino Nobre. Neste trabalho Epifânio Dória demonstrou o papel ético e moral desempenhado pela biografia no âmbito social afirmando que: “A Biografia é uma necessidade para todos os povos. A sua principal utilidade – disse um conhecido moralista, – consiste em ella nos offerecer grande cópia de nobres exemplos que podem servir de modelos”.⁵⁷

A reedição do *Dicionário* de Armino Guaraná (1925) contou com os valiosos préstimos de Epifânio Dória juntamente com Prado Sampaio⁵⁸ que se responsabilizaram pelo editorial. Inclusive a atualização dos

⁵⁷ DÓRIA, Epifânio. Dr. Pelino Nobre, subsídios para a sua biographia. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. V. 3, n.6, 1915, p. 184 .

⁵⁸ Joaquim do Prado de Sampaio Leite (03/06/1865 – Aracaju) Foi bacharel em direito, deputado, literato, crítico e sócio do Instituto Histórico. Cf. GUARANÁ. Op. cit. p. 154.

dados que ficaram a cargo de Epifânio, com as informações extraídas de suas *Efemérides Sergipanas*.

Dentre os investigadores das coisas do nosso passado, nenhum outro mais dedicado à memória de Armindo Guaraná do que Epifânio Dória, cujas *Efemérides Sergipanas*, lamentavelmente ainda não aparecidas em livro [...]

o autor reuniu todo o material publicado, a que juntou páginas inéditas, constituindo o livro *Efemérides sergipanas*, destinado a completar e atualizar o Dicionário bio-bibliográfico Sergipano.⁵⁹

Depois dessa reedição do Dicionário Bio-Bibliográfico Epifânio Dória se consolidou como biógrafo, o tamanho da responsabilidade exigida foi talvez a avaliação de sua capacidade no exercício da escrita da história através das biografias passando cada vez mais a publicar biografias e outros temas na Revista do IHGSE.

A produção de Epifânio Dória mais relevante no âmbito da Historiografia Sergipana foi sem sombra de dúvidas as *Efemérides Sergipanas* com isso tornou-se o “Beneditino Pesquisador da nossa História”⁶⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Epifânio Dória enquanto intelectual marcou profundamente o cenário sergipano nas primeiras décadas do século XX. Assim para nós a construção do gênero biográfico está na sua contribuição para a História enquanto fonte histórica representando muito mais do que contar, narrar uma história ou trajetória de vida, representa a construção de uma vida inerente ao meio o qual o indivíduo se relacionou e se relaciona através do contexto histórico em que ele esteve ou está inserido. Pois a história

⁵⁹ SILVA, José Calazans Brandão da. *Aracaju e Outros Temas Sergipanos*. Aracaju: Governo de Sergipe – FUNDESC, 1992, p. 28.

⁶⁰ MAYNARD, Dilton Cândido Santos. *O Beneditino Pesquisador: A Contribuição de Epifânio Dória à Historiografia Sergipana*. São Cristóvão: Tomo, n. 1, 1998, p. 131-142.

é a “Ciência dos homens [...] dos homens no tempo” (BLOCH, 2001, p. 55) e é através das marcas deixadas pelo homem ao longo de sua existência que podemos reconstruir sua história no tempo e no espaço e conhecer não apenas a sua vida, mas a história de uma época, por meio de sua atuação na sociedade.

Artigo recebido em 21 de março de 2013.

Aprovado em 20 de abril de 2013.

1952: a grande repressão

1952: the great suppression

Juarez Ferreira de Oliveira*

RESUMO

Há 90 anos, era criado o PCB. A sua real importância não se encontra na sua longevidade, mas principalmente nas profundas raízes políticas e ideológicas que sua constante atuação deixou no pensamento político nacional. A clandestinidade, a repressão e a morte foram para o partido a regra enquanto a exceção foi à normalidade legal. Esta repressão teve em Sergipe três momentos principais: 1935/36 após o levante comunista; em 1952 e em 1976 na macabramente famosa 'Operação Cajueiro'. Todas as ondas repressivas foram severas e causaram danos. A grande repressão de 1952 não foi diferente. A nomeio de 'grande', principalmente por sua extensão e profundidade. Ela atingiu todo o Partido, provocando a prisão de dezenas de pessoas em Aracaju e no interior do estado, desmantelando praticamente todos os organismos e instância do Partido. Portanto, compreender a organização e o funcionamento do PCB em Sergipe no início da década de 1950 e analisar a repressão de 1952 são objetivos desta pesquisa.

Palavras-chave: PCB; Repressão; Sergipe.

ABSTRACT

For 90 years, was created the PCB. Its real significance lies not in its longevity, but mainly in deep political and ideological roots that made her constant performance in national political thought. The secrecy, repression, and death came to the party rule as the exception to normality was legal. This repression in Sergipe had three main stages: 1935/36 after the communist uprising, in 1952 and in 1976 the famous macabre 'operation cajueiro'. All repressive waves were severe and caused damage. The great repression of 1952 was no different. The dub of 'great', mainly because of its breadth and depth. She hit all the party causing the arrest of dozens of people in Aracaju and upstate dismantling virtually all organisms and instance of the Party. Therefore understanding the organization and functioning of the PCB in Sergipe in the early 1950s and analyze the repression of 1952 are objectives of this research.

Keywords: PCB; Repression, Sergipe.

* Graduado em História (Universidade Federal de Sergipe) com especialização em 'Educação e Gestão' (Faculdade Pio X). Professor da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (SEED/SE) e Secretaria Municipal de Educação de Aracaju (SEMED). Email: juraoolive@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Em 25 de março de 1922, nove militantes políticos criavam no Rio de Janeiro o PCB (Partido Comunista Brasileiro). Sua longa existência como organização político-partidária é uma raridade em um país onde essas organizações são efêmeras, o que por si só já justificaria o interesse despertado por sua história e justificaria qualquer trabalho de pesquisa. Porém, a sua real importância não se encontra na sua longevidade, mas principalmente nas profundas raízes políticas e ideológicas que sua longa e constante atuação deixou no pensamento político nacional.

A repressão constante que marcou quase toda a longa história do PCB teve em Sergipe três momentos principais. Em 1935/36, após o levante comunista de novembro de 1935¹; em 1952; e em 1976, na macabramente famosa “Operação Cajueiro”.

Mensurar o sofrimento e a dor causados pelo medo constante, pela tortura física e psicológica e pela privação da liberdade é algo impossível. Todas as ondas repressivas que se abateram sobre o Partido foram severas e causaram danos, em muitos casos irreparáveis, aos militantes e suas famílias.

A grande repressão de 1952 não foi diferente. A nomeio de ‘grande’ não para colocá-la em um grau maior de importância em relação às outras, mais principalmente por sua extensão e profundidade. Dezenas de pessoas foram presas em Aracaju e no interior do estado. Praticamente todos os organismos e instância do partido foram identificados e desmantelados pela polícia.

Ocorrida no segundo semestre de 1952, a repressão atingiu todo o Partido em Sergipe e deve ser compreendida dentro do contexto nacional de “exacerbação das divergências entre setores das Forças Armadas e da sociedade civil, acerca do modelo econômico a ser implantado pelo governo Vargas (1951- 1954)”.²

¹ OLIVEIRA, Juarez F. 1935: A ANL e a luta dos trabalhadores de Aracaju contra o Fascismo. In: *Revista de Aracaju*. Aracaju, Nº11., Pág. 127-144, 2005.

² ALVES, Mauro do Carmo. Na “Mira” do Exército: Movimento Intervencionista em Sergipe – 1952. Monografia/UFS-PDPH. São Cristóvão - SE, pág. 139, 2002.

Escrever a história de Sergipe sem levar em consideração a atuação e a importância dos comunistas e dos grupos sociais subalternos é um grave erro. Portanto, compreender a organização, o funcionamento e a atuação do Partido em Sergipe no início da década de 1950 até a repressão de 1952 são objetivos desta pesquisa.

1. REORGANIZAÇÃO

Enfraquecido por quase uma década de forte repressão (que começa com o fracasso do levante de 1935 e se estende por todo o período da ditadura do Estado-Novo), o PCB começa a sua reestruturação em uma conferência no interior do estado do Rio de Janeiro. A histórica Conferência da Mantiqueira reuniu delegações de vários estados do Brasil, inclusive Sergipe, e tinha como missões principais impedir o fim do Partido e reestruturá-lo para as lutas futuras dentro do novo contexto nacional e internacional.

A nova linha política adotada na Conferência era a de conciliação com o governo de Vargas e preconizava a união nacional democrática e o esforço conjunto para a derrota do facismo na guerra. Ao final da Segunda Grande Guerra, o PCB sai da clandestinidade e passa a viver seus breves momentos de legalidade.

2. BREVE LEGALIDADE (1945-1947)

O final da II guerra mundial, com a vitória dos aliados, trouxe uma nova esperança de paz para o mundo e um alento aos comunistas brasileiros. A vitória conjunta de norteamericanos e soviéticos transmitiu ao mundo a possibilidade de uma consistência pacífica entre os dois modelos antagônicos. É dentro deste ‘clima’ pós-guerra de cooperação e amizade que o PCB alcança a sua legalidade. A legalidade aliada à propaganda positiva da vitória da URSS na guerra provocou um rápido crescimento do PCB em todo o país. Em Sergipe não foi diferente.

Durante a sua breve legalidade, o Partido alcançou várias vitórias políticas, entre elas um grande avanço eleitoral. No pleito presiden-

cial de 1945, o candidato do Partido, Yedo Fiúza, teve cerca de 10% dos votos em todo o país e chegou a vencer as eleições em Aracaju. Nacionalmente o PCB elegeu 14 deputados federais e Prestes como senador da república, além de inúmeros deputados estaduais. Entre os deputados federais, estava o estivador sergipano Oswaldo Pacheco,³ eleito por São Paulo.

Em Sergipe, a vida legal do Partido começa em agosto de 1945, quando em cerimônia no Cine-Teatro Rio Branco é instalado o Comitê Estadual do PCB.⁴ Nas eleições de janeiro de 1947 o Partido elege como deputado estadual o médico Armando Domingues e posteriormente para vereador em Aracaju o seu cunhado Carlos Garcia.

Armando Domingues, segundo Antônio Samarone:

(...) nasceu em 20 de maio de 1912, no município de Entre-Rios, Bahia. Iniciou o exercício profissional na cidade de Itabaiana, Sergipe. Depois, mudou-se para Aracaju e se dedicou à psiquiatria. Militou na política partidária. Foi deputado estadual e se notabilizou como notável orador.⁵

A legalidade teve vida breve. Refletindo a nova realidade mundial da 'Guerra Fria', em 07 de maio de 1947 é cancelado o registro do PCB e o Partido é novamente jogado na clandestinidade. Em Aracaju, é organizado em dezembro do mesmo ano um grande comício contra o cancelamento do registro e a provável cassação dos mandatos eletivos dos comunistas. O comício foi duramente reprimido pela polícia,

³ Membro do Comitê Central, Oswaldo Pacheco da Silva foi um dos maiores líderes sindicais dos portuários brasileiros. Sergipano, foi presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, da Federação Nacional dos Estivadores, da PUA (Pacto de Unidade e Ação), do Fórum Sindical de Debates. (<http://www.marxists.org/portugues/dicionario>)

⁴ DANTAS, Ibarê. *Os Partidos Políticos em Sergipe (1889 – 1964)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p.168.

⁵ SANTANA, Antônio Samarone de & Cols. – *Dicionário biográfico de médicos de Sergipe*. Aracaju, 2009

sendo morto durante os conflitos o militante comunista Anísio Dário Lima Andrade.⁶

A morte de Anísio Dário não foi esquecida pelos comunistas de Sergipe. Em todo o material relativo as finanças do Partido, apreendido pela polícia em 1952, podemos encontrar contribuições para a viúva do estivador.⁷

No início de 1948, em consequência do cancelamento do registro do PCB, são cassados, em todo o país, os mandatos dos parlamentares eleitos pelo Partido, aprofundando assim a repressão.

Em Sergipe, foram cassados o deputado estadual Armando Domingues e o vereador de Aracaju, Carlos Garcia. Na Assembleia Legislativa, pelo menos duas vezes se levantaram contra a cassação: a do deputado Orlando Dantas⁸ e a do deputado, de Frei Paulo, Napoleão Emídio.⁹

O cancelamento do registro pelo TSE e a subsequente cassação dos mandatos dos comunistas teve um impacto profundo no Partido e uma grande importância na sua nova linha política adotada em agosto de 1950. A clandestinidade interrompeu um período de crescimento e afirmação dos comunistas iniciado ao final da Segunda Guerra Mundial, esvaziando suas fileiras além de demonstrar claramente os verdadeiros limites da democracia brasileira da época.

3. ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA (1950 – 1952)

O PCB encontrava-se bem organizado e ativo no estado de Sergipe no início dos anos 1950. Apesar da clandestinidade e da linha política sectária adotada a partir de agosto de 1950, o Partido contava com um bom número de militantes. No estado, além da Comissão Estadual e de

⁶ Em 2008 a Prefeitura Municipal de Aracaju através de iniciativa de seu prefeito Edvaldo Nogueira (PCdoB) homenageou Anísio Dário dando o seu nome ao novo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), coincidentemente localizado na rua Luiz Carlos Prestes N°. 99 nesta capital.

⁷ CX 2534 / 2536 (AJES)

⁸ DANTAS, Ibarê. Op. Cit., p.197.

⁹ DEDA, Oscar de Oliveira. "A Casa do Povo". IN: *Jornal da Cidade*. Aracaju: 20/06/2011

seu Comitê Executivo, o PCB se fazia presente em Aracaju e em outras 14 cidades do interior.¹⁰

Na capital, estava o maior número de militantes e células partidárias. Ao todo, entre Comitê da capital e Comissão Estadual, existiam cerca de duas dúzias de células. Estes organismos primários do Partido se dividiam principalmente em dois tipos: por localidade (bairro ou rua) e por atividade profissional ou empresa.¹¹

As principais células por localidade em Aracaju eram: Expedicionários, 18 do Forte, Grageru, Monte Castelo, Nobre de Lacerda, Fausto Cardoso, Santo Antônio e Campos. As principais células do Partido, como um todo, por atividade profissional ou empresa eram: Fábrica Confiança, Sergipe Industrial, Correios, Ferroviários, Prefeitura, Luz & Força, Água & Esgoto, Portuários e Construção Civil.¹²

Existiam também células (provavelmente três) exclusivamente femininas, que contavam com cerca de uma dúzia de militantes em junho de 1952¹³ e a União da Juventude Comunista (UJC) que aglutinava os estudantes ligados ao Partido e que possuía uma fração secundarista (dentro dos grêmios e da USES) e uma fração universitária.¹⁴

O comando do Partido ficava a cargo da Comissão Estadual composta por doze membros, sendo nove titulares e três suplentes. Essa Comissão, no início dos anos 50, era composta por: Fragnon Carlos Borges (“Alfredo”), Nelito Nunes Carvalho (“Souza”), Filenon Franco Freire (“Ubaldo”), Oscar Guimarães Mota (“Quirino”), Manoel Vicente (“Fortes”), Manoel Leandro (“João de Propriá”), Lídio dos Santos (“Arlindo”), Antônio Corrêa (“Lobato”), Antônio Bitencourt (“Ari”), João de Matos (“João de Itabaiana”), Manoel Rodrigues da Silva (“Nezinho” ou “Mário”) e Florentino Bento dos Santos (“Bebeto de Estância”).¹⁵

O comando do Partido recaía principalmente sobre o seu Comitê

¹⁰ Lista de Contribuição das células e comissões municipais (CX - 2535 / AJES)

¹¹ ALVES, Mauro do Carmo. Op. Cit., p. 54 e 55.

¹² (CX -2535 /AJES)

¹³ Plano de trabalho feminino de 01/06/1952 (Cx - 2536 / AJES)

¹⁴ Plano de atuação e trabalho para estruturação da UJC e outros. (Cx - 2536 / AJES)

¹⁵ ALVES, Mauro do Carmo. Op. Cit., p.54 .

Executivo que verdadeiramente era o órgão de direção do PCB em Sergipe. Faziam parte do comitê Fragnon Carlos Borges (Secretário Político), Nelito Nunes Carvalho (Agitação e Propaganda), Filenon Franco Freire (Tesoureiro) e Manoel Rodrigues da Silva (Organização e Finanças).¹⁶

Segundo Mauro do Carmo Alves, em seu meritório trabalho monográfico, o Partido no Estado recebia a orientação política do Comitê baiano do PCB:

(...) tendo como organismo central o Comitê Estadual que, por sua vez, era orientado politicamente pelo Comitê Estadual da Bahia, representado por Agostinho Dias de Oliveira. Este era responsável pela coordenação e fiscalização dos planos de trabalho do Partido no Estado. (...) a assistência dava-se por meio de visitas periódicas feitas a Sergipe, de três em três meses, aproximadamente, chegando a seis.¹⁷

4. OS MILITANTES

A história do movimento comunista em Sergipe não pode ser corretamente feita sem a tentativa de se reconstruir a trajetória de alguns dos seus militantes, daqueles homens e mulheres que lutaram sob a sua bandeira e arriscaram a vida e a liberdade por seus ideais.

Ao que tudo indica, no começo dos anos 50, o PCB tinha à frente Fragnon Carlos Borges, então secretário político do Comitê Executivo do Partido. Jovem comerciante de apenas 25 anos, era natural de Frei Paulo e residia na Rua Nossa Senhora da Glória. Novo, era frequentador das rodas intelectuais e das redações jornalísticas de Aracaju, chegando a redator da revista sergipana *‘Época’*.

Na maioria dos interrogatórios feitos pela polícia após a repressão de 1952, o seu nome aparece em destaque. Seja por sua atuação na

¹⁶ Interrogatórios de Filenon Franco Freire de 10/11/52 e Oscar Guimarães Mota de 11/11/52 (CX- 2534/AJES)

¹⁷ ALVES, Mauro do Carmo. Op. Cit., p.57.

imprensa partidária, seja como destinatário final da arrecadação financeira das células do Partido, seja como recrutador de novos militantes e ‘recuperador’ de camaradas que haviam se afastado da organização, seja como orador constante nos comícios do professor Franco Freire, candidato a prefeito de Aracaju. Fragnon foi, apesar da pouca idade, o elemento catalisador do PCB neste período. Para Mauro do Carmo Alves: “(...) se constituía na maior autoridade do Partido Comunista em Sergipe, sendo ele quem dava as necessárias ordens às diversas células e organismos”.¹⁸

Outro membro da direção do PCB em Sergipe foi o estudante Nelito Nunes Carvalho. Jovem, residente na Rua Itaporanga, atuava principalmente na União da Juventude Comunista (UJC) e na imprensa partidária. No material anexado ao inquérito da justiça, estão várias cartas e telegramas destinados a ele que demonstram uma intensa atividade partidária entre 1951 e 1952.

É ele que responde nestes anos pelo recebimento e distribuição pelas células, comitês municipais e simpatizantes dos números do jornal do Partido (‘Voz do Operário’). É ele também que em 1952 organiza a juventude comunista para a participação nos congressos da UNE e da UBES em Belo Horizonte.

Oscar Guimarães Mota – dirigente do PCB no início da década de 50 – era funcionário público federal (IBGE) e possuía profundo conhecimento do Partido e sua estrutura, em especial o Comitê Municipal de Aracaju, onde chegou a ser secretário político.

Comunista dedicado, envolveu toda a família na política de esquerda. Suas duas filhas: Maria Helena Mota e Maria Matilde Oliveira Mota também foram atuantes militantes do Partido. A mais velha Maria Helena (27 anos à época) era funcionária do IAA e noiva de Fragnom Borges. A mais nova, Maria Matilde (19 anos à época) entrou para a UJC convidada por Nelito Nunes e era ligada ao Colégio Estadual de Sergipe (Atheneu). Organizaram também a Associação Feminina de Sergipe dirigida, porém, por Edgar Pinto e Jaime Calado.¹⁹

¹⁸ Idem, p. 54.

¹⁹ Idem, p. 56.

Manoel Vicente ou ‘Fortes’, como era conhecido no Partido, era operário da fábrica Confiança e membro da direção estadual. Com 32 anos, era o responsável pelo setor sindical do Partido e já havia sido preso anteriormente por ‘passar’ rifas de periódicos comunistas nas portas das fábricas em Aracaju. Fazia também arrecadações das contribuições das células têxteis e as encaminhava a Fragnon Borges. Manteve-se ligado ao Partido durante décadas.

Lourival Pinheiro de Mello ou ‘Barão’ era marceneiro e secretário político do Comitê Executivo Municipal de Aracaju em 1952, o qual era composto também por: Antônio Muniz (“Baiano”) – Agitação e Propaganda ou Oscar Guimarães Mota (“Quirino”); Antônio Lisboa (“Paulino”) – Organização e Finanças; Antônio Corrêa dos Santos – Sindical; e Ozório Araújo Ramos (“China”) – Tesouraria.

Para Mauro do Carmo Alves, o secretário de Agitação e Propaganda neste período era Oscar Guimarães Mota.²⁰ Acredito que por motivos óbvios em seu interrogatório à polícia, Oscar Guimarães Mota omitiu o seu nome substituindo-o pelo de Antônio Muniz à frente do secretariado.²¹

Hélio Silva, filho de José Nunes da Silva e Júlia Canna Brasil e Silva, nasceu em Aracaju (SE), no dia 17 de abril de 1931, era estudante, poeta e membro da USES em 1952. Estava ligado à juventude comunista e ao recebimento de periódicos vindos de outros estados. Em carta endereçada a ele, Murilo Vaz (revista ‘Novos Rumos’) trata de assuntos referentes à participação da delegação sergipana no IV Congresso Nacional de Estudantes Secundaristas que se realizaria na Bahia.

Renato Mazze Lucas era um jovem médico que apesar de não ser membro na época da direção estadual do PCB foi um militante fundamental na organização do Comitê Municipal de Itabaiana, juntamente com os trabalhadores manuais João de Matos (Secretário Político), Antônio Oliveira (Agitação e Propaganda) e José Martins (Tesoureiro)

²⁰ ALVES, Mauro do Carmo. Op. Cit., p.55.

²¹ Depoimento de Oscar Guimarães Mota em 12/11/1952 (Cx-2534 / AJES)

²² Dr. Renato foi psiquiatra, autor de livros, membro da Academia Sergipana de Letras e da Academia Sergipana de Medicina. Faleceu muito respeitado em 1985²³.

5. ATUAÇÃO

Apesar da clandestinidade e de toda a ordem de dificuldades, os camaradas sergipanos do PCB tiveram uma importante atuação nos primeiros anos da década de 1950. Todos os grandes movimentos e campanhas abraçados pelos comunistas nacionalmente e internacionalmente encontraram em terras sergipanas eco através do trabalho de agitação e propaganda dos comunistas locais.

Uma de suas principais atividades era o recebimento e distribuição da imprensa partidária e de periódicos ligados direta ou indiretamente a ele. Pelo que indicam os documentos, o recebimento, distribuição e pagamentos destes periódicos era uma atividade constante e desgastante.

As redações de jornais ligadas ao Partido, localizadas geralmente na capital federal e na Bahia, não seguiam a lei capitalista de mercado no que se refere à oferta e à procura. As tiragens enviadas a cada “agência” (estado) estava ligada não à procura dos periódicos pelos leitores mas sim aos desejos e/ou necessidade das redações.

Exemplo claro deste modo de atuação é a carta de 11 de março de 1952, endereçada a Hélio Silva que informava: “(...) em comemoração aos 30 anos do nosso invencível Partido a tiragem da ‘VOZ OPERÁRIA’ passaria de 500 para 530 exemplares”.²⁴

Esta ‘imposição’ de determinada tiragem obrigava os comunistas locais a um tremendo esforço financeiro para o cumprimento dos pagamentos dos periódicos recebidos. Prova cabal desta dificuldade são as

²² Depoimento de João Matos à polícia – 19/11/1952 (CX -2534 / AJES)

²³ SANTANA, Antônio Samarone de, & Cols. – *Dicionário biográfico de médicos de Sergipe*. Aracaju, 2009.

²⁴ Telegrama confirmando envio dos periódicos – 17/11/51 (CX – 2536/AJES).

dezenas de cobranças feitas através de cartas e telegramas das redações dos jornais e revistas ao Partido em Sergipe.

Ao que tudo indica, a parte dos jornais e revistas chegava a Aracaju via aérea através da CIA. de AVIAÇÃO REAL S/A que tinha como agente na cidade o Sr. Manoel de Faro Sobral. Jovem senhor de seus 40 anos à época, era comunista e havia entrado para o Partido durante sua breve legalidade, chegando a concorrer em 1946 a uma vaga na Assembleia Legislativa²⁵.

Após o recebimento dos periódicos (principalmente a ‘VOZ OPERÁRIA’, ‘IMPrensa POPULAR’, ‘GAZETA SINDICAL’, Revista ‘NOVOS RUMOS’, etc.) eles eram distribuídos entre os comitês municipais, células e simpatizantes, que por sua vez recolhiam o valor em dinheiro referente a eles e encaminhava o montante à direção estadual. Toda esta logística de recebimento, distribuição e pagamento dos periódicos produzia inúmeras listas com nomes, endereços e valores que se mostrariam fatais ao Partido no segundo semestre de 1952.

Além da distribuição da imprensa partidária produzida fora de Sergipe, aqui também eram produzidos e distribuídos jornais locais do Partido. O principal jornal comunista sergipano no período foi ‘A VERDADE’, que foi do final da década de 40 até 1951 a ‘voz’ dos comunistas sergipanos e contava em sua redação com Fragnom Carlos Borges, Filenon Franco Freire, entre outros, com uma tiragem de mil exemplares. Provavelmente, em setembro de 1951, a “voz” dos comunistas sergipanos é calada de vez quando a sua tipografia, coração do jornal, é incendiada.

Apesar do forte abalo sofrido com a destruição do periódico, o Partido rapidamente se mobiliza para a criação de outro veículo de informação. Apoiados pela Associação Sergipana de Ajuda a Imprensa Popular, formam a sociedade ‘Folha Popular Ltda.’ entre Fragnom, Nelito e Finelon, entre outros, com o objetivo de publicar um novo jornal em substituição ao que foi incendiado²⁶. Foi assim que em 1952 surge a ‘Folha Popular’.

²⁵ Telegrama confirmando envio dos periódicos – 17/11/51 (CX – 2536/AJES).

²⁶ CX-2535 /AJES

Outra importante atuação comunista em Sergipe foi a luta contra a entrada do Brasil na chamada Guerra da Coreia ao lado dos norteamericanos. Contra a guerra, o PCB lançou a campanha 'Partidários da Paz' em todo o Brasil.²⁷

Em carta destinada a Hélio Silva, de 06 de junho de 1951, a revista 'NOVOS RUMOS' solicita 15 mil assinaturas para o chamado 'Pacto da Paz'. Em outra carta, a orientação é para a criação no estado de uma 'Comissão Juvenil Pro-Paz'. Toda esta movimentação deságua no III Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz, em novembro de 1951, com a participação de uma delegação sergipana.²⁸

Outra histórica campanha abraçada pelos comunistas foi a do monopólio do petróleo que desembocaria na criação da Petrobras em outubro de 1953. Em Sergipe, a presidência da campanha coube ao professor Franco Freire.

Anexado ao processo judicial gerado a partir da repressão de 1952, estão fotos²⁹ de pichações atribuídas aos comunistas, nestas fotos podemos ler: "FORA ACHESON! O PETRÓLEO É NOSSO" e "FORA ACHESON! ESTA TERRA TEM DONO" em referência ao senhor Dean Gooderham Acheson, então secretário de estado norteamericano. As reuniões da comissão estadual de luta pelo monopólio estatal do petróleo eram realizadas nas dependências do hoje centenário Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).³⁰

6. 1952

A repressão do segundo semestre de 1952 poderia ter ocorrido seis meses antes e com maior eficiência se, por algum motivo tolo, capricho da sorte ou por alguma denúncia, a polícia tivesse chegado a uma modesta rua do bairro Santo Antônio em Aracaju na noite de 21 de

²⁷ ALVES, Mauro do Carmo. Op. Cit., p.75 -83.

²⁸ CX - 2535/AJES

²⁹ CX -2535 /AJES

³⁰ ALVES, Mauro do Carmo. Op. Cit., p.83 – 85.

dezembro de 1951. Na humilde casa do advogado comunista Hernani Mesquita Prata, e contrariando as mais básicas regras de segurança, estava reunida toda a direção estadual do PCB assim como inúmeros militantes, simpatizantes e seus familiares. O motivo de tamanha imprudência era a celebração do aniversário de 72 anos de Stalin.

Reunidos ao redor de uma mesa de doces e tendo ao centro um bolo estavam: Fragnom Borges, Roberto Garcia, Finelon Franco Freire, Nelito Nunes, Hélio Silva, Lourival Pinheiro, Renato Chagas, Gilberto Queiroz entre outros³¹. A comemoração pelos 72 anos de Stalin àquela noite fora precedida pela distribuição de panfletos, pichações nos muros da cidade, criações de poemas, edição especial de jornais comunistas, soltura de fogos durante todo o dia etc.

O ano de 1951 estava quase acabando e é aceitável supor que tenha ocorrido entre eles um balanço das atividades do ano. Apesar da clandestinidade e da perda do jornal incendiado, o PCB havia cumprido a sua missão: cursos de formação foram feitos; a imprensa partidária havia sido distribuída; novos 'quadros' se uniram ao Partido; a campanha do petróleo estava bem encaminhada; o Brasil não entrara na Guerra da Coreia; a juventude comunista aumentara sua influência no meio estudantil; ou seja, a vanguarda do proletariado brasileiro continuava sua marcha em terras sergipanas.

Provavelmente também falaram sobre o futuro próximo. O ano de 1952 prometia: eleições municipais;³² aniversário de 30 anos do Partido; criação do novo jornal em substituição de "A VERDADE" etc. Não podiam saber, porém, que o ano que chegava também traria até eles a maior repressão ao comunismo que as terras sergipanas veriam. Após esta comemoração, o núcleo principal do comunismo em Sergipe não voltaria a se reunir de forma tão completa, festiva e esperançosa.

³¹ Foto da comemoração em Aracaju do aniversário de Stálin / Dezembro de 1951, incluída como provas no inquerito (CX-2536 /AJES).

³² O TRE (Tribunal Regional Eleitoral) de Sergipe havia decidido que as eleições de Aracaju ficariam para outubro de 1954, porém o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) no Rio de Janeiro reviu esta decisão, a pedido da UDN, e determinou a realização do pleito em 13 de abril de 1952. (Jornal 'Correio de Aracaju' -Janeiro/1952).

A principal atividade para 1952 eram as eleições municipais, em especial a de Aracaju. A tarefa dos comunistas sergipanos não era nada fácil. Isolados, sem recursos, na clandestinidade, sem um jornal ou rádio que os apoiassem, iriam enfrentar três agrupamentos políticos poderosos. De um lado a União Democrática Nacional (UDN) comandada pelo carismático deputado federal Leandro Maciel; do outro, o Partido Social Democrático (PSD), capitaneado pelo então governador Arnaldo Rolemberg Garcez; e, por fim, a aliança entre Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com grande inserção entre os trabalhadores aracajuanos.

Impedido de ter candidatos devido à cassação do registro em 1947, os comunistas em Aracaju tiveram que usar um subterfúgio. Em 1952, Nelito Nunes, membro do Comitê Executivo do PCB, passa a representar o inexpressivo Partido Trabalhista Nacional (PTN) perante as juntas eleitorais.³³ Será exatamente este pequeno partido que dará acolhida à candidatura do professor Franco Freire à prefeitura.

Os comunistas realizam diversos comícios³⁴ onde discursam Filenon Franco Freire, Fragnon Borges, Lourival Pinheiro de Mello, entre outros. Ao final da eleição, é eleito o engenheiro Jorge Campos Maynard pela coligação de PSP-UDN. Apesar das dificuldades, o professor Manoel Franco Freire ainda obtém cerca de mil votos.³⁵ Terminada a eleição, o Partido segue com suas atividades normais até que a repressão cai sobre ele. Segundo o professor Ibaré Dantas:

Depois de inquirir oficiais do próprio 28^oBC e da Polícia, desceram para a sociedade civil e prenderam mais de 50 pessoas, entre as quais toda a direção estadual do Partido Comunista, que, então, atuava na clandestinidade.³⁶

³³ Carta de Napoleão de Oliveira Dórea - Presidente do PTN (CX-2534/AJES)

³⁴ Ver: fotos comícios de Franco Freire (CX-2535/AJES)

³⁵ Há nos jornais da época muitas inconsistências a cerca do número exatos de votos recebidos por Franco Freire no pleito.

³⁶ DANTAS, Ibaré. Op. Cit, p.197.

Apesar da fuga de alguns, muitos dos militantes do PCB de Sergipe não conseguiram escapar e foram presos e interrogados. Entre eles estão: Filenon Franco Freire, Oscar Guimarães Mota e suas filhas, Manoel Vicente, Lourival Pinheiro de Mello, Antônio Bittencourt, João de Matos, Manoel Rodrigues da Silva, Manoel Franco Freire, Robério Garcia, Gervásio dos Santos e até José Waldson Campos, preso no Rio de Janeiro e transferido para Aracaju, entre outros³⁷.

Com eles é apreendido um rico acervo partidário que é juntado aos autos do inquérito, conduzido pelo então delegado Capitão Rosalvo Vieira de Mello,³⁸ como prova do crime de reorganização do PCB. Para Ibaré Dantas: “No curso do processo, os presos foram submetidos a longos depoimentos, entremeados não raras vezes de tortura.”³⁹

A repressão ao Partido provoca, além das prisões, uma diáspora dos líderes comunistas locais. Fragnon Borges foge do estado e reaparece em Recife em 1954 onde se casa e tem um filho.⁴⁰ Divide com Carlos Mari ghela a coautoria do livro “Origens históricas da propriedade da terra” e contribui para a imprensa comunista no Rio de Janeiro em especial como secretário da revista ‘Novos Rumos’. Em 1966, é enquadrado na Lei de Segurança Nacional nos artigos 7º e 9º e acaba condenado a três anos de prisão.⁴¹ Morre na clandestinidade durante a Ditadura Militar.

Outro importante quadro da direção estadual obrigado a deixar Sergipe foi Nelito Nunes. Segundo Laudo Braga, que escreveu para o site da UJC/AL: “Foi um dos dirigentes mais competentes que já passaram em Alagoas. Um jovem, oriundo da União da Juventude Comunista, nasceu em Aracajú-Se, onde atuou durante um longo tempo”.⁴²

³⁷ CX: 2535, 2534,2536/AJES

³⁸ Chegou a coronel da Polícia Militar, sendo Comandante da corporação. Foi também promotor de Justiça e exerceu ainda diversos outros cargos públicos a exemplo de secretário de Estado da Segurança Pública e diretor da Penitenciária Estadual. Faleceu em 2006 como juiz aposentado aos 83 anos.

³⁹ DANTAS, Ibaré. Op. Cit., p.197.

⁴⁰ COELHO, Marcos Antônio Tavares. *Herança de um sonho – as memórias de um comunista*. Ed. Record. p-152-154.

⁴¹ Jornal: ‘Folha de São Paulo’ de 7/07/1966.

⁴² Ver: www.pimenta.blog.br (Acessado em 23/07/2011).

Radicou-se definitivamente no sul da Bahia, em Itabuna, onde fundou jornais e gráficas, fez escola no jornalismo da região e faleceu de infarto em agosto de 2010, respeitado, amado e comunista.

Hélio Silva também foi obrigado a fugir do estado para o sul da Bahia devido à perseguição política, onde lançou '*Pássaro do Amanhã*', sua única obra publicada.

Ele foi apontado como grande defensor dos moradores de rua, especialmente as crianças. Em Itabuna, o poeta foi professor na Escola Técnica de Contabilidade e integrante do PCB. Em 1964 foi muito perseguido pelo Regime Militar, sendo obrigado a vender o jornal e a gráfica por preço irrisório. Depois de anos respondendo a processos movidos pelo Governo Militar, fez concurso público para escrivão de cartório em Itabuna, mas, ainda perseguido, foi transferido para Itororó. Longe da mulher e dos filhos(...), o poeta entrou em profunda depressão (...) acabou sofrendo um infarto em 1972, morrendo aos 42 anos.⁴³

Em 10 de dezembro de 1952, o "Diário de Sergipe" relata uma conferência proferida pelo Cel. João de Almeida Freitas realizada nas dependências da biblioteca pública Ephifânio Dórea onde ocorre a apresentação do relatório da comissão de inquérito sobre o comunismo em Sergipe. Todos os poderes constituídos estavam presentes: Arnaldo Rolemberg Garcez (governador do Estado), D. Fernando Gomes (Bispo de Aracaju), Dr. Edelzio Vieira de Melo (Vice-Governador), Des. João Dantas Martins Vieira (Presidente do Tribunal de Justiça), entres outros.⁴⁴

Apesar de todo o estardalhaço e exagero desta cerimônia, que tinha como função disseminar o medo e o anticomunismo na sociedade sergipana e nacional, ao que tudo indica, o inquérito, datado de 19 de fevereiro de 1953 e localizado na 1º vara criminal e que tinha

⁴³ Ver: www2.uol.com.br/aregiao/art/hist/Helio-nunes.htm (Acessado em 02/08/2011)

⁴⁴ Jornal "Diário de Sergipe" (10/12/1952)

como base os artº 9 e 10 da Lei nº1802, não prosperou. “Depois de meses de prisão, os suspeitos foram libertados e o processo permaneceu inconcluso”.⁴⁵

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A repressão que se abateu sobre o PCB em 1952 foi a maior de sua história em terras sergipanas. A repressão atingiu um Partido organizado e que apesar da clandestinidade e do sectarismo político do momento tinha uma forte atuação, especialmente em Aracaju onde contava com dezenas de ‘células’. Sua composição social era heterogênea e incluía comerciários, professores, médicos, funcionários públicos, advogados, carpinteiros, estivadores e permeava grande parte da sociedade local.

A atuação do Partido, no período pesquisado, foi constante: recebia e distribuía periódicos vindos de outros estados; mantinha um jornal próprio em Aracaju; participou ativamente das campanhas pelo monopólio do petróleo e contra a Guerra da Coréia; realizou cursos de formação de quadros; participou (dentro dos limites impostos por sua clandestinidade) dos processos eleitorais; aprofundou sua influência no meio estudantil e acadêmico.

A repressão abalou profundamente o Partido: prendeu seus militantes, confiscou seus arquivos, desmantelou suas ‘células’ e expulsou do estado a maioria de suas lideranças; porém não conseguiu destruir o PCB que continuou a existir em terras sergipanas. A perseverante existência do Partido deveu-se principalmente à coragem e determinação de seus membros. Coragem e determinação que fez com que a maioria dos militantes comunistas deste período se mantivesse professando o seu ideário político e continuassem fiéis, durante toda a vida, a sua militância social.

Artigo recebido em 14 de maio de 2013.

Aprovado em 28 de maio de 2013.

⁴⁵ DANTAS, Ibarê. Op. Cit.,p.197.



Páginas
de Saudade



LUIZ ALBERTO DOS SANTOS

Lenalda Andrade Santos

Ao contrário da maioria dos brasileiros, foi de alívio o sentimento da dona de casa Alda Andrade Santos quando a seleção brasileira foi derrotada pelos uruguaios na final da Copa do Mundo de 1950. O jogo aconteceu cinco dias após o nascimento de Luiz Alberto e ela, que já sofrera a perda de dois bebês no pós-parto, temia que o barulho provocado pelas comemorações pusesse em risco a vidado recém-nascido.

O primogênito dos cinco filhos do comerciante Lindolfo Percílio dos Santos nasceu e cresceu no bairro Santo Antônio. Ali, cercado de cuidados familiares, viveu uma fase de intensa formação religiosa (foi Coroinha e membro da Congregação Mariana da Paróquia), fez o Curso Primário Elementar no Educandário Santa Beatriz e preparou-se para o exame de admissão, prestado no ano de 1961, no Colégio Estadual de Sergipe. No Estadual, como o Colégio era mais conhecido, Luiz Alberto cursou o Ginásio, concluído em 1965 e fez também o Científico. Como já trabalhava com o pai numa pequena “banca” de comércio, localizada no Mercado Thales Ferraz, cursou o ensino médio no turno da noite.

O cotidiano do Mercado forneceu o primeiro grande estímulo para a formação acadêmica e para as lutas que Luiz Alberto acabaria por

* Professora aposentada do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. Coautora dos livros “Textos para a História de Sergipe” e “Para Conhecer a História de Sergipe”.

abraçar mais adiante. Naquele ambiente circulavam pessoas de famílias tradicionais, profissionais liberais de renome, significativa representação de trabalhadores, mas também desempregados e desajustados de toda ordem. Alguns bêbados, loucos, prostitutas, tinham ali sua residência. O Mercado Central era um espaço privilegiado das desigualdades sociais.

O interesse por uma formação que o ajudasse a compreender a vida do homem em sociedade foi decisivo na escolha do curso ao prestar vestibular, em 1969. Na Faculdade de Serviço Social da UFS, Luiz Alberto teve a oportunidade de compor, junto com professores e colegas, um grupo bastante motivado pelo debate de questões relacionadas ao saber e à reflexão sobre a ciência da sociedade.

Foi ali também, na convivência com o professor de Pesquisa Social, Jean Robert Weissshanpt, que sua vida acadêmica “sofreu um corte”. Segundo seu relato, junto com o professor francês veio o maio de 68, a prática de campo da escola norte americana, a revolução que ocorria no pensamento ocidental. Ao que acrescento uma intensa vida boêmia e o estreitamento dos laços de amizade entre colegas e professores.

A década de 1980 foi marcante para Luiz Alberto. Nesse período, o professor de Antropologia aliou atividades acadêmicas com uma forte militância sindical - foi presidente e teve participação decisiva na organização da Associação dos Docentes da UFS – ADUFS, e político partidária. Fez parte do grupo de fundadores do Partido dos Trabalhadores. Sua militância no PT incluiu participação em eleições como candidato, como coordenador de campanhas e a presidência da agremiação.

Até sua aposentadoria como professor da UFS, no ano de 1995, Luiz Alberto foi também Chefe de Departamento, exerceu os cargos de Diretor do Centro de Educação e Ciências Humanas e de Pró-reitor de Extensão de Assuntos Acadêmicos. Além disso, participou do Conselho Estadual de Educação, como Conselheiro e como Presidente do colegiado.

Em tempos recentes, Luiz Alberto ampliou sua contribuição à educação e à cultura sergipana, enquanto Secretário de Educação da Barra dos Coqueiros e, posteriormente, Secretário de Estado da Cultura. Cabe ainda destaque para a atuação que consolidou sua projeção na sociedade sergipana, como Secretário do Patrimônio Histórico e Cultural.

No exercício do cargo que ocupou até a data do seu falecimento, em 12 de abril de 2014, o de Secretário da SUBPAC, Luiz Alberto comandou equipe responsável pela restauração do Palácio Olímpio Campos e sua transformação em museu aberto a visitação pública, o reconhecimento da Praça São Francisco como Patrimônio da Humanidade, a restauração do antigo Atheneuzinho e implantação do Museu da Gente Sergipana, a recuperação da Igreja de São Pedro, na reserva indígena Xocó, entre outros feitos.

Homem lúcido, equilibrado, inteligente, sóbrio nas atitudes, sincero nos pronunciamentos, determinado nas lutas em que se envolveu em variadas frentes, grande mediador de conflitos, exemplo de liderança, de cidadania, de boêmia, de amizade, de companheirismo... Muito se disse sobre Luiz Alberto ou Beto, como era conhecido.

Mas, o humanista, que sonhou, acreditou e fez sua parte na luta por um mundo melhor e exercitou com sabedoria a arte de viver bem o seu tempo, foi também um pai amoroso e muito presente na vida dos filhos e familiares. O chapéu que adotou e virou uma marca revela a origem sertaneja, do filho e neto de tropeiros que circulavam pelas matas levando fardos de algodão, transportados no lombo de mulas.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM SERGIPE

Apresentação

O IHGSE é uma das principais instituições culturais e científicas do estado de Sergipe. Possuidor de um acervo de valor inestimável, o sodalício consolidou-se como um espaço privilegiado na promoção da pesquisa acerca da sociedade sergipana. Prova disso é o elevado quantitativo de pesquisadores que diariamente visitam a Casa de Sergipe em busca de vestígios para a composição de suas investigações.

Instituição plural e complexa, o IHGSE atende a um público diverso. Entre seus principais pesquisadores estão leitores das camadas populares, estudantes da rede básica de ensino, graduandos e pós-graduandos. A riqueza do acervo possibilita a circulação de diferentes públicos e promove diariamente a redescoberta do passado sergipano.

Todavia, além de possuir um valioso acervo, a Casa de Sergipe também destaca-se pela notoriedade de possuir o mais antigo e importante periódico das ciências humanas em circulação no estado. A Revista do IHGSE tornou-se ao longo de sua primeira centúria um espaço privilegiado na difusão de novos olhares acerca da sociedade sergipana sob as lupas interpretativas da História, Geografia, Antropologia, Sociologia e Política.

Com isso, do mesmo modo que o IHGSE tornou-se “abrigo dos homens de letras”¹ da menor unidade da federação e promoveu o processo de emancipação cultural do povo sergipano,² como bem enfatizou o presidente do sodalício; a Revista do IHGSE ao longo dos últimos cem anos foi um veículo de grande relevância na difusão dos saberes acerca do passado local. A trajetória do periódico confunde-se com a própria historiografia local, pois revela a emergência de novas temáticas e enfoques de investigação.

Talvez essa seja uma das principais causas da vitalidade da Revista do IHGSE, que além de proporcionar a possibilidade de publicação de textos de novos pesquisadores, também possibilita a aglutinação de diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Com isso, o periódico possibilita a difusão do conhecimento acerca do estado em vertentes plurais e polissêmicas, ao congregar intelectuais renomados, novos pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação e pesquisadores *outsiders*. Além disso, essa reunião de perspectivas analíticas diversas ocorre sem menosprezar o aspecto qualitativo das contribuições. Pelo contrário, dinamiza o campo investigativo com diferentes olhares acerca do passado local.

Uma temática que emergiu na historiografia sergipana através das páginas da Revista do IHGSE foi a história da educação.³ Apesar da clássica “História da Educação em Sergipe” de Maria Thetis Nunes ser a obra de maior fôlego na historiografia educacional sergipana,⁴ foi José Calasans o responsável pelas primeiras análises acerca do universo educacional em Sergipe.⁵ Como asseverou Jorge Carvalho do Nasci-

¹ RIBEIRO, J. Freire. Palavras do Acadêmico. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 26ª, Vol. 22. Aracaju, 1965, p. 30.

² ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Emancipação Cultural de Sergipe. *Jornal da Cidade*. Caderno B. Aracaju, 8 de julho de 2012, p. 7.

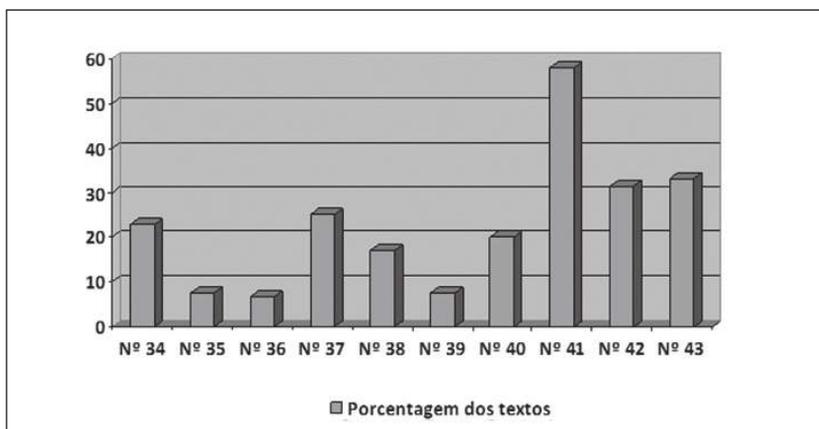
³ NASCIMENTO, Jorge. C. do ; FREITAS, Itamar . A Revista em Sergipe. *Revista de Aracaju*, Aracaju, v. 9, 2002, p. 169-187.

⁴ NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. 2ª ed. São Cristóvão: EDUFS, 2008 [1984].

⁵ SILVA, José Calazans Brandão da. O ensino público em Aracaju (1830-1871). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. 15, n. 20, 1949-1951.

mento, os primeiros estudos acerca do universo educacional em Sergipe foram publicados na Revista do IHGSE, com o artigo inaugural de José Calasans, ainda em meados do século XX.⁶

Contudo, após um longo período de produção esparsa e fragmentada, na década de 90 do século XX a escrita da história da educação em Sergipe apresentou um significativo avanço quantitativo e qualitativo. Se tomarmos como parâmetro a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, podemos perceber um processo gradativo de aumento das contribuições que versam sobre a esfera educacional, especialmente com estudos acerca das instituições escolares e das trajetórias biográficas. Podemos vislumbrar o demonstrativo do aumento de contribuições com temáticas educacionais por meio do Gráfico I:⁷



Esse aumento sistemático do número de pesquisas no âmbito educacional pode ser entendido como reflexo da consolidação do ensino de pós-graduação *stricto sensu* em Sergipe, que atualmente possui dois programas com doutorados. Além disso, o aumento sistemático da

⁶ NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Historiografia Educacional Sergipana: uma crítica aos estudos de História da Educação*. Aracaju: FAP; São Cristóvão: UFS, 2003.

⁷ Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Revistas do IHGSE do período entre 2005 e 2013.

porcentagem das contribuições expressam a consolidação da história da educação como um dos principais campos investigativos da historiografia sergipana, assim como a permanência da Revista do IHGSE como espaço privilegiado na difusão dos estudos de vanguarda em Sergipe.

Diante desse cenário, essa nova edição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe apresenta o dossiê com “História da Educação em Sergipe”. O título homônimo ao livro da consagrada historiadora Maria Thetis Nunes consiste em uma forma de reconhecer as suas contribuições para a historiografia local, pois muitas das pesquisas da renovada historiografia educacional sergipana tiveram início com as provocações interpretativas e vestígios documentais elencados pela mestra.

O primeiro artigo que compõe o dossiê discute um período pouco estudado da historiografia educacional sergipana. Leyla Santana, Solyane Lima e Simone Amorim analisam as continuidades e descon continuidades no âmbito da instrução primária na Província de Sergipe no período de 1827 a 1838. No segundo artigo, Suely Cristina Souza investiga as classificações e competências dos docentes do Atheneu Sergipense, a fim de confirmar a existência e pertinência dos ditames da Reforma Francisco Campos.

O terceiro texto, de autoria de Néviton Silva, busca traçar um paralelo da Associação Atlética de Sergipe como um clube voltado para a prática esportiva, por vezes confundida como um prolongamento da vida social dos seus frequentadores. No quarto texto, Maria de Lourdes dos Anjos investiga os embates no processo de implantação do Colégio Americano Batista em Aracaju, revelando frestas da educação batista em Sergipe desenvolvida por missionárias norte-americanas. Já Rita Barroso e José Adailton Silva buscam compreender o processo de construção de uma política de inserção e gestão das TIC a partir da formação continuada de professores dos Núcleos de Tecnologias Educacionais (NTE) de Aracaju e Lagarto.

Na seção de artigos livres, Vanessa Oliveira identifica as associações católicas de pretos na província de Sergipe e, de modo particular, evidencia a devoção a Nossa Senhora do Rosário como um aspecto

relevante da experiência religiosa dos africanos e seus descendentes. Seguindo a mesma perspectiva do universo afrosergipano, Joceneide Cunha identifica as nações africanas nos registros de óbitos da Freguesia de Santo Amaro e aponta os locais que esses africanos foram sepultados, constituindo uma geografia da morte em Sergipe oitocentista.

Respaldada nos processos inquisitoriais de 1591, Andreza Mattos analisa as redes de sociabilidades entre os integrantes mamelucos das expedições no sertão. Claudefranklin Monteiro discute as divergências intelectuais entre os sergipanos Sílvio Romero e Manoel Bonfim.

Aracaju, julho de 2014

Magno Francisco de Jesus Santos
Editor da Revista do IHGSE

AS (DES)CONTINUIDADES
NA INSTRUÇÃO
PRIMÁRIA EM SERGIPE:
entre leis, relatórios,
correspondências e
impressos (1827-1838)

Solyane Silveira Lima
Leyla Menezes de Santana
Simone Silveira Amorim

THE CONTINUITIES IN PRIMARY
EDUCATION IN SERGIPE: between
law, reports, correspondence and
forms (1827-1838)

RESUMO

Objetivando analisar as (des) continuidades no âmbito da instrução primária na Província de *Sergipe* no período de 1827 a 1838, este estudo utiliza-se do método indiciário de Ginzburg (1989, 2004) e do aporte teórico de Norbert Elias (1980, 2001) e Robert Darnton (2010) para identificar, através das fontes analisadas, indícios dessas (des) continuidades. As principais fontes desta pesquisa são as correspondências emitidas pelos professores primários no ano de 1835 para o Presidente da Província, os Relatórios

dos Presidentes da Província de Sergipe, o impresso "*Fonte da Verdade ou Caminho para a Virtude*" e a legislação educacional da época: a lei de 15 de outubro de 1827, que manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império e a resolução provincial nº 6 de 16 de fevereiro de 1838, que suprimia cadeiras de primeiras letras em lugares que não fossem freguesias ou vilas.

Palavras-chave: Sergipe Provincial. *Fonte da Verdade ou Caminho para a Virtude*. Instrução primária.

* Pós-Doutoranda em Educação na Universidade Tiradentes (UNIT), Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2013) com Estágio Sanduíche na Universidade de Lisboa (2012). Mestre em Educação (2009) e Graduada em Pedagogia (2005) pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, História da Infância, Educação Infantil, Ensino-Aprendizagem e Metodologia de Pesquisa. E-mail: solylim@hotmai.com

** Mestranda em Educação: Educação e Formação Docente pela Universidade Tiradentes. Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO/GT-SE). Bolsista CAPES/PROSUP. Contato: leyla.menezes@gmail.com / (79) 9933-2143

*** Doutor pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes. Líder do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO/GT-SE). Contato: amorim_simone@hotmail.com

ABSTRACT

Aiming to analyze the (dis) continuities in primary education in the Province of Sergipe from 1827 to 1838, this study makes use of the evidentiary method of Ginzburg (1989, 2004) and the theoretical contribution of Norbert Elias (1980, 2001) and Robert Darnton (2010) in order to identify, through the analyzed sources, evidence of these (dis) continuities. The main sources of this research are the official letters sent by primary teachers in 1835 to the President of the Province, the reports of the Presidents

of the Province of Sergipe, the booklet “Fonte da Verdade ou Caminho para a Virtude” and the educational laws of that time: law of 15 of October, 1827, which demands schools of First Letters be established in all cities, towns and more populous parts of the Empire; as well as the provincial Resolution N^o. 6, 16 of February, 1838 which extinguishes First Letters Chairs in places that were not villages or towns.

Keywords: Province of Sergipe. *Fonte da Verdade ou Caminho para a Virtude*. Primary Education.

INTRODUÇÃO

A pretensão desse estudo é analisar as continuidades e descontinuidades da instrução primária na Província de Sergipe no período entre 1827 e 1838. Justifica-se este recorte temporal, pois a lei de 15 de outubro de 1827¹ manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império e a resolução provincial n^o 6 de 16 de fevereiro de 1838² manda suprimir cadeiras de primeiras letras em lugares que não fossem freguesias ou vilas. Como recorte conceitual pretende-se mergulhar na configuração da profissão docente, no referido período, destacando as possibilidades e as dificuldades para tal.

As principais fontes desta pesquisa são correspondências emitidas pelos professores primários no ano de 1835 para o Presidente da Província ou para o Secretário de Governo, os Relatórios dos Presidentes da Província de Sergipe, o Folheto “Fonte da Verdade ou Caminho para

¹ BRASIL. Lei de 15 de Outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm. Acesso em: 03 mar. 2014.

² SERGIPE. Resolução provincial n^o 6, de 16 de fevereiro de 1838. Compilação das Leis Provinciais de Sergipe (1835-1880). Aracaju: Typografia F. Chagas Lima.

a Virtude” e a legislação educacional da época, a lei de 15 de outubro de 1827 e o decreto provincial nº 6 de 16 de fevereiro de 1838, além de obras historiográficas que discorrem sobre o tema da investigação.

Para operar metodologicamente com as fontes deste estudo, recorreu-se as orientações elaboradas por Ginzburg, através do método indiciário, como sendo “um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores”.³

A problemática principal insere-se nas descontinuidades relacionadas com as mudanças nas legislações, à alternância de Presidentes da Província, bem como a criação e extinção de cadeiras de primeiras letras. A análise permitiu compreender até que ponto essas alterações interferiam na atuação dos professores primários em Sergipe no período aqui estudado, a exemplo do ocorrido com a proibição e recolhimento do Folheto “Fonte da Verdade ou Caminho para a Virtude”. Essa interdição do referido impresso também será discutida no decorrer desse estudo.

Para analisar as fontes que aqui são mencionadas e exploradas, categorias de análise foram selecionadas, tais como *configuração e circularidade*. Recorrer ao conceito de configuração para entender o ser professor e ser professora no período aqui estudado, é considerar, conforme Elias afirma, que não apenas a sociedade é uma figuração, mas também as instituições como as escolas, a família, uma aldeia, a cidade. Contudo, enquanto uma figuração, historicamente, a escola se organiza como uma rede de interdependência humana, onde se desenvolvem relações de poder e hierarquias, e, portanto, apresentam tensões, conflitos e disputas.

Para Norbert Elias⁴ uma figuração organiza-se por cadeia de dependências recíprocas, desse modo, quanto mais elaborada for a divisão social do trabalho maior se fazem as interdependências entre os indivíduos e/ou grupos sociais. Porém, para discutir a escola como

³ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁴ ELIAS, Norbert. *A sociedade da corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

figuração, torna-se básico fazer conhecer os seus sujeitos e principalmente a dinâmica de sua interdependência.

De acordo com a sua teoria, as pessoas modelam seus pensamentos a partir de todas as suas experiências e, essencialmente, das experiências vividas no interior do próprio grupo.⁵

Na análise das configurações, os indivíduos singulares são apresentados da maneira como podem ser observados: como sistemas próprios, abertos, orientados para a reciprocidade, ligados por interdependências dos mais variados tipos e que formam entre si figuras específicas, em virtude de suas interdependências.⁶

Conforme mencionado anteriormente, essa pesquisa tem como fonte histórica as correspondências emitidas pelos professores primários tanto para o Presidente da Província, quanto para o Secretário de Governo da Província. Estas correspondências possuem um conteúdo comum que trata da censura ao Folheto “Fonte da Verdade ou Caminho para a Virtude”. Para por luz acerca do estudo deste folheto, apela-se para o conceito de circularidade a partir das ideias do historiador cultural Robert Darnton.⁷

Para compreender as razões pelas quais este folheto foi proibido é preciso entender que as práticas da leitura possuem uma história ligada aos suportes em que os textos são veiculados, como também ao lugar e a época em que a leitura acontece. Assim sendo, perceber a dinâmica do livro “é compreender como as ideias foram transmitidas sob forma impressa e como a exposição à palavra impressa afetou o pensamento e a conduta da humanidade”.⁸

⁵ ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1980.

⁶ ELIAS, Norbert. *A sociedade da corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

⁷ DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

⁸ DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

2. A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA⁹ EM SERGIPE A PARTIR DAS LEIS E DOS RELATÓRIOS

Ao discorrer sobre a instrução primária em Sergipe no período de 1827 a 1838, alguns aspectos merecem relevância. O primeiro diz respeito às conquistas, mesmo que limitadas, que a instrução pública no Brasil, bem como na Província de Sergipe, obteve a partir da Lei Geral do Ensino de 15 de outubro de 1827¹⁰.

Anterior a esta Lei, nos de 1820, consta que a Província de Sergipe possuía aproximadamente “18 cadeiras de Primeiras Letras dispersas por vilas e povoações”¹¹. Por esta razão, vale destacar que a criação da lei gerou obrigatoriedade quanto à abertura de novas aulas de primeiras letras, ao tempo que ajudou a gestar várias outras leis e resoluções que normatizavam a instrução pública.

A Lei de 15/10/1827 reafirmou o princípio da universalidade da educação pública elementar quando diz: “Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias.” A partir desta lei, o panorama da educação primária em Sergipe, no ano de 1828, encontrava-se da seguinte forma:

⁹ Por Instrução Primária compreende-se também ensino de primeiras letras, ensino primário, instrução pública primária, ensino elementar, aulas/escolas/cadeiras de primeiras letras. Na Lei Geral do Ensino de 15 de outubro de 1827 a expressão utilizada foi Escola de primeiras letras, ao tempo que a expressão Instrução correspondia ao nível de escolaridade dos professores. A resolução provincial nº 6 de 16 de fevereiro de 1838 utilizou no seu artigo 3º a expressão Cadeiras de primeiras letras e no Artigo 2º, parágrafo 4º, a expressão Ensino elementar. Nas correspondências das professoras e professores primários da década de 1835, a expressão utilizada foi Aula de Primeiras Letras. Já nos relatórios anuais confeccionados pelos Presidentes da Província de Sergipe encontram-se as seguintes expressões: Instrução Pública da Província (instância superior que regulamentava a instrução na província) e Cadeiras de primeiras letras.

¹⁰ BRASIL. Lei de 15 de Outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm. Acesso em: 03 mar. 2014.

¹¹ NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008, p. 36.

Primeiras Letras*		
Públicas	24	1.012
Total	55	1.386

* Tabela síntese elaborado a partir do Anexo da Relação das Escolas de Primeiras Letras, Aulas de Gramática, Boticas, Médicos e Cirurgiões existentes na Província de Sergipe, datada de 1828, que foi enviada aos dirigentes do Império pelo Presidente Inácio José Vicente da Fonseca.

A Lei de 1827 previa, ainda, “escolas de meninas”, para funcionarem nos locais mais populosos, julgado necessário pelo “Presidente em Conselho” (art.11º). O currículo das meninas era o mesmo dos meninos, “com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica”.

Na Província de Sergipe houve um atraso no que diz respeito à criação de escolas de primeiras letras para meninas, pois só ocorreu quatro anos depois da publicação da lei de 15 de outubro de 1827. “Data de fevereiro de 1831 a criação, na Capital, em Estância, Propriá e Laranjeiras, as cadeiras públicas para o sexo feminino. Só nessa época o governo provincial avocava a responsabilidade de ministrar as Primeiras Letras à mulher sergipana”¹².

O governo provincial, nesse primeiro momento, privilegiou os lugares de maior concentração econômica e social, como São Cristóvão, Estância, Propriá e Laranjeiras, o que reflete uma ação limitada no que se refere à criação das cadeiras públicas para o sexo feminino, pois esta iniciativa inibida deixou de fora várias outras vilas que careciam de instrução pública para meninas. Na província de Sergipe, segundo Nunes¹³, em 1798 já existiam cadeiras de primeiras letras para meninos, uma na capital da província, São Cristóvão e outra na Vila de Santa Luzia.

¹² NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008, p. 50.

¹³ NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008, p. 30.

Outras tensões contribuíram para a não expansão do ensino primário tanto no Império, quanto na Província de Sergipe. O fato de não haver orçamento específico e nem suficiente para fazer frente às demandas populares de uma escola pública gratuita e universal fez com que a execução da Lei de 1827 fosse insuficiente para a demanda. A descentralização do poder imperial e a edição do Ato Adicional de 1834 não modificou expressivamente este panorama, porém a autonomia das províncias fez surgir um número significativo de textos legais que cada vez mais dava corpo à instrução pública.

O parágrafo 2º do Artigo 10º do Ato Adicional repercutiu consideravelmente entre os envolvidos à época com a educação. O texto legal previa:

Art. 10. Compete às mesmas Assembleias legislar: 2º) Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro, forem criados por lei geral.¹⁴

Com a autorização de legislar sobre a instrução pública, as Assembleias Provinciais e os seus referidos Presidentes, fizeram publicar vários textos, “levando-nos a acreditar que a normatização legal constituiu-se numa das principais formas de intervenção do Estado no serviço de instrução”¹⁵. A exemplo do ocorrido em Sergipe que em 5 de março de 1835, o Presidente da Província, Dr. Manuel Ribeiro da Silva Lisboa, procurou organizar a educação, promulgando a Carta da Lei, que segundo Nunes¹⁶, foi a “primeira lei orgânica de instrução” no espaço sergipano.

¹⁴ BRASIL. Lei de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições à constituição política do império, nos termos da lei de 12 de outubro de 1832. Disponível em: www.senado.gov.br/legislacao. Acesso em 03 março 2014.

¹⁵ FÁRIA FILHO, Luciano Mandes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FÁRIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 135-150.

¹⁶ NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. 2ª ed. São Cristóvão: Editora

As correspondências oficiais apontadas por esta pesquisa demonstram que outras vilas foram contempladas com aulas de primeiras letras para meninas, a exemplo de Santo Amaro e Nossa Senhora do Socorro, a partir da promulgação desta Lei, o que sinaliza para um processo de afirmação das escolas de primeiras letras tanto para meninos, quanto para meninas¹⁷.

Para ratificar esta afirmação, basta visualizar o que, em 1836, o vice-presidente da Província, Manuel Joaquim Fernandes de Barros, em discurso à Assembleia Legislativa Provincial, chamava atenção para a necessidade de criar mais Escolas Primárias para o sexo feminino visto que:

[...] As mulheres nos ajudam reciprocamente nos trabalhos, e são aquelas que mais proveito tiramos nos nossos ternos anos, e com quem andamos ligados; ellas nos infundem as primeiras ideas salutareas da moral, bom costumes e Religião, que tanto se gravão em nossa memória, e de sua boa ou má applicação, e direção depende a nossa felicidade e prosperidade do Império.¹⁸

O administrador, ao defender o ensino feminino, pontuou as suas reais necessidades e o desejo de melhorar intelectualmente os sergipanos, visto que caberia à mulher, enquanto mãe, a responsabilidade de educar os filhos nas normas cristãs e nos bons costumes. O discurso se apresenta como um avanço no tocante à educação feminina, mas há uma restrição deste conhecimento ao espaço do lar. É válido ressaltar que a educação feminina proposta pelo vice-presidente da província atenderia não somente às filhas das classes mais abastadas, mas também às meninas menos favorecidas que teriam oportunidade de aprender a ler e escrever, mas também:

UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

¹⁷ SIQUEIRA, Luís. *De la Salle a Lancaster: os métodos de ensino na escola de primeiras letras*. 2006. 227f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

¹⁸ Relatório da Instrução Pública, 20/01/1836.

[...] aprendessem a coser, lavar, engomar, fiar, fazer flores, cuidar de hortas, e da educação dos animais domésticos; e assim teríamos um viveiro, onde os Camponezes achassem mulheres, filhas de pessoas pobres, ou órfãs, que lhes trouxessem em dote os ricos tesouros, que se obtêm com a sciencia pratica da economia, boa ordem, e o conhecimento das coisas domésticas.¹⁹

Tais discursos consideravam que às meninas se ensinaria além das matérias previstas para o aprendizado da leitura e da escrita, trabalhos domésticos, que poderiam ser: bordado, costura e economia doméstica. A princípio, tende-se a avaliar esta iniciativa provincial a uma questão de domesticação, numa tentativa que empurraria a mulher cada vez mais para o universo de domínio da casa e dos cuidados com marido e filhos, associando assim a educação feminina, recheada de ofícios manuais, ao casamento. Porém, além desses interesses de domesticação, percebe-se uma formatação do ensino primário para o sexo feminino, configurando-se num processo de organização da instrução pública primária.

Contudo, houve uma interrupção na ascensão no número de cadeiras de primeiras letras na Província de Sergipe no ano de 1838 quando, por uma resolução provincial, a de nº 6 de 16 de fevereiro de 1838, o presidente da província, José Elói Pessoa da Silva, mandou suprimir cadeiras de primeiras letras em lugares que não fossem freguesias ou vilas. O pano de fundo desta decisão foi o desequilíbrio orçamentário da província desencadeado pela Revolução de Santo Amaro (1836)²⁰,

¹⁹ Relatório da Instrução Pública, 05/02/1836.

²⁰ Disputa armada ocorrida em 1836, na província de Sergipe, envolvendo os líderes do partido Conservador contra líderes do partido Liberal, motivada pela falsificação das atas da eleição geral na província para deputado da Assembleia Legislativa, o que provocou a alteração do resultado em favor dos conservadores, e que culminou no cerco e assalto à Vila de Santo Amaro das Brotas.

assim como pela participação sergipana na repressão da Sabinada²¹ (1837-1838), na Bahia, através de tropas, munições e armamento.²²

Vale destacar que a primeira tentativa de estabelecimento de uma cadeira de primeiras letras na povoação de Santo Antônio do Aracaju, que mais tarde se tornaria a capital de Sergipe, datava de 1830. Porém, “resolveram o conselheiros, considerando a situação financeira da Província, que, naquele momento, não poderiam ser atendidos os pedidos”²³. A lei de 5 de março de 1835, criou a aula novamente, não obstante, também não funcionou. Até que a resolução nº 6 de 16 de fevereiro de 1838, por medidas de ordem econômica, ordenou a extinção da referida cadeira. Somente em 1848 teria Santo Antônio do Aracaju sua aula de primeiras letras.

Apreende-se, a partir desta crise econômica vivenciada pela província, o quanto a descontinuidade provocou mudanças no cenário educacional primário da época. A supressão das cadeiras de primeiras letras revela que o arcabouço político-administrativo estava bem mais preocupado em diminuir os gastos financeiros do que em desenvolver o setor educacional. Criar ou manter uma escola era conceber mais uma fonte de gastos e despesas. Consequentemente, para equilibrar a situação financeira da Província, foi necessário reduzir o investimento em educação, ou como foi estabelecido na resolução, transferir algumas cadeiras de localidade. Em 1838, “Sergipe atravessa uma dolorosa

²¹ Revolta feita por militares, integrantes da classe média e rica da Bahia. Estendeu-se entre os anos de 1837 e 1838. Seu líder foi o jornalista e médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, origem do nome Sabinada. Os revoltosos eram contrários às imposições políticas e administrativas impostas pelo governo regencial, principalmente com as nomeações de autoridades para o governo da Bahia. Eles queriam autonomia política e defendiam a instituição do federalismo republicano, sistema que daria mais autonomia política e administrativa às províncias. O estopim da revolta ocorreu quando o governo regencial decretou recrutamento militar obrigatório para combater a Guerra dos Farrapos, que ocorria no sul do país.

²² NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008, p. 65.

²³ SILVA, José Calazans Brandão da. O ensino público em Aracaju (1830-1871). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. 15, n. 20, 1949-1951, p. 100.

crise, sendo miserável o estado de suas finanças. Não havia numerário para pagar o funcionalismo. O Governo necessitava até tomar dinheiro a juros em mãos particulares”²⁴.

Pela resolução provincial de 16 de fevereiro de 1838, foram suprimidas as cadeiras de primeiras letras para o sexo feminino das localidades de Campos, Itabaianinha, Lagarto, Santa Luzia e Porto da Folha (Artigo 2º). Outras foram transferidas, a exemplo das cadeiras para meninas da Vila de Socorro, que foi para a Vila de Laranjeiras, e a da Lagoa Vermelha, que foi para a freguesia de Gerú (Artigo 1º). Já o artigo 3º salientava: “Haverão duas cadeiras de primeiras letras para meninas na Capital da província; villa constitucional da Estância e Laranjeiras”.²⁵

A resolução provincial também suprimiu no artigo 2º, parágrafo 1º, as cadeiras de retórica, geometria, francês e filosofia da capital da província e no parágrafo 2º do mesmo artigo, as cadeiras de retórica, filosofia e francês da Vila de Estância²⁶. Desse modo, a referida resolução não somente atingiu o ensino primário, como também o secundário.

Anterior à publicação desta resolução, o Presidente José Elói Pessoa da Silva, em pronunciamento na abertura da primeira sessão ordinária da Assembleia Provincial de Sergipe, no dia 11 de janeiro de 1838, ao referir-se a instrução pública e a supressão das cadeiras de modo geral, disse: “Será de equidade que os Professores cujas Cadeiras forem suprimidas, sejam aposentados conforme o tempo e serviços prestados; ou gozem de gratificações e vantagens que lhes arbitardes”²⁷. Desse modo, há indícios que estes professores ou professoras vítimas de processo de cerceamento foram amparados pela administração, garantindo-lhes aposentadoria ou gratificações, conforme o serviço prestado por cada um.

²⁴ SILVA, José Calazans Brandão da. O ensino público em Aracaju (1830-1871). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. 15, n. 20, 1949-1951, p. 100.

²⁵ SERGIPE. Resolução provincial nº 6, de 16 de fevereiro de 1838. Compilação das Leis Provinciais de Sergipe (1835-1880). Aracaju: Typografia F. Chagas Lima.

²⁶ SERGIPE. Resolução provincial nº 6, de 16 de fevereiro de 1838. Compilação das Leis Provinciais de Sergipe (1835-1880). Aracaju: Typografia F. Chagas Lima.

²⁷ Relatório da Instrução Pública, 11/01/1838

Outro aspecto que é válido considerar é que esta dinâmica de instalação e, ou, fechamento das escolas de primeiras letras, conforme o povoamento da localidade vinha desde a Lei Geral do Ensino, de 15 de outubro de 1827, que previa em seu artigo 2º:

Os Presidentes das províncias, em Conselho e com audiência das respectivas Câmaras, enquanto não estiverem em exercício os Conselhos Gerais, marcarão o número e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em lugares pouco populosos e remover os Professores delas para as que se criarem, onde mais aproveitem, dando conta a Assembleia Geral para final resolução.²⁸

A prerrogativa legal vinda do Império continuou sendo multiplicada na prática da instrução pública da província. Nota-se que o dirigente sergipano empenhou-se em cumprir o que previa a Lei Geral do Ensino. Claro que outras cadeiras de primeiras letras foram criadas, mas ao que consta, bem mais foram suprimidas.

Dessa maneira, verifica-se que as informações contidas nas leis imperiais ou provinciais e nos relatórios dos presidentes da Província de Sergipe, assim como de estudos consagrados como de Nunes²⁹ e Silva³⁰, demonstram que a instrução primária em Sergipe entre os anos de 1827 e 1838 figurou-se a partir dos atos governamentais. Tais leis “evidenciam ter havido uma preocupação dos dirigentes quanto às políticas educacionais, quer para desfazer os ditames de seus antecessores, quer para se afirmarem, firmando a Província de Sergipe quanto à instrução pública”³¹.

²⁸ BRASIL. Lei de 15 de Outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm. Acesso em: 03 mar. 2014.

²⁹ NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008, p. 65.

³⁰ SILVA, José Calazans Brandão da. O ensino público em Aracaju (1830-1871). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. 15, n. 20, 1949-1951, p. 100

³¹ ALVES, Eva Maria Siqueira. Educação e Instrução na Província de Sergipe. In: GONDRA, José Gonçalves; SCHNEIDER, Omar. *Educação e instrução nas províncias e na corte imperial*. Vitória: EDUFES, 2011, p. 173-200.

Decretos, resoluções e portarias davam o ritmo à instrução, ora a favor do crescimento do número de cadeiras de primeiras letras, ora a favor da redução. As correspondências aqui tratadas, bem como seu conteúdo, também asseveram o quanto os atos normativos impostos pelas autoridades davam forma à instrução primária, de modo a impor o método de ensino, assim como reprimir o uso de determinados recursos de leitura, como o ocorrido com o folheto “Fonte da Verdade ou Caminho para a Virtude”.

2. AS CORRESPONDÊNCIAS DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS E O IMPRESSO “FONTE DA VERDADE OU CAMINHO PARA A VIRTUDE”

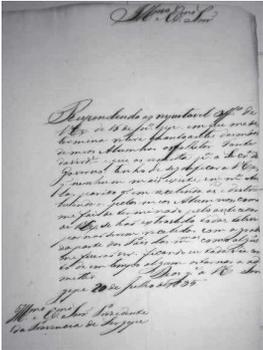
Essas correspondências possuem riquezas de informações; trata-se de uma documentação que se relaciona com o interesse humano, sendo de suma importância para este estudo. Para Freyre, as correspondências oficiais, possuem o seu valor, interesse e préstimos, pois “[...] é para os que procuram, de preferência, no papel velho, o documento que esclareça ou ilustre antes o processo social que a ocorrência excepcional, embora nem sempre se possa desgrudar uma do outro, sem quebrar a vida que está no conjunto”³². Assim sendo, o olhar fixar-se-á bem mais no processo social embutido nas correspondências do que mesmo na própria materialidade delas.

O caminho metodológico até chegar às correspondências teve como marco inicial o Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). Para o marco temporal selecionado para este estudo, entre 1827 e 1838, foram encontradas 19 correspondências, todas do ano de 1835, e que se remetiam ao impresso que fora proibido de ser utilizado. Todas essas correspondências foram escritas pelos próprios professores primários e foram endereçadas ou ao Presidente da Província ou ao Secretário de Governo da Província.

³² FREYRE, Gilberto. *Os ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks Universidade Editora, 2000, p. 290.

Nestas correspondências, os professores comunicam ao destinatário que receberam o comunicado dando ordem expressa de não mais utilizar o folheto “Fonte da Verdade ou Caminho para a Virtude” nas aulas de primeiras letras. Esta proibição expressa incorrerá na necessidade de explicar o motivo que levou o Presidente da Província a tomar esta decisão. Segundo Lima³³ (2007, p. 45), este folheto era um material didático distribuído aos professores das aulas de primeiras letras para as lições diárias dos alunos, ensinando-lhes os costumes, porém, segundo a administração da província, nesses folhetos havia ideias perniciosas que eram perturbadoras da moral cristã, da religião oficial.

Quadro 1: Correspondência enviada ao Presidente da Província de Sergipe, Manoel Ribeiro da Silva Lisbôa por: Patricio Luiz Amado, 20 de julho de 1835

Correspondência 2	Transcrição 2*
	<p>Ilmo e Exmo Senhor, Respondendo ao respeitável officio de V. Exa de 15 de junho p.p. em que me determina retire quando antes das mãos de meus Allunos os folhetos Fonte da verdade e que os remeto para a Secretaria do Governo: tenho de significar a V. Exa que nenhum mais existe em minha Aula [...] recebendo-os e distribuindo-os pelos meus Allunos, como me foi determinado pelo Antecessor de V. Exa., se não extravido todos [...] .</p> <p>Deos guarde V. Exa, Sergipe, 20 de Julho de 1835</p> <p>Ilmo e Exmo Senhor Presidente da Província de Sergipe</p> <p>Patricio Luiz Amado</p>
<p>* A transcrição da correspondência manuscrita e das falas dos presidentes da Província de Sergipe presentes neste estudo obedeceram aos critérios de escrita (grafia, abreviaturas) e vocabulário do século XIX. Há nas transcrições grifos para auxiliar na localização da expressão que se deseja analisar.</p>	

Fonte: APES, E1, 644.

³³ LIMA, Gláriston dos Santos. A Cultura Material Escolar: desvelando a formatação da Instrução das Primeiras Letras na Província de Sergipe (1834-1858). 2007, 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

O método indiciário - Ginzburg³⁴ colaborou nas buscas pelo folheto tão citado pelos professores. Seguindo a trilha investigativa em busca de indícios, não foi encontrado nenhum exemplar do referido material nos locais de pesquisa de Sergipe. Mas foram encontrados estudos que citam o impresso, como a dissertação de mestrado de Gláriston dos Santos Lima³⁵, cujo título é “A Cultura Material Escolar: desvelando a formatação da Instrução das Primeiras Letras na Província de Sergipe (1834-1858)”, bem como o livro “História da Educação em Sergipe” de Maria Thetis Nunes³⁶. Ambos mencionam o livreto e a sua proibição por parte do Presidente da Província.

Depois de várias buscas, o Folheto “Fonte da Verdade ou Caminho para a Virtude” foi localizado no Catálogo Antigo da Biblioteca Nacional-RJ. Na ficha catalográfica do folheto, havia o nome do autor, título, imprensa e descrição física (número de páginas).

Quadro 2: Descrição do Folheto Fonte da Verdade ou Caminho para a Virtude

<p>Autor: Teixeira, José Antonio da Silva</p> <p>Título/ Barra de autoria: Fonte da verdade, ou, caminho para a virtude: diálogo</p> <p>Imprensa: Porto: Typographia Commercial Portuense, 1841.</p> <p>Descrição física: 24p. Notas: Português Indicação do Catálogo: V -262,3,1 n.1 Sigla do Acervo: DRG</p>	
--	---

Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil

³⁴ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

³⁵ LIMA, Gláriston dos Santos. *A Cultura Material Escolar: desvelando a formatação da Instrução das Primeiras Letras na Província de Sergipe (1834-1858)*. 2007, 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

³⁶ NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

Nas correspondências analisadas foi possível adquirir algumas informações, tais como: nome do (a) professor (a), localidade onde ministrava as aulas, data da correspondência e número de folhetos devolvidos (ver tabela 2).

Tabela 2: Relação das Correspondências que Citam o Folheto

Nº	Data da correspondência	Nome do(a) Professor (a)	Localidade	Número de folhetos “Fonte da Verdade ou Caminho para a Virtude” devolvidos
02	14/07/1835	Anna Joaquina d’ Oliveira Santos	Estância	03 volumes
04	25/06/1835	José Lopes de Souza	Santo Amaro das Brotas	05 volumes
06	06/07/1835	Simeão Esteves	Santa Luzia	07 volumes
08	06/07/1835	Francisco Manoel de Barcellos	Laranjeiras	10 volumes
10	09/07/1835	Antônio Soares da Silva	Simão Dias	10 volumes
12	15/07/1835	Tertuliano Manoel de Mesquita	Campo do Brito	O professor não cita a quantidade
14	26/07/1835	Antonio Corrêa Andrade Cedro	Itabaiana	07 volumes
16	27/07/1835	Francisco de Paula Machado	Divina Pastora	O professor não cita a quantidade
18	16/08/1835	João Pereira de Oliveira	Vila Nova (Néopolis)	03 volumes

Fonte: 19 Correspondências enviadas ao Presidente da Província de Sergipe, Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, ou ao Secretário do Governo, Brás Diniz de Villas-Boas, pelos (as) professores (as) de primeiras letras. APES, E1, 644.

A tabela 2 denota que o impresso circulou por quase toda a província entre as vilas, freguesias e povoações. Em 1835 a Província de Sergipe possuía em sua estrutura político-administrativa quatorze (14) vilas: Itabaiana, Lagarto, Santa Luzia, Santo Amaro das Brotas, Vila Nova, Tomar do Geru, Propriá, Estância, Laranjeiras, Capela, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Campos do Rio Real e Itabaianinha³⁷. Os demais locais citados nas correspondências caracterizavam-se como freguesias ou povoações, tais como: Simão Dias, Campo do Brito, Divina Pastora, Itaporanga e Bom Jesus.

De acordo com o conteúdo das correspondências, o folheto foi adotado como recurso didático das aulas de primeiras letras pelo Presidente José Joaquim Geminiano de Moraes Navarro (10/1833-02/1835) que antecedeu o Presidente Manoel Ribeiro da Silva Lisboa (02/1835-10/1835), responsável pela suspensão do uso do impresso.

Destaque para a correspondência do Professor Francisco de Paula Machado que responde cautelosamente o que lhe é determinado oficialmente em 16 de junho de 1835. Assevera o professor “[...] que se caso o referido folheto é fundado em tão perniciosos princípios, então pode perturbar as Religiosas ideias que eu cuidadosamente busco arraigar nos corações dos meus alunos [...]”. Há nesta afirmativa três elementos importantes. O primeiro diz respeito aos perniciosos princípios presentes no impresso. O professor demonstra que a ideia de que o conteúdo do folheto é danoso vem do comunicado oficial do Presidente. O segundo elemento mostra que o professor, com base na informação recebida, passa a ideia de que se há uma intenção nefasta por trás do conteúdo do folheto, essa vai de encontro aos ensinamentos religiosos por ele arraigados nos corações dos alunos.

Para Nunes³⁸, a atitude do Presidente Manuel Ribeiro da Silva Lisboa em proibir a utilização do impresso “Fonte da Verdade ou Ca-

³⁷ NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial I: 1820-1840*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000, p. 25.

³⁸ NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008, p. 61.

minho para a Virtude” foi uma posição contrária ao espírito liberal que vinha norteando os professores da época, pois o forte discurso moral e religioso como exigência no currículo escolar acabara por minimizar outros conhecimentos, bem como fragilizar o processo de aprendizagem.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo documental aqui exposto possibilitou algumas considerações acerca da instrução primária na Província de Sergipe no período de 1827 a 1838. Foram elencados aspectos que contribuíram para a configuração da profissão docente, tais como as leis que regulamentavam a instrução, as mudanças e descontinuidades provocadas pela alteração de Presidente da Província e as imposições vivenciadas pelos professores primários que implicou diretamente na atuação desses profissionais.

Percebe-se que a instrução primária nesse período estudado foi marcada principalmente pelo repertório de leis imperiais e provinciais e pela supressão das cadeiras de primeiras letras de algumas povoações. A busca pela efetividade dessas leis está representada nos relatórios dos presidentes da Província de Sergipe que apontam indicadores da educação da época, além de trazer uma lista das mudanças necessárias para melhorar o ensino primário. Já a extinção de cadeiras está descrita nas leis e decretos imperiais. Conforme explicitado no texto, a supressão das cadeiras de primeiras letras se deu, sobretudo, por conta da crise econômica vivenciada pela província em 1838, o que resultou na contenção dos gastos públicos, afetando assim a educação primária.

A análise das correspondências aqui mencionadas, bem como do processo de difusão e proibição do folheto “Fonte da Verdade ou Caminho para a Virtude” facilitou a compreensão de alguns aspectos que nortearam a formação da profissão docente em terras sergipanas no período aqui estudado. Apreendeu-se que de um lado o poder instituído regulamentava a instrução primária desde a contratação dos professores até o uso de recursos didáticos, perpassando por uma série de leis, decretos e portarias que geravam mudanças no cenário educativo. Do outro lado, a esfera subordinada, nesse caso os professores e

professoras primárias, adequavam-se a estas normativas e imposições vindas da instância superior. Equacionando estes dois lados, pode-se afirmar que: a atuação dos professores do ponto de vista da participação no cumprimento das ordens quanto ao recolhimento do folheto e a sua relação legal com o Estado sintetiza, em linhas gerais, o processo de organização da instrução primária em Sergipe entre 1827 e 1838.

Foi possível perceber tanto a pluralidade dos professores primários, seu espaço, suas expressões, quanto os indicativos do processo de configuração da profissão vivenciada por esses agentes a partir das análises das correspondências e do legado de decisões tomadas pelos Presidentes da Província por meio da legislação da época. A pluralidade desses sujeitos, ora aceitando as ordens impostas pelas autoridades de ensino, ora dialogando por meio das correspondências sobre a sua atuação em sala de aula, reflete o processo percorrido pela instrução primária de Sergipe no recorte temporal aqui proposto. Nesse sentido, “os professores, nesse percurso, vão se configurando de forma plural, carregando em si marcas de seu habitus e das experiências formativas nos espaços escolares em que viveram”.³⁹

Artigo recebido em 30 de abril de 2014.

Aprovado em 15 de maio de 2014.

³⁹ LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Profissão Docente, Formação de Professores e Instituições Escolares. In: SIMÕES, Regina Helena Silva; CORREA, Rosa Lydia Teixeira; MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos (orgs). *História da Profissão Docente no Brasil*. Vitória: EDUFES, 2011, p. 59-77.

O CORPO DOCENTE DO ATHENEU SERGIPENSE DURANTE A REFORMA FRANCISCO CAMPOS*

THE FACULTY ATHENEU SERGIPENSE DURING THE REFORMATION FRANCISCO CAMPOS

Suely Cristina Silva Souza**

RESUMO

O presente artigo investiga as classificações e competências dos docentes do Atheneu Sergipense, a fim de confirmar a existência e pertinência dos ditames da Reforma Francisco Campos. Fruto de uma pesquisa de Mestrado, este texto utilizou como fontes as Atas da Congregação da instituição que estão salvaguardadas no Centro de Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS) e os registros do Decreto n.º 7, de 14 de março de 1938, disponível, para consulta, no Instituto Histórico Geográfico de Sergipe. Com efeito, as designações dos docentes, seus registros junto ao Departamento Nacional de Educação e suas participações nas reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense faziam parte das obrigações da legislação nacional, conforme as exigências do Decreto n.º 21.241, de 4 de abril de 1932.

Palavras-chave: Docentes; Atheneu Sergipense; Reforma Francisco Campos.

ABSTRACT

This article investigates the classifications and skills of teachers in Atheneu Sergipense in order to confirm the existence and relevance of the dictates of Reform Francisco Campos. Result of a research masters, this text used as sources the Minutes of the Congregation of the institution are safeguarded in the Memory Center Atheneu Sergipense (CEMAS) and the records of the Decree. 7 of 14 March 1938, available for consultation at the Historical Geographical Institute of Sergipe. Indeed, the names of the teachers, their records with the National Department of Education and their participation in the meetings of the Congregation of Atheneu Sergipense were part of the obligations of the national legislation, as per the requirements of the Decree. 21,241, of April 4, 1932.

Keywords: Teachers; Atheneu Sergipense; Reformation Francisco Campos

* Esta pesquisa é produto das investigações realizadas durante o curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Sergipe e obteve financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE).

** Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, membro do Grupo de Pesquisa História das Disciplinas Escolares: história, ensino e aprendizagem (GPDEHEA) e licenciada em Matemática. suelycss35@yahoo.com.br

Na concepção de Chervel,¹ ensinar é “fazer conhecer pelos sinais. É fazer com que a disciplina se transforme, ao ato pedagógico”.² Assim, com a transformação da disciplina em ato pedagógico, surge o professor como um dos personagens dessa história.

Para Viñao,³ os campos da História das Disciplinas Escolares e do processo de profissionalização não podem ser estudados separadamente, já que a disciplina constitui um elemento chave do ofício do docente. Entretanto, torna-se importante analisar a história desses agentes, saber de que forma se deu sua formação, titulação, seleção, matérias ensinadas, entre outras características e determinações que eram pertinentes aos professores. Partindo dessa concepção, me questionei: Quais as classificações e as competências dos docentes do Atheneu Sergipense durante a Reforma Francisco Campos?

Desde o período da Proclamação da República até o final dos anos 1920, o acesso à cátedra era reforçado pelo ideário das reformas, através “das exigências de concurso de títulos e provas, bem como da vitaliciedade”. Nos anos de 1930, com a Reforma Francisco Campos, ainda se exigia que o professor catedrático realizasse concurso público de títulos e provas para o preenchimento de uma cátedra do ensino superior e do secundário, através do Decreto nº. 19.851, de 11 de abril de 1931, nos termos do Art. 54. Quando nomeado, o catedrático manter-se-ia em seu cargo por 10 anos e, com o fim deste prazo poderia se candidatar novamente ao cargo, concorrendo apenas ao concurso de títulos. “Ao reassumir o cargo, o professor catedrático adquiria garantia de vitaliciedade e inamovibilidade, perdendo-os somente com o abandono do cargo ou sentença judiciária”. Passados 30 anos de magistério ou quando atingisse a idade de 65 anos, o mesmo tinha por direito a

¹ CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: *Teoria e Educação*, n. 2, 1990, p. 177-229.

² *Ibid.*, 1990, p. 192.

³ VIÑAO, Antonio. A história das disciplinas escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*. Tradução de Marina Fernandes Braga. Campinas: Autores Associados, nº 18, 2008, p. 173-215.

se aposentar, “havendo possibilidade de prorrogar por mais 5 anos as suas funções no magistério”.⁴

O Art.15, do Decreto nº. 21.241, de 4 de abril de 1932, que consolidou a reforma do ensino secundário, apresentou em sua resolução algumas considerações sobre os professores do Colégio Pedro II.

*Art. 15. Enquanto não houver diplomados pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras, o cargo de professor no Colégio Pedro II será provido por concurso, nas condições estabelecidas para a escolha dos catedráticos dos institutos de ensino superior, devendo ser indicados pelo Conselho Nacional de Educação os três membros da comissão examinadora estranhos à Congregação.*⁵

Esta legislação estabelecia que os professores catedráticos, ao assumirem uma cátedra do Colégio Pedro II, enquanto não fossem diplomados pelas Faculdades de Educação prestariam concursos nos mesmos padrões dos cursos superiores existentes. Caso não houvesse tais estabelecimentos de ensino, realizar-se-iam provas cujos conteúdos e objetivos seriam idênticos àqueles aplicados aos professores candidatos ao ensino superior brasileiro.

Conforme as colocações de Prado,⁶ a importância dos concursos se concentrou no mais alto patamar das exigências atribuídas a um professor do ensino secundário: ser professor catedrático, além de se tornar uma “referência a uma instituição que é modelo e que a própria legislação assim o determina”.⁷

⁴ PRADO, Rosemeiry de Castro. *Do engenheiro ao licenciado: os concursos à cátedra do Colégio Pedro II e as modificações do saber do professor de matemática do ensino secundário*. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). PUC/SP. São Paulo, 2003, p. 69.

⁵ BRASIL. *Decreto nº. 21.241*. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e deliberou outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

⁶ PRADO, Rosemeiry de Castro. *Do engenheiro ao licenciado: os concursos à cátedra do Colégio Pedro II e as modificações do saber do professor de matemática do ensino secundário*. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). PUC/SP. São Paulo, 2003.

⁷ Ibid, 2003, p. 51.

Diante dessas palavras, não nos compete pensar que o saber exigido do professor do Colégio Pedro II seja o mesmo do Atheneu Sergipense, tão pouco a realização do concurso às cátedras. Contudo, é importante ressaltar que as leis não se implementam numa mesma época, porém deve-se adotar como referência a instituição padrão para o ensino secundário brasileiro. Logo, os programas dos concursos para professores do Colégio Pedro II também serviram de referência, já que o mesmo se constituiu um padrão do ensino secundário.

Desse modo, ao analisara os diversos documentos do Atheneu Sergipense encontrei vestígios sobre o professorado da época, já que durante a Reforma Francisco Campos “a regulamentação do trabalho docente foi instituída pelo Registro de professores junto ao Departamento Nacional de Ensino e destinava-se à inscrição dos candidatos ao exercício do magistério em estabelecimentos de ensino secundário”.⁸

Nessa perspectiva, investiguei as classificações e competências dos docentes do Atheneu Sergipense, a fim de confirmar a existência e pertinência dos ditames da Reforma Francisco Campos. Para tanto, as fontes pesquisadas foram as Atas da Congregação localizadas no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS)⁹ e os registros do Regimento interno da instituição por meio do Decreto n.º. 7, de 14 de março de 1938, disponível para consulta no Instituto Histórico Geográfico de Sergipe.

Sendo os professores um dos responsáveis pela transmissão dos ideários da sociedade em que se vive, faz-se necessário destacar sua

⁸ SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX*: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Editora Cortez, 2008, p. 150.

⁹ Arquivo escolar que preserva as fontes documentais produzidas pelo Atheneu Sergipense entre o período de 1870 a 1950. Desde 2005, esse espaço vem sendo coordenado pela professora Eva Maria Siqueira Alves por meio de financiamentos de editais para elaboração projetos de pesquisas. O projeto mais recente possuiu fomento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão (PIBIX) e aprovado pelo Edital n.03/2012/PROEX, posto em ação no ano de 2013, cuja atribuição era dar continuidade às ações do CEMAS por meio da organização da documentação localizada no Atheneu Sergipense entre o marco temporal de 1950 e 1970.

presença no interior do Atheneu Sergipense, já que “no coração do processo que transforma as finalidades em ensino, há a pessoa do docente”,¹⁰ principalmente quando se enfatiza o seu papel na composição das disciplinas escolares.

Segundo Chervel,¹¹ muitos estudos sobre professores têm sido investigados, especialmente quando esse objeto de investigação se torna o ator principal das análises do que realmente acontece nas instituições de ensino, assim como sua prática em sala de aula. Dessa forma, o docente “transforma o saber a ser ensinado em saber apreendido, ação fundamental do processo de produção de conhecimento”.¹²

Nessa concepção, compreendi a importância das investigações sobre o corpo docente do Atheneu Sergipense, pautando o presente estudo no ideário defendido por Chervel (1990), no que diz respeito à História das Disciplinas Escolares.

[...] expõe à plena luz a liberdade de manobra que tem a escola na escolha de sua pedagogia. Ela depõe contra a longa tradição que, não querendo vê nas disciplinas ensinadas senão as finalidades que são efetivamente a regra imposta, faz da escola o santuário não somente da rotina mas da sujeição, e do mestre, o agente imponente de uma didática que é imposta pelo exterior.¹³

Desde o Decreto n^o. 940, de 2 de julho de 1926, o pessoal docente do Atheneu Sergipense compunha-se de professores catedráticos, docentes livres e professores honorários, além de professores de Desenho. Na ocorrência de substituição de qualquer um deles, promover-se-ia uma pessoa idônea para a cadeira que lhe competisse.

¹⁰ CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: *Teoria e Educação*, n. 2, 1990, p. 191.

¹¹ *Ibid.*, 1990, p. 177-229.

¹² BITTENCOURT, Circe Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 50.

¹³ *Ibidem*, 1990, p. 193.

Para ser professor catedrático do Atheneu Sergipense deveria-se prestar concurso, ser nomeado por decreto e vitalício desde a data da posse. Os docentes livres também eram escolhidos por concurso, empossados por portaria do diretor da instituição pelo prazo de dez anos, para mais de uma cadeira. Esse prazo poderia ser renovado, se a congregação o entendesse, pela importância dos cursos professados, dedicação ao ensino e publicação de trabalhos de real valor.

No entanto, para possuir título de professor honorário no Atheneu Sergipense competia ser um profissional de notável e excepcional competência, brasileiro ou estrangeiro que fosse eleito por voto espontâneo de dois terços da Congregação, devendo a votação ser feita na sessão seguinte àquela em que fora apresentada a proposta.

Os professores de Desenho também prestariam concurso, visto que tanto eles como o docente livre obedeceriam ao mesmo julgamento aplicado nas disposições relativas para professor catedrático. Só poderiam ser nomeados assistentes os cidadãos diplomados, e quando não fossem docentes livres teriam por obrigação se habilitar à livre docência dentro do prazo de dois anos.

Esses professores estavam sujeitos às penalidades de advertência, repreensão verbal ou escrita, suspensão e demissão ou perda do cargo, aplicadas pelo Presidente do Estado, sendo que ao Secretario Geral e ao diretor do Atheneu cabia impor as três primeiras. A pena de demissão somente poderia ser imposta aos professores vitalícios, depois de irremovivelmente sentenciados em processo regular.

Com a implementação do Decreto nº. 7, de 14 de março de 1938, o corpo docente do Atheneu Sergipense se classificava em professores catedráticos (efetivos e interinos), professores contratados e auxiliares de ensino. Para ser professor catedrático efetivo, o mesmo deveria ser provido mediante concurso procedido na conformidade das instruções expedidas pela Divisão do Ensino Secundário. Já ao cargo de interino, também denominado de substituto, a nomeação dar-se-ia em caráter provisório até que, legalmente, pudesse ser provida sua função. A esses docentes competiam:

- a) apresentar á Congregação o programa de sua disciplina;
- b) lecionar todos os pontos do programa da classe que rege;
- c) providenciar, por todos os meios ao seu alcance, para que o ensino sob sua responsabilidade seja o mais eficiente possível;
- d) submeter durante o ano letivo os alunos ás arguições e trabalhos práticos;
- e) tomar parte nas sessões da Congregação;
- f) comunicar ao diretor as dificuldades que encontrar na execução dos trabalhos do seu curso, indicando as causas e os meios de removê-las;
- g) tomar parte nas comissões de exames;
- h) fazer saber ao preparador (assistente) quais as praticas que pretende realizar;
- i) fiscalizar a frequencia dos alunos de sua classe;
- j) tomar parte nos concursos para preenchimento dos logares dos docentes;
- k) orientar os auxiliares do ensino no exercicio de aulas suplementares de linguas vivas ou de outras quaisquer disciplinas para que seja mantida a uniformidade do curso, exigindo deles a execução dos programas, e comunicando ao diretor as irregularidades e lacunas que verificar existirem.¹⁴

Os professores contratados seriam aqueles que serviram durante um determinado número de anos, conforme acordo efetuado com o diretor do Atheneu Sergipense, sendo os contratos lavrados na Secretaria do mesmo estabelecimento.

Os professores que regiam turmas de alunos excedentes das classes ministradas pelos catedráticos e professores contratados eram denominados de auxiliares do ensino. Durante essa regência, os mesmos perceberiam igualmente a gratificação por aula, sem as obrigações inerentes aos professores catedráticos e contratados em lecionarem até

¹⁴ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Art. 111, do Decreto n.º. 7, de 14 de março de 1938.

sete horas/aulas por semana, sem outras vantagens além das que lhes confere o cargo. No entanto, para cada disciplina que extrapolasse o horário estimado, o docente receberia por excedente uma gratificação arbitrada para o Curso Fundamental e Complementar.

Quando uma disciplina era ministrada por dois professores, cada um teria, a seu cargo, uma parte da disciplina diferente da que estivesse a cargo do outro. Para tanto, os professores permutariam entre si, anualmente, os conteúdos que deveriam lecionar em forma de rodízio. No caso de vagar uma das cadeiras, o docente que estivesse em exercício poderia preferentemente tomar a regência da outra parte, como substituto.

Ao professor de Desenho competia o ensino desta disciplina, orientado segundo os preceitos da moderna pedagogia, além de possuir os mesmos deveres que os catedráticos, exceto as limitações expressas no regulamento atual. Já os professores de Música e de Educação Física seriam contratados anualmente, contudo os mesmos não teriam assunto na Congregação, embora o professor de Música tomasse parte na sessão, cujo assunto versasse sobre o seu programa de ensino. O professor de exercícios físicos apresentava o seu programa ao diretor do Atheneu Sergipense, na pretensão de que o mesmo fosse aprovado em sua totalidade ou mediante modificação acordada entre ambas as partes, mas nos moldes das instruções do Colégio Pedro II.

Todos os professores do Atheneu Sergipense tinham por obrigação, conforme o Art. 87, Decreto nº. 21.241, de 4 de abril de 1932, manter junto ao “ Departamento Nacional do Ensino, o Registro de Professores, destinado à inscrição dos candidatos ao exercício do magistério em estabelecimentos de ensino secundário federais, equiparados, livres ou sob inspeção preliminar”.¹⁵

Esse fato pode ser verificado por meio dos registros da Ata da Congregação do Atheneu Sergipense de 18 de março de 1937, quan-

¹⁵ BRASIL. *Decreto nº. 21.241*. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e deliberou outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

do o presidente alertou aos professores sobre a necessidade de se fazer registrar aos “que ainda não fizeram, na Directoria Nacional de Educação, como professores das disciplinas que leccionam ou desejam leccionar tanto para o curso fundamental como para o complementar”. Na mesma pauta o “professor Alberto Bragança de Azevedo não comprehender como se exige que professores cathedaticos, muitos dos quaes homenageados por concurso, só tenham direito a reger as duas cadeiras se forem registrados” na Directoria Nacional de Educação ¹⁶. Assim, as palavras supracitadas reafirmam a importância e a existência das atribuições inerentes da Reforma Francisco Campos.

Entre outras atribuições detectei, nos artigos do regulamento do Atheneu Sergipense, penalidades de simples advertência, suspensão e perda do cargo, todas aplicadas aos professores e auxiliares de ensino. As referidas punições incorreriam aos membros do corpo docente:

1. que não apresentarem os seus programas em tempo oportuno;
2. que faltarem aos exames ou às sessões da Congregação;
3. que deixarem de comparecer para desempenho de seus deveres por mais de 8 dias, sem causa participada e justificada;
4. que faltarem com o respeito devido ao diretor, aos seus colegas, a quaisquer autoridades do ensino e a própria dignidade do magistério;
5. que abandonarem as suas funções por mais de seis meses, sem licença ou delas se afastarem por três anos consecutivos, para exercerem funções estranhas ao magistério;
6. que se servirem da cadeira para pregar doutrinas subversivas da ordem legal do País.¹⁷

¹⁶ ATHENEU SERGIPENSE. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ata da reunião da Congregação do Atheneu Sergipense realizada no dia 18 de março de 1937.

¹⁷ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Art. 116, do Decreto n.º. 7, de 14 de março de 1938.

Os docentes que cometessem infrações definidas pelos números 1, 2 e 3 ficariam sujeitos à advertência feita pelo diretor e ao desconto em folha de pagamento. Aos que incorressem nas do número 4 sofreriam pena de suspensão, imposta pelo diretor, até 30 dias. E aos que incidissem nas dos números 5 e 6 ficariam sujeitos às sanções indicadas nos Estatutos dos Funcionários Públicos. Além dessas penas perderia um terço dos vencimentos, durante os meses de férias, de janeiro e fevereiro, o professor que, no exercício do cargo não tivesse lecionado pelo menos três quartos do programa da classe regida. Quando os professores não conseguiam ministrar todo o programa de uma determinada série, eles tinham por obrigação aplicá-los juntos com os conteúdos da série posterior.

Dentre os docentes apenas os professores catedráticos efetivos, os interinos e os que em caráter provisório ocupassem o lugar dos catedráticos (professores substitutos) do Atheneu Sergipense se reuniam em Congregação, cuja competência incumbia:

- a) estudar e propôr aos poderes competentes medidas tendentes aos melhoramentos do ensino;
- b) organizar e modificar o regimento interino, dentro dos preceitos da lei geral submetendo-o á aprovação do Governo, para que possa ter execução;
- c) eleger por maioria de votos os membros das comissões examinadoras nos concursos;
- d) assistir ás provas orais e ás defesas de têsse nos concursos e votar na classificação dos candidatos;
- e) realizar sessões solenes para recepção de professores eminentes e celebridades literarias e scientificas;
- f) exercer as atribuições constantes deste Regulamento.¹⁸

¹⁸ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Art. 124, do Decreto n.º. 7, de 14 de março de 1938.

A Congregação seria convocada e presidida pelo diretor ou por seu substituto legal, através da aprovação requerida por um terço do total dos respectivos componentes. Para melhor andamento dos trabalhos, a Congregação contaria com a presença da metade e mais um de seus membros em exercício, salvo nos casos em que fossem exigidos dois terços dos votos deles, e os de sessões solenes, ou outros previstos no regulamento vigente.

As reuniões ordinárias aconteceriam nos meses de março, junho e dezembro. Na primeira sessão anual a Congregação do Atheneu Sergipense elegeria três comissões denominadas de ensino, de docência e de redação de publicações, compostas de três membros cada uma, presididas pelo professor mais antigo que delas fizesse parte, com a finalidade de auxiliar o diretor, conforme as seguintes atribuições:

- a) á de ensino, dar parecer sobre questões dependentes do voto da Congregação, relativas ao plano de ensino, processos pedagógicos, mêsas examinadoras, e tudo o que se refira ao ensino dos alunos e sua disciplina;
- b) á de docência, cabe estudar as questões em que sejam partes os professores, bem como os assuntos que sejam relativos aos concursos para professores;
- c) á de redução e de publicação, cabe dirigir os projetos de reforma do Regulamento e dirigir a publicação do Anuario do Ateneu.¹⁹

Ao secretário da Congregação do Atheneu Sergipense competia expedir aos professores, com 24 horas de antecedência, os avisos dos assuntos a tratar em cada sessão. Em caso de urgência, a convocação seria feita por telegrama ou aparelho telefônico. Entretanto, se decorridos trinta minutos do horário estabelecido a maioria dos membros não estivesse presente, o presidente mandaria lavrar uma ata do ocorrido, dissolvendo-se a reunião.

¹⁹ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Art. 144, do Decreto n.º. 7, de 14 de março de 1938.

No entanto, havendo número legal de membros da Congregação do Atheneu Sergipense, dar-se-ia início aos trabalhos das sessões com a leitura da ata da reunião antecedente, sendo posta em discussão, ficando aprovada e assinada por todos os presentes, caso não fossem suscitadas reclamações contra a sua fidelidade.

Em seguida, o presidente realizaria a leitura do expediente expondo, com clareza e precisão e na ordem de importância, os assuntos a serem resolvidos na sessão, concedendo a palavra, sucessivamente, a cada professor que a pedisse. Permitia-se a cada membro da Congregação do Atheneu Sergipense o uso da palavra até duas vezes, durante dez minutos no máximo, exceto para os proponentes de qualquer projeto e relatores das comissões, que poderiam proferir três vezes nos seguintes casos:

- a) sobre o objeto em discussão;
- b) para fazer requerimentos, apresentar projetos, indicações;
- c) “pela ordem”, exclusivamente para lembrar o modo de dirigir e regularizar a votação ou pedir a observância do dispositivo legal ou regulamentar;
- d) para pedir regência;
- e) para explicações pessoais;
- f) para justificar o voto.²⁰

Os pronunciamentos dos membros sofreriam negações pelo presidente que poderia negar a palavra ao membro da Congregação quando falasse fora dos casos permitidos, além de serem cassados aqueles que fizessem uso inconveniente do pronunciamento. As sessões durariam duas horas, reservando-se a última meia hora, pelo menos, para apresentação e discussão, em caso de urgência, de qualquer proposta ou indicação. No final dos debates do dia, cada membro presente votaria nos assuntos apontados por maioria dos membros presentes, salvo se

²⁰ Ibid, 1938, Art. 140.

apresentasse e justificasse os motivos de sua abstenção, cuja aceitação caberia à Congregação decidir.

O presidente da Congregação divulgava o resultado do sufrágio e o secretário lançaria um resumo na ata de cada sessão, as indicações propostas e o resultado das votações, e, por extrato, os requerimentos das partes e mais papéis submetidos à Congregação, assim como as deliberações por ela tomadas. Na ocorrência de sigilo de alguma decisão, lavar-se-ia em ata especial, depois de aprovada, assinada e fechada com selo do estabelecimento.

Em cada assembléia se discutiam múltiplos assuntos, dentre eles relaterei o registro de uma das atas da Congregação do Atheneu Sergipense, a fim de demonstrar os acontecimentos sucedidos durante as reuniões. Trata-se da sessão ordinária de 1º de julho de 1937; presentes, o diretor Joaquim Vieira Sobral, o vice diretor Florentino Telles de Menezes, os professores: Manoel Franco Freire, Joaquim Fraga Liras, Jucundino de Souza Andrade, Maria Ritta Soares de Andrade, Mario de Miranda Villas-Bôas, João Alfredo Montes, José Andrade Carvalho, Oscar Nascimento, Leandro Diniz de Faro Dantas, João Antonio de Aquino, Abdias Bezerra, Manoel José dos Santos Mello, Gentil Tavares da Mota e o inspetor federal Octaviano Vieira de Mello, cuja pauta discorria das colocações do professor Manoel José dos Santos Mello sobre a necessidade da fundação do Centro Sergipano de Professores, sugerindo a implementação de um projeto de regulamentação que, na oportunidade, foi aprovado por unanimidade.

Nas palavras do professor Manoel José dos Santos Mello, desde setembro de 1931 tinha-se a ideia da fundação do Centro Sergipanos de Professores. No entanto, o mesmo compartilhou o fato com um colega que o apoiou entusiasmado. Mas, por motivos superiores, o projeto silenciou evitando, assim, sua submissão à Congregação. “Dormiu, não morreu. Acorda agora e eis-me a apresentá-la”. Na ocasião, também explicou a importância sobre a mais conhecida “tendência dos indivíduos para as associações”, ou seja, “reunião de indivíduos, formando sociedade em classes e a coordenação de classes se opera em benefício dos associados”. Assim, a fundação do Centro Sergipano de Professores

tinha por finalidade assegurar “á classe a liberdade moral e intelectual que lhe convém”, como também garantir “entre vantagens outras advinentes, a respeito aos direitos que a Lei confere á associação em geral, e em particular a cada um dos seus componentes, quando por ventura ameaçados esses direitos”.²¹

O professor Manoel José dos Santos Mello, afirmou que a fundação do Centro Sergipano de Professores (C.S.P.) era de uma necessidade imprescindível, pois segundo ele a Lei não permitia sindicato. Naquela época o ensino público sergipano se dividia em quatro graus: secundário, normal, profissional e primário. Logo, para atender a necessidade de coesão da classe dos professores, propunha-se a fundação da referida associação nos moldes seguintes:

- a) O C.S.P., tendo sede e foro nesta capital, reger-se-á nos referidos quatro graus de ensino com igualdade de representação, ou sejam 3 para cada.
- b) Aclamar-se-ao ou se elegerão dentre eles, conforme a Congregação do ensino secundário deliberar um presidente, um vice-presidente, um secretario e um thesoureiro-bibliotecario, por 2 anos, permanecendo o thesoureiro-bibliotecario, enquanto bem servir, podendo os demais ser reeleitos;
- c) Farão parte do C.S.P. todos os professores do ensino secundário, normal, profissional e primário do Estado, indistintamente;
- d) Todos os professores que assinarem as presentes bases a serem publicadas pela imprensa serão consideradas sócios fundadores assegurando-se-lhes, em Estatuto, direitos especiaes;
- e) A função do C.S.P., as atribuições do Diretório, em geral, bem como as de cada membro do Diretório, em particular e mais os direitos especiaes dos sócios fundadores serão regulados oportunamente;

²¹ ATHENEU SERGIPENSE. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ata da reunião da Congregação do Atheneu Sergipense realizada no dia 1º de julho de 1937.

- f) Será criada a “Caixa” do C.S.P., para a qual contribuirão mensalmente todos os associados;
- g) O emprego das importâncias arrecadadas pelo C.S.P. será também determinado nos Estatutos;
- h) Os Estatutos consignarão tudo quanto for necessário a conservação e a eficiência da C.S.P.²²

Depois de apresentados os interesses do Centro Sergipano de Professores à Congregação do Atheneu Sergipense, finalizou-se a leitura da ata com os aplausos do professor Manoel Franco Freire, cujo ato demonstrava sua aprovação ao ideário do projeto exposto.

Ao longo da investigação não encontrei dados que comprovassem o efetivo provimento da Associação, o que me fez refletir sobre alguns questionamentos, e quem sabe, provocar nos pesquisadores futuras pesquisas sobre essa temática. Então, fica aí o desafio: Teria o Centro Sergipano de Professores continuado suas atividades? Por quanto tempo? Que tipo de contribuições proporcionou a sociedade sergipana? Esse movimento pode ser considerado o marco inicial dos sindicatos de professores sergipanos?

Prosseguindo com as análises notou-se que, nas sessões da Congregação do Atheneu Sergipense também se comunicavam sobre as licenças, faltas de frequência, substituições, disponibilidade e das aposentadorias dos docentes. As licenças aos professores eram concedidas, pelo Presidente do Estado, nos termos da lei vigente, por moléstia do mesmo ou de pessoas de sua família que conviviam em sua residência, a juízo do Governo ou em caso de interesse particular, mediante requerimento competentemente informado e encaminhado pelo diretor.

Como falta de frequência dos professores, a ausência do registro da assinatura no livro de ponto, o atraso superior a dez minutos ao entrar em sala de aula, a antecedência de saída antes do sinal convencional para o fim da mesma, as vacâncias nas sessões da con-

²² Ibid, 1937.

gregação e quaisquer atos procedidos pelos docentes representariam tal ocorrência.

Na pauta da sessão extraordinária da Congregação do Atheneu Sergipense do dia 18 de março de 1937, o professor Gentil Tavares apresentava suas dúvidas sobre a obrigatoriedade do registro de assinaturas nos livros de ponto, ou se era bastante assinalar apenas nas cadernetas das aulas. Perguntou também se era lícito ao regulamento vigente marcar falta para os docentes que não assinavam o ponto devido à ausência de alunos ao ministrarem suas aulas.

O presidente Joaquim Vieira Sobral respondeu que o regulamento do Atheneu Sergipense exigia que o professor assinasse “no livro de ponto e nas cadernetas, nos dias e horas em que leccionarem”, da mesma forma que no Colégio Pedro II. Ainda alertou aos presentes que “desde o dia 15 de novembro até o início das aulas do anno seguinte”²³, não se marcaria as faltas dos docentes.

A substituição do professor catedrático dar-se-ia pelo docente livre da cadeira ou assistente e, na falta destes, por pessoa idônea, de preferência bacharel diplomado através Colégio Pedro II, ou por estabelecimento equiparado.

No Atheneu Sergipense o professor para ser posto em disponibilidade, com todas as vantagens pecuniárias de direito, na conformidade das leis em vigor, na data desse fato teriam que atingir a idade de 65 anos. Quando os docentes possuísem mais de 25 anos de serviço no seu cargo, também poderia solicitar disponibilidade. O mesmo aconteceria aos educadores com mais de 30 anos de função compulsória.

Para entrar em disponibilidade, os professores do Atheneu Sergipense inicialmente solicitavam por meio de requisição ao diretor da instituição. Em seguida, caso o Presidente do Estado aprovasse o despacho, tal processo entrava em vigência após 90 dias, sendo-lhes facultado, de acordo com as disposições do regulamento vigente, continuar a fazer parte da Congregação, das mesas julgadoras de exames

²³ ATHENEU SERGIPENSE. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ata da reunião da Congregação do Atheneu Sergipense realizada no dia 18 de março de 1937.

e das comissões examinadoras de concursos, asseguradas as vantagens a que tivessem direito.

O tempo de serviço dos professores também proporcionava sua disponibilidade. Para obtenção desse direito os docentes computariam:

- a) todos os anos letivos, com as interrupções legais;
- b) o tempo de licença e as faltas justificadas, que, somadas, não excederem a noventa dias em um ano;
- c) as interrupções por força de obrigações legais ou perturbações públicas;
- d) o serviço de auxiliar do ensino;
- e) o tempo de suspensão judicial, quando forem julgados inocentes.²⁴

A aposentadoria dos professores do Atheneu Sergipense teria vigor, depois deste haver completado trinta anos de magistério ou quando alcançasse a idade de 65 anos, podendo, ainda, alongar-se nas suas funções por mais 5 anos, conforme a legislação em vigor.

Com efeito, o corpo docente da instituição estudada, na sua composição e determinações, atendia às exigências da Reforma Francisco Campos em todos os pontos, de acordo com Decreto nº. 21.241, de 4 de abril de 1932 . Logo, a presença das classificações dos docentes, o registro dos professores junto ao Departamento Nacional de Educação e a participação dos mesmos nas reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense apresentados no regulamento de 14 de março de 1938, faziam parte das competências da legislação nacional.

Artigo recebido em 30 de abril de 2014.

Aprovado em 15 de maio de 2014.

²⁴ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Art. 248, do Decreto nº. 7, de 14 de março de 1938.

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DE SERGIPE: o Esporte como prática educativa na primeira metade do Século XX*

Néviton Felipe da Silva*

ATHLETIC ASSOCIATION SERGIPE:
sport as educational practice in the first
half of the twentieth century

RESUMO

O presente artigo tem como principal objetivo traçar um paralelo da Associação Atlética de Sergipe como um clube voltado para a prática esportiva, embora em muitos momentos e atividades, essa característica confunda-se como um prolongamento da vida social dos seus frequentadores. O registro dessas passagens vai desde as atividades esportivas internas promovidas pela associação, as aulas de Educação Física e Ginástica que eram ali ministradas, a criação dos campeonatos em diferentes modalidades para a participação dos seus associados até a formação de equipes permanentes para representar o clube em diversas competições, tendo na figura do esporte um elemento em plena ascensão no Brasil na primeira metade do século XX. Percebemos então, que esse mesmo esporte proporcionou à instituição um status de visibilidade e reputação social, a partir das atividades que foram ali organizadas pelos seus integrantes.

Palavras-chave: Associação Atlética de Sergipe; esporte; prática educativa.

* Texto extraído como parte da Dissertação de Mestrado defendida pelo autor em 03/06/2013 no PPGED/UFS.

** Doutorando em Educação pelo PPGED/UFS e Professor do Curso de Educação Física Licenciatura da Unit/SE. E-mail: nevitonfelipe1976@hotmail.com.

ABSTRACT

This article aims to draw a parallel of the Athletic Association Sergipe as a club geared toward sports practice, although in many times and activities, this feature to be confused as an extension of social life of their regulars. The record of these passages is from the inside sports activities sponsored by the association, classes of Physical Education and Gymnastics were taught there, the creation of the championships in different modalities for the participation of their members to teaming standing to represent the club in various competitions, taking the figure of one sport element on the rise in Brazil in the first half of the twentieth century. We realize that this same sport provided the institution, visibility status and social standing, as of activities sporting activities were organized by the members.

Keywords: Athletic Association of Sergipe; sport; educational practice.

O trabalho que apresentaremos a seguir tem como objeto da sua discussão a Associação Atlética de Sergipe e a sua relação com o esporte como um dos elementos cruciais e representativos, compondo o quadro das várias manifestações culturais que foram disponibilizadas, naquele que, posteriormente, se tornaria um dos grandes espaços de convergência social de uma parte significativa da sociedade sergipana nas primeiras décadas do século XX. Não obstante, o objetivo geral do texto tratou de fazer uma análise centralizada em torno da temática desse mesmo esporte, a partir das diversas atividades relacionadas ao seu contexto e, que foram reproduzidas no seu cotidiano, servindo de mote e referencial para o que mais tarde acabaria se transformando, num modelo de instituição no segmento das associações voluntárias no Brasil.

A Associação Atlética de Sergipe foi fundada em 24 de maio de 1925, como resultado da cessão de alguns terrenos por parte de seus sócios fundadores, para a construção da sua sede social localizada à Rua Vila Cristina, nº 127, atualmente Rua Leonardo Leite no Bairro São José, na condição de instituição de caráter amador. O seu grande propósito desde o seu início sempre foi o de oferecer lazer e entretenimento aos seus associados - em sua maioria pertencentes às elites -, através das práticas sociais que eram ali vivenciadas. Práticas estas que permaneceram em funcionamento até o final do ano de 2003, quando do encerramento formal das suas atividades.

A construção de um espaço próprio afastado do restante das outras camadas sociais, também mostrou-se como um fator decisivo na consolidação desse tipo de instituição não só em Sergipe, mas no restante do país de uma maneira geral. Os clubes privados como a Associação Atlética de Sergipe tiveram nesse sentido, um papel preponderante na formação das novas classes dirigentes alicerçadas naquele momento pelo projeto republicano.

O esporte começou a formalizar-se como um agente fomentador da nossa cultura já nos primeiros anos do século XX. Essa prática acabou com o tempo, tornando-se um expediente comum e um dos principais responsáveis pela nossa busca em torno de uma nova identidade nacional. Juntamente com as aulas de Educação Física e Ginástica prati-

cadadas principalmente nas academias militares do país, ele era símbolo de uma atividade muito restrita e direcionada em suas especificidades a um determinado público alvo. Desde o seu começo no Brasil, houve um viés ideológico sempre muito presente, com a sua afirmação sendo marcada por um conteúdo muitas vezes desafiador. Com isso, as escolas de Educação Física acabaram por se tornar o anteparo desse tipo de reprodução. O esporte e, por consequência, as atividades ligadas à sua prática sofreram durante muito tempo com um controle rígido do aparato do Estado, principalmente, no que concerne à sua autonomia no campo social.

Os militares compuseram a linha de frente nos desígnios da ENEFD (Escola Nacional de Educação Física e Desporto), nos seus primeiros anos de vida, pelo fato de a mesma representar uma instituição que, dentre muitas outras, era forjada no sentido de dar sustentação e difusão da ideologia ordeira e progressista. O lugar de destaque na instituição se justifica, pois foram os principais protagonistas no golpe do Estado Novo e, uma legitimidade tinha de ser conquistada.¹

Porém, depois de uma longa fase ao conquistar o espaço público e a dimensão das ruas de forma avassaladora, essa relação do esporte e a sua prática passou por um processo de redefinição das suas representações no contexto da sua funcionalidade. O componente da saúde da população foi algo que também passou a ser repensado no contexto das diversas expectativas provocadas pela ascensão das práticas esportivas. O homem seria o ponto central da condição dessa mudança de patamar.

Para manter a sua hegemonia, a burguesia necessita, então, investir na construção de um homem novo, um homem que possa

1 GRUNNENVALDT, José Tarcísio. *Escola Nacional de Educação Física e Desporto: o projeto de uma época*. Dissertação (Mestrado em Educação). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 1997.

suportar uma nova ordem política, econômica e social, um novo modo de reproduzir a vida sob novas bases. A construção desse homem novo, portanto, será integral, ele “cuidará” igualmente dos aspectos mentais, intelectuais, culturais e físicos.²

Neste sentido, o objetivo era alçar o esporte à condição de um dos pilares do movimento republicano. A inserção e a massificação da sua prática estavam basicamente relacionadas a um processo de mudança dos nossos hábitos. O corpo sempre fora considerado um elemento muito pouco aproveitado no Brasil. As suas funções eram praticamente associadas ao mundo do trabalho e as perspectivas de sobrevivência oriundas dessa condição. Essa foi durante muito tempo a sua única atividade produtiva. Seja através da mão de obra escrava ou assalariada, o corpo não era explorado em suas valências físicas, o que tornava a população uma massa uniforme de pessoas estereis e indolentes, quando não a pobreza atrelada às condições de moradia e alimentação acabava por agravar ainda mais o quadro geral da saúde desses indivíduos.

A valorização da educação física e dos esportes dentro do ideário republicano de civilização, progresso e modernidade, encontra seu substrato no pensamento médico-higienista na crença e no aprimoramento da raça e os cuidados com a saúde e o corpo.³

O esporte em consonância com a Educação Física e a Ginástica acabaram ganhando ascensão e entrando no âmbito social com a perspectiva de transformação dessa realidade. A intenção pautava-se

² SOARES, Carmen Lúcia. *Educação Física: raízes europeias e Brasil*. 4ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2007. – (Coleção educação contemporânea).

³ PRATES, Eliane Guimarães de Campos. *As ideias de Educação Física e a prática do esporte vigentes na formação de professores em Santos nos inícios da Primeira República*. 4º Congresso Brasileiro de História da Educação. Universidade Católica de Goiás (UCG), novembro de 2006.

pela reconstrução de um homem regenerado do ponto de vista físico, tendo na prática de atividades físicas e no esporte grandes aliados na promoção e no fortalecimento dessa mudança que, em tese, atuariam diretamente nos processos mentais, culturais e intelectuais do novo homem.

Com a divulgação dos principais métodos de Ginástica (Sueco, Francês e Alemão), tínhamos a visão de que, se queríamos melhorar a nossa imagem e a nossa qualidade de vida, teríamos que atuar na reformulação de toda uma base que sob o aspecto organizacional se encontrava depauperada.⁴

A imagem de um corpo saudável, atlético, esculpido e viril estava vinculada aos ideais de saúde e beleza. No Brasil, essas características tornaram-se vigentes durante o período representado pelos primeiros anos da República. Era a fetichização da busca por uma cultura corporal. Essas características acabaram ganhando um contorno de obrigatoriedade para o equilíbrio social da nação. Virtudes estas que elevaram-se a um status de necessidade primária para o desenvolvimento da nação, estando em muitos momentos vinculadas à condição de política pública em diferentes ocasiões.

Nesse complexo sistema articulado pelas noções básicas de limpeza, saúde e beleza, o símbolo central era sem dúvida a imagem do corpo humano, utilizado intensamente pela publicidade comercial ou pela oficial, apresentado em geral semidespido, jovem, saudável, atlético e impoluto.⁵

⁴ SILVA, Néviton Felipe da. *Professor Félix D'Ávila: 80 anos de uma história de poder a serviço da Educação Física*. Revista do Instituto e Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, vol. 38, agosto de 2009.

⁵ SEVCENKO, Nicolau. *República: Da Belle Époque à Era do Rádio. A história da vida privada no Brasil*. 1ª ed. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

No Brasil, a formação das associações sociais e recreativas – associações voluntárias⁶ - acabou tendo uma participação decisiva na articulação de todo esse processo. Não só o espaço público se modernizou com a construção de locais apropriados para a prática esportiva, mas os clubes puderam proporcionar às suas elites uma nova possibilidade de reprodução e aproveitamento desse fenômeno que se expandia a passos largos, como símbolo dos novos tempos que se avistavam na retórica do discurso político hegemônico em vigência.

As associações, sociedades e clubes esportivos surgem por toda parte, envolvendo os mais diferentes meios sociais. Mais significativamente essas agremiações logo se coligam [...] com o sentido de atuarem como entidade fomentadora, supervisora e coordenadora de toda a vida desportiva que começava a vicejar.⁷

Aqui, a Associação Atlética de Sergipe acabou desempenhando muito bem o seu papel. O esporte sempre foi desde o seu início um requisito encontrado no perfil das suas atividades, atuando como uma válvula de escape em contraposição às práticas sociais que já eram ali constantemente promovidas. A sua contribuição tinha como objetivo tirar os jovens da ociosidade. Era o lazer e o divertimento acompanhando os seus constantes embates.

Agente tinha a associação como uma continuação das nossas residências. A grande maioria morava em volta e não era pouca gente. Ia para lá conversar, praticar algum esporte [...] sábado e

⁶ As associações voluntárias também eram chamadas de associações livres, justamente pelo aspecto da autonomia que os sujeitos tinham em relação à sua entrada e saída nos seus quadros deliberativos e funcionais. Era-lhes facultado como direito maior, o direito premente da sua escolha individual, frente às decisões de caráter coletivo. Elas acabaram surgindo e se efetivando no Brasil, na esteira dos vários acontecimentos que, em certa medida, são postos em funcionamento a serviço do projeto republicano.

⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

domingo era lotado. Durante o dia, nós jovens que morávamos em volta dela passávamos o dia por lá jogando tênis, conversando, tinha o voleibol, o futebol. Essa era a nossa rotina nos finais de semana. Tudo era sempre muito animado.⁸

Esse papel da Associação Atlética de Sergipe, no entanto, contrastava com o que de fato acontecia nos espaços e instituições públicas como, por exemplo, as escolas públicas da cidade de Aracaju. Eram tempos difíceis onde os jogos, brincadeiras e as práticas recreativas de algum desporto se restringiam às reuniões na rua e ao quintal das casas. O esporte ainda era um elemento ausente nesses lugares. Essa afirmação reflete-se na fala do Professor Félix D`Ávila:

O esporte que só existia na minha época aqui em Aracaju, só era o futebol, não existia mais nada na minha época de infância e adolescência [...] Natação ainda existia alguma coisa por causa do rio [...] as opções de brincadeiras de crianças eram restritas, vamos dizer, cavalo de pau, boi de barro, de cerâmica [...] Nós fizemos um pouco de Ginástica no colégio.⁹

O tênis foi a primeira grande modalidade esportiva praticada na Associação Atlética de Sergipe no início da década de 1930. Fora resultado da cessão de um dos terrenos à instituição para a construção da primeira quadra de saibro da cidade de Aracaju. Das obras da associação, esta foi a última a ficar pronta. Até o seu término, as competições ocorriam nas poucas quadras de cimento que já existiam na Rua Campo do Brito nas proximidades da Igreja do Bairro São José.

No Nordeste, um dos primeiros locais a serem fundados para a prática exclusiva da modalidade foi o Tênis Clube de Penedo, no estado de Alagoas, fundado em 21 de outubro de 1928 às margens do Rio São Francisco, fazendo divisa com a cidade de Neópolis no estado

⁸ OLIVEIRA, Alberto Antonio de. *Entrevista concedida ao autor*. Aracaju/SE, 05 de fevereiro de 2012.

⁹ D`ÁVILA, Félix. *Entrevista concedida ao autor*. Aracaju/SE, 10 e 11 de janeiro de 2008.

de Sergipe. Antes, porém, já tínhamos o Doze Tênis Clube da cidade de Propriá fundado alguns anos antes, mas com a prática de outras modalidades esportivas.

Os campeonatos eram disputados entre os sócios da associação com a participação em algumas ocasiões das associações atléticas de estados vizinhos como Bahia, Alagoas e Pernambuco. Eram competições amadoras onde o principal objetivo era promover e incentivar a prática desse esporte entre as elites. Um dos seus primeiros diretores foi o associado João Resende, responsável pelo departamento técnico da modalidade. Os torneios aconteciam em disputas individuais e em duplas. Alguns atletas já se destacavam àquela época no Estado como afirmam os relatos jornalísticos do período.

Realizar-se-ão amanhã, em continuação ao Campeonato Interno de Tênis os seguintes jogos: 7 horas: Eduardo Fonseca e José Melo x Francisco Navarro e Gonçalo Santos.

9 horas: Virgílio Freire e Lauro Dantas x Eduardo Fonseca e José Melo.

Nota: O Director de Tennis pede que os jogadores acima escalados estejam no "Court" à Rua Campo do Brito, meia hora antes das partidas.¹⁰

Com os campeonatos acontecendo internamente, a participação era sempre restrita ao grupo dos associados. Prática comum que acontecia durante os jogos. Além de ser um esporte ainda em desenvolvimento no país mesmo entre os sócios da associação, a sua procura ainda era consideravelmente reduzida só ganhando um maior número de adeptos, não só nos clubes mas também fora deles, a partir do final do anos de 1940.

Quando eu comecei a jogar tênis, meu pai me fez sócio da Atlética para eu ter condições de jogar nas quadras onde só tinha

¹⁰ JORNAL A TRIBUNA, 11/07/1932.

figuras mais antigas, mais velhas né e, que eu para eu conseguir um lugarzinho para jogar era um trabalho danado. Eu sempre gostei muito do tênis. Pratiquei muito. Fiz parte da equipe principal da Atlético que disputava torneios regionais e tudo. Então, eu exercitei muito o tênis dentro da Atlético.¹¹

Com o surgimento desses clubes particulares, as agremiações tradicionais que já existiam desde o começo do século XX, como Cotinguiba Sport Club, Club Sportivo Sergipe e o Aracaju Esporte Clube estavam sempre envolvidas em disputas com a Associação Atlético de Sergipe. Quando não promovia os seus próprios campeonatos internos era comum o envio de suas equipes para participar de eventos esportivos na cidade de Aracaju.

O alvo dessas competições às vezes girava em torno de modalidades inusitadas que não eram de conhecimento do grande público, mas que acabava atraindo um grande contingente de pessoas, como na tarde esportiva que aconteceu em auxílio aos habitantes desabrigados da cidade de Propriá, resultado da grande enchente de 1927. A carência nesse tipo segmento era muito grande na cidade e, toda e qualquer iniciativa transformava-se num acontecimento de grande aglomeração urbana. As pessoas se reuniam com o intuito de presenciarem o espetáculo dos jogos e das manifestações populares, tendo o esporte como o grande modelo e centro das atenções.

Anunciado como estava, realizou-se domingo passado no ground Adolpho Rollemberg com numerosa e selecta assistência o festival do Club Aracaju em benefício dos flagelados da cidade de Propriá. Às 3 horas, deu início a festa, a entrada naquele gramado dos dois teams do Aracaju x Cotinguiba que se bateram galhardamente, resultando um empate. Pouco depois dessa forte disputa, a briosa marinha representada pelo Tte. Telles de Meira deu início ao exercício

¹¹ MELO, Carlos José de Magalhães. *Entrevista concedida ao autor*. Aracaju/SE, 20 de outubro de 2011.

de esgrima à bayoneta, deixando os espectadores bastante satisfeitos, não só à exibição desse exercício, como pela ordem e uniformização daquelles menores. Terminada esta parte, entraram em campo os representantes da Associação Athletica de Sergipe, Cotinguiba e Aracaju destinados à corrida de bycicleta, conforme fora anunciada cabendo a victória ao simpathisado Cotinguiba.¹²

Nesse momento, o esporte passava a intensificar as suas atividades, figurando como um real interesse por parte da Associação Atlética de Sergipe na segunda metade dos anos de 1930. Equipes passaram a ser formadas em caráter permanente com atletas representando o clube nos principais desportos coletivos como o futebol, o voleibol e o basquetebol, bem como nos principais desportos individuais, como o remo, a natação, o atletismo e o xadrez. O que antes era um mero conteúdo recreativo, agora sofria um processo de reformulação na maneira como este elemento era agora concebido nos círculos da sociedade aracajuana. Ele passou a associar-se naquele momento a um estilo de vida atrelado à modernidade dentro de uma esfera do pensamento pedagógico, tendo uma significativa importância como fenômeno cultural.

Em resposta a isso, houve uma nítida democratização da prática esportiva. A associação tornou-se o local de uma série de torneios e campeonatos em diferentes modalidades, que geralmente eram encerrados ao final com uma festa sendo oferecida em comemoração ao evento e a participação das outras agremiações. O ambiente era de confraternização.

Conforme noticiamos em edição anterior, realizar-se-á no próximo domingo, na sede da Associação Atlética de Sergipe, uma festa esportiva, depois da qual haverá um sorvete dansante.

A festa em apreço, que promete atrair ao elegante palacete da Rua Vila Cristina, grande número de apreciadores do Voley, do Basket e do Tennis, obedecerá ao seguinte programa:

¹² GAZETA DO POVO, 05/05/1927.

8:30 – Voley Feminino – Cotinguiba x Associação Atlética
9:00 – Voley Masculino – Aracaju x Associação Atlética
9:30 – Voley Mixto – Confiança x Associação Atlética
15:00 – Basket Juvenil – Sergipe x Associação Atlética
16:00 – Tennis
17:00 – Sorvete Dansante.¹³

Esse fenômeno ocorreu juntamente com a deselitização do esporte no contexto popular, com os clubes privados tendo que se adaptarem a esse novo formato de interação provocado por um deslocamento das classes sociais em direção a um certo caráter de igualdade, pelo menos neste aspecto. Os clubes em Sergipe passaram a se enfrentar entre si, criando um aspecto de rivalidade, que antes só existia no cenário das festas sociais. Apesar da mudança acentuada no aspecto da disputa, o clima que prevalecia ainda era o da cordialidade. Nesse sentido foi registrada uma completa mudança do paradigma habitual, no qual o esporte até então era um dos principais fatores a reforçar a separação que existia entre grupos sociais tão antagônicos.

Eu fui remador da Associação Atlética de Sergipe durante muitos anos. Fui do Cotinguiba e também do Sergipe. Nós disputávamos as regatas aqui na Rua da Frente. Eram disputas homéricas, bonitas, muita gente. A Rua da Frente ali todinha cheia do que hoje é o Iate Clube até a Ponte do Imperador, [...] o povo vinha para assistir as competições de Remo que aconteciam no estuário do rio Sergipe.¹⁴

Na medida em que os embates esportivos iam sucedendo por todos os cantos da cidade, abria-se o espaço para o surgimento de novas modalidades como o xadrez. A Associação Atlética de Sergipe tornou-se pioneira organizando os primeiros campeonatos sergipanos

¹³ FOLHA DA MANHÃ, 20/10/1939

¹⁴ OLIVEIRA, Lion Schuster. *Entrevista concedida ao autor*. Aracaju/SE, 14 de fevereiro de 2013.

entre os associados praticantes da modalidade na década de 1940. Porém, a concorrência era muito grande. Já existia um nível razoável de bons jogadores, principalmente, entre as pessoas com uma idade mais avançada. Todavia, a vulgarização do esporte foi algo pensado um pouco mais na frente, quando ele ganhou o espaço das atividades escolares pedagógicas extracurriculares. Até então estava identificado a uma plêiade de indivíduos que procurava em experiências lúdicas, um caráter mais voltado para a intelectualidade. O xadrez acabou se tornando um bom exemplo disso.

Campeonato Sergipano de Xadrez

São convidados para amanhã às 2 horas da tarde os seguintes enxadristas.

Dr. Costa Pinto x João Ávila Neto, Luís Lerner x Prof. José Fontes Cardoso, Epitácio Fontes x Nicola Mandarino, Tte. Alfredo Formosinho x Raul Nunes.

A Diretoria.¹⁵

FOLHA DA MANHÃ, 09/08/1945

O futebol antes marginalizado nos seios das minorias sociais passou também na década de 1930 no Brasil por uma espécie de reformulação da sua identidade cultural com a era do profissionalismo. No entanto, a história nos mostra que nem sempre foi assim. Fruto de uma disputa social acirrada, com idas e vindas, encontros e desencontros, o futebol no Brasil acabou virando símbolo de resistência de uma parte representativa – negros e pobres - da nação brasileira frente a mais um exemplo de imposição do regime político, objetivando a reprodução das nossas diferenças, mas que o tempo e a criatividade nos ensinaram a driblar.

Mas a invenção é especialidade do nosso futebol e foi na base da improvisação que as classes subalternas das incipientes grandes

¹⁵ FOLHA DA MANHÃ, 09/08/1945.

idades brasileiras do início do último século foram se apegando àquele esporte tão fascinante. Com bolas de bexiga de boi, pés descalços, campos de terra batida ou pastos inventados como campos gramados que negros, operários e brancos pobres se divertiam e criavam seu jeito de “jogar bola”.¹⁶

Esporte criado na Inglaterra no ano de 1862 sob a égide do regime monarca. O seu grande objetivo transitava em preencher o tempo livre da juventude aristocrática da época. Juntamente com o críquete, chegou a ser um dos esportes mais praticados em toda a Europa ao final do século XIX, mesmo não atingindo durante um bom período os círculos mais populares. Reinou absoluto nos clubes privados ingleses e nas universidades com os primeiros campeonatos sendo organizados por estudantes em boa parte do território britânico.

Aqui no Brasil, a sua chegada aconteceu por volta do ano de 1894, quando Charles Miller, um estudante nascido no Brasil, filho de pai inglês e mãe escocesa ao voltar de uma viagem a Inglaterra, trouxe na sua bagagem duas bolas de futebol, dois jogos de uniformes completo, uma agulha e uma bomba de ar (GUIMARÃES, 2011). A estirpe aristocrática não sofreu alterações no país no seu início e, a sua prática durante um determinado tempo foi revestida pela reprodução de um caráter extremamente elitista. Sua apresentação para a classe trabalhadora fora desde o início sinônimo de lazer e diversão.

No domingo dava seus pontapés na bola, corria no campo molhando a camisa, na segunda-feira cedinho, quando o portão da fábrica se abria, lá estava ele. Ia para os teares como os outros operários, trabalhava, só parava na hora do almoço, para voltar, depois, até às quatro horas. Nem tinha tempo de se lembrar do jogo da véspera.¹⁷

¹⁶ GUIMARÃES, Arthur Silveira; GUIMARÃES, Matheus Silveira. *O negro no futebol dos brancos: O caso marcante de Arthur Friedenreich*. Revista Eletrônica de Ciências Sociais da UFPB, n° 16, março de 2011.

¹⁷ FILHO, Mário. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 5ª edição, 2010.

Nesse parâmetro acabou sendo mais um objeto a delimitar o distanciamento social entre as classes na Primeira República. A fragmentação da sua prática reservada a pequenos grupos sempre esteve associada aos filhos da oligarquia deserdados do regime monarquista. O projeto de industrialização e urbanização do país despiu ainda mais as suas diferenças sociais com o futebol nesse ínterim sendo identificado como mais elemento a serviço das novas elites. A associação do esporte – neste caso, o futebol - à classe dominante acabou sendo a sua característica mais marcante no universo excludente a que ele esteve relacionado, quando aqui aportou sem grandes expectativas. O fascínio da sua fama na Europa não seria garantia do seu sucesso no país.

Não obstante, haveria locais em Aracaju em que o jogo assumiria um caráter detidamente mais popular. Bairros periféricos como o Santo Antônio no alto da colina, Cidade Nova, Palestina, Dezoito do Forte, nas imediações das estações ferroviárias na zona leste, nas redondezas da Praça dos Expedicionários, todos esses locais eram pontos de encontro de operários, trabalhadores da construção civil, estudantes, vagabundos e desocupados na sua vadiagem habitual. Enfim, todos à procura da diversão do futebol.

Na Associação Atlética de Sergipe, as notícias envolvendo a sua participação na disputa de jogos e campeonatos eram cada vez mais recorrentes. Criou-se um estágio de rivalidade entre os clubes em que todos tentavam formar equipes com o intuito de serem competitivas e, acima de tudo, serem respeitadas como um sinônimo de superioridade técnica a ser suplantado.

Despertou interesse, por ser inédito entre nós, o jogo seguinte, Foot-Ball entre Confiança e Atlético, que foram adversários, fizeram uma partida regular, vencendo o primeiro por 2 x 0. O cotejo esportivo da tarde foi realizado entre as equipes juvenis de Foot-Ball do Sergipe e da Atlético. Foi uma boa partida, pois rubros e tricolores lutaram arduamente. Venceu a Atlético por 1 x 0. A seguir foram feitas demonstrações de Tênis por alguns associados da Atlético, depois do que realizou-se um chocolate

dansante, dentro da animação e fidalguia de que se revestem as reuniões dansantes do club da Rua Vila Cristina.¹⁸

Entre os esportes amadores, o voleibol e o basquetebol sempre tiveram um nível de aceitação e simpatia muito grande entre os associados da Associação Atlética de Sergipe. Depois do início muito forte da presença do tênis, foram os que juntamente com futebol tiveram mais ressonância no ramo das atividades esportivas. Suas participações ganharam força e efervescência no clube entre o final dos anos de 1930 e o início dos anos de 1940.

Foram modalidades que chegaram ao Brasil praticamente na mesma época, vindas dos Estados Unidos e trazidas pelas mãos da Associação Cristã de Moços, ao final do século XIX, tendo lá a sua prática desde o princípio atrelada aos espaços cobertos por causa do rigoroso inverno no hemisfério norte. Aqui, a Universidade Mackenzie em São Paulo e as PUC's (Pontifícia Universidade Católica) ligadas às ordens religiosas norte-americanas foram as precursoras na sua prática. O campo nesse momento passava a dividir o seu espaço com as quadras em tamanho reduzido, porém não perdendo em si o aparato saudável da disputa. O tamanho e o peso da bola eram diferentes. Clubes como Confiança, Sergipe, Cotinguiba e o Aracaju Esporte Clube possuíam equipes com as categorias juvenis e adultas que frequentemente enfrentavam a Associação Atlética de Sergipe, seja nos seus domínios ou na sede da própria agremiação¹⁹. Eram disputas emocionantes, visto que, ambas as representações tinham níveis técnicos muito semelhantes.

A Atlética foi o primeiro grande clube social de Sergipe [...] e prestou grandes serviços aglutinando a sociedade em torno das

¹⁸ FOLHA DA MANHÃ, 25/10/1944.

¹⁹ Vale lembrar que mesmo com a presença de outras agremiações para a realização dos jogos, a entrada aos eventos na sede da Associação Atlética de Sergipe continuava somente possível ao grupo de associados. Essa prática ainda perduraria por muitos anos. O marco temporal em que o nosso trabalho foi pensado, não contemplou essa mudança.

suas festividades e depois nas práticas esportivas [...] A Atlética era campeã em tudo de esporte amador, de basquete, de voleibol masculino, feminino, de tênis. Sempre foi uma instituição de caráter amador. Nunca teve atividade profissional e nunca pensou em ter. Naquela época até o futebol era amadorístico inclusive.²⁰

O ambiente de reprodução e adaptação de mais um formato de entretenimento automaticamente transformou-se em grandes finais de semanas recreativos, onde a juventude divertia-se sem maiores compromissos e preocupações. Esses encontros eram chamados de “as tardes esportivas”, geralmente abarrotado de pessoas a prestigiarem os seus sócios atletas, ou seja, aqueles que participavam das competições representando a associação. Ao final dessas tardes, o som contagiante das matinês os aguardava com a expectativa de que pudessem encerrar o dia festivo diante de alguma conquista amorosa. Aos poucos, a cidade de Aracaju tentava se enquadrar nos padrões exigidos pela modernidade ao apresentar um lado vocacionado para os grandes acontecimentos. O esporte apresentava-se como uma dessas possibilidades.

O envolvimento do esporte com a política sempre foi uma tendência corriqueira no cerne das atividades mais comuns na história das associações no Brasil. Na Associação Atlética de Sergipe, essa ligação ainda se tornou mais evidente por conta dos seus interesses em manter relações de reciprocidade com esses grupos e por eles fazerem parte de um grande contingente de associados. A homenagem aos políticos em evidência naquele momento era algo que fazia parte do cotidiano das chamadas viradas esportivas no qual geralmente era escolhida uma modalidade e as disputas tomavam o dia inteiro em torno da consagração das equipes campeãs.

Esses clubes acabavam tendo uma relação muito próxima com as elites que usavam desse tipo de espaço em proveito de uma maior representatividade no cenário social local. Havia outros objetivos inse-

²⁰ Idem.

ridos neste tipo de atividade. Era comum esse tipo de reunião baseada em interesses que não fossem unicamente ligados ao esporte.

O interesse central estava ligado à necessidade de ser reconhecido como “elemento de elite”, digno de frequentar determinados círculos fechados. Além disso, era uma oportunidade de alinhar e fechar contatos e negócios [...] O próprio termo *club*, importado do inglês, expressava o sentido de local onde se reúnem os cavalheiros. De alguma forma, os clubes também serviam para estabelecer um vínculo neocolonialista direto com a realidade europeia. Era normal esse tipo de percepção acerca da realidade onde se encontrava inserida essas agremiações.²¹

O voleibol tornou-se uma febre na consagração desse tipo de evento nos anos 1940. Ao final os homenageados eram convidados a comparecerem ao palanque onde eram montados os pódios das premiações em seguida discursavam e faziam a entrega dos troféus e medalhas aos vencedores. A cordialidade encerrava-se sendo como o resultado de uma troca de favores em que ambos saíam cumprindo os seus papéis. Algumas escolas públicas, como nos mostra a nota do jornal, acabavam se tornando alvo dessa espécie de “generosidade”.

Realizar-se-á hoje no campo da Associação Atlética de Sergipe, um torneio de Voley-Ball inter-grupos da capital, obedecendo ao seguinte programa:

Secção Masculina:

Pela manhã, às 8 horas

²¹ MELO, Victor Andrade de. *Cidade Sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. FAPERJ, 2001. O movimento de inclusão dos esportes no cotidiano nas cidades brasileiras aconteceu quase que de forma simultânea, quando da passagem do século XIX para o século XX como mais um episódio de afirmação da República. Os locais fechados dos *clubs*, até então espaços fechados de convergência social transformaram-se em espaços propícios para a prática e o fomento de modalidades esportivas, mudando radicalmente o contorno estético e identitário dessas cidades.

1º Jogo – General Valadão x Manuel Luiz
2º Jogo – General Siqueira x Barão de Maroim
3º Jogo – Vencedor do 1º Jogo x Augusto Ferraz
4º Jogo – Vencedor do 2º x Vencedor do 3º
Secção Feminina
Às 15 horas
1º Jogo – General Siqueira x Manuel Luiz
2º Jogo – General Valadão x Barão de Maroim
3º Jogo – Vencedor do 1º x Vencedor do 2º
Paraninfos
Secção Masculina – Prefeito Godofredo Diniz
Secção Feminina – Interventor Eronides de Carvalho.²²

Além desses, há alguns relatos de passagens muito interessantes na história da Associação Atlética de Sergipe no período estudado. vez por outra ela acabava tornando-se o palco de protagonismos inusitados, como as festas envolvendo modalidades esportivas não tão conhecidas do grande público como o boxe e a esgrima. A verdade que essa nova faceta tornou-se mais uma marca do conjunto identitário da associação inserida no contexto social.

A função maior desses rituais acabava sendo a de fomentar o esporte de uma maneira geral na cidade de Aracaju e por consequência, no estado de Sergipe. Isso se tornou uma máxima, mesmo que a abertura aos quadros populares ainda fosse uma deficiência, limitando o leque de participação de outras minorias sociais no âmbito representativo das manifestações da associação. A expansão para outras práticas era também uma maneira de reiterar o respeito e a hegemonia da associação perante os outros clubes.

Com apreciável assistência realizaram-se domingo à tarde na praça de esportes da Associação Atlética de Sergipe animadas

²² FOLHA DA MANHÃ, 30/11/1940.

lutas Greco-romana e de Boxe. A preliminar foi travada entre o pernambucano Gustavo Carvalho e o bombeiro municipal Abelardo Nascimento. Luta Greco-romana, em 5 rounds que terminou com a vitória do pernambucano. O nosso conterrâneo apesar de ter perdido a pugna demonstrou valentia e boa vontade, que lhe valerão de muito no futuro. As duas provas de boxe foram sensacionais, pois ambas terminaram por nocaute. João Barbosa Falcão, pernambucano, venceu Aristeu Falcão, baiano, no 3º round, e José Reis, baiano, venceu Antonio Oliveira (Oliveirinha) sergipano, no 2º round.²³

Eram os chamados festivais esportivos, onde geralmente eram convidados atletas que estavam despontando no cenário sergipano e, em outras regiões do Nordeste do país. Todas essas atividades na Associação Atlética de Sergipe acabavam tendo uma repercussão enorme por conta da maneira como os eventos eram promovidos. Ela tinha o mérito de transformar toda e qualquer iniciativa social, seja em que campo de atuação fosse, num acontecimento de proporções bem maiores do que a própria expectativa pela qual uma determinada situação gerava. Essa foi uma característica que perdurou por muitos anos.

Cotejos de pequena expressão passavam na associação por uma transformação estética e ao mesmo tempo simbólica, culminando em muitos casos em representações que não mereceriam a mínima nota dos jornais se fossem realizadas em outros clubes de menor expressão e até em circunstâncias mais favoráveis à sua reprodução. Esse fascínio construído pela Associação da Atlética de Sergipe era parte do poder de sedução que ela exercia no lado mais frágil dos nossos anseios sociais pelos quais passava uma boa parte dos indivíduos que não a frequentavam. Fustigar o imaginário desse desejo era algo que mesmo de forma inconsciente era feito de forma surpreendente por esta instituição.

²³ FOLHA DA MANHÃ, 20/09/1946.

A Atlética era altamente conceituada, respeitada, admirada pela sociedade [...] porque era realmente ali aonde ia a sociedade sergipana. Era realmente bem aceita mesmo causando até a cobiça daqueles que não podiam frequentá-la. Todos queriam estar lá.²⁴

A tradução dessas questões revelava-se no exemplo de como algo aparentemente inócuo e sem efeito ganhava contornos de importância ao ser transportado para a sede da associação. Qualquer ato conseguia ser um objeto passível de grandeza. Algo que na esfera da massificação do esporte ou do desenvolvimento das práticas sociais na cidade passaria de forma despercebida em outra realidade associativa, não recebendo nenhum tipo de comentário ou referência era completamente redimensionado na sua ótica e na forma como as pessoas se comportavam em resposta a certos estímulos do contexto social.

Por fim, percebemos que ela acabou sendo detentora do domínio das ações de um círculo social muito representativo, para o qual as elites se sentiam na obrigatoriedade de cada vez mais se posicionarem no espaço restrito das suas práticas esportivas e, onde diante de todas essas constatações o seu espaço acabou tornando-se um ambiente propício e mais adequado às classes abastadas do estado de Sergipe. À medida que as novas gerações iam chegando essa relação ia cada vez mais se fortalecendo. A Associação Atlética de Sergipe foi, sem dúvida nesse intervalo, a grande responsável pela reprodução desse tipo de modelo associativo que tinha nos clubes privados e suas práticas esportivas, a extensão da vida social como sinônimo de poder e distinção econômica, cultural e intelectual.

Artigo recebido em 14 de fevereiro de 2014.

Aprovado em 04 de março de 2014.

²⁴ Ibidem.

EDUCAÇÃO E RELIGIÃO: aspectos da implantação do Educandário Americano Batista em Aracaju nos meados do Século XX

Maria de Lourdes Porfírio Ramos Trindade
dos Anjos*

RESUMO

O Instituto Pan Americano de Ensino foi criado por um grupo de professores e seu primeiro diretor foi o Prof^o Manuel Simeão o Silva. No ato de sua fundação, no dia 15 de novembro de 1951, recebeu o referido nome, e em 1953 foi denominado de Educandário Americano Batista (EAB), tendo como diretora a missionária norte-americana Linnie Winona Treadwell. Esta pesquisa propõe-se investigar os primórdios da educação batista em Sergipe, desenvolvida por missionárias norte-americanas e aplicada nesta instituição, bem como verificar o contexto religioso em que o EAB estava inserido e analisar a nota de repúdio contra a educação batista em Aracaju, escrita pelo Padre Luciano Cabral Duarte, no ano de 1954.

Palavras-chave: História da Educação; Educação protestante; nota de repúdio.

EDUCATION AND RELIGION:
aspects of the implementation of the
American Baptist Breed Aracaju in the
mid- twentieth century

ABSTRACT

The Pan American Institute of Education was created by a group of teachers and its first director was Prof. Manuel Silva Simeon . Upon its founding in November 15, 1951 day, received the said name, and in 1953 was named Educandário American Baptist (EAB) , whose director Linnie Winona missionary Treadwell. This research proposes to investigate the beginnings of Baptist education in Sergipe, developed by American missionaries and materialized in this institution , as well as checking the religious context in which the EAB was inserted and analyze the note of repudiation against Baptist education in Aracaju written by Father Luciano Duarte Cabral , in 1954

Keywords: History of Education ; Protestant Education ; Note repudiation .

* Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2013). Mestre em Educação e licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é professora da Faculdade Pio Décimo. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa História, Educação e Sociedade NEPHES. E- mail: mlprta.@ig.com.br

Esta pesquisa propõe-se investigar as origens da educação batista em Sergipe, desenvolvida por missionárias norte-americanas e materializada no Instituto Pan Americano de Ensino, bem como verificar o contexto religioso em que o Educandário Americano Batista (EAB) estava inserido e analisar a nota de repúdio contra a educação batista em Aracaju, escrita pelo padre Luciano Cabral Duarte, no ano de 1954.

Durante a sua trajetória, o Instituto Pan Americano foi renomeado diversas vezes por conta de determinação da legislação ou das reformas promovidas em nível estadual e federal. Em 1953, tendo como diretora a missionária batista norte-americana Winona Purvis Treadwell, recebeu um novo nome desta vez, Educandário Americano Batista.

Para iniciar, seria bom retomar as origens da presença norte-americana batista no Brasil e em Sergipe. O grupo de imigrantes sulistas norte-americanos¹ que chegou ao Brasil, em 1865, fugindo da Guerra de Secessão, se estabeleceu principalmente em Santa Bárbara, no interior de São Paulo.

Os batistas organizaram uma igreja naquela cidade, a primeira igreja batista estabelecida no Brasil, de língua inglesa. Diferentemente daqueles imigrantes sulistas norte-americanos que chegaram ao país, os missionários protestantes norte-americanos enviados por suas missões tinham planos de expansão evangelizadora e educacional, objetivando a formação de uma mentalidade cristã protestante, encontrando ambiente favorável entre aqueles que defendiam a mudança do regime monárquico para o republicano, os quais viam na educação a possibilidade de modernizar a nação.

No dia 2 de março de 1881, chegou ao Brasil o casal de missionários batistas norte-americanos Anne e Willian

¹ Foram somente as igrejas norte-americanas que se interessaram pela propagação do culto protestante no Brasil. Na década de 30, mandaram para cá seus pastores com o duplo fim de assistir os americanos e ingleses aqui radicados e investigar as possibilidades de abrir frentes de trabalho evangélico. BARBANTI, Maria Lúcia Spedo Hilsdorf. *Escolas Americanas de Confissão Protestante na Província de São Paulo: Um estudo de suas origens*. São Paulo. Universidade de São Paulo. (Dissertação de Mestrado), 1977.

Bagby.² Do Rio de Janeiro foram para Santa Bárbara a fim de estabelecer contato com os batistas norte-americanos que lá estavam e aprenderem o português. Em 31 de agosto daquele mesmo ano, chegaram em Salvador os membros fundadores da Primeira Igreja Batista do Brasil, o casal Bagby, Zacary Clay Taylor, Kate Stevens Taylor e o ex-padre Teixeira de Albuquerque.³ Naquele mesmo ano, Willian Bagby escreveu para a Missão Batista norte-americana de Richmond explicando a escolha da cidade de Salvador para o início do trabalho missionário, justificando a inexistência de trabalho evangélico batista. Em Sergipe, eles só se estabeleceriam em 1913, vinte e sete anos após a chegada dos presbiterianos.

A inserção do protestantismo em Sergipe se deu em 1884, quando aqui chegaram missionários presbiterianos norte-americanos. Como parte da estratégia de difusão e implantação daquela religião, dois anos depois, eles instalaram a primeira instituição educação protestante no Estado, a Escola Americana, na cidade de Laranjeiras.⁴

² Em 1881 o trabalho baptista foi principiado pelo casal Bagby que veio para o Brasil pela insistência do general Hawthorne. Começou o seu labor em Santa Bárbara, onde achou o ex-padre alagoano, Antonio Teixeira de Albuquerque. Sendo aumentadas as fileiras baptista em 1882 pela chegada do missionário. Z. C. Taylor, a sede das atividades foi mudada de Santa Bárbara para a Bahia, e o ex-padre acompanhou as duas famílias missionárias. A razão desta mudança foi dada pelo Sr. Bagby nos seguintes termos : “Na província da Bahia não há trabalhadores para o Mestre, enquanto nas Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo existe um bom número de missionários e trabalhadores nativos.” Isto é louvável e muito digno de observação visto serem eles, os baptistas, sempre acusado de invadir territórios já ocupados por outras denominações. “Os primeiros batistas não queriam gastar os seus esforços em uma província já ocupada por outra denominação “. Os batistas nunca foram, não são e não poderão ser, segundo as suas próprias crenças, nem separatista nem proselitadores, todavia não podem deixar de evangelizar em toda a parte do mundo porque têm uma mensagem distinta das outras seitas. MEIN, John. 1929. *A Causa Baptista em Alagoas* (1885-1926) Recife: Tipografia do CAB.

³ O primeiro brasileiro a se tornar batista que se tem notícia foi Antonio Teixeira de Albuquerque, também o primeiro a ser consagrado ao ministério. PEREIRA, José Reis. 2001. *História dos batistas no Brasil*. 1882-2001 p. 78.

⁴ VILAS-BÔAS, Ester. F. 2000. *Origens da educação protestante em Sergipe: 1884-1913*. p. 124.

No ano de 1913 os batistas organizaram a Primeira Igreja Batista de Sergipe, sob a direção do Pastor Horácio Gomes. Como ocorria nas outras denominações, aquele grupo religioso também se preocupou com a educação de seus adeptos, pois, para eles, o valor da educação estava vinculado à nova vida espiritual, pois, “o Evangelho dá estímulo a todas as faculdades do homem e o leva aos maiores esforços pra avantajar-se na senda do progresso”.⁵ Provavelmente como reflexo do trabalho religioso e educacional desenvolvido pelos presbiterianos, durante as décadas seguintes os batistas organizaram várias escolas primárias anexas às suas igrejas. Segundo Manoel Simeão Silva, seu primeiro diretor, a fundação daquela instituição educacional provinha;

da grande necessidade e do desejo de fundar um estabelecimento de ensino que corresponda aos ideais de uma missão sadia e genuína ministradora das luzes intelectuais preservadora e fomentadora de bons costumes e nobres fins da moral cristã e do bom civismo, colaborando assim na construção de um Brasil maior e mais digno.⁶

Conforme o Pr. Jonan Joaquim da Cruz foi na década de 40 onde aconteceram os conflitos mais ferrenhos entre católicos e acatólicos.” Os conflitos entre católicos e protestantes foram mais fortes na década de 40. Houve tempo que o jornal A Cruzada atacava muito. Mas havia um jornal dessa Igreja (Presbiteriana Independente) que respondia os embates se chamava a “A voz da Mocidade”.⁷

⁵ Idem, p. 124.

⁶ COLEGIO AMERICANO BATISTA. Ata da fundação do Colégio Americano Batista. 15 de novembro de 1951. Arquivo do Colégio Americano Batista.

⁷ Jonan Joaquim Cruz (81 anos) pastor emérito da Igreja Presbiteriana Independente de Aracaju. Natural de João Pessoa na Paraíba. Estudou Teologia no Seminário Presbiteriano do Norte em Recife-Pernambuco; foi fundador da Associação dos pastores, que depois recebeu o nome de UMEA (União dos Ministros Evangélicos de Aracaju). Mas partindo do princípio que essa união foi organizada para acolher os pastores da cidade e querendo abranger todo o Estado passou a ser denominada de UMESA (União dos Ministros Evangélicos do Estado de Sergipe). Participou da organização das campanhas evangelísticas de 1964 “Cristo Esperança Nossa”, e em 1965 “Cristo a Única Esperança”. (Entrevista cedida a autora no dia 18/07/05).

Este não foi o único momento que se presenciou conflitos entre esses dois grupos religiosos. D. José Thomas Gomes da Silva⁸ homem de personalidade marcante, disciplinado e determinado, ao assumir o primeiro bispado em Sergipe, procurou preencher lacunas deixadas pela Igreja católica nos espaços espiritual, social e educacional. Sem de longas, tomou várias providências para ornar a Diocese de Aracaju.⁹ Assim se expressa Raylane Andreza Dias Navarro Barreto,

Outras medidas foram tomadas para aparelhar a Diocese, a exemplo da criação do boletim. “A Diocese de Aracaju: Orgam oficial da Diocese de Aracaju”, que tinha por objetivo reunir “todos os atos da administração diocesana [e recolher] igualmente em seu registro os documentos de aquisição, pertinentes aos direitos da mesma diocese.”¹⁰

Neste longo período (1911-1948) que D. José Thomas esteve à frente da diocese de Aracaju ele realizou uma política de sufocar a expansão do protestantismo aqui em Sergipe. A partir de 1911 munuiu-se de alguns requisitos necessários para construir uma rede de escolas e

⁸ D. José Thomas Gomes da Silva nasceu no dia 04 de agosto de 1873, no município de Martins, no Estado do Rio Grande do Norte. Era filho de juiz Thomas Gomes da Silva. Em 1881, ingressou no Seminário de Olinda, onde recebeu a tonsura (corte de cabelo redondo no meio da cabeça que representava a sua condição de futuro prelado). Em 1884, transferiu-se para o Seminário da Paraíba, onde se ordenou. BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. *Os padres de D. José*; Seminário Sagrado coração de Jesus. 2004 . São Cristóvão. UFS. 2004, p. 28. (Dissertação de Mestrado).

⁹ A Diocese de Aracaju foi criada a 03/01/1910 pela Bula Divina disponente Clementia do papa pio X, desmembrada da Arquidiocese de São Salvador da Bahia. A 30/04/1960, pela Bula Ecclesiarum omnium do Papa João XXIII, foi elevada a Arquidiocese e sede metropolitana, 1º Bispo: D. José Thomaz Gomes da Silva (1911-1948), 2º Bispo D. Fernando Gomes dos Santos (1949-1957), 3º Bispo e 1º arcebispo- D. José Vicente Távora (1957-1970), 2º arcebispo- D. Luciano José Cabral Duarte (1971-1978). Anuário Católico do Brasil 2003. CERES (Centro de Estatística Religiosa e Investigação Sociais). Rio de Janeiro.

¹⁰ BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. *Os padres de D. José*; Seminário Sagrado coração de Jesus. 2004. São Cristóvão. UFS, 2004, p. 31. (Dissertação de Mestrado)

outras instituições sociais. Pode-se citar entre elas: Oratório Festivo São João Bosco (1914), Orfanato da Imaculada Conceição (1911), Ginásio Nossa Senhora das Graças fundado em 1915, Ginásio Patrocínio São José, (1940), Associação "Santa Zita" de Aracaju (1942), Casa do Pobre "Bom Pastor" (1942), Orfanato N. Senhora das Graças - Boquim (1947), Ginásio Imaculada Conceição (1929), Educandário N. S. da Piedade-(1947), Ginásio Santa Teresinha (1948).¹¹ Depois que D. José Thomas assumiu (diocese) a única escola protestante de denominação presbiteriana, que existia fechou suas portas.

Nas décadas de 40 e 50 o Brasil passou por grandes transformações decorrentes da urbanização das cidades e da industrialização. Em 1948, a diocese de Aracaju perdeu por falecimento o seu 1º bispo. Essas mudanças influenciaram no âmbito religioso. No cenário sergipano surgiram novas comunidades religiosas.

Segundo IBGE no censo realizado nas décadas de 40 e 50¹² apresenta o seguinte resultado mostrando um panorama geral das religiões sem discriminar as diversas denominações, simplesmente incluindo todas no mesmo quadro de protestantes, ou outras religiões (sem declaração de religião) existentes no Estado de Sergipe. Na década de 40 existiam: 537.698¹³ católicos (99,15%); protestantes 3.240 (0,60%); espíritas 457 (0,08%); outras religiões 568 (0,10%). Na década de 50 possuía católicos 630.081¹⁴ (97,78 %); protestantes 6.825 (1.06%); espíritas 2.184 (0,34%), outras religiões 4.556 (0,71%).

O que se comprova através dos números; segundo o censo do IBGE, é que houve um crescimento do catolicismo. Na década de 40 existiam 537.698 na década de 50, passou a se contabilizar 630.081 e na década de 70 o catolicismo perfazia um total de 872.590¹⁵ adeptos. Além da rede escolar existente, outras surgiram como: O Ginásio Pio

¹¹ Livro de Tombo nº 1, da Diocese de Aracaju – (Cúria Metropolitana) p.p. 117-119, 171-172.

¹² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico de Sergipe, 1940,1950.

¹³ V Recenseamento geral – 1940. Censo Demográfico do Estado de Sergipe - IBGE.

¹⁴ VI Recenseamento geral - 50, IBGE

¹⁵ VII Recenseamento geral – 1960, IBGE

X, Educandário Nossa Senhora da Purificação o Instituto D. Fernando Gomes, nasceu também a Rádio Cultura uma emissora que estava a serviço da igreja católica, foi inaugurada no dia 21 de novembro de 1959. Todos esses canais propagavam as ações do clero.

OUTRAS DENOMINAÇÕES RELIGIOSAS EM ARACAJU

O advento da República, a passagem do século XIX para o século XX, e a vigência de uma nova Constituição marcando a separação entre Igreja Católica e o Estado, favoreceu o aparecimento de novos grupos religiosos como os protestantes históricos (presbiterianos, batistas, metodistas e congregacionais), as denominações pentecostais, o espiritismo e passou a existir a consolidação das religiões afro-brasileiras como a Umbanda.

Os presbiterianos surgiram no Brasil em 1859 no século XIX, foi a denominação que mais se expandiu. O crescimento dos presbiterianos, só começou a ser superado pelos batistas no começo do século XX. Devido as cisões que aconteceram em Sergipe existem grupos com diferenças de tendências.

No entanto a inserção do protestantismo em Sergipe se deu no século XIX, por volta do ano de 1884 por missionários norte-americanos. Os protestantes ainda não tinham presença oficializada, o que veio acontecer, no ano de 1890, com 209 fiéis, segundo o IBGE. A denominação presbiteriana foi implantada em Sergipe no ano de 1903.

Segundo Pr. Jonan Cruz quando chegou em Sergipe em 1950, já existia a 1ª Igreja Presbiteriana Independente, que foi fundada em 1904 e no interior do Estado, já contava com congregações nas cidades de: Boquim, Estância, Rio Fundo, Maruim, Salgado e Itabaiana . Em 1951 foi organizada a Igreja Presbiteriana Independente de São Cristóvão. Em 1968 organizou-se a 2ª Igreja Independente, em 69 foi organizada a 3ª Igreja Independente de Boquim.

Pr. Claudionor Barreto¹⁶ explicou como se deu o crescimento dos Presbiterianos do Brasil (outra tendência). Observa-se pelas informações que foram dadas, que na década de 60, Sergipe já possuía,

a 1ª Igreja Presbiteriana de Aracaju, a Igreja Presbiteriana de Estância, Lagarto, Simão Dias e Igreja presbiteriana 12 de agosto. No presbitério já contava com uma comunidade de 900 membros, três pastores e várias congregações espalhadas nas cidades de Itaporanga, Sapé, Itabaiana, Frei Paulo, Campo do Brito, Tapera da Serra, Própria, Riachão do Dantas, Salgado, Laranjeiras e Pedrinhas. Além da congregação 12 de agosto em Lavandeira. Hoje a Igreja Presbiteriana está presente em todos os Estados do Brasil. Claudionor Barreto, pastor aposentado pela Igreja Presbiteriana Ebenézer.

Os batistas tiveram seu início histórico no Brasil com a chegada dos missionários William Bagby e Zacarias Taylor em 1881. Fundaram a 1ª Igreja em 1882 na Bahia. Em Sergipe a 1ª Igreja Batista de Aracaju foi organizada em 1913. Até a década de 40, os batistas já possuíam 10 igrejas (PIB, Própria, Neópolis, Maruim, Dores, Itabaianinha, 2ª Igreja Batista, Boquim, São Cristovão, Estância). Na década de 60 foram organizadas as igrejas; Betânia, Memorial, Siriri. Nos anos 70 a Igreja Batista Castelo Forte e a Igreja Batista da Fé. Além destas igrejas citadas possuía também 06 congregações.¹⁷

A Assembléia de Deus constitui a Igreja mais popular do Brasil,

¹⁶ Pr. Claudionor da Silveira Barreto, nasceu em 15 de novembro de 1921 em Natal- Rio Grande do Norte. Fez o curso de Bacharel em Teologia no Seminário Presbiteriano do Norte e pastoreou as Igrejas: Presbiteriana de Aracaju, 12 de agosto e Simão Dias. Aposentou-se em março de 1992. Seu pastorado foi de 1971 a 1992. Portanto foram 21 anos de profícuo ministério. (Entrevista cedida a autora em 19/07/05).

¹⁷ Jabes Nogueira nasceu na cidade Corrente no Piauí, no dia 08 de janeiro de 1937. Tem o curso de Bacharel em Teologia pelo Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil, Recife- PE. Assumiu o pastorado da Primeira Igreja Batista de Aracaju (PIB) no ano de 1965 e permanece como pastor até o presente momento. (Entrevista cedida no dia 19/07/05).

bem como a mais numerosa. Começando em 1911, estenderam-se pelo nordeste e lentamente pelo sul. A Assembléia de Deus chegou em Sergipe a partir de 1927. Em 1935 foi inaugurado o templo da rua de Bahia. A partir desta data a denominação começou a se expandir na capital e no interior do Estado. Tem sua maior fase de crescimento nas décadas de 60, 70, 80. Houve um crescimento considerável nas décadas de 50 a 70 motivados pelas mudanças sociais provocadas pela industrialização conforme José Oliveira Passos,

Foi a partir da década de 50¹⁸ quando o país é marcado por uma rápido processo de mudanças sociais, provocadas pela industrialização, que essa denominação teve um desenvolvimento acelerado nas zonas urbanas. Na década de 70, ela despontava como a denominação evangélica de maior número de adeptos do país, com cerca de 30,5% do total dos protestantes a e 53% sobre o total dos pentecostais (Rolim,1990). Mas é a década de 80 que a Assembléia de Deus ratifica sua hegemonia numérica dentro do universo protestante brasileiro, apresentando uma estimativa de aproximadamente três milhões de fiéis.¹⁹

A Assembléia de Deus experimentou um período de grande crescimento nas décadas de 60 e 70. No término da década de 50, Assembléia de Deus possuía 03 congregações: (Siqueira Campos, do Santo Antonio e do 18 do Forte. Na década de 60 foram organizadas mais duas congregações no bairro América e Santos Dumont, e outra na Barra dos Coqueiros, e em 1970 a Assembléia de Deus, instalou mais 05 congregações uma na Cidade Nova, uma no Ponto Novo, uma na Atalaia, Veneza e São Conrado.²⁰ De acordo com a taxa de

¹⁸ CAMPO Jr. apud PASSOS, José Oliveira. 1996. *Uma Fé em Expansão: Análise do crescimento demográfico da Igreja Evangélica Assembléia de Deus na grande Aracaju*. Aracaju: UFS 1995. (Monografia de Bacharelado).

¹⁹ PASSOS, José de Oliveira. Op. Cit. p.17.

²⁰ Idem. Ibidem, p.p. 19,20,21.

crescimento do número de congregações da Assembléia de Deus na grande Aracaju nas décadas de 1950, 1960, 1970, apresentada por Passos,²¹ concluí-se o seguinte: Na década de 50 existiam 03 congregações; em 60 possuía 06 congregações (100,0%); na década do 70, 11 congregações, (83,4%).

O Espiritismo inicia seu movimento em Sergipe nas cidades de Laranjeiras e Estância. No ano de 1903 ele ganha visibilidade em Aracaju. Um dos primeiros centros espíritas do bairro Cirurgia fundado na década de 1950 foi “Amor e Caridade”. Na década de 1960, houve a formação do Grupo de Trabalho “Caminho da Redenção”, na década de 70 - Centro Espírita Luz e Amor, Trabalhadores do Bem, e do Pronto Socorro Espiritual Bezerra de Menezes. Conforme Santos, o “Caminho da Redenção” transformou-se no núcleo de formação de mais três instituições: Centro Espírita Amélia Alves, Grupo de Estudos Espíritas, e o Instituto de Cultura Espírita.²²

EMBATES E COMBATES NA IMPRENSA

A cada dia o desapontamento tomava conta do clero, com o surgimento de mais uma igreja ou congregação batista. Enquanto isso, protestantes de confissão batista se uniram em torno da propagação do evangelho, da distribuição de folhetos e da vendagem de bíblias. Era marcante o crescimento dos batistas. Na década de 50, segundo os anais da Convenção Batista Sergipana de 2005, o Estado de Sergipe contava com 11 igrejas batistas espalhadas na capital e no interior.

Na pesquisa realizada na imprensa sergipana nos jornais: *Correio de Aracaju* (1952-1966); *Sergipe Jornal* (1951-1965) e *Gazeta de Sergipe* (1951-1963) não foi localizado nenhum registro sobre o Educandário Americano Batista, nem mesmo resposta dos Batistas às críticas veiculadas na imprensa católica no período. Entendo este silenciamento como

²¹ Idem. *Ibidem*, p. 23.

²² SANTOS, Eufrázia Cristina Menezes. *Visão de Mundo no Espiritismo: Uma análise sócio-antropológica*. Aracaju: UFS, 1994. (Monografia)

intencional e representativo das barreiras enfrentadas pelas religiões que entram em choque com os interesses católicos.

Com a organização do Educandário Americano Batista os conflitos voltaram com mais intensidade entre católicos e protestantes. Tudo era motivo para injúrias através da comunicação radiofônica e a imprensa periódica. O clero considerava uma afronta, um desacato, os batistas erguerem uma instituição, e sem escrúpulo levar seus fiéis menos avisados para fortalecer as fileiras do protestantismo. Desassossegado, passa a alertar seu rebanho que não caísse nas malhas enganadoras dos batistas, atordoado o padre. Luciano Duarte expressa seu sentimento dessa forma,

Os protestantes de Aracaju, da seita Batista vão inaugurar neste ano um Educandário. Segundo estamos informados, o plano é transformá-lo, em seguida, em um ginásio. O rádio está transmitindo com freqüência, anúncios do referido colégio. Nada temos a censurar que os protestantes mantenham o seu educandário para os seus filhos. O colégio, pela sua estrutura essencial, deve ser o continuador e cooperador do lar. Não há de estranhar, pois que os protestantes queiram para os seus filhos, uma educação protestante. Cabe no entanto, aqui, um reparo da maior importância e gravidade: o colégio protestante de Aracaju não será simplesmente para os meninos protestantes. Ele visa conquistar, para o protestantismo, crianças que não pertencem a famílias protestantes, crianças católicas de cujos corações ele iria arrancar as sementes da fé católica, para aí lançar o germe do espírito da reforma. A prova de que o Colégio não visa simplesmente os filhos dos protestantes é a insistência da propaganda, onde, exceto a sugestão do título (Educandário Americano Batista) nada se diz da orientação religiosa do mesmo. Se o colégio visasse simplesmente os filhos dos protestantes, dispensável seria a sofreguidão publicatória. Poucos como são a notícia do seu colégio já está na boca de todos os protestantes, ou mais precisamente de todos os batistas, pois é desta denominação a iniciativa. Se

pois eles fazem questão de lançar aos quadrantes a rede de sua publicidade, é que esperam colher, nas malhas da propaganda, os filhos de famílias católicas pouco avisados. Esta aliás, a tática já empregada em dezenas de lugares.²³

No Educandário Americano Batista tudo transcorria normalmente com a saúde financeira equilibrada o que favoreceu positivamente seu crescimento. A sociedade aracajuana cada dia que passava reconhecia com apreço a qualidade de ensino que lhe era prestado. É o que pode ser demonstrado através dos dados apresentados por Williams na “Síntese do trabalho batistas em Sergipe”,²⁴ nas décadas de 50, 60, 70. Vejamos:

Já no ano de 1954 foram matriculados 87 alunos; sendo 38 batistas, 22 católicos, 13 presbiterianos, 13 protestantes, 01 adventista.. No ano de 1955, a matrícula constava com 96 alunos, sendo 44 batistas, 35 católicos, 13 presbiterianos, 03 congregacionais, 01 espírita. Em 1956, observava-se uma matrícula de 94 alunos. Sendo 69 evangélicos, 24 católicos, 03 espíritas. No ano de 1957, a matrícula foi de 83 alunos. Sendo 68 evangélicos e 15 católicos. No entanto no ano de 1958, a matrícula passou para 85 alunos, sendo 68 evangélicos, 14 católicos e 03 espíritas. No ano de 1959, a matrícula passou a apresentar um número de 86 alunos, sendo 79 evangélicos e 07 católicos.

No ano de 1961, a matrícula aumentou consideravelmente. Foi registrado um número de 118 alunos onde 79 eram evangélicos e 29 católicos. Em 1961 a matrícula passou a ser de 160 alunos. Distribuídos da seguinte maneira: 60 batistas, 80 católicos, 07 pentecostais, 02 adventistas, 02 congregacionais. Em 1962, foram matriculados 201 alunos; onde 58 eram batistas, 79 católicos, 10 pentecostais, 04 adventistas, 02 congregacionais, 02 metodistas. No ano de 1963, foram matriculados 185 alunos, sendo 95 evangélicos, 87 católicos e 03 espíritas. Em 1964 a matrícula foi de 166 alunos. Onde 95 eram evangélicos 87 católicos e 03 espíritas. No ano de 1965 foram matriculados 180 alunos. Sendo

²³ DUARTE, Luciano Cabral. *Jornal. A Cruzada* 20/02/1954.

²⁴ WILLIAMS, Clara Lynn. *Síntese do trabalho batista em Sergipe (1913- 1971)*.

80 evangélicos, 92 católicos, 03 adventistas, 03 cristãos, 02 espíritas, em 1966 foram matriculados 196, onde 83 evangélicos e 113 católicos.

Observa-se que nos anos de 1966 a 1971, o número de católicos matriculados nesta escola superaram o número de outras confissões religiosas. Conforme pode-se comprovar: Em 67 foram matriculados 196 alunos. 48 eram batistas, 122 católicos, 16 presbiterianos, 05 Independentes, 04 adventistas, 01 espírita. Em 68 o número de alunos matriculados chegou a 205. Onde 133 católicos, 36 batistas, 21 presbiterianos, 07 evangélicos, 03 espíritas, 02 pentecostais, 02 adventistas, 01 Independente. Em 69 foram 214 matriculados, sendo 141 católicos, 34 batistas, 36 presbiterianos, 04 adventistas 03 pentecostais. Em 1971 a escola alcança o maior número de alunos, com a 261 matriculados: distribuídos da seguinte forma: 48 batistas, 50 presbiterianos, 05 adventistas, 147 católicos, 05 Testemunhas de Jeová e 06 espíritas.

No entanto o clero não estava satisfeito com o que estava posto aos seus olhos. Confusos nos seus pensamentos, resolveu prevenir os católicos displicentes do grande perigo que corriam, se por sonho chegassem a matricular seus filhos numa instituição herege como esta e concluiu que,

É melancólica a história dos colégios protestantes no Brasil. Triste história de naufrágio de almas. Tomemos o caso do grande "Ginásio 15 de novembro", instalado em Garanhuns, com dependências magníficas, financiados pelo dinheiro do protestantismo americano. Fundado numa cidade católica, o Ginásio 15 de novembro, por displicência dos católicos de Garanhuns, tem na sua maioria, alunos de famílias católicas. Os pais alegam que as taxas são cômodas, abrigam-se numa suposta liberdade religiosa dentro do Colégio, e apesar do clamor que se faz, o problema continua. Com que resultado? Como o protestantismo não consegue impor-se por falta de calor espiritual ou por falta de força doutrinária, à maioria dos jovens apenas lhe mata o germe católico trazido de casa, e lhes deixa n'alma a semente da dúvida e da disponibilidade religiosa. O resultado é uma geração

de indiferentes: não são católicos, não são protestantes, não são coisa nenhuma. São apenas náufragos da fé.²⁵

Tacitamente a igreja católica reconhecia que através da educação, os filhos dos seus fiéis poderiam ser influenciados, por este motivo a presença do colégio Batista era considerado uma ameaça aos lares católicos e menos avisados. Neste sentido, Duarte preocupado conclama aos seus adeptos,

Ora, é preciso que estas verdades estejam bem presentes aos católicos de Aracaju, neste momento em que a ameaça funesta abre as suas portas na cidade. Nós não somos favoráveis a lutas religiosas. Muito menos somos por uma anti-cristã intolerância para com a pessoas.

Mas somos decididamente, pela defesa da verdade integral de Jesus Cristo, da qual Ele fez depositária a sua Santa Igreja Católica. Não é a mesma coisa crer nisto ou naquilo. A verdade tem as suas exigências. Melhor diria: as suas intransigências. Ela não é como nós queremos, mas como é em si mesma. Não somos nós que lhe damos a forma, mas ela é que nos impõe. Daí a sua intangibilidade, a sua socialidade. A igreja tem clara, diante dos olhos, a compreensão deste problema. Por isto é que adverte os católicos a que de modo algum entreguem seus filhos para serem educados em colégio contra a orientação católica.²⁶

Após ter desferido suas críticas incisivas alçando bem alto a bandeira do preconceito, mandou um recado para aqueles que por qualquer deslize resolverem matricular seus filhos no Educandário Americano Batista, terão a punição da Santa Igreja Católica com a ex-comunhão assim informava Duarte,

²⁵ DUARTE, Luciano Cabral. A Cruzada 20/02/1954.

²⁶ DUARTE, Luciano Cabral. Jornal. A Cruzada 20/02/54.

E, para levar os cristãos ao cumprimento deste dever primordial de preservação da fé dos seus filhos, chega a Igreja ao ponto de dolorosamente, punir com ex-comunhão todos os que entregam os seus filhos para que sejam educados em alguma religião acatólica (Código de Direito Canônico, Cânon 2319, parágrafo 1º, art. 4º).²⁷

Conclamando a todos os fiéis que se declaram católicos que guardem esse patrimônio sagrado e por nenhuma sombra de heresias permitam que seus filhos sejam atingidos pelos protestantes. Esse era o sentimento que movia Duarte,

Se pois pela graça de Deus a nossa população ainda é católica, se, apesar de todos os pesares, nossas famílias ainda consideram como um patrimônio a legar aos seus filhos a verdadeira fé, que vem, sem descontinuidade, dos primeiros apóstolos de Cristo até os nossos dias, se o nosso povo, interrogado, faz questão de se declarar católico, urge, portanto, defender esta fé, guardar este patrimônio, manter a sagrada intangibilidade da doutrina evitando que a mesma seja maculada pela sombra das heresias. Cabe assim, às famílias católicas a grave obrigação de não enviarem seus filhos a qualquer colégio protestante.²⁸

Desde os primórdios da educação batista em Aracaju, seus fundadores desejavam oferecer aos seus alunos uma educação integral. Ou seja uma educação voltada para a formação, intelectual, moral física e espiritual. Para cumprir essa missão tivemos a presença das missionárias norte-americanas (Winona PurvisTreadwell, Maye Bell Taylor, Freda Lee Trott e Clara Lynn Williams) que se empenharam em desenvolver uma educação inovadora, de qualidade que atendesse a criança como um todo.

²⁷ DUARTE, Luciano Cabral. *Jornal A Cruzada* 20/02/54.

²⁸ DUARTE, Luciano Cabral. *Jornal A Cruzada* 20/02/54

Os jornais impressos foram as fontes principais para serem veiculadas os insultos e controvérsias. Os conflitos não paravam e os anticlericais elegeram como tribuna provavelmente o programa de rádio para realização de debates e manifestações. O padre Luciano impregnado pelo preconceito tomando conhecimento do fato passava a alertar seus adeptos para que em nenhuma circunstância colocassem seus filhos para estudar na escola batista. Se porém houvesse desobediência o fiel receberia a exclusão por parte da santa Igreja Católica.

Investigar a implantação do Instituto Pan - Americano (Colégio Americano Batista), bem como toda a sua trajetória tem sido da maior importância, pois novos dados estão sendo descobertos e a partir deles, compreende-se melhor as dificuldades, as lutas, as tensões religiosas enfrentadas e como esse Colégio conseguiu superar todos estes entraves e continuar oferecendo grande contribuição para a pesquisa sobre a Historiografia da Educação.

Artigo recebido em 10 de maio de 2014.

Aprovado em 20 de maio de 2014.

POLÍTICA DE USO
DAS TECNOLOGIAS
DA INFORMAÇÃO
COMUNICAÇÃO E
MÍDIAS EM SERGIPE:
uma história a ser contada

Rita de Cássia Amorim Barroso*
José Adailton Barroso da Silva**

POLITICAL USE OF MEDIA,
COMMUNICATION AND
INFORMATION TECHNOLOGIES IN
SERGIPE: A story to be told

RESUMO

O artigo é um recorte de pesquisa desenvolvida no Mestrado em Educação tendo como objetivo apresentar a histórica das Políticas Públicas com uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na Educação sergipana. Foi construído um panorama dos programas e projetos educacionais visando compreender o processo de construção de uma política de inserção e gestão das TIC a partir da formação continuada de professores dos Núcleos de

Tecnologias Educacionais (NTE) de Aracaju e Lagarto. Metodologicamente optamos pela pesquisa documental e entrevistas de gestores que estiveram à frente destas políticas no período de 1999 a 2008. Os resultados apontam para um modelo frágil de gestão das TIC e a inexistência de uma política que defina ações, acompanhamento e resultados dos projetos/programas de inserção das TIC em Sergipe.

Palavras-chave: Políticas Públicas, TIC, Educação.

* Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS). Mestre em Educação pela Universidade Tiradentes (UNIT). Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Geografia. Especialização em Planejamento Educacional pela Universidade Salgado Oliveira (Universo) e Especialização em Informática Educativa pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora titular do Governo do Estado de Sergipe. Professora titular da Universidade Tiradentes e professora titular da Prefeitura Municipal de Aracaju. ritadte@gmail.com.

** Doutorando em Geografia pela UFS (Universidade Federal de Sergipe) e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. É graduado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e especialista em Formação Socioeconômica do Brasil pela Universidade Salgado Oliveira (Universo). Atualmente é coordenador do curso de Geografia da Universidade Tiradentes. Professor da Universidade Tiradentes. É presidente do colegiado e do Núcleo docente estruturante (NDE) do curso de Geografia. É também professor do Núcleo de Educação a Distância (Nead) onde ministra a disciplina online Metodologia Científica. Professor da Rede pública estadual de ensino onde exerce a função de coordenador pedagógico do programa Um computador por aluno (PROUCA) na Escola Estadual Prof. José Franklin. adailtonbarroso@gmail.com.

ABSTRACT

The article is an excerpt from research undertaken in the Masters in Education with the goal of presenting the historic Public Policy with the use of Information and Communication Technologies (ICT) in Education Sergipe. We constructed an overview of educational programs and projects aimed at understanding the process of building a policy of integration and management of ICT from the continuing

education of teachers of Educational Technology Centers (NTE) and Aracaju Lizard. Methodologically opted for documentary research and interviews of managers who were at the forefront of these policies in the period 1999-2008. The results point to a model fragile ICT management and the lack of a policy defining actions, monitoring and results of the projects / programs of ICT integration in Sergipe.

Keywords: Public Policy, ICT, Education.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX, a adoção de políticas neoliberais por parte do Estado, trouxe atrelada ao momento histórico, a rediscussão da relação capital-trabalho, a necessidade de novos perfis profissionais e com ela, a necessidade de novas ações nas políticas educacionais. Prova disso é a ação dos organismos internacionais, instâncias representativas que levam através da política educacional as estratégias ideológicas que resultam em ações concretas pela continuidade do capitalismo global e da exploração do trabalho humano. Uma das formas de materialização destas ações são as estratégias de inserção das TIC no trabalho e na educação, que se constituem objeto de reflexão possibilitador de desafios no trabalho pedagógico com vistas a novas competências e a exercer a função socializadora na sociedade.

A ponderação que se coloca é que as primeiras iniciativas de políticas públicas relacionadas a programas educacionais desenvolvidos no Brasil, na área das TIC, distribuídas e aplicadas nas redes municipal, estadual e federal foram pensados, deliberados e executados com visão instrumentalista, amarrando o processo educativo a uma visão simplificador de construção de saberes.

Nesse sentido, Meszáros¹ lança o seguinte questionamento: “Para

¹ MESZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Bontempo, 2005, p. 17.

que serve o sistema educacional mais ainda, quando público, se não for para lutar contra a alienação? Para ajudar a decifrar os enigmas do mundo, sobretudo o do estranhamento de um mundo produzido pelos próprios homens?”. Estas questões permeiam nossas reflexões sobre os projetos e programas federais de inserção das TIC na educação que foram implantados em Sergipe, procurando ao descrevê-los compreender sua contribuição nas estratégias de formação continuada de professores no estado.

2. EXPERIÊNCIAS DESENVOLVIDAS EM SERGIPE PARA O USO DE TECNOLOGIAS E MÍDIAS NA EDUCAÇÃO

Desde o final do século XX, Sergipe desenvolveu experiências, próprias ou em parcerias institucionais para a inserção de TIC na educação. Estas experiências estão descritas sucintamente com o objetivo de construir a história das tecnologia no estado, os percursos destas experiências e sua importância para a construção de uma política estadual de inserção das TIC no espaço escolar sergipano.

2.1.1 O projeto Vídeo Escola

Foi a primeira experiência para o uso das mídias implantada em Sergipe. Fruto de um convênio entre o estado, a Fundação Banco do Brasil e a Fundação Roberto Marinho, o Vídeo Escola foi implantado em 140 escolas estaduais com o objetivo de oferecer, um acervo de vídeos para serem utilizados como mediadores nos conteúdos desenvolvidos em sala de aula. Foi o primeiro projeto a colocar diretamente na escola de Sergipe a questão da relação comunicação/educação, tanto no viés da comunicação enquanto alfabetização para os meios, leitura dos meios, educação para a comunicação.²

O Projeto foi desenvolvido de 1989 a 1996 e proporcionou a formação continuada de professores, sob a responsabilidade da Se-

² LINHARES, Ronaldo Nunes. *Gestão em Comunicação e Educação: o áudio visual no espaço escolar*. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 98.

cretaria Estadual de Educação (SEED). Na operacionalização foram instalados núcleos audiovisuais nas diretorias regionais de Educação (DRE) responsáveis pelo acompanhamento do projeto nas escolas e pela guarda e empréstimos das fitas. Através do projeto Vídeo Escola, os professores sergipanos tiveram o primeiro contato com a presença da mídia televisiva nas escolas e passaram a desenvolver as primeiras experiências audiovisuais na prática pedagógica escolar.

2.1.2 Programa Um salto Para o Futuro

Implantado em 1992 através de convênio com o Ministério da Educação (MEC), o Programa “Um Salto Para o Futuro”, financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE). Voltado para a formação de professores do ensino fundamental, através da Educação a Distância (EAD) em parceria com o Ministério das Comunicações, Fundação Roquette Pinto, Secretaria de Educação Básica e Secretarias Estaduais de Educação tinha como objetivo atualizar docentes das quatro séries iniciais do ensino fundamental e alunos do último ano do curso de formação de professores, através da emissão via satélite de um canal aberto, mediado por tutores locais e de professores especialistas, orientadores de aprendizagem.

A experiência sergipana tornou-se referência para professores e educadores de todo o país e contou com orientadores educacionais, que coordenavam os trabalhos distribuídos nacionalmente e com momentos interativos que possibilitam aos professores, reunidos em espaços semanalmente estabelecer discussões em tempo real com os debatedores dos temas em análise.

2.1.3 Projeto Inovações Pedagógicas

Em 1997 através da recém-criada Divisão de Tecnologias de Ensino, (DITE) produziu sua primeira experiência para o uso das TIC em Sergipe, criando e implantando o Projeto Inovações Pedagógicas. Financiado pelo Projeto Nordeste/Banco Mundial, este projeto foi desenvolvido em três ações ligadas ao Ensino Fundamental: a primeira, com o programa de televisão, “Diário de Classe”, a segunda com o projeto

de “Salas de Cultura e Arte” e a terceira com o projeto “Alfabetização com uso de multimídia”.

O diário de classe se constituiu na produção de 01 kit com programas em VHS produzidas por jornalistas e especialistas sergipanos de diversas áreas, cujas temáticas deveriam atender aos interesses dos professores, do currículo e da escola sergipana. Estes programas deveriam ser veiculados também pela TV educativa do estado e disponibilizados para cada escola estadual de ensino fundamental. Foram produzidos programas com as seguintes temáticas: livro didático, comunidade indígena Xocó, gestão escolar, construtivismo, Educação Especial e cultura sergipana, que orientaram as discussões na escola.

O Projeto Salas de Cultura e Arte (1997-1999) e o Ações Arte-Educativas (1999-2000) fomentaram novas perspectivas para o ensino da Arte em Sergipe. Constatando no desenvolvimento do projeto a necessidade de elaborar uma proposta curricular, com o objetivo de conferir uma direção à prática docente em Arte. Para ratificar esse compromisso, a SEED, entre outras iniciativas, elaborou suas diretrizes pedagógicas, propondo-se a reconstruir o percurso pedagógico e inserindo-se no contexto das reformas educacionais. Defende que as ações educacionais e pedagógicas sejam viabilizadas, garantindo, de forma integrada e dinâmica, três princípios básicos: identidade, integração e participação.

O Projeto Alfabetização com uso de multimídia (1997-1999) foi um projeto experimental para o uso das TIC de ação integrada entre o desenvolvimento global do aluno e o processo de ensino aprendizagem, utilizando-se de diversas mídias tais como: TV, Vídeo, Computador, Rádio, Livros, Jornais no seu procedimento metodológico. Desenvolvido pela SEED/SE sob a orientação da DITE, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Divisão do Ensino Fundamental do Departamento de Educação e Diretorias Regionais de Aracaju se destaca no cenário do estado por ser o primeiro programa gestado pelo estado e desenvolvido ações para a realidade sergipana.

O Multimídia foi o primeiro programa produzido no estado para o uso das TIC e respondia a uma necessidade de desenvolver experiências inovadoras para escolas públicas. Para tanto, buscou respaldo para

delimitar sua área de atuação nos dados do SAEB que apontavam para alto índice de reprovação nas primeiras séries da alfabetização, dificuldade de assimilação nas quintas séries na área das ciências exatas e defasagem de aprendizagem na Alfabetização de adultos.

Programa que destinava-se, a alunos de 1^a e 4^a séries de quatorze (14) escolas da Rede Estadual e Municipal de Ensino; objetivando implantar ambientes de multimídia em escolas da Rede Pública como recursos dinâmicos na aquisição de conteúdos das 1^a e 4^a séries do Ensino Fundamental visando intervir, através da mediação pedagógica, no desenvolvimento das habilidades cognitivas necessárias no processo de construção do conhecimento. As atividades, produzidas pelos professores, com acompanhamento da equipe da DITE e consultoria dos especialistas do projeto Antonio Valente (UNICAMP) e Eliana Rosado PUC/CAMPINAS) tinham como objetivo o desenvolvimento cognitivo e emocional da criança – métodos de motivação, baseados nas teorias: construtivista, interacionista e das inteligências múltiplas, e considerava a importância do ambiente escolar no processo de aprendizagem.

2.1.4 Programa Rádio Educação de Sergipe – Rádio EDUC-SE

A política de utilização do rádio nas escolas de Sergipe surge de iniciativa da SEED/SE através do projeto Alvorada com recursos do Programa de Melhoria do Ensino Médio (PROMED). Implantado em 2005 tendo também a DITE como *locus* de sua coordenação, atende a 36 unidades escolares da rede estadual de educação. Seus principais objetivos são: assessorar professores e contribuir para a melhor utilização da rádio nas escolas da rede pública estadual de ensino que já possuem ou que venham a adquirir uma rádio-escola; desenvolver e monitorar projetos educativos, incentivando os docentes a trabalhar com projetos didáticos.

2.1.5 Tonomundo e INTEL³

³ Site oficial do TONOMUNDO para conhecimento mais detalhado do programa: http://www.tonomundo.org.br/mundo_portal/servlet/br.usp.futuro.portal.sv.ChainHome

O Programa Tonomundo foi um programa fruto de parceria estado iniciativa privada, sob direção da DITE visando contribuir na qualidade da Educação brasileira. Concebido em 2000 e implementado em 16 Estados brasileiros (Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe). Propiciava a formação pedagógica - transdisciplinar dos professores e a consolidação de uma Comunidade Virtual de Aprendizagem no ambiente escolar.

3. PROGRAMAS NACIONAIS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO

A inserção das tecnologias na Educação através dos Programas Nacionais do Ministério da Educação permite aos alunos da escola pública ter acesso a estas tecnologias, em que pese à visão limitada de acesso. Porém, as concepções dos programas, a distribuição de equipamentos e a capacitação dos professores nem sempre garantem que o professor vá utilizá-los na sala de aula, pois as variáveis que interferem neste processo passam, entre outras coisas, pelo domínio do professor em utilizar pedagogicamente as TIC no processo de aprendizagem e dos gestores, em gerenciar a presença destas tecnologias no espaço escolar.

Recorremos a uma breve descrição da concepção, objetivo e público a quem se destina dos programas com vistas a uma construção de panorama sintético dos programas públicos de TIC na educação implantados pelo MEC como órgão proponente da política nacional de educação para que possamos compreender as relações estabelecidas com as políticas estaduais.

3.1 TV ESCOLA⁴

Canal de televisão do MEC que capacita, aperfeiçoa e atualiza educadores da rede pública desde o ano de 1996 estimulando o pro-

⁴ Site oficial do TV Escola para conhecimento do programa: <http://tvescola.mec.gov.br/>

fessor para a utilização de seu acervo videográfico contribuindo para a melhoria da educação. Os principais objetivos do TV Escola são: o aperfeiçoamento e valorização dos professores da rede pública, enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem e melhoria da qualidade do ensino. Sua programação exibe durante 24 horas diárias, séries e documentários estrangeiros, produções da própria TV Escola.

É propósito do programa que a escola forme o seu acervo videográfico de acordo com o seu projeto pedagógico para construir um patrimônio permanente de imagens que poderá ser usado para a capacitação de professores e como instrumento didático da prática pedagógica. No estado de Sergipe o TV Escola atende a todas as unidades escolares da rede estadual, para o processo de capacitação de professores a partir 2004, foi estabelecido parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS).

3.2. GESAC⁵

O programa GESAC – Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão, criado em 13 de março de 2002 é um projeto de inclusão digital, vinculado ao Ministério das Comunicações, tem como meta disponibilizar acesso à internet e inclusão digital às comunidades excluídas do acesso e dos serviços vinculados à rede mundial de computadores. Esta política beneficia escolas que prioritariamente caracterizam-se como comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) e que estão localizadas em regiões onde as redes de telecomunicações tradicionais não oferecem acesso local à internet em banda larga.

3.3 PROINFO⁶

O MEC através da Secretaria de Educação à Distância (SEED), por meio do Departamento de infraestrutura Tecnológica (DITEC), em parceria com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, im-

⁵ Site oficial do GESAC para conhecimento: <http://www.gesac.gov.br/>

⁶ Site oficial do programa PROINFO para conhecimento: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=462&id=244&option=com_content&view=article

plantou o Programa Nacional de Informática na Educação através da Portaria N° 522/MEC, de 9 de abril de 1997. Com a intenção de formar 25 mil professores e atender a 6,5 milhões de estudantes, através da compra e distribuição de 100 mil computadores interligados à internet pretendendo iniciar o processo de universalização do uso de tecnologia de ponta no sistema público de ensino do Brasil.

Além do PROINFO, fazem parte da política nacional de informática educativa o PROINESP e o PROINFO RURAL.

3.4 Proinfo Urbano e Rural

Apresenta como objetivo a distribuição de material pedagógico em DVD e implantação de laboratórios de informática nas escolas rurais brasileiras. Destinados também a alunos da 5^a a 8^a séries localizadas em áreas urbanas e com mais de 100 alunos, este programa contempla a formação continuada dos professores envolvidos no programa e a melhoria do ensino com apoio das TIC.

3.5 O PROINESP

Implantação em Sergipe em 2008, objetiva oportunizar a inclusão digital e social de alunos com necessidades educacionais especiais e consiste na implantação de laboratórios de informática em escolas públicas municipais e estaduais e entidades sem fins lucrativos de Educação Especial. Através da formação de professores em curso presencial e a distância, com vistas à aplicação desses recursos tecnológicos junto aos seus alunos especiais. Funciona de forma independente do PROINFO/SE tendo em sua estrutura também um coordenador estadual que responde pelo programa. No Brasil atendia a 102 escolas brasileiras.

4. A HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO PROINFO EM SERGIPE

No Brasil, as décadas de 1980 e 1990 são marcadas por grandes investimentos financeiros em recursos tecnológicos voltados a Educação. Mesmo de maneira fragmentada estes investimentos, justificados por um discurso de igualdade, inclusão, construção e democratização do ensino

defendem a utilização da informática como possibilidade de melhoria na qualidade de vida da população.

No contexto educacional sergipano não ocorre de maneira diferenciada, à trajetória histórica das políticas públicas para o uso das TIC se materializam a partir da criação de núcleo de tecnologias vinculado ao Serviço de Ensino Fundamental (SEF/DED). Contando com uma equipe de três integrantes, este núcleo tinha como principais projetos e programas: o vídeo escola, o Programa Nacional de Informática na Educação (PRONINFE) e o primeiro Programa de formação de professores na modalidade semipresencial, mediado pela televisão, o “Salto para o futuro”.

O PRONINFE foi implantado no estado em 1989 e buscava apoiar o desenvolvimento e a utilização da informática no ensino de 1º, 2º, 3º graus e na educação especial através da criação de núcleos distribuídos geograficamente por todo o país e da formação de recursos humanos, particularmente os professores.

O documento norteador do PRONINFE define o papel das instâncias federal, estadual e municipal que se tornam responsáveis pela infraestrutura de suporte, prioritariamente para capacitação de recursos humanos e busca de autonomia científica e tecnológica para os problemas na área da informática do país. As iniciativas de capacitação deveriam estar centradas nas universidades públicas e não diretamente nas secretarias de educação dos estados, pois era preciso construir conhecimentos técnico-científicos no desenvolvimento de softwares educativos respeitando os valores culturais, sócio-políticos e pedagógicos da realidade brasileira e a formação de recursos humanos de alto nível. Assim, o PRONINFE se estabelece em Sergipe.

Através do programa são implantados três Centros de Informática Educativa em Sergipe: o de Educação Básica (CIEB), de Ensino Superior (CIES) e o de Educação para 1º e 2º graus (CIED/SE). Os CIED/SE se constituíam como ambientes de aprendizagem informatizados, integrados por grupos interdisciplinares de educadores, técnicos e especialistas, utilizando programas computacionais de uso/aplicação da informática educativa. Entre os períodos de 1988/1989 já estavam, implantados nos país cerca de 17 CIED em 20 estados brasileiros.

Era objetivo dos centros: atender alunos e professores do ensino fundamental e médio, atuar na educação especial, meninos de rua, portadores de distúrbios de aprendizagem e à comunidade em geral. Os centros deveriam se constituir em centros irradiadores e multiplicadores da tecnologia da informática para as unidades públicas e teria como função preparar uma significativa parcela da sociedade brasileira rumo a uma sociedade informatizada.

A base teórica que fundamentou as experiências dos CIED foi à epistemologia genética de Jean Piaget, que concebia o aluno como sujeito ativo de suas próprias estruturas intelectuais. Para operacionalizar a utilização da informática em consonância com a teoria que a respaldava, os professores foram capacitados por multiplicadores do estado para apropriação da linguagem de programação desenvolvida por Sigmund Papert (LOGO) e MICROMUNDOS.

Durante a fase de estruturação do PRONINFE a comunicação entre gestão nacional/MEC e o estado se efetivava por meio da troca regular de correspondência oficial, relatórios, projetos do MEC para o CIED/SE incentivando a criação de uma estrutura descentralizada. Entre os documentos pesquisados foram localizados expedientes comunicando envio de exemplares da revista *Em Aberto* – periódico sobre informática educativa produzido pelo José Armando Valente como resultado do Seminário de Brasília (anexo 02). Produção e distribuição de livros do projeto Educação com computador (EDUCON) – na educação em que os livros eram editados e produzidos pelo MEC e Organização dos estados independentes (OEA).

Os CIED/SE Sergipe se responsabilizou pelo planejamento e efetivação de capacitação para profissionais da educação sobre o LOGO, redes, ambientes informatizados, *Windows* e teorias psicopedagógicas. Participava nacionalmente de concurso de informática como forma de incentivo a utilização da informática no ensino. O MEC também orientou a Secretaria, através de manuais, a elaboração de um plano global da SEED/SE com captação de recursos financeiros junto ao Fundo Nacional de Educação (FNE) no montante de 10%. Nesse momento, o MEC orienta aos estados a elaboração de projetos voltados a inovações pedagógicas para o uso das TIC.

Assim, em dezembro de 1991 foi construído o Plano de Implantação da Informática Educativa que descreve, em seu texto, que através de recursos próprios a secretaria de Estado da Educação e Cultura (nome usado na época), implantou o laboratório de Informática Educativa (LIED) em duas escolas da rede de ensino na perspectiva de se utilizar do computador como ferramenta de apoio no processo ensino-aprendizagem. As primeiras escolas a terem seus laboratórios de informática implantados pela SEED/SE foram o Colégio Estadual Governador João Alves o Colégio Estadual Atheneu Sergipense. Estes LIED visavam capacitar os professores para utilizar as TIC de forma a estimular a produção de softwares educativos, desenvolvimento de linguagem de programação e perceber o computador como possibilidade de construção de conhecimento através do desenvolvimento de projetos de aprendizagem

No período de 1994, Sergipe realizou o I Simpósio de Tecnologia de Ensino no período de 06 e 07 de junho, no Centro de Aperfeiçoamento Educacional Jackson Barreto. Sob a coordenação do Núcleo Estadual de tecnologia, como objetivo de discutir a implantação da Divisão de Tecnologia – DITE nos estados brasileiros, debater questões pertinentes ao uso das TIC na educação, bem como, apresentar experiências de outros estados brasileiros direcionado a professores, coordenadores pedagógicos e representantes dos programas de tecnologia.

Nesse contexto, a DITE tornou-se o órgão responsável pela coordenação administrativa e didático-pedagógica dos programas de inserção das tecnologias de informação e comunicação no processo educacional incorporando em seu quadro o Núcleo de Tecnologia Educacional de Aracaju. Neste mesmo a DITE realizou a reunião para a construção de um plano de trabalho anual, convocada pelo Centro de Informática Educativa e realizada no Colégio Estadual Governador João Alves Filho tendo como parceiros os técnicos do projeto vídeo escola, do programa Um salto para o Futuro, das Diretorias Regionais de Educação (DRE) e professores dos laboratórios de Aracaju.

A Informática em Sergipe sofreria reformulações em suas bases quando o MEC redefine o PRONINFE lançando, o Programa Nacional

de Informática na Educação (PROINFO). Este programa destinava-se às escolas da rede pública, estadual e municipal de Sergipe, coordenado pela Divisão de Tecnologia Educacional (DITE).

O PROINFO foi lançado em abril de 1997, quase dez anos depois do PRONINFE, com a intenção de formar 25 mil professores e atender a 6,5 milhões de estudantes, através da compra e distribuição de 100 mil computadores interligados à Internet. Efetivou-se em Sergipe, por meio da construção de um Projeto de Informática Educativa através de Comissão Estadual composta por representantes da SEED/SE, Da Divisão de Tecnologia de Ensino (DITE⁷), e um grupo de professores da Diretoria Regional de Educação de Lagarto (DRE 02). As diretrizes do programa foram estabelecidas pelo MEC e Conselho de Secretários Estaduais (CONSED) tendo na estrutura gerencial um coordenador estadual responsável por introduzir as TIC nas escolas públicas em cada unidade da federação tendo a capacitação de professores da rede o seu foco de ações. Pertencente a esta estrutura foi criado a figura do professor-multiplicador que segundo documento da DITE é um especialista em capacitação de professores para o uso da telemática em sala de aula, lotados nos NTE de Aracaju e Lagarto que se constituem estruturas descentralizadas de apoio ao processo de informatização das escolas.

A primeira ação de capacitação do PROINFO nacional em Sergipe ocorreu em 1998, com a Especialização em Informática Educativa. Financiada pelo MEC e desenvolvida em parceria com o departamento de ciências da informação da Universidade Federal de Sergipe, ofereceu

⁷ A Divisão de Tecnologia de Ensino (DITE) foi criada em 1994, visando cumprir com as políticas públicas de Educação do Estado de Sergipe com vistas à melhoria da qualidade de ensino por meio dos cursos de formação continuada oferecidos por esta divisão à sociedade sergipana. Constituído-se como órgão responsável pela coordenação administrativa e didático-pedagógica dos programas, PROINFO, TV ESCOLA, RÁDIO EDUC-SE, GESAC, PROINESP, INTEL e todos os programas de inserção das novas tecnologias de informação e comunicação no processo educacional, subordinado ao Departamento de Educação da Secretaria de Educação vem desenvolvendo atividades e preparando a comunidade do magistério do Estado para inovação do processo educacional e implementação da Educação a Distância em seu contexto.

uma turma composta por, 10 técnicos da DITE, 06 técnicos da DRE' 02, 02 técnicos da DEA e 12 técnicos da SEED do Acre. O curso foi desenvolvido em parceria estabelecida entre MEC/SEED e Universidade Federal de Sergipe (UFS). Com o objetivo de formar o primeiro grupo de multiplicadores do PROINFO nos estados de Sergipe e Acre, que iniciaria as ações de implementação deste programa nas escolas. Como produto desta Especialização foi elaborado o projeto de Informática Educativa de cada Estado.

O processo de formação de multiplicadores do PROINFO nacional continuou com novas turmas para especialização com vagas para o estado: em 2000, por meio da parceria entre MEC e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); em 2001, resultante da parceria entre MEC e Pontifícia Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio); em 2002, seleção para o Mestrado a Distância, parceria entre MEC e UFRGS, quando foram aprovados dois candidatos de Sergipe; 12 vagas em 2006 para a Especialização em Tecnologias em Educação, uma parceria entre SEED/MEC e PUC/Rio e, em 2009, Especialização em Tecnologias em Educação, 220 vagas, uma parceria entre MEC/SEED e PUC/Rio.

Quanto à abrangência do programa, o PROINFO atende as escolas de Ensino Fundamental e Médio das redes estaduais e municipais de Sergipe. Durante o período de 1998 (tempo que começou efetivamente as ações do programa no estado) até 2002 o PROINFO implantou 40 escolas no estado.

A partir de 2007, a informática em Sergipe sofreria novas reformulações em suas bases quando o MEC reconfigura o Programa Nacional de Informática na Educação, quando passa entra em vigor a portaria 6.300 de 12/12/2007 modificando o nome do programa para Programa Nacional de Tecnologia Educacional.

A Secretaria de Estado da Educação entende que para atender a demanda do PROINFO no estado de Sergipe é necessário ampliar o número de NTE. Assim o estado implantou mais 04 novos Núcleos homologados, sendo 03 estaduais e 01 municipal e iniciou o processo junto ao MEC para implantação de mais 09 NTE, possibilitando assim

condições para a realização de forma ordenada e descentralizada da meta de inserção das Tecnologias e Mídias em 100% das escolas públicas.

A partir de então, o Estado de Sergipe amplia a demanda de formação continuada dos professores. A ideia fundamental do PROINFO Integrado é promover o uso pedagógico das diversas mídias eletrônicas nas escolas públicas de todo o Brasil. Para isso, o programa atua em duas frentes: equipando as escolas com tecnologias da informação e capacitando professores para fazer o uso adequado dos recursos no processo ensino-aprendizagem.

Em consonância com as ações do PROINFO Nacional de Capacitação e formação continuada em Tecnologias Educacionais, Inclusão digital da comunidade escolar, Experimentação no uso das TIC na Educação e Experimentações em cursos semipresenciais nos ambientes virtuais a equipe do Proinfo Estadual propõe e orienta o desenvolvimento de Cursos de Capacitação para Formação de Professores Articuladores, gerenciados pelas equipes pedagógicas dos Programas TV Escola, Rádio e PROINFO.

4.1 Os Núcleos de Tecnologias Educacionais- NTE

Como parte da política nacional implantada pelo PROINFO são implantados os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) no Estado de Sergipe visando proporcionar a estruturação de um espaço de introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Diretorias Regionais de Educação como ferramenta de apoio ao processo ensino-aprendizagem. Os núcleos são espaços físicos projetados de modo a preservar prioritariamente a integridade dos bens materiais, imateriais e, sobretudo humanos envolvidos no processo levando-se em conta a adequação do espaço físico no que se refere a climatização, *layout* e higienização.

Os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) são locais dotados de infraestrutura de informática e reúnem educadores e especialistas em tecnologia de hardware e software. Os profissionais que trabalham nos dois primeiros NTE (Aracaju e Lagarto) participaram da primeira especialização do PROINFO para auxiliar as escolas em todas as fases

do processo de incorporação das novas tecnologias. Nesse contexto, os NTE tornaram-se espaços importantes para a realização das formações dos professores, tendo em vista ser essa sua principal ação. Esse ambiente foi idealizado como espaço de trabalho administrativo e pedagógico, sobretudo para que os processos de formação continuada fossem potencializados e a adoção de metodologia de projetos com inserção de tecnologia aproximasse a cultura escolar dos avanços de que a sociedade necessita.

Em 2002 foram criados oficialmente dois Núcleos de Tecnologias Educacionais, através da Portaria N°3700/2002, o NTE-01 em Aracaju responsável pelas regiões Norte e Nordeste, e o NTE-02 em Lagarto, cujo universo de atendimento aplicava-se a zona centro-sul do Estado, com o mesmo propósito de fomentar o uso dos recursos tecnológicos e mídias no cotidiano da escola como recurso instrumental e fundamental para o desenvolvimento de uma educação com qualidade e que permita aos professores, gestores e discentes o acesso a informatização como meio de inserção na sociedade da informação e do conhecimento na sua região.

Com o objetivo de efetivar as atribuições dos NTE nos laboratórios de tecnologia Educacional, foi destinado para gerenciar os trabalhos neste espaço um professor intitulado Professor Articulador do laboratório de Tecnologia Educacional das Escolas que integram o PROINFO em Sergipe com funções garantidas na Portaria n° 3.700/2002 de criação dos Núcleos de Tecnologia Educacional de Sergipe.

Com a implantação e implementação dos Laboratórios de Tecnologias Educacionais (LTE), como um espaço de transversalidade dos saberes, o estado cria, através da portaria 3.700 de 2002 a função de professor articulador, cujo perfil estará atrelado ao Departamento de Recursos Humanos da SEED/SE. Como pré-requisito de lotação nas escolas o professor articulador deve ser capacitado no curso de Tecnologia Educacional ministrado pelos multiplicadores do PROINFO/NTE com a carga horária mínima de 80h.

A reestruturação nacional do PROINFO em 2007 e a implantação de 230 novos Laboratórios de Tecnologia Educacional (LIED) vinculados

ao PROINFO, distribuídos em todas as Diretorias Regionais, impôs a expansão do número de NTE em Sergipe. Concomitante à expansão a SEED/SE, a coordenação estadual do programa junto a sua equipe de multiplicadores, dos NTE de Aracaju e Lagarto, propôs uma reestruturação no organograma do programa objetivando atender às novas demandas do PROINFO Integrado e, assim, concretizar, efetivamente, a proposição de uma descentralização da gestão dos programas de tecnologias implantados na DITE.

Esta reestruturação do Programa PROINFO integrado, Sergipe ampliou de forma expressiva a demanda de formação continuada através dos cursos: 1. Introdução à Educação Digital (40h) trata da inclusão digital para a utilização significativa de recursos de computadores (sistema operacional Linux), recursos da Internet e reflexão sobre o impacto das tecnologias nos diversos aspectos da vida, da sociedade e da prática pedagógica; 2. Tecnologias na Educação: ensinando e aprendendo com as TIC (100h), versará sobre diversos temas relacionados à integração de tecnologias nos processos de ensino e de aprendizagem ao mesmo tempo em que estará constituindo a comunidade de prática e de aprendizagem, aliando assim a teoria e prática; 3. Elaboração de Projetos que tem como foco abordar, analisar e desenvolver metodologia de projetos na perspectiva de integrar as TIC no processo educacional.

Concluimos que é irrefutável a constatação que as ações governamentais desencadeadas na educação brasileira no que se refere ao uso das TIC a partir das décadas de 1980 e 1990 quando são desenhadas novas pautas de discussão na educação nacional por meio da nova ordem mundial estabelecida pela globalização, influenciam na condução deste processo. Estes novos modelos socioculturais, políticos e econômicos apontaram novas funções para as TIC no que se referem à produção, relações de trabalho baseadas na produtividade e competitividade, impondo a emergência de novas formas de aprender e ensinar.

Podemos afirmar assim que, a inserção de Sergipe nesta discussão, começa antes da implantação do PROINFO através de parcerias ou

de projetos do estado quando ao desenvolver projetos exitosos como o Vídeo Escola, Um Salto para o Futuro e principalmente o projeto Alfabetização com o uso de Multimídia. No entanto, é com o PROINFO que a temática Tecnologia na Educação se coloca efetivamente e intensivamente no espaço escolar sergipano.

Artigo recebido em 31 de março de 2013.

Aprovado em 22 de abril de 2013.

A DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO EM SERGIPE DEL REY (SÉC. XIX)*

The Devotion to Our Lady of the
Rosary in Sergipe del Rey (19th
century)

Vanessa S. Oliveira*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar as associações católicas de pretos em Sergipe del Rey e, de modo particular, evidenciar a devoção a Nossa Senhora do Rosário como um aspecto relevante da experiência religiosa dos africanos e seus descendentes. Baseado na análise de compromissos das irmandades, livros de tomo, testamentos e registros de óbito, este estudo identifica as associações leigas que compunham o universo religioso da província,

destacando as devoções organizadas pela população de cor. A pesquisa evidencia que Nossa Senhora do Rosário figurava como o orago mais popular entre os africanos e seus descendentes, seguida de São Benedito. As devoções organizadas por homens e mulheres de cor tiveram papel importante como espaços de sociabilidade e religiosidade acessíveis a camadas desfavorecidas da população de Sergipe no século XIX.

Palavras-chave: Sergipe, irmandades, Nossa Senhora do Rosário

* Este artigo se baseia no segundo capítulo da minha dissertação de mestrado intitulada "A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão-SE (Século XIX)", defendida em 2008, na Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação do Prof. Dr. Hippolyte Brice Sogbossi. A pesquisa contou com o auxílio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Sou grata às sugestões do meu orientador e da banca examinadora, composta pelos professores Dr. Frank Marcon (UFS) e Dra. Mariza de Carvalho Soares (UFF).

** Doutoranda em História da África na York University, Toronto, Canadá. Possui mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (2008). Atualmente é teaching assistant na York University. Tem experiência na área de História, atuando principalmente nas seguintes áreas: História da África, Diáspora Africana e História das Mulheres, Gênero e Sexualidades.

ABSTRACT

This paper aims to identify the Catholic associations of blacks in Sergipe del Rey, evidencing the devotion to Our Lady of the Rosary as an important aspect of the religious experience of Africans and their descendants. Based on the analyses of brotherhood statutes, church records, wills and burial records this study identifies the Catholic lay associations which comprised the religious universe of the province, highlighting the devotions

organized by the population of color. The research evidences that Our Lady of the Rosary was the most popular patron among Africans and their descendants followed by San Benedict. The devotions organized by the men and women of color played an important role as spaces of sociability and religiosity accessible to disadvantaged layers of the population in nineteenth century Sergipe.

Keywords: Sergipe, brotherhoods, Our Lady of the Rosary

As reflexões no campo das religiões têm rompido com o monopólio antes exercido pelas teologias e pela história da Igreja que, com base nos discursos oficiais, estavam mais preocupadas com os dogmas e as doutrinas. Numa nova perspectiva, os estudiosos desse campo têm apontado as rupturas e permanências no universo do sagrado, abordando as religiosidades populares com o intuito de analisar o significado de diferentes práticas de culto e suas formas devocionais. Neste panorama, as chamadas irmandades de pretos,¹ que inicialmente foram vistas como sociedades de conformismo e dominação,² têm sido objeto de outras reflexões com foco nas formas de vivência religiosa e reelaboração das identidades étnicas na diáspora.³

Esse trabalho tem como objetivo identificar as associações religiosas de pretos em Sergipe del Rey e, de modo particular, evidenciar a

¹ Opto pela utilização da categoria classificatória “preto” por ser esse o termo usado nas fontes consultadas para este trabalho.

² Nesta vertente ver, por exemplo, BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder*. São Paulo, Ática, 1986.

³ Ver, por exemplo: QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890)*. São Paulo, Annablume: Fapesp, 2002; SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1978; e SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

devoção a Nossa Senhora do Rosário como um aspecto relevante da experiência religiosa dos africanos e seus descendentes. Inicialmente esse estudo identifica as associações religiosas que compunham o universo religioso de Sergipe del Rey no século XIX para em seguida destacar as devoções organizadas pelos pretos. Índícios da existência das associações presentes no levantamento foram encontrados por meio de compromissos, livros de tombo, testamentos e registros de óbito, evidenciando a incidência da devoção a Nossa Senhora do Rosário entre os africanos e seus descendentes em território sergipano.

SERGIPE NOS QUADROS DO CATOLICISMO BARROCO

Sergipe Del Rey foi capitania subalterna à Bahia de Todos os Santos até a segunda década do século XIX. Apesar de possuir autonomia judiciária desde 1696, sua vida política, econômica e religiosa era subordinada à capitania vizinha que detinha o poder de nomear seus governantes e autoridades além de receber contribuições e impostos.⁴ A vinculação que vigorava desde a conquista do território em 1590 parecia ter chegado ao fim quando, a 8 de junho de 1820, D. João VI decretou sua autonomia. Todavia, essa seria uma autonomia caracterizada pela formalidade, uma vez que sua efetivação foi postergada pelos interesses contrários de origem externa representados pela Bahia e interna advindos da facção que mantinha negócios com comerciantes de Salvador. A situação se agravaria com a adesão da Bahia à Revolução Constitucionalista da cidade do Porto, determinando assim a reincorporação de Sergipe aos seus domínios.⁵

Foi somente com a independência do Brasil que Sergipe foi final-

⁴ NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Sergipe, UFS, 1989.

⁵ Sobre o processo que conduziu à emancipação política de Sergipe, ver: NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial I*; FREIRE, Felisbela. *História de Sergipe*. 2ª. Ed, Petrópolis, Vozes/Governo do Estado de Sergipe, 1977.; OLIVA, Terezinha Alves de. “Estruturas de Poder” in Diniz, Diana M. F. L. *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju: UFS/BANESE, 1991.

mente reconhecida como província independente, quando em 5 de dezembro de 1822 o Imperador D. Pedro I confirmou a Carta Régia decretada pelo seu pai no ano de 1820 e que até então permanecia sem vigência. Sua situação política somente veio a ser regularizada a 20 de outubro de 1823, ocasião em que foram abolidas as Juntas e nomeados presidentes para as províncias. Deste modo, em 25 de novembro de 1823, o Imperador nomeava o brigadeiro Manoel Fernandes da Silveira para o cargo de primeiro presidente de Sergipe.⁶

Em inícios do século XIX, Sergipe contava com a cidade de São Cristóvão, as vilas de Santa Luzia do Itanhi, Thomar do Geru, Lagarto, Itabaiana, Santo Amaro das Brotas, Vila Nova del Rey, Propriá, as missões de Água Azeda, Pacatuba, Japarutuba, São Pedro e alguns povoados, sendo os mais prósperos Estância e Laranjeiras.⁷ A população estava dividida para efeitos eclesiásticos em freguesias que chegavam ao número de trinta e três.⁸ Desde a segunda metade do século XVIII o açúcar se consolidara como o principal produto de suas exportações, fruto do crescimento da demanda externa. Os engenhos eram majoritariamente de pequeno e médio porte, nos quais o trabalho era executado por trabalhadores livres e escravos.⁹

⁶ OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. “Conflitos Internos em Sergipe: a instabilidade política e a consolidação da autonomia”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Vol. 34, 2005, 75-102.

⁷ SOUZA, Marcos Antônio de. *Memória sobre a Capitania de Serzipe: sua formação, população, produtos e melhoramentos de que é capaz*. Aracaju: Typ. Do Jornal do Comércio, 1878, p. 17-18.

⁸ ANDRADE JUNIOR, Péricles Moraes. *Espaço e Distinção Social no Catolicismo em Estância-SE (1950-1915)*. (Monografia de Licenciatura). São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 1998.

⁹ De acordo com Nunes, a quantidade de escravos nos engenhos sergipanos variava de 25 a 100 peças. NUNES, *Sergipe Colonial I*, p. 135.

No ano de 1808 sua população contava com 72.236 habitantes, distribuídos em quatro grupos: 20.300 brancos (28,10%); 30.542 pardos (42,28%); 19.954 pretos (27,64%); e 1.440 índios (1,99%).¹⁰ Assim, havia em inícios dos Oitocentos uma aproximação entre o número de brancos e pretos e uma predominância de pardos, sendo os povos indígenas minoria. Os brancos compunham a elite econômica produtora dos gêneros de exportação e por extensão ocupavam os cargos de maior destaque nas câmaras municipais e na tropas das ordenanças.¹¹ De acordo com o vigário Marcos Antonio de Souza, muitos deles eram oriundos de Portugal e, por isso, “pretendem ser muito distintos pela nobresa de seus nascimentos”.¹²

Pardos e pretos juntos correspondiam a 71,91% da população, sendo que parte deles estava sujeita ao cativo. Entre a população de cor, os pardos compunham o grupo majoritário, representando 42,28% do número total de habitantes. Os pretos, por sua vez, perfaziam 27,64% da população, divididos entre africanos e crioulos, sendo que estes últimos predominavam.¹³ Entre os libertos, é provável que os

¹⁰ SOUZA, *Memória sobre a Capitania de Serzipe*.

¹¹ NUNES, *Sergipe Colonial I*, p. 268.

¹² SOUZA, *Memória sobre a Capitania de Serzipe*, p. 16.

¹³ De acordo com Mariza de Carvalho Soares, crioulo é o escravo filho de mãe africana que nasce no âmbito da sociedade colonial. Corresponde à primeira geração nascida no Brasil e que, supostamente, mantém vínculos com a cultura africana. Logo, segundo Soares, ser crioulo é uma condição provisória que afeta apenas uma geração de cada descendência. SOARES, *Devotos da Cor*, p. 100. Mary Karasch lembra que o termo crioulo também podia ser aplicado ocasionalmente aos africanos nascidos em colônias portuguesas na África, como Cabo Verde, Ilha do Príncipe, São Tomé, Angola ou Moçambique ou ainda ao escravo que falava a língua crioula. KARASCH, Mary. *A vida escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 43. Os dados acerca da composição demográfica dos escravos de Sergipe segundo a origem e a cor levantados por Luiz R. B. Mott para o ano de 1785, indicam que destes somente 34% eram africanos enquanto os nacionais contavam 66%. Diante desses dados, concluiu ele que os cativos oriundos da África nunca devem ter ultrapassado 1/3 da escravaria total de Sergipe. MOTT, Luís R. B. *Sergipe del Rey; população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundesc, 1986, p. 143-144.

pardos prevalecessem, antecipando a tendência para a segunda década do século XIX, quando 54,83% deles saíram da escravidão enquanto somente 19% dos pretos tiveram destino semelhante.¹⁴ A incidência de revoltas entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do XIX atesta que as relações entre a população de cor e os brancos eram conflituosas e que os pretos eram a principal fonte de preocupação para a elite sergipana.¹⁵

A experiência religiosa em Sergipe era marcada pela participação direta dos fiéis na organização do culto e na assistência da população. Nesse contexto, as atividades religiosas eram organizadas pelas santas casas, ordens terceiras, irmandades e confrarias. No calendário festivo das cidades, vilas e povoações predominavam as celebrações de cunho religioso como procissões, romarias, novenas, trezenas e festas aos santos padroeiros carecterísticos do Catolicismo Barroco então vigente no Brasil.¹⁶ Uma das celebrações de cunho religioso de grande relevância e que permanece ativa era a procissão do Senhor dos Passos, realizada na capital São Cristóvão no segundo final de semana da Quaresma. Na ocasião, a charola do Senhor dos Passos tornava-se alvo de disputas para ser carregada durante o cortejo, posição monopolizada pela elite

¹⁴ MOTT, *Sergipe del Rey*, p. 37. Ver ainda MOTT, Luiz. “Estatísticas e Estimativas da População Livre e Escrava de Sergipe Del Rei de 1707 a 1888”. In *Mensário do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro. Ano VII, n. 12. 1976.

¹⁵ Temos notícias de rebeliões documentadas pela historiografia sergipana com maior incidência a partir do século XVIII, a saber as revoltas de 1774, 1777, 1808, 1809, 1815 além das demonstrações de anti-lusitanismo que foram frequentes no período, quando vários portugueses tiveram seus bens confiscados e estouraram movimentos de contestação contra estes em várias vilas, dos quais o mais conhecido foi o ocorrido na povoação de Laranjeiras, em 1824, sob a liderança do então secretário de governo, o pardo Antônio Pereira Rebouças, apregoando a igualdade entre os povos. MOTT, *Sergipe Del Rey*. Para maiores informações sobre Antônio Pereira Rebouças consulte NUNES, Maria Thetis. “O Governo de Manuel Fernandes da Silveira. O eco da Confederação do Equador”. In *Sergipe Provincial I: 1820-1840*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000, p. 99-138.

¹⁶ AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 76; PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e reforma ultramontana: Igreja Católica em Juiz de Fora, 1890-1924*. Juiz de Fora: Irmãos Justiniano, 2004, p. 45.

açucareira.¹⁷ O testamento de José Carlos do Nascimento, redigido em 1855, mostra a importância do controle da organização dos eventos religiosos para o prestígio da elite local. Já bastante debilitado, José Carlos lembrava a seus testamenteiros que fora eleito juiz da Festa da Semana Santa da capital para o ano seguinte, para o que deixava a esmola de 150:000 reis visando sua realização.¹⁸

A sociedade brasileira dos Oitocentos estava estruturada com base em critérios sociais e étnicos que se estendiam ao universo religioso, onde a cor da pele e a condição jurídica e econômica eram elementos delimitadores das fronteiras entre os devotos.¹⁹ Assim brancos, pardos e pretos ocupavam diferentes espaços no terreno das devoções. Os brancos tinham seus nomes ligados às associações dedicadas à elite que geralmente estavam localizadas nas principais capelas das cidades, vilas e povoações. Aos homens e mulheres de cor restava organizar suas devoções nos altares laterais das capelas principais, mediante pagamento, ou angariarem a verba necessária para construir seus próprios templos.

Por meio da análise de compromissos, livros de tomo, testamentos, ofícios da Mesa de Consciência e Ordens e registros de óbitos localizamos 63 associações religiosas leigas espalhadas pelo território sergipano, algumas até então desconhecidas. É provável que as associações religiosas estivessem presentes em todas as vilas e nas povoações mais importantes.

¹⁷ SANTOS, Magno Francisco de Jesus e NUNES, Verônica Maria Meneses. “Na Trilha dos Passos do Senhor: A devoção ao Senhor dos Passos de São Cristóvão-Se”. In *Revista da Fapese de Pesquisa e Extensão*. Aracaju, V. 2, jul-dez. 2005, p. 98.

¹⁸ Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe (AGJS), Livros de Testamentos, SCR/C 1º. OF, CX 76.

¹⁹ REIS, João José. “Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão”. In *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1996, p. 7.

Associações Religiosas Leigas em Sergipe del Rey²⁰

Devoção	Localização
Ordem Terceira de São Francisco	São Cristóvão
Ordem Terceira do Carmo	São Cristóvão
Santíssimo Sacramento	Propriá, São Cristóvão, Laranjeiras, Estância, Neópolis, Simão Dias
Senhor do Bomfim	Laranjeiras
Santa Casa de Misericórdia	Laranjeiras, São Cristóvão
Santas Almas	Laranjeiras, Aquidabã, Boquim, Campo do Brito, N. S. das Dores, Itabaiana, Itabaianinha, Japarutuba, Lagarto, Neópolis, Porto da Folha, Propriá, Santo Antônio, Simão Dias, Tobias Barreto.
Santos Anjos	Laranjeiras
Maria Auxiliadora	Laranjeiras
Nossa Senhora do Rosário	São Cristóvão, Frei Paulo, Itabaiana, Lagarto, Vila Nova, São José, Propriá, Santa Luzia, Brejo Grande, Estância, Nossa Senhora do Socorro, Frei Paulo, Rosário do Catete, Divina Pastora, Santo Amaro, Laranjeiras.
Nossa Senhora do Amparo	Capela, São Cristóvão, Estância
São Benedito	Estância, São Cristóvão, Laranjeiras, Lagarto, Santa Luzia
Nossa Senhora de Guadalupe	Estância
Senhor Bom Jesus dos Passos	Estância
São José dos Artistas	Aracaju
Nossa Senhora da Pureza	Aracaju
Nossa Senhora da Boa Morte	São Cristóvão
São Miguel Arcângelo	São Cristóvão, Santo Amaro
Nossa Senhora da Victória	São Cristóvão
Senhor dos Martírios e das Misericórdias	São Cristóvão

De acordo com o presente levantamento, duas devoções se destacavam em Sergipe: Nossa Senhora do Rosário e as Santas Almas. Essas devoções eram organizadas por grupos que ocupavam diferentes

²⁰ FONTES: OLIVEIRA, Vigário Philadelpho Jonathas de. *História de Laranjeiras Catholica*. Aracaju: Casa Ávila, 1935; ACDA, Livro de Tombo, 1949; FRANCO, Candido Augusto Pereira. *Compilação das Leis Provincias de Sergipe 1835 a 1880*. Vol I. Aracaju: Typ. de F. das Chagas Lima. s.d; ACDA, Livro de Tombo, 1953; AGJS, SCR/C 1º. Of., Livros de Testamentos, CX 64; SIMSC, Livro de óbitos I, 1870; ANRJ, Mesa de Consciência e Ordens, Cx 267, Pacotilha 02; ANRJ, Mesa de Consciência e Ordens, Cx 291, pacotilha 05.

espaços no cotidiano sócio-econômico da província. A devoção às Santas Almas parece ter sido mais comum entre os membros das elites das principais vilas e povoações sergipanas, contando com 15 associações. Maria Vaneide Oliveira analisou a composição social dos membros da irmandade das Santas Almas do Fogo do Purgatório da Vila de Itabaiana, evidenciando que a condição econômica foi fator limitador para o ingresso na confraria criada em 1855.²¹ De acordo com o compromisso aprovado em 1864, indivíduos de ambos os sexos podiam se candidatar a membros da irmandade. Apesar de não fazer restrições relacionadas à cor da pele, o compromisso estabelecia que os membros deviam ser de condição livre e possuidores de bens.²² Esses critérios por si só barravam a entrada de escravos e despossuídos em geral.

Através das regras presentes nos compromissos a estratificação étnico-social se estendia ao universo sagrado, forjando as fronteiras que separavam os indivíduos no mundo dos santos. Restrições relacionadas à cor da pele, condição jurídica e econômica comumente faziam parte das regras para adesão às santas casas, ordens terceiras, irmandades e confrarias organizadas pela elite sergipana. Entre as exigências mais comuns constavam ser católico, de boa conduta moral e civil, ter meios de subsistência e, muitas vezes, também se faziam exigências ligadas à cor da pele. Esse era o caso, por exemplo, da irmandade do Santíssimo Sacramento da vila de Propriá. Seu compromisso, redigido em 1837, estabelecia que os candidatos a membros poderiam ser de ambos os sexos, desde que fossem brancos e estivessem em condições de satisfazer suas despesas pessoais e pecuniárias.²³

Outro fator delimitador das fronteiras nas associações religiosas leigas era o valor cobrado pela jóia de entrada e pelas anuidades. A jóia de entrada consistia em quantia estipulada para a entrada do confrade

²¹ OLIVEIRA, Maria Vaneide. *Elite Itabaianense na Irmandade das Santas Almas do Fogo do Purgatório (1860-1898)*. (Monografia de Licenciatura). São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2000.

²² FRANCO, *Compilação das Leis Provincias*, p. 360-377.

²³ FRANCO, *Compilação das Leis Provincias*, p. 319-347.

na associação e seu valor podia variar de acordo com a idade, sexo e estado de saúde do candidato. O compromisso aprovado em 1852 da irmandade de Nossa Senhora de Guadalupe, reduto da elite de Estância, estabelecia a cobrança de jóia de entrada no valor de 10 mil reis para candidatos do sexo masculino e 12:800 reis para mulheres.²⁴ Para termos uma idéia acerca da relevância desses custos, podemos compará-los com aqueles cobrados pela irmandade do Rosário da cidade de Propriá que estava aberta a brancos, pardos e pretos. O compromisso aprovado em 1860 estabelece que as taxas deveriam variar conforme a idade: até os 25 anos o valor a ser pago era de 1000 reis; de 25 a 50 anos pagava-se 2000 reis; de 50 anos acima o valor era 4000 reis, enquanto a anuidade custava 320 reis.²⁵ Confrontando esses valores, vemos que era significativo o montante a ser pago para adentrar nas associações religiosas organizadas pela elite sergipana o que, conseqüentemente, excluía os despossuídos.

As santas casas e ordens terceiras também eram redutos da elite. Na antiga capital São Cristóvão estavam localizadas a Santa Casa de Misericórdia, a Ordem Terceira do Carmo e a Ordem Terceira de São Francisco. Havia ainda uma Santa Casa na povoação de Laranjeiras, que era uma das mais prósperas da província graças ao desenvolvimento do comércio, dos engenhos de cana-de-açúcar e principalmente do porto para escoar mercadorias.²⁶ Na cidade de São Cristóvão os membros da elite ocupavam na vida e na morte os principais assentos e altares dos

²⁴ FRANCO, *Compilação das Leis Provincias*, p. 202-319. Para maiores detalhes acerca da irmandade de Nossa Senhora de Guadalupe, ver ANDRADE JÚNIOR, Péricles Moraes. *Espaço e Distinção Social no Catolicismo em Estância-SE (1950-1915)*. (Monografia de Licenciatura). São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 1998. Parece ter sido comum a presença de mulheres nas associações religiosas leigas, pois dos 15 compromissos localizados todos permitiam a participação feminina. Elas não somente eram aceitas como disputavam cargos e títulos com os membros do sexo masculino. Entre as associações cujos compromissos foram localizados, a única exceção era a irmandade do Santíssimo Sacramento de Simão Dias que, apesar de aceitar homens e mulheres, as excluía da mesa administrativa. FRANCO, *Compilação das Leis Provincias*, p.473-490.

²⁵ FRANCO, *Compilação das Leis Provincias*, p.347-360.

²⁶ SOUZA, *Memória sobre a Capitania de Serzipe*, p. 17-18.

templos mais importantes, a saber a igreja Nossa Senhora da Victória, a Ordem Terceira do Carmo, a congênere dedicada a São Francisco e a Santa Casa de Misericórdia.²⁷ A igreja matriz Nossa Senhora da Victória abrigava em seus altares e capelas laterais as devoções e associações religiosas mais populares entre os membros da elite local, tais como a irmandade do Santíssimo Sacramento e a de Nossa Senhora da Victória. Entre os irmãos do Santíssimo Sacramento estava o Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto, importante membro da elite local que desempenhou os cargos de presidente da província e deputado geral, e sua esposa D. Maria Acciovoli de Almeida Boto. O comendador teve seus restos mortais depositados na capela dedicada a São Cristóvão da igreja matriz da capital.²⁸

A Ordem Terceira de São Francisco também era composta por um grupo seleta da sociedade sancristovense. Marcelo Santos demonstrou que além da organização de procissões e do préstimo de serviço funerário, a Ordem funcionou como uma espécie de banco financiando os negócios da elite local. Seus membros eram, em sua maioria, comerciantes, empregados públicos, negociantes e advogados.²⁹ Muitos dos seus membros também estavam associados a outras irmandades da elite. Entre eles estava D. Maria Theresa de Jesus e Mello, proprietária dos engenhos Taperoá e Santo Antônio, que declarou em seu testamento de 1827 fazer parte das irmandades do Santíssimo Sacramento, de Nossa

²⁷ Sobre a Ordem Terceira de São Francisco ver SANTOS, Marcelo. Irmãos da Santa Conveniência: A Ordem Terceira de São Francisco de Assis na Cidade de São Cristóvão (1840-1870). (Monografia de Licenciatura). São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2000. Sobre a Santa Casa de Misericórdia, SILVA FILHO, José Thiago da. Servindo à Alma e ao Corpo: A Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão-SE (séc. XVII e XIX). (Monografia de Licenciatura). São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2000. Acerca da Irmandade do Santíssimo Sacramento ver FARIAS, Cláudia Maria Lima Trindade de. A Irmandade do Santíssimo Sacramento: Expressão Religiosa da Elite Sancristovense 1820-1887. (Monografia de Licenciatura). São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2004.

²⁸ FARIAS, A Irmandade do Santíssimo Sacramento, p. 25-26.

²⁹ SANTOS, Irmãos da Santa Conveniência, p. 15.

Senhora do Amparo e da Ordem Terceira de São Francisco.³⁰ Manoel José da Assunção também era membro das irmandade do Santíssimo Sacramento e da Ordem Terceira de São Francisco, como declarou em seu testamento no ano de 1827.³¹

Os irmãos da Ordem Terceira do Carmo provavelmente tinham perfil semelhante, visto que essa constituía mais um espaço de devoção da elite local. Muitos dos membros das confrarias do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora da Victória, da Ordem Terceira de São Francisco e da Santa Casa possivelmente estavam também associados a esta instituição, a exemplo de Dona Theresa D'Assunção que declarou em seu testamento de 1825 ser irmã terceira do Carmo e membro da irmandade do Santíssimo Sacramento.³² Dona Eufrásia Francisca da Paixão também declarou em testamento de 1827 que era irmã terceira do Carmo e membro da irmandade do Santíssimo Sacramento.³³

A Santa Casa da Misericórdia, por sua vez, era uma das instituições mais ricas da província, desempenhado papel de irmandade, hospital e prestando serviços bancários. Enquanto nas outras organizações leigas a caridade estava voltada para o próprio grupo dos confrades, nas santas casas a caridade se estendia aos mais necessitados. De acordo com José Thiago da Silva Filho, o patrimônio da Santa Casa da cidade de São Cristóvão se constituiu a partir de empréstimos a senhores de engenho e comerciantes, aluguéis de casas e salões, foros de terras empenhados a pequenos agricultores, missas encomendadas em sufrágio das almas e jóias de entrada dos seus sócios. Havia ainda os negócios religiosos que contribuíam para avolumar seu patrimônio: missas em sufrágio das almas, cortejos fúnebres, aluguel dos seus esquifes, realização de enterros e procissões encomendadas por outras associações religiosas.³⁴

Pretos de condição livre ou escrava eram excluídos das asso-

³⁰ AGJS, Livros de Testamentos, SCR/C 1º. OF, CX 64.

³¹ AGJS, Livros de Testamentos, SCR/C 1º. OF, CX 64.

³² AGJS, Livros de Testamentos, SCR/C 1º. OF, CX 03-64.

³³ AGJS, Livros de Testamentos, SCR/C 1º. OF, CX 74.

³⁴ SILVA FILHO, *Servindo à Alma e ao Corpo*.

ciações organizadas pelos membros da elite. Mesmo aquelas que não os excluía textualmente através da exigência de cor da pele branca, o faziam ao condicionar a entrada na associação à posse de bens. Assim, não restava outra opção para essa parcela da população a não ser organizar suas próprias devoções.

A DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO EM SERGIPE

De acordo com o levantamento aqui apresentado, a devoção a Nossa Senhora do Rosário era a mais popular em terras sergipanas, contando com pelo menos 18 associações em seu nome. Apesar de sua notável difusão, poucas foram objeto de estudo.³⁵ De acordo com Francisco José Alves Santos, o culto do Rosário em Sergipe teve início com o processo de colonização.³⁶ Segundo Felisbello Freire, em sua *História de Sergipe*, quando os holandeses invadiram Sergipe em 1637 já existia uma capela do Rosário à margem direita do rio Cotinguiba, possivelmente onde estava localizada a povoação de Laranjeiras.³⁷

Registros confirmam a existência de associações dedicadas a Nossa Senhora do Rosário na cidade de São Cristóvão (02), nas povoações de Estância, Laranjeiras, Itabaianinha, Divina Pastora, Brejo

³⁵ SANTOS, Francisco José Alves dos. Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Estância: notas para sua história. (Monografia de Bacharelado). São Cristóvão: PDPH/UFS, 1998; Idem. "Calendário religioso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância (1772-1827)". In *Revista do IHGSE*, Aracaju, n. 31, 1992, p. 71-81; Idem. "As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário do Rosário em Sergipe (Século 19)". In *Anais do XXIV Encontro Cultural de Laranjeiras*, jan. de 1999, p. 149-157; ANDRADE JÚNIOR. Espaço e Distinção Social; ALMEIDA, Ivânia Maria. "Irmãos de Cor e Crença..." Análise do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Nova Real de El Rei do Rio São Francisco (1800). (Monografia de Licenciatura). São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2005; OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão - SE (século XIX). (Dissertação de Mestrado). São Cristóvão: UFS, 2008.

³⁶ SANTOS, As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, p. 151.

³⁷ FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes/Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 130.

Grande, Frei Paulo, São José, Rosário do Catete (02), nas vilas de Itabaiana, Lagarto, Santa Luzia, Santo Amaro, Propriá, Vila Nova e Nossa Senhora do Socorro. A devoção a Nossa Senhora do Rosário parece ter sido mais comum entre os pretos, fossem eles africanos ou brasileiros (crioulos).

Porém, nem todas as irmandades de Nossa Senhora do Rosário foram organizadas pelos pretos. Na irmandade do Rosário da vila de Propriá, por exemplo, brancos, pardos e pretos se revezavam na mesa administrativa.³⁸ A cidade de São Cristóvão possuía duas associações dedicadas a Nossa Senhora do Rosário, conforme declarou em 1817 Antonio Manoel Esteves, Presbítero Secular Coadjutor da Freguesia de Nossa Senhora da Victória: uma organizada pelos brancos, localizada na Igreja Matriz Nossa Senhora da Victória, e a irmandade dos Homens Pretos do Rosário que, como o próprio nome indica, fora organizada pelos pretos e possuía capela própria.³⁹ A existência de uma associação religiosa dedicada a Nossa Senhora do Rosário na igreja matriz era desconhecida e nenhuma outra referência foi encontrada acerca da mesma, o que pode ser uma indicação de que se tratava apenas de uma devoção sem compromisso reconhecido.

Somente o compromisso das irmandades do Rosário localizadas em Lagarto, Vila Nova, Brejo Grande, Propriá, Santa Luzia e na cidade de São Cristóvão foram encontrados. As demais foram localizadas a partir de testamentos, livros de óbitos e livros de tomo das freguesias. Entre os compromissos localizados, ao menos cinco foram aprovados pela coroa no século XVIII: a irmandade dos Homens Pretos do Rosário da cidade de São Cristóvão teve seu compromisso aprovado pela coroa em 1769; o da vila de Lagarto foi aprovado em 1771; o da irmandade estabelecida na povoação de Estância em 1772; a de Santo Amaro em 1786. A irmandade do Rosário de Vila Nova teve seu compromisso aprovado em 1806 e a de Rosário do Catete em

³⁸ FRANCO, *Compilação das Leis Provincias*, p.347-360.

³⁹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Mesa de Consciência e Ordens, Cx. 267, Pacotilha 02.

1813. Os compromissos das irmandades do Rosário de Brejo Grande, Propriá e Santa Luzia a que tivemos acesso são versões reformadas que datam da primeira metade do século XIX.

A segunda metade do século XVIII foi um momento de crescimento econômico para a então capitania de Sergipe, cujo número de engenhos passou de 46 no ano de 1756 para 140 em 1798, crescimento este que se ecentuou no século XIX, quando em 1852 já existiam 680 engenhos espalhados pelo território sergipano.⁴⁰ Conseqüentemente, a demanda por mão de obra também aumentou o que deve ter trazido mais africanos para Sergipe, ainda que houvesse uma predominância de escravos crioulos. Foram estes homens e mulheres de cor, escravos e livres, os principais devotos de Nossa Senhora do Rosário, o que explica o crescimento no número de associações organizadas por pretos a partir da segunda metade dos Setecentos.

Entre os compromissos localizados, dois trazem identificadores étnicos que confirmam a presença de africanos nas associações religiosas. Eram eles os compromissos da irmandade dos Homens Pretos do Rosário da cidade de São Cristóvão e da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Vila Nova Real de El Rei do Rio São Francisco. A cópia do compromisso da irmandade do Rosário da cidade de São Cristóvão, localizada no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, indica como data do compromisso original o ano de 1686.⁴¹ Em petição de 1769 que acompanha a cópia, alegavam os oficiais da irmandade possuírem já um compromisso aprovado pela Câmara pelo qual se regiam, “ignorando que necessitassem da autorização real e que por isso somente agora solicitavam sua licença e confirmação”.⁴² Geralmente, as irmandades se constituíam e só depois submetiam o compromisso para aprovação, sendo que algumas funcionavam sem ter o reconhecimento da coroa. Assim, podemos supor que a irmandade

⁴⁰ MOTT, *Sergipe Del Rey*, p. 145-6.

⁴¹ Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT), Chancelarias Antigas, Ordem de Cristo, Livro 292, fls 343v-347v.

⁴² ANTT, Chancelarias Antigas, Ordem de Cristo, Livro 292, fls 343v-347v.

dos Homens Pretos do Rosário tenha se constituído no século XVII, em ano anterior a 1686.⁴³

A irmandade dos Homens Pretos do Rosário da capital foi provavelmente organizada por africanos centro-ocidentais denominados “angolas”, aos quais o compromisso garantia acesso aos principais cargos da mesa administrativa. Até o momento de sua desativação, na primeira década do século XX,⁴⁴ a irmandade manteve sua importância no universo religioso da cidade como uma organização de pretos, aberta a uma parcela da população sem grandes recursos e que não preenchia os critérios étnicos e econômicos necessários para adentrar outras associações religiosas de leigos.⁴⁵

As confrarias de pretos comumente estiveram abertas a todos. Contudo, em alguns casos outras formas de controle foram desenvolvidas para limitar o acesso à mesa administrativa. Na Irmandade dos Homens Pretos do Rosário o critério étnico foi utilizado para garantir o monopólio dos principais cargos da mesa administrativa a dois grupos, angolas e crioulos, com igual número de cargos para homens e mulheres. Segundo o compromisso, as quatro vagas de juizes e quatro de procuradores deveriam ser compartilhadas igualmente por homens e mulheres dos angolas e crioulos, que se revezariam durante o ano:

⁴³ Se nossos indícios nos conduzem a uma hipótese correta, a Irmandade dos Homens Pretos do Rosário seria apenas precedida pelas congêneres do Rio de Janeiro (1639) e de Belém (1682), tendo surgido no mesmo ano em que era organizada a irmandade do Rosário dos Pretos da matriz da Conceição da Praia, em Salvador (1686). A maioria das irmandades do Rosário baianas surgiram no século XVII, período de predomínio dos povos centro-africanos na população escrava dessa capitania. A capitania de Sergipe era então subordinada à Bahia de Todos os Santos. CARNEIRO, Edison. *Ladinos e Crioulos. Estudos sobre o Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964; REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. (Tese de Doutorado). Campinas: UNICAMP, 2005.

⁴⁴ Secretária da Igreja Matriz de São Cristóvão (SIMSC), Livro de Tombo 01, fl. 6.

⁴⁵ OLIVEIRA, A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão - SE.

Na Vespera, ou dia da festa da Senhora do Rosário pela manhã, se fará a eleição dos novos Officiaes em presença do Reverendo Vigário: a saber dous Juizes, e duas Juizas dos Angollas, e dos Crioulos, quatro Procuradores do mesmo modo, que servirão dous os primeiros seis mezes, e os outros dous nos outros seis, e os Mordomos que parecerem bastantes.

O monopólio étnico de ambos os grupos indica que os chamados angolas e crioulos, devem ter desempenhando um papel importante na associação. O termo angola era atribuído a indivíduos procedentes de diferentes localidades da África centro-ocidental por aqueles que detinham o poder de classificar os africanos nos portos de chegada brasileiros e, em muitos casos, tais categorizações foram posteriormente incorporadas pelos africanos.⁴⁶ Nesse sentido, Mariza de Carvalho Soares sugere o conceito de “grupos de procedência” que, sem desconsiderar a importância da organização social e das culturas das populações escravizadas no ponto inicial, privilegia sua reorganização no ponto de chegada, pois para a autora as formas de organização dos africanos escravizados têm tanto ou mais a ver com as condições do cativo do que com seu passado.⁴⁷

É relevante lembrar que muitos africanos exportados para o Novo Mundo já tinham tido algum tipo de contato com a cultura europeia em território africano, especialmente os que vinham de Angola e do Reino do Congo. A população de Luanda e Benguela, por exemplo, esteve

⁴⁶ Sobre as designações dos africanos no Brasil, ver OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. “Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX”. In *Revista USP*, São Paulo, 28 (1995/96), p. 175-193; Idem, “Quem eram os ‘negros da Guiné’? A origem dos africanos na Bahia”. In *Afro-Ásia*, Salvador, 19/20 (1997), p. 37-73; SOARES, Mariza de Carvalho. “Mina, Angola e Guiné: Nomes d’África no Rio de Janeiro Setecentista”. In *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 3-n. 6, dez. 1998; Idem, “A ‘nação’ que se tem e a ‘terra’ de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII”. In *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, Ano 26, n. 2, 2004, p. 303-330.

⁴⁷ SOARES, *Devotos da Cor*, p. 116.

em contato frequente com portugueses, brasileiros e luso-africanos que professavam o Cristianismo, falavam português e cujo vestuário, hábitos alimentares e arquitetura seguiam o padrão europeu.⁴⁸ Esse fator explica a incidência de africanos denominados angolas nas irmandades do Rosário no Brasil.

O compromisso da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Vila Nova, redigido em 1800 e aprovado em 1806, também indica que os africanos desempenharam papel de destaque na instituição ao lado de crioulos e brancos.⁴⁹ De acordo com o capítulo 3º. do compromisso, no dia 21 de dezembro deveria ser realizada a eleição dos seguintes oficiais que compunham a mesa administrativa: juiz presidente, escrivão, tesoureiro, procurador e irmãos da mesa. O juiz presidente da irmandade deveria ser um ano crioulo e no outro *ethiopino*. Além disso, também faziam parte da mesa três irmãos brancos, três pardos, três crioulos e três *ethiopinios* no desempenho do cargo de deputados. Existiam ainda outros cargos na irmandade: um juiz e uma juíza de coroa, um juiz e uma juíza dos quinze ministérios do rosário, quinze mordomos e quinze mordomas. Os indivíduos designados para ocupar essas posições eram escolhidos pelo juiz presidente da irmandade e pelo pároco ou capelão. Era dever deles financiar e organizar a festa

⁴⁸ THORNTON, John K. "Early Kongo-Portuguese Relations: A New Interpretation". *History in Africa*. Vol. 8, 1981, p. 183-204; Idem, *The Kongolese Saint Anthony: Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian movement, 1684-1706*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998; "Idem, Religious and Ceremonial Life in the Kongo and Mbundu Areas, 1500-1700". In HEYWOOD, Linda M. *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*. London: Cambridge University Press. 2002; HEYWOOD, Linda M. "Portuguese into African: The Eighteenth-Century Central African Background to Atlantic Creole Cultures". In *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*. London: Cambridge University Press. 2002, p. 91-114; CANDIDO, Mariana P. *Enslaving Frontiers: Slavery, Trade and Identity in Benguela, 1780-1850*. (PhD Dissertation, York University, 2006), p. 117-118; FERREIRA, Roquinaldo. "Ilhas Crioulas: O Significado Plural da Mestiçagem Cultural na África Atlântica". *Revista de História*, 155, 2007, p. 17-43. HEYWOOD, Linda M. "The Angolan-Afro-Brazilian cultural connections". *Slavery & Abolition*, 20:1, pp. 9-23.

⁴⁹ SANTOS, Lourival Santana. "O Compromisso da Irmandade dos Homens Pretos de Vila Nova". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v.1, n.32, 2000.

da padreira, a qual deveria ser realizada na primeira oitava do Natal. Mas, quem eram os *ethiopin*os aos quais se refere o compromisso?

De origem grega, a palavra *etiope* significava “cara queimada” e, por conseguinte, durante a antiguidade clássica a palavra Etiópia designava o lugar de origem dessas populações de pele escura e cabelos revoltos, mais especificamente os povos ao sul do Egito.⁵⁰ Durante a Idade Média, os grandes referenciais da cartografia e da visão antropológica em relação à África continuaram a ser os conhecimentos greco-latinos e o termo Etiópia passou a ser utilizado como sinônimo de África se estendendo ainda a partes da Ásia, abarcando assim o paraíso que estaria localizado no Oriente, nas terras do legendário reino do Preste João.⁵¹ O reino imaginário passou também a ser visto como o grande aliado da Cristandade na luta contra os muçulmanos, visto que ao imperador Elesbão foi creditada a extensão do reino cristão da Etiópia até o lado oposto do Mar Vermelho, impondo-se aos árabes e aos judeus.⁵²

Assim, a palavra etiópe tornou-se um termo genérico para designar africano de pele escura bem como Etiópia passou a ser utilizada como sinônimo de África, particularmente a África sub-saariana.⁵³ Entre os lusitanos o termo aparece na obra clássica de Gomes Eanes de Zurara como designativo de africano, bem como nos discursos dos padres Ma-

⁵⁰ MACEDO, José Rivair. “Os filhos de Cam: A África e o Saber Enciclopédico Medieval.” In *Signum: revista da ABREM*. n. 3. São Paulo, 2001. p., 2001, 118

⁵¹ MARQUEUS, Alexandre Kohlauch. Etiópia: Um Símbolo de Africanidade. *Revista de História*, n.4, Petrolina, out./abr. 2011, pp. 277-296.

⁵² Santo Elesbão era natural da Etiópia, tendo sido o 46º neto do Rei Salomão e da Rainha de Sabá e imperador do século VI.

⁵³ Para maiores detalhes, ver MACEDO, José Rivair. “Os filhos de Cam: A África e o Saber Enciclopédico Medieval”. In *Signum: revista da ABREM*. n. 3. São Paulo, 2001. p. 101-132.; MENEGAZ, Ronaldo. “A busca de si mesmo no outro: as terras do Preste João”. In *Revista Semear* 2. Rio de Janeiro: PUCRio, 1996. p.163-185; OLIVA, Anderson Ribeiro. “Da Aethiopia à Africa: As Idéias de África, do Medievo Europeu à Idade Moderna” In *Revista Fênix*. Vol. 5, nº 4, Out/2008. p. 1-20.

HORTA, José da Silva. “A imagem do africano pelos portugueses antes dos descobrimentos”. In ALBUQUERQUE, Luís de. *O confronto do olhar. O encontro dos povos na época das navegações portuguesas*. Lisboa: Caminho, 1991; ISICHEI, Elisabeth. *A history of christianity in Africa: from antiquity to the present*. New Jersey: Africa World Press, 1995.

noel Ribeiro Rocha e Antonio Vieira, e do Frei José Pereira de Santana quando tratam da catequese dos africanos no Novo Mundo.⁵⁴ Desse modo, o uso do termo *ethiopino* tal qual aparece no compromisso da irmandade do Rosário de Vila Nova era um designativo que indicava a origem africana de indivíduos procedentes da África sub-saariana.

Levando-se em consideração que o compromisso da irmandade foi confirmado em 1806, podemos concluir que os africanos aos quais o documento se refere chegaram ao Brasil em data anterior, portanto, no período que precede ao embargo de 1815 que proibia o tráfico ao norte do Equador. Conseqüentemente, isso indica que os indivíduos classificados como *ethiopinos* em Vila Nova poderiam ser procedentes tanto da África ocidental como central. Análises acerca do movimento do tráfico trasatlântico de escravos para esse período mostram que a maior parte dos escravos que chegaram à Bahia - provável fonte de escravos para os senhores de terra sergipanos,⁵⁵ vieram sobretudo de Angola e da Costa da Mina (atuais Gana, Togo, Benin e Nigéria).⁵⁶ Na Bahia, os

⁵⁴ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Guiné*. Barcelos, 1973; ROCHA, Manoel Ribeiro. *Etiopo resgatado: empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Ameno, 1758. Edição fac-símile, Petrópolis: Vozes, 1992; VIEIRA, Padre Antônio. Sermão décimo quarto do Rosário, pregado na Bahia, à Irmandade dos pretos de um engenho, em dia de São João Evangelista, no ano de 1633". In *Sermões*, vol. IV, tomo II, Porto: Lello, 1951; SANTANA, Frei José Pereira de. *Os dois atlantes de Etiópia. Santo Elesbão, Imperador XLVII da Abissínia, Advogado dos perigos do mar & Santa Efigênia, Princesa da Núbia, Advogada dos incêndios dos edifícios. Ambos Carmelitas*. Lisboa: Oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1735-1738.

⁵⁵ Nunes afirma que "em vão, os senhores de terra sergipanos tentaram resgatar escravos, sem intermediários, na costa da África", razão pela qual fizeram, em 1751, petição ao Governo da Bahia alegando serem os escravos "os bens precisos e arriscados do Brasil". NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996, p. 155.

⁵⁶ CARNEIRO, Edson. *Ladinos e Crioulos. Estudos sobre o Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964; BASTIDE, Roger. *As Américas Negras: As civilizações africanas no Novo Mundo*. São Paulo: EDUSP, 1974; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; SILVA, Alberto da Costa e. "Africa-Brazil-Africa during the Era of the Slave Trade" in CURTO, José C. and LOVEJOY, Paul E. (Orgs.). *Enslaving Connections: Changing Cultures of Africa and Brazil during the Era of Slavery*. New York: Humanity Books, 2004.

africanos procedentes da África ocidental eram classificados de acordo com a língua e filiação religiosa como *minas*, *dagomés*, *jejes*, *haussás*, *malês*, *tapas* e *nagôs* enquanto aqueles procedentes dos portos angolanos eram classificados como *angolas*, *cabindas*, *congos* e *benguelas*.⁵⁷ Desse modo, os *ethiopinos* da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos tanto podiam ser minas quanto angolas. Seriam eles indivíduos provenientes da África ocidental que em Vila Nova adotaram a categoria *ethiopino* para se distinguir dos angolas? Futuras pesquisas acerca dos africanos que se estabeleceram em Vila Nova podem indicar com mais clareza sua procedência.⁵⁸

Nem sempre a relação entre os pretos era pacífica. A povoação de Rosário do Catete, na freguesia de Santo Amaro das Brotas, possuía duas associações em honra a Nossa Senhora do Rosário, ambas organizadas por pretos, o que motivou tensões entre os devotos. Das duas associações somente uma teve o compromisso confirmado em 1813. Assim, seus representantes escreveram carta ao Rei no ano de 1817 se queixando da concorrente que, segundo eles, não passava de “um ajuntamento de homens ignorantes” que extorquia esmolas da população. Diante do exposto, pediam a Sua Majestade “... que abolisse aquela confraria e que os seus confrades se juntassem à oficial para o engrandecimento do culto de Nossa Senhora do Rosário”.⁵⁹ Não encontramos informações

⁵⁷ RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. 7a. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: UnB, 1988; Para os significados do termo “mina” na África e na diáspora, ver: LAW, Robin. “On the Meanings of ‘Mina’ (Again)” *History in Africa*, n. 32 (2005), pp. 247-267; HALL, Gwendolyn Midlo. *Slavery and African Ethnicities in the Americas: Restoring the Links*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2005; SOARES, Mina, Angola e Guiné.

⁵⁸ Para Nina Rodrigues (1998) teria havido em terras sergipanas a predominância dos sudaneses (provenientes da Costa da Mina), opinião que foi corroborada pelo estudioso das etnias sergipanas Felte Bezerra (1984). O sergipano Sílvio Romero (1977), por sua vez, atribue-na aos grupos bantus, opinião confirmada por Souza (1878, p. 13), que registrava em 1808 entre os colonos grande número de “pretos da Guiné” e maior número de Angola. Nunes (1996, p. 198) conclui que houve a predominância dos grupos Angola e Mina na região açucareira sergipana. BEZERRA, Felte. *Etnias Sergipanas: contribuição ao seu estudo*. Aracaju: J. Andrade, 1984; ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular no Brasil*. 2ª. edição. Petrópolis: Vozes, 1977.

⁵⁹ ANRJ, Mesa de Consciência e Ordens, Cx 267, Pacotilha 02.

posteriores acerca dessa querela. Possivelmente, por trás da insistência na preservação de uma única confraria estava a preocupação em monopolizar as esmolas dos fiéis que, de outro modo, se dividiriam entre as duas associações.

Apesar de serem majoritariamente constituídas por indivíduos de camadas mais pobres da população, algumas irmandades do Rosário conseguiram angariar fundos suficientes para construção de suas capelas, a exemplo das irmandades das povoações de Vila Nova, Estância e da cidade de São Cristóvão. A capela dos Homens Pretos do Rosário da cidade de São Cristóvão emprestava seus altares laterais para outras três devoções de menor porte que não conseguiram angariar fundos para a ereção de seus próprios templos, a saber, as confrarias do Senhor dos Martírios e da Misericórdia e de São Benedito. A partir da análise de testamentos localizamos as demais devoções presentes na capela do Rosário. Angellica Rosa de Santa Ilena declarava em seu testamento de 1827 ser irmã das confrarias do Senhor dos Martírios e de São Benedito.⁶⁰ José Alexandre do Rosário declarava em seu testamento de 1832 ser membro da irmandade dos Homens Pretos do Rosário, do Senhor dos Martírios e de São Benedito e notava que elas estavam “eretas na mesma capella”.⁶¹ Logo, verificamos que além da irmandade do Rosário, se estabeleceram na mesma capela as confrarias de São Benedito e do Senhor dos Martírios e da Misericórdia e que, provavelmente, muitos dos irmãos assim como Angellica e José Alexandre estavam inscritos em mais de uma delas.

Os devotos de São Benedito contavam ainda com outra associação a ele dedicada na cidade de São Cristóvão, desta vez com endereço no Convento de São Francisco. A identificação da devoção a São Benedito nesse convento foi possível através da análise de testamentos. Rita Maria de São José declarava em seu testamento de 1826 ser irmã da confraria de São Benedito do Convento de São Francisco, no qual pedia para ser enterrada, amortalhada no hábito do mesmo santo padroeiro. Em

⁶⁰ AGJS, Livros de Testamentos, SCR/C 1º. OF, CX 64.

⁶¹ AGJS, Livros de Testamentos, SCR/C 1º. OF, CX 64.

1836, Margarida da Conceição encomendava seu sepultamento no referido convento e deixava ao São Benedito do mesmo recinto 4000 reis, também reservando a mesma quantia a São Miguel, São Cristóvão, a Santa Cruz e ao Senhor dos Passos, além de um par de brincos no valor de 9000 reis a Nossa Senhora do Amparo e mais 3000 reis para sua cera e azeite.⁶²

São Benedito aparece no levantamento como o segundo santo mais popular entre pretos e pardos em Sergipe. Encontramos referências de irmandades devotas ao santo não somente na cidade de São Cristóvão como também em Estância, Laranjeiras, Lagarto e Santa Luzia, onde se fundiram às de Nossa Senhora do Rosário. A fusão era comum entre associações organizadas por pessoas de poucas posses, pois os gastos para a sua manutenção eram muitos. Foi possível identificar a presença da devoção ao santo nas referências a sua festa nos compromissos das irmandades dedicadas a Nossa Senhora do Rosário. Na irmandade do Rosário de Lagarto, por exemplo, se realizava a Festa de São Benedito no dia 6 de janeiro e a de Nossa Senhora do Rosário no primeiro domingo de outubro.⁶³ Também na irmandade do Rosário de Santa Luzia os dois oragos eram festejados. A festa principal, como está declarado no compromisso, era a de Nossa Senhora do Rosário, celebrada no primeiro domingo de outubro. A festividade a São Benedito, em 6 de janeiro, era considerada secundária.⁶⁴

Todavia, nem sempre os devotos pretos e pardos conseguiam erguer capelas, de modo que algumas devoções ocuparam altares laterais em igrejas ou pequenos nichos nos subúrbios das cidades e vilas. Na periferia da cidade de São Cristóvão existiam dois nichos, um devoto a São Miguel e outro à Santa Cruz; ambos nunca chegaram a se tornar capelas. Em 1814, os devotos de São Miguel se dirigiram à Mesa de

⁶² AGJS, Livros de Testamentos, SCR/C 1º. OF, CX 70.

⁶³ FRANCO, *Compilação das leis provinciaes de Sergipe*, p. 433-442. Ver também SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre Farinhadas, Procissões e Famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2004.

⁶⁴ FRANCO, *Compilação das leis provinciaes de Sergipe*, p. 442-452.

Consciência e Ordens pedindo autorização para erigir uma capela filial ao referido arcanjo no subúrbio chamado Bremburem, localizado no bairro de São Miguel, onde haviam edificado um nicho para prestar orações a este santo e todos os anos promoviam sua festa.⁶⁵ A capela nunca foi erguida. Não sabemos se o fato se deveu a uma resposta negativa ao pedido ou por falta de rendas suficientes para realizar a obra. Todavia, os devotos de São Miguel contaram com algum apoio nessa tarefa. Rosa de Santa Anna Gomes alegava no seu testamento de 1830 dever a Santa Rita uma toalha para seu altar, outra para o Senhor dos Martírios, 30:000 reis para São Miguel “para ajudar na edificação da sua capela”, 2000 reis a Nossa Senhora do Amparo e o mesmo a Nossa Senhora do Rosário.⁶⁶ Do mesmo modo, os devotos do Senhor dos Martírios e das Misericórdias hospedado na igreja do Rosário tentaram angariar fundos para a construção de capela própria, porém a mesma nunca chegou a ser concluída.⁶⁷

Devoções menos populares, quando comparadas a Nossa Senhora do Rosário, foram adotadas pelos africanos e seus descendentes em Sergipe. Esse era o caso da devoção a Nossa Senhora da Boa Morte na cidade de São Cristóvão. Registros acerca da existência dessa irmandade foram encontrados no *Anuario Christovense* escrito por Serafim Sant’Iago. O funcionário público, nascido na dita cidade em junho de 1860, nos deixou relatos do cotidiano da antiga capital na segunda metade do século XIX e inícios do XX. A obra foi concluído em 1920, dividida em dois volumes manuscritos, baseados nas lembranças saudosistas da São Cristóvão onde Sant’Iago vivera sua infância e mocidade.⁶⁸ De acordo com o curto relato acerca da irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte deixado pelo autor, a mesma teria sido organizada por pretas africanas no Convento do Carmo, onde estava localizada.⁶⁹ Sant’Iago

⁶⁵ ANRJ, Mesa de Consciência e Ordens, CX 267.

⁶⁶ AGJS, Livros de Testamentos, SCR/C 1º. OF, CX 05-71.

⁶⁷ SOUZA, *Memória sobre a Capitania de Serzipe*, p. 15.

⁶⁸ Os manuscritos originais se encontram sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. IHGSE, *Anuario Christovense*, Sessão Sergipana, Cx. 213.

⁶⁹ IHGS, *Anuario Christovense*, Sessão Sergipana, Cx 213, fl. 75v.

não indica a procedência étnica das pretas africanas ou mesmo se elas eram escravas ou livres; apenas afirma que elas organizavam “ha longos anos” a festa e procissão dedicada a Nossa Senhora da Boa Morte, realizada no dia 14 de agosto. Segundo ele, por ocasião da festa

eram distribuídos muitos anéis de louça ou vidro mandados vir da Bahia pelas referidas prêtas Africanas. A Santissima Virgem sahia em procissão, encerrada em um tumulo vestido de ricos ornamentos brancos, assim como, no dia seguinte, sahia em rica charóla, representando subindo ao Céu, em uma vistosa nuvem rodeada de Cherubins⁷⁰.

O fato de que os anéis vinham da Bahia sugere uma possível ligação dessa irmandade com a congênere baiana da vila de Cachoeira, no Recôncavo Baiano. Pesquisas futuras podem indicar se havia um diálogo entre ambas ou mesmo se algumas dentre essas pretas africanas teriam vindo da Bahia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estratificação étnico-social presente na sociedade brasileira dos Oitocentos se estendia ao campo do sagrado através dos compromissos, nos quais os irmãos de fé erigiam regras na disputa por bens simbólicos por meio da participação nas associações religiosas leigas e do controle dos festejos aos oragos. Desse modo, foram forjadas as fronteiras que separavam os fiéis brancos, pardos e pretos no mundo dos santos.

O levantamento realizado para essa pesquisa evidencia que, no Sergipe do século XIX, Nossa Senhora do Rosário figurava como o orago mais popular entre os devotos africanos e seus descendentes. Ao lado de Nossa Senhora do Rosário, ainda que com menor expressividade, estavam São Benedito, Nossa Senhora da Boa Morte e outras devoções

⁷⁰ IHGS, Anuario Christovense, Sessão Sergipana, Cx 213, fl. 75v.

menores que nem sempre conseguiam erguer suas próprias capelas. Ocupando templos periféricos ou simples altares laterais, as associações religiosas organizadas pelos africanos e seus descendentes tiveram papel importante como espaços de sociabilidade e religiosidade acessíveis a camadas desfavorecidas da população sergipana nos Oitocentos.

Artigo recebido em 29 de abril de 2014.

Aprovado em 08 de maio de 2014.

A HORA DERRADEIRA DE
HOMENS E MULHERES
AFRICANOS E SEUS
DESCENDENTES: alguns
apontamentos sobre os
óbitos, Santo Amaro,
Sergipe, 1802-1835

Joceneide Cunha dos Santos*

THE LAST HOUR OF AFRICAN
MEN AND WOMEN AND THEIR
DESCENDANTS: some notes on
deaths, Santo Amaro, Sergipe, 1802-
1835

RESUMO

Alguns historiadores têm se dedicado a pesquisar africanos e seus descendentes através dos registros de óbitos. Identificando as nações, alguns ritos ligados à morte, às doenças, dentre outros. Este texto tem como finalidade identificar as nações africanas nos registros de óbitos da Freguesia de Santo Amaro em Sergipe e apontar os locais que esses africanos foram sepultados. Esta era uma importante Freguesia no decorrer dos Oitocentos, caracterizada pelo cultivo de cana de açúcar. As fontes usadas foram os registros de óbitos, testamentos e inventários.

ABSTRACT

Some historians have been devoted to researching Africans and their descendants through death records. Identify in nations, some rituals connected to death, disease, among others. This paper aims to identify the African nations in the death records of the Parish of Santo Amaro in Sergipe and point out the places that these Africans were buried. This was an important Parish during the nineteenth century, characterized by the cultivation of sugar cane. The sources used were the death records, wills and inventories.

* Doutora em História Social pela Universidade Federal da Bahia (2014). Professora da Universidade do Estado da Bahia. Endereço eletrônico: joceneidecunha@gmail.com

No dia primeiro de maio de 1832, possivelmente, José Guedes, um africano com sessenta anos foi mordido por uma cobra e faleceu em decorrência do veneno do animal. José Guedes, forro, viúvo de Rosa de Tal, tinha 60 anos, e provavelmente foi vitimado pela cobra nas suas atividades laborais no campo.¹ O africano foi enterrado no dia seguinte na Capela do Rosário que ficava situada na Vila de Santo Amaro. Provavelmente os sinos da citada Capela tocaram anunciando o sepultamento, que foi realizado sem ele ter todos os sacramentos.

No seu registro de óbito, realizado pós 1830, há a menção que ele era um africano. Ele não deixou de ser apontado dessa maneira no momento derradeiro e, possivelmente, o lugar em que alguns foram enterrados está ligado a esse elemento identitário, quiçá os cortejos fúnebres também. Esses e os sepultamentos marcavam o cotidiano Oitocentista e alguns deles possuíam bastante pompa, incluindo os de africanos e seus descendentes. Principalmente para os africanos que faziam parte das irmandades. Os irmãos eram convocados, saíam acompanhando o corpo até o lugar do sepultamento. Rosa Benedita, da Guiné, irmã da Irmandade do Rosário da Vila de Santo Amaro, solicitou ser enterrada com o hábito de São Francisco, acompanhada pelo Reverendo e mais três sacerdotes. Ela não quis a missa de corpo presente, pois, mesmo sendo irmã do Rosário, essa missa seria um gasto que ela não podia arcar. Requereu ainda no seu testamento as duas capelas de missa costumeiras e ser enterrada na Capela do Rosário.² Ou seja, a Rosa Benedita teve um cortejo fúnebre com a presença dos seus irmãos e dos quatro padres. E, como Rosa Benedita, diversos homens e mulheres escravizados e forros foram enterrados no Rosário em Santo Amaro.

Este breve artigo tem como objetivo identificar as nações que foram registradas nos óbitos da Freguesia de Santo Amaro, única Freguesia das terras sergipanas que possui registros de óbito anteriores à década de 1830.

¹ Arquivo da Paróquia de Santo Amaro, livro de batismo 3, 02/05/1832, registro de José Guedes, p.17.

² AGJSE, Cartório de Santo Amaro, Inventariado *post mortem* de Rosa Benedicta, 20/02/1816, Caixa 01/1764.

Período em que as informações sobre as nações dos africanos são menos escassas. Neste artigo também apontarei alguns elementos sobre os rituais ligados à morte desses homens e mulheres africanos e dos seus descendentes. Foram pesquisados três livros de óbito da Paróquia de Santo Amaro que cobrem o período de 1802 a 1835, e também citarei alguns inventários *post-mortem*. Os dados foram quantificados e analisados os indícios.³

No entanto, no intervalo entre 1816 e 1825 não há registros de óbitos para a Freguesia de Santo Amaro. Vários párocos ao longo do tempo fizeram esses registros e, com isso, as informações mudaram de acordo com a época e com o pároco, sendo alguns mais cuidadosos que outros na feitura desses óbitos. Entre 1802 e 1805, as informações sobre as nações são parcas nos registros de óbito, apenas no último ano citado começam aparecer registros dos minas e angolas. Após 1832, as nações africanas desaparecem dos registros, e a grande distinção passou a ser se eram africanos ou nascidos no Brasil e, para esses, as cores eram apontadas. Outro elemento apontado era a condição se escravizado ou forro. Ressalto que o Reverendo Gonçalo Pereira Coelho ocupou esse cargo na Freguesia de Santo Amaro por no mínimo 20 anos. Assim, a omissão das nações fazia parte da política de esconder quais eram as nações africanas, sobretudo para não evidenciar as que eram provenientes do Norte da Linha do Equador. Para analisar os óbitos dividi os registros em duas fases, a primeira de 1802 a 1815, e depois de 1826 a 1835. Esse marco leva em consideração as primeiras leis que tornaram ilegais o tráfico de africanos.

As Constituições do Arcebispado da Bahia possuíam uma série de normas sobre os sepultamentos e os sacramentos da Igreja Católica. Os sacramentos eram o batismo, confirmação, eucaristia, matrimônio, penitência, extrema unção e ordem. E esses sacramentos, excetuando a ordem, deviam também ser realizados com os escravizados, incluindo os africanos. A extrema unção em alguns casos incluía a comunhão, unção com óleos e alguns casos a confissão. Os padres, ao saberem

³ GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp.143-179.

que havia um doente em estado grave, deviam fazer a extrema unção com todos os aparatos, e a família ou os responsáveis pelo enfermo deveriam chamar o padre para fazer o procedimento. As Constituições previam punições para a família que não chamasse o padre. E, para este, quando se negasse a fazer a extrema unção. João Reis narra algumas procissões do viático, termo dado à ida do vigário à casa do moribundo em Salvador e no Rio de Janeiro. O moribundo, quando era irmão de alguma Irmandade, seus confrades acompanhavam o cortejo até a casa do doente. As pessoas quando viam a procissão na rua se curvavam e a casa do moribundo recebia incensos e folhas para a chegada da procissão.⁴ Algumas perguntas deviam ser feitas ao doente, mesmo sendo escravizados, neste caso o questionário era abreviado, pensando principalmente nos africanos. As perguntas eram as seguintes:

O teu coração crê tudo o que Deus disse?
O teu coração ama só a Deus?
Deus há de levar te para o Céu?
Queres ir para aonde está Deus?
Queres morrer porque Deus assim quer?⁵

As respostas para todas as perguntas eram sim. No entanto, na extrema unção, ainda havia a necessidade de tradutores quando os homens e mulheres africanos não compreendiam o português, e quando os padres também não sabiam se comunicar na língua do africano. Lembro que alguns padres transitaram pelas duas margens do Atlântico e que houve incentivo para que eles aprendessem os idiomas dos africanos.

Em Salvador e no Rio de Janeiro, as Santas Casas ocupavam um lugar importante nos sepultamentos dos escravizados. Em Salvador,

⁴ REIS, João J. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. pp.84.85

⁵ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. 1707*, pp.221-222.

os banguês foram usados para enterrar os escravos e o sepultamento custava 800 réis. Os registros dos banguês são uma importante documentação para estudar os centro-ocidentais e muitos deles enterrados logo após sua chegada à Bahia, sem batismo. Através dessa documentação percebe-se que os angolas, os benguelas, dentre outros, entraram nas terras baianas, ainda os nomes dos traficantes e que algumas pessoas de Luanda enviavam seus escravizados para Salvador. Já nos registros de óbito da Sé, os mina foram majoritários, seguidos dos jejes.⁶ Lembro que essa Freguesia para Eugênio Pares foi fundamental para a formação de uma identidade jeje em Salvador.⁷ Mary Karash também identificou diversas nações africanas na documentação da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro nos Oitocentos.⁸

A Santa Casa da Misericórdia de São Cristóvão diferentemente da de Salvador não tinha um cemitério, nem esquifes. Apenas os irmãos da Santa Casa possuíam uma tumba no interior da Capela para os irmãos. Possivelmente os arredores da Igreja e o interior dela eram os lugares preferidos para serem enterrados. José Thiago Silva Filho cita em sua monografia as cobranças que a Santa Casa fazia para os irmãos devedores e proprietários de escravos, que esses deveriam quitar suas dívidas para que eles e seus escravos fossem enterrados.⁹ Ou seja, a Santa Casa também era um espaço de enterros dos escravos dos irmãos desde que esses tivessem com as contas com a Santa Casa Irmandade. Além desse espaço, a Capela da Irmandade do Rosário da Cidade de São Cristóvão também foi usada como local de enterros dos escravizados e libertos.

⁶ SILVA Junior, Carlos Francisco. *Identidades afro-atlânticas: Salvador, século XVIII (1700-1750)*. Salvador: UFBA, 2011. (Dissertação de Mestrado)

⁷ SOARES, Carlos Eugenio Libano. "INSTRUÍDO NA FÉ, BATIZADO EM PÉ": batismo de africanos na sé da Bahia na 1ª metade do século XVIII, 1734-1742. In: *Afro-Ásia*, 39 (2010), 79-113.

⁸ KARASH, Mary C. *A vida dos escravos: no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁹ SILVA FILHO, José Thiago da. *Servindo à Alma e ao Corpo: A Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão-Se (séc. XVII e XIX)*. (monografia de Licenciatura) São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2000.

Outras normas que constavam nas Constituições eram sobre os sepultamentos. Os senhores deviam custear os enterros de seus escravos. Alguns senhores obedeciam as recomendações pagando os enterros e mandando rezar as missas pelas almas dos escravizados falecidos, outra regra prevista. No entanto, muitos escravizados, africanos e nascidos no Brasil, não tiveram seus sepultamentos registrados, foram enterrados em fazendas, largados em matos ou deixados nas estradas. Esses não tiveram seus sepultamentos registrados. As Constituições do Arcebispado condenavam essa postura do senhor, e ainda estipularam uma multa para os senhores que o assim fizessem.¹⁰ No entanto, possivelmente inúmeros escravizados tiveram esses destinos.

Identifiquei alguns enterros de escravizados que foram pagos por senhores. Em 1814, Bento crioulo vivia na Vila de Santa Luzia e já era idoso. Ele adoeceu e seus senhores tiveram gastos para curá-lo, talvez tenham pago um barbeiro para cuidar do citado Bento, mas ele não resistiu à doença e foi a óbito. Foi vestido com uma mortalha e sepultado possivelmente em terreno cristão. Os gastos com a doença, mortalha e enterro somaram 4\$060 réis.¹¹ Lembro que na Vila de Santa Luzia e na povoação havia irmandades do Rosário dos Homens Pretos, e talvez ele tenha sido enterrado no solo cristão dos seus.

Em Santo Amaro, nos inventários de alguns senhores também constavam as prestações de contas e em alguns deles há enterros de escravizados. Em 1825, Antônio Pinheiro devia 5\$040 réis do enterro de três escravizados.¹² E Ana Joaquina de São José também devia diversos enterros. Nos anos de 1822, 1824, 1828 e em 1831 foram enterrados escravizados dela na Capela do Rosário e por isso ela devia 23\$780 réis com sepultamentos.¹³

¹⁰ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. 1707, p.295

¹¹ A mortalha custou 1\$280, o sepultamento foi o mesmo valor e os gastos com doença 1\$500 reis; Vê em: AGJSE, Cartório de Estância, cx. 09.489, 25/08/1813, Inventariada: Anna Eufemia Maria da Conceição.

¹² AGJSE, Cartório de Maruim, cx.809, 1825, inventariado: Antônio Pinheiro.

¹³ AGJSE, Cartório de Maruim, cx.810, 1833, prestação de contas do testamento de Anna Joaquina.

Esses enterros dos escravizados deviam ocorrer de forma mais simplificada, pois os custos dos sepultamentos dos forros eram muito mais altos. Mesmo quando estes faziam parte da Irmandade. Os custos do enterro de Rosa Benedita foram de 18\$140 réis. Valor que foi utilizado para pagar a mortalha de São Francisco, o serviço dos três padres e talvez a sepultura.¹⁴ Talvez também tenha tido gastos para preparar o corpo para o sepultamento. Segundo João Reis, o corpo era preparado para o enterro. Nesses preparos estavam os banhos nas pessoas falecidas, fazer a barba quando homens, cortar cabelos. Nesses ritos ligados à morte ocorreu uma fusão de tradições europeias e africanas. Nas duas tradições, a morte deveria ser planejada e o corpo preparado para o enterro. Os africanos incorporaram elementos portugueses e mantiveram alguns deles.¹⁵ Segundo Carlos Silva Junior, citando Vilhena, as covas dos escravizados eram rasas e comuns, e por isso os corpos se tornavam alvo dos animais. E nos Oitocentos esse tipo de cova perdurou para os escravizados.¹⁶

Sobre a outra norma, a de deixar missas ou mandar rezá-las para as almas dos escravizados, alguns senhores cumpriram-na. Nos Setecentos, alguns senhores já deixaram missas para as almas dos seus escravizados. Dentre estes estavam Feles de Andrade Maciel, morador do engenho Campinhos em Santa Luzia, que em 1786 deixou meia capela de missas para as almas dos seus escravos falecidos.¹⁷ Anos depois, em 1794, Escolástica de Almeida Mendonça, moradora de São Cristóvão, deixou cinco missas para este fim. Na centúria seguinte, em 1821, Maria

¹⁴ AGJSE, Cartório de Santo Amaro, Caixa 01/1764, 20/02/1816, inventariada: Rosa Benedita.

¹⁵ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. 1707*, pp. 114-115. REIS, João J. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹⁶ SILVA Junior, Carlos Francisco. *Identidades afro-atlânticas: Salvador, século XVIII (1700-1750)*. Salvador: UFBA, 2011. (Dissertação de Mestrado).p.171

¹⁷ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º OF Livros de Testamentos – Cx. 62 – Lv. 01 – pp.33-43, 4/10/1790. Testadora: Escolastica de Almeida de Mendonça; AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º OF Livros de Testamentos, Cx. 62 - Lv. 04 - pp.122-131, 6/12/1780; Testador: Felles de Andrade Maciel.

Acciovali, senhora do engenho Mato Grosso, em Santo Amaro, deixou no seu testamento que deveriam ser rezadas duas capelas de missa para as almas dos seus escravos falecidos.¹⁸ As Constituições mencionavam que deveria ser uma missa por escravo que tenha falecido. Por isso os senhores de engenho deixavam um número maior de missas, também porque podiam custeá-las.

Sobre os registros, em muitos deles não há referência se os sepultados nasceram no Brasil, sobretudo nos realizados no início dos Oitocentos. O primeiro africano registrado foi em 1802, uma mulher forra, a Luiza, classificada genericamente como africana.¹⁹ Pós 1813, percebe-se um aumento de homens e mulheres africanos sendo registrados, momento em que se modificam os padres que encomendavam as almas e que faziam os registros. Em 1812, assumiu a Freguesia o reverendo Gonçalo Pereira Coelho que permaneceu por cerca de vinte anos. Assim como nos batismos, os registros de óbitos também não apareceram no mesmo vasto leque de nações que nos inventários e muitos assentos possuem poucos dados. Entre 1802 e 1815, foram coletados 683 registros de óbitos de escravos, forros e dos seus filhos. Dentre eles, em 383 não há referência da nação. Acredito que uma parte deles eram africanos. Os africanos identificados correspondem a 7,66% dos sepultados que foi possível identificar a nação. Ver tabela 1:

¹⁸ AGJSE, Cartório de Santo de São Cristóvão, cx.02.68, 06/06/1821, Inventariada: Maria Acciovali.

¹⁹ Secretaria Paroquial de Santo Amaro, Livro nº1, registro de Luzia, 1802, p.1

Tabela 1- Nação dos enterrados – Santo Amaro (1802-1815)

	Africanos				Nascidos no Brasil				Sem informação				Inocentes sem dados		Total
	H ¹		M ²		H		M		H		M		E	F/L	
	E ³	F/L ⁴	E	F/L	E	F/L	E	F/L	E	F/L	E	F/L			
1802	-	-	-	1	1	-	4	2	3	-	-	-	2	1	13
1803	-	-	-	-	23	1	11	2	22	2	14	-	5	-	80
1804	-	-	-	-	4	-	1	-	13	-	11	2	7	-	38
1805	1	1	-	-	14	2	11	9	30	1	13	2	5	-	90
1806	1	-	-	-	19	2	11	2	54	-	35	1	11		136
1807	1	-	-	-	9	-	2	-	21	3	20	1	2	-	59
1808	-	-	-	-	6	-	1	1	12	-	11	-	2	-	33
1812	-	-	1	1	14	3	6	1	18	2	13	-	1	-	60
1813	5	1	2	-	14	10	9	7	38	5	20	1	-	1	113
1814	6	-	2	-	16	4	11	3	6	-	8	-	1	-	57
1815	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	3
Total	14	2	5	2	121	22	67	28	218	13	145	7	36	2	683

¹ Homens | ² Mulheres
³ Escravizados | ⁴ Forros e livres, as crianças crioulas filhas de pais libertos foram contabilizadas.

Fonte: Livros de óbito 1 da Paróquia de Santo Amaro (1802-1815)

Como se observa na tabela 1 foram registrados, entre 1802 e 1815, dezesseis homens e sete mulheres africanos. Entre 1802 e 1809, foram identificados cinco escravizados africanos: um angola, um benguela, um mina, um haussá e a citada Luiza africana forra. Em 1805, Pedro angola faleceu com vinte anos, quando ainda era um moço.²⁰ Nos demais não constava a idade, mas possivelmente chegaram em Santo Amaro no final dos Setecentos.

²⁰ Secretaria Paroquial de Santo Amaro, Livro n^o1, registro de Pedro, 20/09/1805, p.49.

Percebe-se na tabela, um aumento de africanos entre o período de 1812 a 1814. Os 18 africanos identificados eram das nações citadas anteriormente acrescida dos jejes. A nação angola foi majoritária com 10 escravizados, correspondendo a 55,55% dos africanos. As idades dos angolas falecidos variaram de 30 a 70 anos. E eles foram seguidos pelos jejes (que), pois entre os quais identifiquei 5 homens e mulheres (27,78%). Apenas três desses registros faz menção à idade, dois foram classificados como velhos, um com noventa anos e outro com sessenta anos. Indiciando uma grande entrada dos jejes nos Setecentos. Informo que entre 1801 e 1820 a Vila de Santo Amaro era a que mais tinha escravizados jejes na Capitania de Sergipe.²¹

Boa parte das pessoas escravizadas ou forras e/ou livres que foram sepultadas no período eram nascidas no Brasil, cerca de 79,33%. E um aspecto que chama à atenção é o desequilíbrio entre as mulheres forras e os homens neste grupo. As mulheres nascidas no Brasil tiveram maior acesso que os homens e que as africanas. Entre os africanos houve um equilíbrio na conquista da alforria a mensurar pelos óbitos desse período.

Voltando às idades, as fases mais perigosas variavam de acordo com a nação, conforme a tabela abaixo:

²¹ SANTOS, Joceneide Cunha. *Negros(as) da Guiné e de Angola: Nações africanas em Sergipe (1720-1835)*. Salvador: UFBA, 2014. (Tese de Doutorado)

Tabela 2 - Idade dos homens e mulheres enterrados – Santo Amaro (1802-1815)

	Africanos				Nascidos no Brasil				Sem informação				Inocente sem dados		Total
	H		M		H		M		H		M				
	E	F/L	E	F/L	E	F/L	E	F/L	E	F/L	E	F/L	E	F/L	
1 a 7 dias	-	-	-	-	4	-	3	-	-	-	-	-	2	1	10
8a 10 dias	-	-	-	-	10	1	3	2	1	-	1	-	1	-	19
11 a 23 dias					3		2		1						6
1 mês a 7 anos	-	-	-	-	48	14	27	11	20	-	18	2	2	1	143
8 anos a 15 anos	-	-	-	-	3	3	1	3	8	-	2	-	-	-	18
16 anos a 35 anos	2	-	2	1	3	1	4	2	25	1	13	1	-	-	55
36 anos a 60 anos	3	1	2		5	1	2	1	9	1	14			-	38
Maiores que 60 anos	4	-	1	-	4	1	-	2	2	3	1	1	1	-	20
Sem dados	5	1	-	1	43	1	8	6	126	7	98	2	12	-	310
Adulto	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	1	-	4	-	10
Anjo	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3	-	4
Inocente	-	-	-	-	-	-	15	2	19	2	-	-	11	1	50
	14	2	5	2	123	22	66	29	216	14	148	6	33	3	683

Fonte: Livros de óbito 1 da Paróquia de Santo Amaro (1802-1815)

Ao olhar para a tabela 2, percebe-se que as duas grandes fases em que morriam os africanos era de 16 a 35 anos e de 36 a 60 anos. Sobretudo até os quarenta anos, oito homens e mulheres morreram nessa fase. Ou seja, para alguns que chegaram nas terras brasileiras aos 28, 30 anos, a morte ocorreu logo após a sua chegada. As doenças mais comuns entre os escravizados são as do aparelho respiratório como: opilação, tosse, dentre outras. Dois desses escravizados faleceram de opilação e um com uma possível gripe. Os africanos depois de meses viajando em condições precárias ficavam ainda mais sujeitos a essas doenças. Outro

grande grupo era o de doenças ligadas ao aparelho digestivo como a maligna, calores do fígado, dentre outros. Homens e mulheres estavam sujeitos a padecerem desses males. Outro grupo eram as enfermidades ligadas ao aparelho circulatório como os inchaços. E ainda havia as associadas ao aparelho nervoso. Duas africanas faleceram de estupor, doença que tirava as sensibilidades e também causava certa paralisia. Miridan Falci identificou algumas mulheres escravizadas que faleceram com a mesma *causa mortis* no Brasil no decorrer dos Oitocentos.²²

Entre os nascidos no Brasil, a maioria morria até sete anos de idade. Entre as *causa mortis* estavam: o mal de sete dias, lombrigas, tuberculose, gripes, hidropsia, dentre outros. Havia ainda entre os falecidos, nascidos no Brasil e africanos que faleceram através de acidentes, afogados e envenenados por picadas de cobra.

Os locais dos enterros é algo revelador, pois é possível especular uma “geografia dos sepultamentos”. A maioria dos escravizados e forros nascidos no Brasil, bem como dos que não há referência, também foram enterrados na Capela do Rosário. E o segundo lugar mais utilizado foi a Capela de Nossa Senhora da Conceição, seguindo pela Matriz. Os outros templos foram Capela do Santo Antônio, em Maruim; Capela do Maruim, em Amparo (sede da Irmandade dos Pardos); Capela do Rosário, da povoação do Catete; Capelas de Nazareth e a Nazareth do Catete; Capelas de Santa Ana e Nossa Senhora da Boa Hora e da Missão. A Freguesia de Santo Amaro era grande e incluía várias povoações, bem como engenhos e, por isso, a existência de diversas capelas. Lembro que as duas Igrejas do Rosário eram sede de Irmandades do Rosário dos Homens Pretos. Da mesma forma que o batismo, os sepultamentos eram feitos em lugares diversos, incluído capelas particulares. Ver tabela 3:

²² FALCI, Miridan K. “Comparando a saúde e morte de mulheres escravas no século XIX no Brasil”. In: [HTTPwww.rj.anpuh.org/2Fresources%2Ffrj%2FAnais%2F2004%2FSimposios%2520Tematicos%2FMiridan%2520Britto%2520K%2520Falci.doc&ei=mNUdU6uLEMadkQeD64GwDw&usg=AFQjCNENRDTuyJgBk-9LSf23LxL8JyfOJA&bvm=bv.62578216,d.eW0](http://www.rj.anpuh.org/2Fresources%2Ffrj%2FAnais%2F2004%2FSimposios%2520Tematicos%2FMiridan%2520Britto%2520K%2520Falci.doc&ei=mNUdU6uLEMadkQeD64GwDw&usg=AFQjCNENRDTuyJgBk-9LSf23LxL8JyfOJA&bvm=bv.62578216,d.eW0) acessado no dia 14 de fevereiro de 2014.

Tabela 3 - Local dos Sepultamentos – Santo Amaro (1802-1815)

	Africanos				Nascidos no Brasil				Sem informação				Inocente sem dados		Total
	H		M		H		M		H		M		E	F/L	
	E	F/L	E	F/L	E	F/L	E	F/L	E	F/L	E	F/L			
Capela do Rosário da Vila	5	1	1	1	341	6	20	7	58	5	46	1	8	1	201
Capela do Rosário do Catete	2	-	-	-	3	7	4	4	12	1	9	1	-	-	43
Matriz	3	1	2	-	32	3	16	13	18	3	15	1	4	1	112
Capela de N ^{sa} S ^{ra} da Conceição	-	-	-	-	26	1	11	1	56	-	42	-	5	-	144
(rasurado) e n/c	-	-	-	-	6	1	4	-	15	3	15	-	1	-	45
Capela Amparo	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	1	-	4
Capela Antônio de Maroim	-	-	1	-	-	-	-	2	2	-	1	-	1	-	7
Capela da Missão	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	3
Capela de N ^{sa} . S ^{ra} . de Nazareth do Catete	-	-	-	-	-	2	-	1	5	-	2	1	1	-	12
Capela de Santa Anna	2	-	1	1	10	2	7	-	33	-	8	2	11	1	78
Capela de Santo Antônio	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2
Capela do Catete	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	1	-	-	-	4
Capela N. S ^a . da Boa Hora	-	-	-	-	3	-	3	-	7	-	3	-	-	-	16
Capela N ^{sa} S ^{ra} de Nazareth	1	-	-	-	2	-	1	-	2	-	4	-	-	-	10
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2
Total	14	2	5	2	123	22	66	29	216	14	148	6	33	3	263

Fonte: Livros de óbito 1 da Paróquia de Santo Amaro (1802-1815)

Os africanos foram enterrados na Capela do Rosário e a maioria deles eram os angolas. Cerca de sete dos onze identificados como dessa nação foram sepultados no local citado, os demais foram enterrados na Capela de Santa Ana (2), um na Matriz e outro na Capela do Santo Antônio do Maruim. Já entre os doze homens e mulheres africanos das demais nações, cinco africanos foram enterrados na Matriz, ou seja, a maioria. Seguidos por dois que foram enterrados na Capela do Rosário na Povoação do Rosário do Catete e a mesma quantidade na Capela de Santa Ana, e os demais na Capela de Nossa Senhora de Nazareth e na Missão dos Carmelitas.

Acredito que alguns escravos e/ou seus parentes tiveram a oportunidade de escolher(em) (a)onde queriam ser enterrados. Para outros, coube ao senhor escolher o destino final do defunto. Identifiquei alguns escravizados do mesmo senhor que foram enterrados em lugares distintos o que indic(i)a que o lugar do enterro foi uma escolha dos escravizados ou forros. Já outros escravizados foram sepultados nas propriedades que viviam ou possivelmente em lugar de preferência dos seus senhores. Tenente José Leandro enterrou no período seis escravizados em quatro lugares distintos, dentre eles foi: um inocente enterrado em 1804 na Capela do Rosário da Vila de Santo Amaro, João que foi sepultado na Capela de Nazareth; Clemencia na Capela rural de Santa Ana, por fim, Leandro, possível criança, filho legítimo de Vicente e Silveira na Capela do Rosário do Catete em 1806. Possivelmente sua propriedade era nas proximidades da citada povoação. Da mesma forma, os sete escravizados de Antônio Pinto de Resende foram sepultados em locais distintos, três no Rosário da Vila, um na Capela de Nossa Senhora da Conceição, um na Matriz e dois não há menção. Outro exemplo foram os 35 escravizados homens e mulheres do sargento Felipe Luís de Faro e que depois foi promovido a Capitão-mor. Dessas 35 pessoas sepultadas, 31 foram sepultados na Capela de Nossa Senhora da Conceição e os outros 4 na Capela do Rosário. As crianças e os africanos desse senhor foram batizados no Oratório da sua casa. Dessa forma, acredito que grande parte dos 31 escravizados sepultados na Capela da Conceição foi uma escolha do senhor, da mesma forma que o local dos batizados.

Já os quatro sepultados na Capela do Rosário possivelmente foi uma escolha dos sepultados.

As Constituições do Arcebispado da Bahia pregavam que as pessoas deviam ser enterradas nos locais que escolhessem, a capela, adros e/ou túmulos, incluindo os escravizados. Os padres e clérigos não deveriam mudar as escolhas ou tentar mudá-las. Sugere ainda que para aqueles que não escolheram se na condição de homens solteiros seriam enterrados junto aos seus pais ou avós, e as mulheres quando viúvas junto aos seus maridos. Quando casadas, o marido decidiria o local do sepultamento e as solteiras da mesma forma que os homens, junto aos pais ou avós. As Constituições ainda afirma que os fregueses, incluindo escravizados, fossem enterrados nas Igrejas dos santos de que fossem devotos. Os fregueses deveriam ainda serem sepultados em lugares cristãos e que outras pessoas tivessem acesso podendo assim se lembrar dos mortos para poder interceder em favor das almas que foram para o purgatório logo saírem.²³ Ou seja, a ideia de ficar entre os seus no pós-morte e de ter alguém que intercedesse por eles nesse momento.

Identifiquei quatro sepultamentos que foram realizados no adro das Capelas, dois na Capela do Rosário e os demais na Capela de Nossa Senhora da Boa Hora. Um deles foi Antônio angola que em 1814 foi sepultado no adro da Capela do Rosário.²⁴ Dessa forma, todos que passavam pelo adro se lembrariam de rezar por ele. Em 1819, Caetana Maria do Espírito Santo foi enterrada na entrada da Capela do Rosário de São Cristóvão. Ela fazia parte da Irmandade do mesmo nome. Desejou usar hábito branco e ser acompanhada pelos irmãos.²⁵ Além do adro, outro lugar registrado foi no telheiro da Capela do Rosário. Soterio, que morreu com nove anos de *terra*, foi enterrado no local citado.²⁶

²³ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. 1707, pp.295-296.

²⁴ Secretaria Paroquial de Santo Amaro, Livro nº1,16/01/1814, registro de Antônio.

²⁵ AGJSE, Cartório de São Cristóvão 2º ofício, cx. 159,19/08/1819, Inventariada: Caetana Maria do Espírito Santo. Inventário com testamento em anexo.

²⁶ Secretaria Paroquial de Santo Amaro, Livro nº1, 23/07/1813, registro de Suterio, p.150.

Para João José Reis, as pessoas se preparavam para a morte, assim, alguns escravizados tiveram tempo de explicitar onde queriam ser enterrados e com qual mortalha.²⁷ Por isso, libertos como Rosa Benedita e Caetana Maria do Espírito Santo fizeram seus testamentos e, com isso, além de explicitar onde e como queriam ser enterradas, também oficializaram como ficariam seus bens materiais, com quem tinham pendências financeiras e ainda com os destinos da vida de algumas pessoas como a de escravizados. Para isso serviam os testamentos.²⁸

Um aspecto importante era a roupa usada no sepultamento. João José Reis, ao pesquisar os testamentos, percebeu que a maioria utilizou a mortalha de São Francisco ou a branca. Rosa Benedita escolheu a mortalha do citado patriarca. A mesma que Rosa Maria do Espírito Santo, negra liberta, irmã do Rosário de São Cristóvão, também quis ser enterrada na Capela da sua Irmandade e solicitou dez missas. As missas, juntamente com a mortalha e o sepultamento custaram 75\$860 réis em 1812. Ela possivelmente também teve um cortejo com tochas, estandarte da Irmandade dentre outros elementos.²⁹

Para Reis, a mortalha de São Francisco significava a simplicidade cristã, bem como o seu cordão poderia ser usado para que os anjos tirassem as almas do purgatório. E, em Salvador, da mesma forma que em São Cristóvão, havia franciscanos que comercializavam essas roupas o que contribuiu para a sua popularização em Salvador. Em Santo Amaro poucos usaram essa mortalha. Uma explicação para o pequeno número de hábitos de santos é o fato de não existir muitas ordens religiosas, e comprar hábitos de santos não deveria ser tão fácil, embora uma opção para buscar proteção dos santos que os pais eram devotos era vestir-se com a cor dos mesmos. Amortalha mais citada nos registros

²⁷ REIS, João J. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.p. 92.

²⁸ AGJSE, Cartório de Santo Amaro, Inventariado *post mortem* de Rosa Benedicta, 20/02/1816, Caixa 01/1764; Testadora: Caetana Maria do Espírito Santo, cx. 159, 19.08.1819.

²⁹ AGJSE, Cartório de São Cristóvão 1º ofício, 01/07/1812cx. 4, Inventariada: Rosa Maria do Espírito Santo. Inventário com testamento em anexo.

foi a de cor branca, esse fato pode ter diversas explicações. Uma delas se refere ao branco como uma cor ritualística para muitas nações africanas, dentre elas os iorubás. No entanto, o branco era fúnebre para o mundo cristão também, simbolizaria a ressurreição de Cristo e foi a cor usada para envolvê-lo.³⁰ O branco também estava associado à pureza, mulheres ainda não casadas talvez fossem mais obrigadas a usar essa mortalha. Após terem sido casadas ou terem filhos usavam hábitos pretos. Em Santo Amaro, a mortalha mais usada foi a branca, mais de 50% dos defuntos usaram essa roupa, incluindo quatro africanos, um angola, um mina, um haussá e a africana forra Luiza. Para os demais não há referências.

Além das brancas identifiquei mortalhas azuis, roxas, amarelas, vermelhas ou encarnadas e preta. A vermelha foi mais usada para crianças, os chamados inocentes, a que possuía maior idade que usou essa mortalha foi Maria de José, de seis anos. Esta cor de roupa foi usada independentemente de ser menino ou menina. Novamente para Reis, esta cor está associada à fertilidade ou à perda dela, bem como é a cor que os padres usam no dia 28 de dezembro, dia em que se relembra a morte de crianças mandada ou ordenada por Herodes.³¹ Lembro ainda que as roupas das Nossas Senhoras, Conceição ou Rosário, possuem partes vermelhas e azuis. A segunda grande parcela, 43,77%, são os registros que não possuem referências da cor de hábitos utilizados.

Outro aspecto importante eram os sacramentos. Seis dos africanos sepultados tiveram acesso a todos os sacramentos, isso quer dizer que fizeram a penitência, e os demais passos que faziam parte da extrema unção, a confissão, comunhão e a unção com óleos. Quatro angolas, um benguela e um jeje foram enterrados na Matriz e Capela do Rosário. Talvez para os escravizados que residiam mais próximo da Vila, ou os que tinham maior acesso a esses templos, tiveram também maior acesso aos sacramentos. Alguns africanos julgavam importante esse sacramento,

³⁰ REIS, João J. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

³¹ REIS, João J. *A morte é uma festa...* pp.122-123

mas, sobretudo, tiveram tempo de preparar a sua partida. Além desses, mais 57 escravizados tiveram todos os sacramentos, uma minoria dos que foram enterrados. Muitos partiram sem a extrema unção, outros receberam a unção com os óleos, fizeram a comunhão e alguns apenas a penitência, incluindo os africanos.

Entre 1826 a 1835, cataloguei 702 registros, em 340 não há informações sobre a nação, se nascidos no Brasil ou no outro lado do Atlântico. E, nesses registros dos óbitos também não há referências aos hábitos usados nos sepultamentos dos homens e mulheres escravizados e forros. Na tabela 4 percebe-se melhor a distribuição de nações por ano.

Tabela 4 - Nação dos enterrados – Santo Amaro (1826-1835)

	Africanos				Nascidos no Brasil				Total
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		
	Escravizados	Forros e livres	Escravizados	Forros e livres	Escravizados	Livres e forros	Escravizados	Livres e forros	
1826	1	—	—	—	5	2	1	1	10
1827	2	1	3	—	4	2	7	2	21
1828	9	—	3	1	9	6	6	5	39
1829	10	1	4	—	9	2	10	1	37
1830	13	2	6	1	24	8	24	4	82
1831	9	—	8	1	3	1	2	1	25
1832	3	2	3	1	21	4	20	9	63
1833	5	—	3	—	9	3	13	1	34
1834	3	2	8	1	14	—	7	—	35
1835	3	—	—	—	5	—	8	—	16
Total	58	8	38	5	103	28	98	24	362

Fonte: Livros de óbito 2 e 3 da Paróquia de Santo Amaro (1826-1835)

Dentre os registros em que há dados, 29,92% são africanos. Índice um pouco menor que o encontrado nos inventários do mesmo período, em torno de 34%. Dentre os africanos há os angolas, africanos e um Benguela. Entre 1826 e 1831, há registros de 8 mulheres e 18 homens angolas, o que corresponde a 36,11%, 1 benguela (1,39%), 28 homens e 17 mulheres africanos (62,5%). Dentre esses africanos possivelmente estavam os jejes, nagôs dentre outros. A exemplo de Brígida de nação

nagô, que no seu sepultamento foi chamada apenas de africana, era escravizada do afamado coronel José Rodrigues Dantas.³²

Oito mulheres e dezesseis homens angolas foram enterrados na tão citada Capela do Rosário, correspondendo a 92,31%. Apenas duas exceções, uma delas foi Justino, angola, com 20 anos, que em 1828 foi sepultado no Hospício da Missão. E José angola que no seu registro não há menção ao local em que foi sepultado. Ou seja, os angolas em sua maioria foram batizados, levaram seus filhos, talvez se casaram e também foram sepultados na Capela do Rosário. A capela do Rosário da Vila foi a preferida pelos angolas, e o segundo lugar mais procurado pelos crioulos e demais africanos. Essa capela nos Oitocentos era um espaço de trânsito de africanos, principalmente dos angolas e crioulos. Nesse ambiente eles batizavam, quiçá casavam e alguns foram sepultados.

Entre 1826 e 1831, 27 africanos dos 45 identificados foram sepultados na Igreja Matriz de Santo Amaro, 14 na capela do Rosário da Vila e os demais nas Capelas da Povoação de Maruim e na Conceição. Da mesma forma que período anterior, os sepultamentos continuaram a ocorrer em diversos locais, alguns na sede da Vila, outros em povoações e ainda em capelas dos engenhos. Dentre os templos estavam a Igreja Matriz, as Capelas do Rosário da Vila e da povoação do Catete, as capelas de Maruim, Santa Ana, Nossa Senhora da Boa Hora e da Conceição, na Missão, dentre outros locais.

Escravizados de um mesmo senhor continuaram a ser sepultados em locais distintos. O que indica que esses escravizados e/ou sua família escolhiam o local do sepultamento, e indica também a existência de comunidades. Esses escravizados e forros sendo enterrados onde desejassem, parte dos seus estariam no sepultamento, bem como *descansariam* entre os seus parceiros de uma mesma nação.

Benedito, crioulo, filho de Caetana e Estevão, faleceu com dois meses e foi sepultado no Rosário no mesmo dia em que Cristina, africana, com 11 anos, que foi enterrada na Matriz, ambos ao coronel José

³² Secretaria Paroquial de Santo Amaro, livro de óbito nº2, 04/02/1829, registro de Brígida, p.58.

Rodrigues Dantas. Ou ainda Maria, recém nascida, filha de Damião e Francisca, que faleceu em 1831 e foi enterrada na Capela de Nossa Senhora da Boa Hora. No mesmo ano, Jorge, angola, faleceu com 40 anos e foi enterrado na Capela do Rosário. Ainda em 1831, faleceram Joana e Tomás, que foram enterrados respectivamente na Capela do Rosário, na povoação do Catete, e na Capela da Conceição. Os quatro últimos escravos citados pertenciam ao coronel Manoel Rollemberg.³³

Nesse período de 1826 a 1831, três mulheres africanas, um homem angola e três homens africanos eram forros. Os outros seis africanos, quatro homens e duas mulheres, entre 1832 e 1835 possuíam a mesma condição. Havia certo equilíbrio proporcional entre as mulheres e os homens forros africanos. Os nascidos no Brasil tiveram maior acesso à alforria que os africanos, e as mulheres um pouco mais que os homens.

Alguns homens e mulheres africanos continuaram falecendo desde sua chegada, e sem o batismo. Sobretudo os que chegaram quando ainda eram crianças. Em 1828, faleceu um *párvulo* que pertencia a Alferes José Inácio. Ou seja, a criança ainda não tinha nem sequer recebido um nome cristão. Dessa forma, alguns dos africanos foram enterrados sem terem sido batizados, ou seja, sem receber nenhum sacramento. Já outros receberam todos os sacramentos, incluídos na extrema unção. Nove africanos e um angola receberam todos os sacramentos, que nesse livro significava ter os seguintes: o batismo, a confirmação, comunhão, penitência, matrimônio para alguns e a extrema unção, seis destes eram escravos e os outros quatro forros. Os sacramentos foram mais acessíveis para os africanos forros, 30% deles tiveram todos os sacramentos e três deles se casaram. E 22 dos nascidos no Brasil e 24 escravizados e forros que não há informações sobre a nação também receberam todos os sacramentos. Alguns tinham recebido apenas o batismo, que eram crianças, outros o batismo e comunhão, e ainda batismo e penitência.

Um olhar sobre os óbitos também permite identificar as principais doenças de que morriam os escravizados no período, bem como a faixa

³³ Secretaria Paroquial de Santo Amaro, Livro nº2, 1831, registros de Maria, Jorge, Joana e Tomás, p.118v, 199v, 120v, 122v.

etária. Trinta homens e mulheres africanos morreram com idade entre 11 anos e 35 anos. E desses, dezoito com menos de 20 anos, ou seja, a idade a que muitos homens e mulheres africanos chegaram nas terras sergipanas. E alguns desses faleceram devido às sequelas das viagens realizadas, do interior até o litoral, os diversos dias no interior do navio e por fim à viagem de Salvador até Santo Amaro. Grande parte, doze no total, faleceu com maligna e problemas respiratórios, tosse, opilação, dentre outros. Cinco morreram com causas, no mínimo, suspeitas. Gonçalo morreu envenenado e Luiz afogado, ambos pertenciam ao mesmo senhor, José Lourenço de Mello.³⁴ Dois africanos faleceram de pancadas. Um deles, Guilherme, africano, pertencia ao sargento-mor Hermenegildo Telles e faleceu de pancadas, no contexto de revoltas dos nagôs na década de 1820. E esse senhor foi o que escapou de ser assassinado pelos nagôs na revolta de 1824.³⁵ É possível que esse escravizado fosse um dos envolvidos na revolta, ou ainda, esse senhor após a revolta acentuou os castigos e Guilherme recebeu um que o levou à morte. Por fim, a citada Brígida de nação nagô, que morreu de desgraça.³⁶

A segunda faixa estava entre 40 e 60 anos, 23 homens e mulheres morreram nesse intervalo. As doenças mais comuns foram a maligna e a opilação. Nos registros de dez pessoas sepultadas não há menção a idade, mas dois deles morreram de velhice. E nove africanos que faleceram tinham entre 70 e 120 anos, três deles morreram também de velhice e outra grande causa foi a citada maligna.

Outras doenças identificadas entre os africanos, a hidropsia (relacionada a inchaço nas pernas), varíola, hemorroidas, tuberculose, dentre outras. Segundo Karash, tuberculose, diarreia (maligna) e hidropsia estavam entre as maiores causas de morte dos africanos enterrados na Santa Casa de Misericórdia.³⁷

³⁴ Secretaria Paroquial de Santo Amaro, Livro nº2, 1830 e 1831, registros de Gonsalo e Luis, pp.102 e 123v.

³⁵ Secretaria Paroquial de Santo Amaro, Livro nº2, 1/11/1827, registro de Guilherme. p.30.

³⁶ Secretaria Paroquial de Santo Amaro, Livro nº2, 04/02/1829, registro de Brígida, p.58.

³⁷ KARASH, Mary C. *A vida dos escravos: no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp.240-250.

Entre os nascidos no Brasil, a faixa etária mais perigosa era até os dois anos de idade, e 23 crianças morreram do mal de sete dias, o tétano. Outras 91 com até sete anos, e de diversas enfermidades como febres, bexigas, maligna, sarampo e tosse. Atingindo a idade dos sete anos, a mortalidade diminuía sensivelmente, apenas seis morreram entre 8 e 16 anos, e a maior causa foi a diarreia. Nove escravizados e forros nascidos no Brasil morreram entre 17 anos e 40 anos sem predominância de nenhuma doença. E com idades maiores de 60 anos, identifiquei 18 pessoas nascidas no Brasil, sendo 1/3 forras e/ou livres (crioulas filhas de libertas), tendo como as maiores causas de falecimento novamente a maligna, a hidropsia.

Analisando os registros entre 1826-1831, percebe-se que a fase mais perigosa para os africanos, ou seja, aquela que eles mais corriam risco de morte, era logo ao chegar no Brasil e os primeiros anos seguintes. As razões eram diversas, as más condições de viagem, ou ainda pelas dificuldades de viver na nova terra. Assim, muitos africanos faleciam na idade que estariam no auge da produtividade, já os nascidos no Brasil, a fase mais crítica era a infância.

No livro entre 1832 e 1835, os angolas desapareceram dos registros, nos assentos há menção apenas aos africanos, 20 homens e 17 mulheres africanos. Possivelmente a maioria desses africanos não eram angolas, não havia motivos para esconder a morte de angolas, sobretudo porque em boa parte dos que faleceram nesse período possivelmente já havia algum tempo que viviam em Santo Amaro. E defendo que os angolas eram facilmente identificados, seja por estarem entre as primeiras nações africanas que chegaram a Sergipe, por serem numerosos, ou ainda por terem conseguido (re) construir relações e possivelmente uma comunidade. Destes africanos identificados quatro homens e duas mulheres eram forros.

Como mencionei anteriormente nos óbitos, sobretudo pós 1832, também há a preocupação de camuflar as nações dos africanos sepultados, e por isso a classificação apenas como africano ou africana; isso ocorreu devido às legislações de proibições do tráfico. O leque de lugares em que ocorreram o sepultamento dos africanos continuou diverso.

Quinze homens e mulheres africanos foram enterrados na Matriz, uma inversão em relação aos períodos anteriores. Acredito que possivelmente boa parte desses eram de nação nagô. Ressalto que a entrada desses africanos em Santo Amaro ocorreu sobretudo pós 1828 quando é possível identifica-los nos batismos, momento que os angolas podem ter deixado de ser maioria nessa Vila. Uma possível diminuição dos angolas possibilitou uma redução no número de sepultamentos na capela do Rosário da Vila, apenas oito dos africanos, sete foram enterrados na Capela da Conceição, em três registros não há dados, um na Capela de Nossa da Boa Hora, um na do Amparo, e outro na Capela de Maruim.

Nesse período, os sepultamentos na Matriz foram majoritários também entre os nascidos no Brasil. Entre eles, 47 escravizados homens e mulheres, 9 forros e/ou livres foram sepultados nesse templo, bem como dois sem informações sobre a nação. Quiçá uma comunidade de homens e mulheres africanos e seus descendentes, distinta da que existia em torno da Capela do Rosário tenha surgido em torno da Matriz. Os registros desse período apontam uma maior diversidade de cores entre os nascidos no Brasil que nos períodos anteriores, cabras, mestiços, pardos e crioulos. E entre eles, 24 escravizados foram sepultados na Capela de Nossa Senhora da Conceição, 13 dentre os nascidos no Brasil e escravizados foram sepultados na Capela do Rosário e 7 livres e forros no mesmo local. E dois sem informação sobre a nação também foram inumados no Rosário.

Sobre as idades que esses africanos faleceram, sete homens e três mulheres tinham entre 16 anos e 30 anos. Possivelmente entre os que faleceram logo após a chegada, os homens eram ainda mais novos que as mulheres, alguns com 16-17 anos, e uma das mulheres faleceu de parto. Sete homens e mulheres tinham entre 30 e 40 anos e entre as causas de morte estavam o mal interno e a tuberculose. Anna teve uma morte diferenciada que possivelmente não permitiu um planejamento. Ela faleceu devido a algumas facadas que recebeu.³⁸ E o maior número

³⁸ Secretaria Paroquial de Santo Amaro, Livro de óbito nº3, registro de Anna, 02/08/1833, p.58.

de africanos estava entre os que possuíam mais de 40 anos, que faleceram das doenças já citadas. Eram 18 homens e mulheres africanos que tinham entre 40 anos e 100 anos. Lembro que essas idades eram as que os africanos representavam ter.

Ainda sobre as idades, 74 crianças faleceram com até sete anos de vida, e 64,35% dos escravizados e forros que nasceram no Brasil faleceram nessa fase. Dentre as doenças aparecem o mal de sete dias já citado, as bexigas, as febres e a já citada maligna. 1/3 das homens e mulheres forras tinham idades iguais ou superiores a 60 anos quando faleceram, os outros 2/3 eram crianças menores de seis anos. Ou seja, não havia grandes diferenças nas condições de vida no que concerne à saúde de crianças escravizadas e forras, mesmo porque as crianças forras eram filhas muitas vezes de um escravizado e/ou de uma escravizada. Dessa forma, ela continuava vivendo nas senzalas, com condições precárias de higiene e com alimentação deficiente. 17 escravizados nascidos no Brasil faleceram com idade superior a 40 anos, as razões foram doenças já conhecidas.

A Capela da Irmandade do Rosário da Vila de Santo Amaro tinha padres responsáveis para realizar os sacramentos, como o batismo e os sepultamentos. Devido a isso esses párocos conseguiam identificar as nações dos africanos, sobretudo os angolas que muito transitavam nessa Capela. O fato de existir um padre que majoritariamente realizava os ritos na Capela mostrava respeito por parte da Igreja para com a Irmandade, sua importância e uma organização da Irmandade que podia pagar o padre pelos seus serviços possivelmente em diversas ocasiões.

Ressalto que nesse período, 1802-1835, os cemitérios não eram frequentes na Província de Sergipe, e por isso as pessoas continuaram sendo enterradas no interior das Capelas, no entanto, em locais distintos, no adro, altar dentre outros. Os irmãos da Irmandade do Rosário de Vila Nova que assumissem o posto de presidente teriam um lugar privilegiado para ser enterrado no interior da Capela. Os demais seriam enterrados em diversos lugares na Capela.³⁹

³⁹ Torre do Tombo, Estatuto da Irmandade de Vila Nova. Correspondência da Mesa de Consciência e Ordens.

Dos africanos que foi possível identificar a nação, os angolas foram os majoritários nos registros de óbito da Freguesia de Santo Amaro, seguidos pelos jejes, hauças e minas.

As Capelas das Irmandades do Rosário dos Homens Pretos foram um espaço de trânsito de homens e mulheres escravos. E a de São Crisóstvão bem como a de Santo Amaro se consagraram como um espaço dos africanos, sobretudo dos angolas. Nesse espaço muitos africanos e incluindo os angolas foram sepultados, evidenciando que esses africanos conseguiram (re)construir uma comunidade e mesmo após a morte queriam ficar entre os seus. E quiza em torno da Matriz africanos de outras nações construíram um espaço de sociabilidade, onde batizavam e enterravam os seus. Por fim, os óbitos, os poucos que restam para o período em Sergipe, permitem identificar algumas nações africanas que viveram em Sergipe, e são valiosos para estudar as doenças e penetrar na vivência dos homens e mulheres escravizados e forros.

Artigo recebido em 15 de maio de 2014.

Aprovado em 04 de junho de 2014.

DO ENGENHO, DOS
GENTIOS E DOS
JESUÍTAS: redes de
sociabilidades de soldados
mamelucos no sertão
colonial (1590-1592)

Andreza Silva Mattos*

THE MILL, OF THE GENTILES
AND JESUIT: sociability networks of
Mamluk soldiers in colonial hinterland
(1590-1592)

RESUMO

No final do século XVI, expandia-se a economia açucareira nos engenhos do Recôncavo baiano, o que levou à organização de expedições de resgates indígenas em direção ao sertão norte da Bahia para apresar os nativos e obter sua mão de obra. Entre os integrantes das expedições, encontramos Simão Roiz, soldado mameluco que nos apresentou a uma rica rede de sociabilidades que se enredou no sertão. Seguiremos, a partir da perspectiva micro-histórica, os fios da sua teia de relacionamentos para percebermos o modo como os soldados mamelucos agiram para obter êxito nos resgates indígenas e como reagiram diante dos empecilhos interpostos pelos jesuítas. Nossas considerações serão embasadas, sobretudo, nos processos inquisitoriais contra eles movidos na I Visita do Santo Ofício à Bahia, em 1591.

Palavras-Chave: Redes de Sociabilidades. Soldados Mamelucos. Sertão Colonial.

ABSTRACT

In the late sixteenth century, it was expanding the sugar economy in Recôncavo Baiano mills, which led to the organization of expeditions indigenous redemptions north outback of Bahia to seize the natives and get your workforce. Among the members of the expeditions, we meet Simon Roiz, Mamluk soldier who introduced us to a rich network of sociability that has become entangled in the backcountry. Follow from the micro-historical perspective, the threads of its suestem of relationships to realize how the Mamluk soldiers acted to succeed in indigenous redemptions and how they reacted on the obstacles interposed by the Jesuits. Our considerations will-informed, particularly in inquisitorial proceedings against them moved in the first visit the "Santo Ofício" in 1591.

Keywords: Networks of Sociability. Soldiers Mamluks. Colonial backcountry.

* Mestranda em História-UFS/PROHIS. Especialista em Ciência da Religião-UFS. Graduada em História-UFS e integrante do GPCIR – Grupo de Pesquisa Cultura, Identidade e Religiosidade-UFS/CNPq.

[...] e confessando disse que avera anno e meo, que elle foi ao sertão dos topinaensis na companhia de Gonçalo Álvares mamaluco morador no mesmo ceregipe que hia por capitão de vinte e tantas pessoas, afora os negros, para resgatar e fazer descer gentios do qual sertão elle confessante chegou ora poucos dias [...].¹

Essa confissão foi proferida na sala do Colégio da Compainha de Jesus, em Salvador, local onde se instalara a comitiva da I Visita do Santo Ofício da Inquisição, em 1591. O réu em questão é Simão Roiz, mame-luco de 45 anos que compareceu perante o Visitador, Heitor Furtado Mendonça, em 09 de março de 1592, no tempo da graça do Recôncavo Baiano. Ao confessar seu desvio, ter comido carne na quaresma e em demais dias determinados pela Igreja, Simão Roiz² apresentou-nos a uma rica rede de sociabilidades que se formou no sertão da Bahia colonial para onde foi na companhia do capitão Gonçalo Álvares a fim de “descer” índios e levá-los para trabalhar no engenho Sergipe ou Sergipe do Conde.

Compreendemos essa rede de sociabilidades a partir de vivências de Simão Roiz, no sertão. Nesse propósito, atentamos ao modo como os soldados mame-lucos, enquanto membros das expedições sertanistas, agiram para obter êxito nos resgates indígenas e como reagiram diante dos empecilhos interpostos pelos jesuítas. São nas ações e reações dessa rede de sociabilidades a que nos deteremos, em detrimento dos desvios às normas católicas praticados naquelas paragens.

A noção de rede de sociabilidade é compreendida à luz do conceito de configuração de Norbert Elias, para quem as figuras são

¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, *Processo nº 11.632*, folha 3verso. Ressaltamos que as demais citações oriundas dos processos inquisitoriais tiveram a ortografia atualizada.

² O sobrenome “Roiz” de Simão é uma abreviatura para “Rodrigues”, utilizado em seu processo inquisitorial. Era uma abreviação comum com a qual o notário Manoel Francisco se referiu a todos os Rodrigues sentenciados. Então, nosso personagem será cognominado por Simão Roiz ou Sr. Roiz, visando também a evitar confusões com o nome do seu filho que, do mesmo modo, era Simão Rodrigues.

formadas por pessoas que se unem umas a outras, formando “redes de indivíduos”.³ Essa concepção nos remete à ideia de pertencimento e de interdependência, uma vez que Simão Roiz pertencia a uma expedição sertanista, na qual grande parte de seus integrantes eram mamelucos (descendentes de branco com índio) que tinham um modo de agir que os diferenciavam dos demais. E que para obterem êxitos, no sertão, mantinham uma teia de relacionamentos interdependentes, isso porque “o comportamento de muitas pessoas separadas enreda-se de modo a formar estruturas entrelaçadas”.⁴

Para fundamentar nossa pesquisa, faremos uso dos processos inquisitoriais oriundos da I Visita do Santo Ofício à Bahia. O período estudado varia entre 1590 e 1592, momentos em que, respectivamente, Simão Roiz envereda-se pelo sertão e que as confissões vêm à superfície da mesa inquisitorial, expondo preciosas informações acerca das ações e reações enredadas nas veredas do sertão.

Ao reduzir a escala de observação, a partir da abordagem micro-histórica, poderemos ainda *sentir* a efervescência das relações tecidas entre os diferentes sujeitos cujas ações sociais são vistas como um resultado de constantes “negociações, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais”.⁵

No decorrer da leitura, aparecerão outros personagens que compuseram a rede de sociabilidades de Simão Roiz, os quais nos possibilitam alcançar a inteligibilidade de suas (re)ações, pois “ninguém tem uma história na qual não conte o outro”.⁶ Serão destacados seis personagens: Gonçalo Álvares, João Gonçalves, Simão Rodrigues (o filho), Francisco

³ ELIAS, Nobert. *Introdução à Sociologia*. Tradução de Maria Luíza Ribeiro Ferreira. 4 ed. Lisboa: Edições 70 Ltda, 2008, p.16.

⁴ *Ibid*, p. 144-145.

⁵ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 135.

⁶ ARÓSTEGUI, Júlio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru-SP: Edusc, 2006, p. 290.

Pires e Lázaro da Cunha. O sexto será o espaço do sertão. E, a relação entrelaçada entre espaço e sujeitos será a nossa linha condutora. Compreendamos um pouco sobre esse último personagem.

O sertão do século XVI era o interior, indicando, em alguns momentos, uma oposição ao litoral. Esta concepção teve sua gênese nas doações de sesmarias por D. João III que estabeleceu 50 léguas de terra ao longo da costa atlântica, fato que recebeu críticas de Frei Vicente Salvador em sua *História do Brasil* (1918). Para ele, os portugueses negligenciaram as terras do sertão contentando-se em “andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”.⁷ À medida que a colonização avançava, a fronteira do sertão mudava para o limite do desconhecido.

O deslocamento de interesse do Recôncavo baiano do litoral para o sertão/interior em direção ao norte, seguindo a margem direita do rio São Francisco, onde atualmente é o território sergipano, ocorreu no governo de Luíz de Brito, entre 1572 e 1578, período no qual foram intensificadas as expedições sertanistas, tornando-se, o sertão, o *locus* de atuação de inúmeros soldados mamelucos.

DE COMO SE TECEU A REDE DE SOCIABILIDADES

O processo de Simão Roiz foi desencadeado ter comido carne de porco e de outros bichos do mato, na quaresma e em demais dias proibidos pela Igreja enquanto esteve a “descer índios” nos sertões da Bahia colonial. Seu denunciante foi o soldado mameluco João Gonçalves – companheiro nas jornadas sertanejas, cujo comparecimento à mesa do Santo Ofício, no tempo da graça do Recôncavo baiano, ocorreu em 29 de janeiro de 1592. Informou ser solteiro, cristão velho, natural da Capitania de Ilhéus, morador em Sergipe do Conde. No que concerne à genealogia, disse ser filho de Thomé Fernandes e Isabel Gonçalves, neto de João Gonçalves e Isabel Lourenço. Fez questão de ressaltar que não conheceu seus avós e que não tinha tios. Sobre

⁷ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora Melhoramento, 1931, p. 20.

seus pais, disse apenas que eram trabalhadores, não clareando sobre as respectivas etnias.⁸

Esse jovem alfaiate de 20 anos confessou que após a guerra de Sergipe “novo”, liderada por Cristóvão de Barros,⁹ foi a outro sertão na companhia de Gonçalo Álvares onde “todos os dias da quaresma e nas sextas feiras comeu[sic] carne e assim comia toda a dita companhia do seu rancho que Sam Simão Roiz solteiro e seu filho do mesmo nome Simão Roiz, moradores no mesmo Sergipe”.¹⁰

Por sua vez, Simão Roiz, mesmo não sabendo que já havia sido denunciado nos idos do mês de janeiro, compareceu à mesa inquisitorial para relatar seus desvios de comportamento em relação à moral eclesiástica. Assim como dissera João Gonçalves, o desvio do nosso morador de Sergipe do Conde foi comer, na quaresma, carne de porco e de outros bichos do mato, sem necessidade por que tinha outros mantimentos, como frutas e ervas. Como cada confissão, geralmente, implicava mais indivíduos, Simão Roiz denunciou, entre outros, o seu filho, Lázaro da Cunha e o capitão Gonçalo Álvares. Este, por sua vez, denunciou o próprio Simão Roiz, Lázaro da Cunha e acrescentou outro personagem à lista, o mameluco Francisco Pires. Todos fizeram parte do mesmo agrupamento, formando uma teia de relacionamentos interdependentes que veio à luz durante os interrogatórios inquisitoriais. Com exceção de Lázaro da Cunha, eram todos moradores nas terras do engenho Sergipe do Conde, localizado no Recôncavo baiano.

DO ENGENHO E DOS GENTIOS

Não temos como precisar o ano no qual Simão Roiz partiu da capitania de Ilhéus para ir morar na capitania da Bahia, nas terras do

⁸ ANTT, IL, *Proc. n.º 13.098*.

⁹ João Gonçalves exerceu a função de soldado na expedição de Cristóvão de Barros que colonizou o atual território de Sergipe, em 1590.

¹⁰ ANTT, IL, *op. cit.*, fl. 04v. Ao citar Sergipe, João Gonçalves referiu-se ao engenho de Sergipe do Conde.

engenho Sergipe do Conde – local que elegera para ser seu lar e exercer a função de lavrador, juntamente com o filho Simão Rodrigues. Sobre a sua esposa, sabemos que era Gracia Fernandes, uma índia, que, à época do processo, já havia falecido. Conheçamos um pouco sobre o local onde o Sr. Roiz residia antes de ingressar no sertão.

Nos idos de 1572, dona Felipa de Sá, última descendente do terceiro Governador Geral do Brasil, Mem de Sá, herda o engenho Sergipe. A mais nova herdeira de Portugal tornara-se uma moça desejável, despertando o interesse de dom Fernando de Noronha, herdeiro do título de conde de Linhares, com quem contraiu matrimônio no ano seguinte. O casamento foi determinado segundo um “Contrato de dote e arras” por meio do qual marido e mulher declaravam as propriedades com que entravam para a sociedade conjugal:

[...] e a dita senhora dona Felipa entra com toda a herança que herdou do senhor governador Mem de Sá seu pai que Deus tem, e de seu irmão Francisco de Sá a saber com a parte que fica em morgado e obrigações dele conforme aos testamentos dos ditos senhores Mem de Sá e Francisco [...].¹¹

O engenho possuía duzentas e oitenta e duas peças de escravaria, munição de artilharia, água, mata e uma ilha.¹² Localizava-se a cerca de nove quilômetros da foz do rio Sergipe e “controlava todas as terras que o separavam do mar. Na margem oposta havia muitas fazendas, além de uma igreja beneditina”.¹³

Realizado o casamento, o engenho Sergipe passa a ser conhecido como engenho Sergipe do Conde, por referência ao marido de dona

¹¹ CONTRATO DE DOTE E ARRAS, 1573, in: Instituto do Açúcar e do Alcool. Documentos para a História do Açúcar. Engenho Sergipe do Conde. Rio de Janeiro: Serviço Especial de Documentação Histórica, v. 3, 1963, p. 314.

¹² Ibid.

¹³ SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: A suprema corte da Bahia e seus juizes (1609-1751)*. São Paulo: Editora Perspectiva. Estudos n. 50, 1979, p. 89.

Felipa, o Conde de Linhares, os quais nunca vieram para o Brasil administrar esse bem. Foram proprietários absenteístas, ou seja, exploraram as terras à distância, designando, para tal função, administradores intermediários de sua confiança enviados de Portugal, entre os anos 1576 e 1618.

No engenho, a mão de obra indígena era muito bem empregada. Dados, de 1572, dão-nos conta de, aproximadamente, 280 escravos adultos trabalhando, dos quais 20% eram africanos. Embora o comércio de escravos africanos estivesse se desenvolvendo, o trabalho indígena era primordial.

Pelo Inventário do engenho de 1574, realizado para cumprimento da entrega ao Conde e à Condessa de Linhares, podemos observar que os indígenas exerciam as funções de caldeireiro, escumeiro, moedor, bagaceiro, tacheiro, banqueiro, preseiro, lavrador, encaixador, serrador, ferreiro, lavadeiro, lavador de coadeiras, bareiro, pescador e farinheiro.¹⁴ Atuavam diretamente na vida cotidiana do engenho, participando, ainda, das expedições de resgates com objetivo de aprisionar índios das tribos inimigas.

Disposto a manter a mão de obra indígena frequente, devido às constantes intervenções dos jesuítas, o feitor do engenho, Gaspar da Cunha, escrevera, em 1585, ao Conde de Linhares solicitando-lhe que obtivesse autorização “para que índios se estabelecessem próximos às suas propriedades”.¹⁵ Alegara o feitor que as aldeias instaladas nas proximidades protegeriam as fronteiras e ajudariam nas operações do engenho. Agindo conforme havia lhe solicitado o feitor, o Conde de Linhares obteve autorização dois anos depois, por meio de um alvará que reconhecia os benefícios que as aldeias de índios do sertão traziam às fazendas e aos engenhos. Contudo, “o controle que os jesuítas acabaram por exercer sobre esses povoados impuseram restrições a seu uso, restrições estas que os colonos não estavam dispostos a aceitar”.¹⁶

¹⁴ INVENTÁRIO DO ENGENHO SERGIPE, 1574, in: Instituto do Açúcar e do Alcool, op. cit.

¹⁵ SCHWARTZ, 1979, p. 54.

¹⁶ Ibid.

Os envolvidos com os resgates dos gentios confrontavam seus interesses com os dos padres jesuítas, tendo o padre jesuíta Cristóvão de Gouveia recomendado que a “igreja recusasse o sacramento da confissão a todos os que se envolvessem no resgate dos índios”.¹⁷ Esses religiosos tentavam, a todo custo, inibir as expedições de resgates. Por outro lado, os soldados mamelucos não estavam dispostos a cessar suas operações no sertão.

Foi quando, em 1590, Simão Roiz deixou a vida de lavrador e passou a integrar a expedição que estava sendo organizada por Gonçalo Álvares, que também era morador do engenho do Conde, e com ele foi ao sertão norte da Bahia, com expressa autorização do Conde de Linhares. Ao partir, o capitão levou consigo “vinte e cinco homens deles brancos deles mamelucos afora muitos negros frecheiros para fazerem descer e trazer consigo gentios do dito sertão para o mar [...]”.¹⁸ Entre esses mamelucos estavam: o filho de Simão Roiz, João Gonçalves, Lázaro da Cunha e Francisco Pires.

Essa expedição, assim como outras, contribuiria para abastecer a economia local, pois, em 1591, o açúcar no Nordeste expandia-se rapidamente com a finalidade de satisfazer a procura europeia em crescimento. O Recôncavo tornou-se o principal centro da lavoura canavieira, sendo indispensável à subsistência econômica da cidade de Salvador. Assim, à medida que supria a mão de obra dos engenhos, os soldados mamelucos alimentavam a insatisfação dos jesuítas porque viam, no trabalho indígena, no “a grande solução, principalmente, por sua abundância e a exigência de baixos investimentos para sua obtenção”.¹⁹

Esta era uma disputa que não refletia novidades. Na verdade, remontava a 1549, com o estabelecimento do Governo Geral que

¹⁷ Id, p. 46.

¹⁸ ANTT, IL, *Proc. n° 12.229*, fl. 01.

¹⁹ PARAÍSO, Maria Ilda Barqueiro. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. In: *Revista de História Porto*, São Paulo, v. 129-31, 1994, pp. 179-208, p. 181.

incentivou a escravização de grupos tribais no Recôncavo para suprir a “expansão da economia do açúcar”.²⁰

Toda a zona costeira do São Francisco até Ilhéus estava sujeita ao domínio dos grupos locais Tupinambá. “Também dominavam o interior, pela margem direita do São Francisco, bem como alguns territórios situados ao longo deste rio”.²¹ Havia grupos dos Tupinambá submetidos e outros não submetidos, e estes estavam na mira dos portugueses e mamelucos que organizavam expedições indo ao seu encaço pelo sertão. E quando “não queriam por paz e por vontade, os traziam por guerra e por força”.²² Com essas ações, “em vez de internarem-se indefinidamente pelo sertão, os Tupinambá dirigiram-se para norte”.²³

No cotidiano do sertão norte da Bahia colonial, Simão Roiz e seus companheiros tiveram que empreender algumas ações para lograr sucessos em seus resgates e reagiram frente aos interesses jesuíticos. Mas em que consistiram essas ações e reações?

DAS (RE)AÇÕES DOS SOLDADOS MAMELUCOS

Corria o ano de 1590, quando a expedição de resgate de índio, da qual participou Simão Roiz, adentrou no sertão. Ação esta que foi uma constante no final do século XVI, sendo da mão de obra indígena um atrativo aos senhores de engenho do Recôncavo baiano, sobretudo, aos mamelucos que deixaram aflorar seu lado tupi ao andar, dias após dias, pelos matos, longe do aconchego do lar que ficara para trás. O Sr. Roiz tinha um objetivo: convencer os índios a ir com sua expedição do sertão para o engenho Sergipe do Conde.

Para dominar a situação era, antes, preciso se fazer tupi. E foi assim que os soldados mamelucos o fizeram. Deixaram de usar os nomes

²⁰ SCHWARTZ, 1979, p. 43.

²¹ FERNANDES, Florestan. *Organização Social dos Tupinambá*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial: 1989, p. 32.

²² SALVADOR, 1931, p. 215.

²³ FERNANDES, op. cit., p. 37.

cristãos, riscaram-se no corpo e fizeram uso da língua tupi que bem conheciam. Mas tinham alguns que fugiam à regra, a exemplo de Simão Roiz que, mesmo tendo uma identidade cultural híbrida,²⁴ permaneceu com o seu nome de origem portuguesa: Simão Rodrigues, ao qual nos referenciamos como Simão Roiz.

Mas não foi desse modo que procedeu alguns de seus companheiros. A sua teia de relacionamentos permite-nos perceber que muitos soldados mamelucos utilizavam nomes tupis para indicar para os nativos uma “mudança de personalidade”.²⁵ Chegaram mesmo ao ponto de se esquecerem dos nomes portugueses, lembrando-se apenas das alcunhas, como mencionou Bastião Madeira:²⁶ “também outro mameluco homem já de meia idade natural desta capitania do qual não sabe o nome somente sabe que de *alcunha na língua dos gentios de jocosutu* que quer dizer coruja”.²⁷ O próprio Gonçalo Álvares, na guerra que se deu no rio Real contra as aldeias de Surubi e Aperipê, em 1575, batizou-se como pinasamoqu.²⁸

Outra ação que merece destaque são os riscados à moda dos Tupinambá. Acreditamos na possibilidade de Simão Roiz não ter feito os ditos riscados, uma vez que nada é mencionado em seu processo e que nenhuma outra fonte, até o momento consultada, relata essa prática. Por sua vez, João Gonçalves quando estava no arraial de Sergipe, logo após a guerra de 1590, contou que se deixou riscar por outro mameluco no braço esquerdo “cortados na carne feitos com ferretes que ficavam em

²⁴ A identidade cultural híbrida de Simão Roiz é compreendida a partir de Stuart Hall para quem o sujeito é fragmentado, composto não só de uma única, mas de várias identidades que se transformam numa “celebração móvel” que varia segundo o sistema cultural que rodeia o indivíduo. É uma identidade “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistema cultural que nos rodeiam” (HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11 ed. RJ: DP&A, 2006, p. 13).

²⁵ FERNANDES, 1989, p. 238.

²⁶ Assim como Simão Roiz, Bastião Madeira consta no processo de Lázaro da Cunha como um dos seus delatores.

²⁷ ANTT, IL, *Proc. nº 11.068*, fl., 13, grifo nosso.

²⁸ Pinasamoqu significa linha comprida.

final para sempre o qual riscado é uso e costume dos gentios valentes de maneira que riscar e ser riscado significa entre os gentios ser gentio cavaleiro, valente [...]”.²⁹

As incisões na pele funcionavam como “uma espécie de condecoração do guerreiro que aprisionava e matava o inimigo”.³⁰ Expressa um “ato expiatório”,³¹ podendo ter duas funções: “significava o pesar e o sentimento, que tem pela morte de seus pais, assassinados pelos seus inimigos; outra (razão) representa o protesto de vingança, que contra eles prometem, como valentes e fortes”.³² Ao fazer a incisão, João Gonçalves, bem como os demais companheiros, estavam provando aos gentios que eram valentes como eles para serem aceitos pelo grupo e com eles conviverem melhor.³³

Riqueza de detalhes é encontrada na confissão de Francisco Pires. Ele narrou que foi tingido pelas pernas ao uso e modo gentílico com jenipapo, “uma certa fruta e com a dita tinta que é preta se tingem pelas pernas”³⁴. Foi ele quem nos disse que os riscados são para os gentios tão importantes quanto as roupas nobres para os portugueses: “assim como as outras gentes se costumam vestir de vestidos galantes assim também os gentios deste Brasil costumam andar nus em corpo e por galantaria se tingem com o dito jenipapo”.³⁵

Não podemos deixar de mencionar o uso da língua tupi, o que facilitava a comunicação e a obtenção da confiança dos seus ascendentes. Entretanto, diante das constantes interferências de padres jesuítas, os soldados mamelucos reagiram e iniciaram uma pregação entre os índios contra

²⁹ ANTT, IL, *Proc. n.º 13.098*, fl., 07.

³⁰ VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 144.

³¹ FERNANDES, op. cit., p. 237.

³² EVREUX, 1864 apud FERNANDES, op. cit., p. 237.

³³ Com essas atitudes os mamelucos, já batizados, passavam da condição de cristãos à condição de índios, os quais não professavam, definitivamente, o catolicismo segundo o qual é proibido fazer tatuagens (Lv., 19:28, in: *Bíblia Sagrada*, 116 ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 1990, p. 137.

³⁴ ANTT, IL, *Proc. n.º 17.809*, fl., 25.

³⁵ *Ibid.*, fl., 24v.

os jesuítas. Fizeram uma catequese às avessas, ou seja, uma verdadeira propaganda contra os jesuítas, desmoralizando o catolicismo, dizendo que os índios não fossem com os padres porque eles iriam lhes fazer mal. Entre os personagens dessa “propaganda” estavam Lázaro da Cunha e Francisco Pires – membros da expedição liderada por Gonçalo Álvares. Vamos então acompanhar o modo de atuação desses sujeitos. Suas ações aconteceram no sertão de Laripe ou Raripe, próximo à capitania de Pernambuco, ainda em terras baianas, no atual território de Sergipe:

Embora foneticamente sugira a serra do Araripe, “o sertão de Raripe” – que nada tem a ver com o Raribi ou Araribi no litoral da Capitania de Itamaracá, onde se situava a fazenda de Antônio Cavalcanti – ficava à margem direita do São Francisco, no hoje território de Sergipe.³⁶

Sobre essa questão, Capistrano de Abreu esclarece-nos que as entradas para o sertão partiram da Bahia – “seguindo a margem direita do rio São Francisco”;³⁷ e de Pernambuco – seguindo a margem esquerda desse mesmo rio, cujas últimas margens do São Francisco são limites comuns de ambas as capitanias.³⁸ Nesta conjuntura, a população baiana atirou-se pela costa até as divisas da antiga capitania de Francisco Pereira Coutinho, tornando frequentes as “viagens entre Bahia e Pernambuco beirando o mar”.³⁹

³⁶ Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (Org.). *Denúncias e Confissões de Pernambuco, 1593-1995*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1984, Coleção Pernambucana, vol. XIV, p. 11, grifo do autor.

³⁷ Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça. In: ABREU, Capistrano de (Org.). *Confissões da Bahia, 159-1592*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & C., 1935, p. XXI.

³⁸ A margem do rio São Francisco do lado de Pernambuco havia “numerosas serras, matas formando uma cinta quase contínua, como em Ilhéus e Porto Seguro, embora em direções muito menores, dificultavam as entradas e tolhiam a expansão pernambucana que pouco se afastou do rio. Os que dele se afastaram, se não utilizavam canoas que os levassem ao Recife, preferiam a praça da Bahia para suas transações” (Ibid, p. XXVI).

³⁹ Ibid, p. XXII.

Começamos, então, a seguir as aventuras de Lázaro da Cunha pelo sertão de Laripe. Quem nos conta são as ricas informações do seu processo inquisitorial. Lázaro compareceu para confessar ao Visitador em 21 de janeiro de 1592, dentro do tempo da graça do Recôncavo baiano. Informou ser natural da capitania do Espírito Santo, filho de Tristão da Cunha, homem branco, e de Isabel Paiz, mameluca – irmã do cônego Jácome de Queiroz. A essa altura, contava com trinta anos e informou uma particularidade: não tinha lugar certo de morada.⁴⁰

Interessante percebermos que, em seu processo, os delatores informaram lugares diferentes onde ele residiu, vejamos: Marçal Aragão e o jesuíta João Vicente disseram ser ele estante no engenho do Conde de Linhares, local onde Simão Roiz e seu filho, Gonçalo Álvares, João Gonçalves e Francisco Pires moravam; Bastião Madeira informou que ele morava na casa de Bernardo Ribeiro, não clareando sobre a localidade; Simão Roiz usou uma expressão que se coaduna ao que Lázaro disse ao visitador: “morador ora em passe”⁴¹ – o que nos leva a ter duas compreensões: estava de passagem por Sergipe do Conde ou estava residindo, naquele momento, em Passé, uma localidade do Recôncavo Baiano.

Passada a confissão de Lázaro da Cunha, tendo ele já sido denunciado pelos companheiros, o Visitador perguntou, logo na primeira sessão, se ele ouviu, sabia, viu ou lembrava-se de alguma pessoa que “lá no sertão pregasse os gentios que se não viessem fazer cristãos e que não descessem com os padres da Companhia para as igrejas ou outras coisas semelhantes”.⁴² Nesse momento, o réu confessou e disse que quando estava no sertão de Raripe ou Laripe, por cinco anos, próximo a Pernambuco para onde foram seguindo o curso do rio São Francisco, chegaram dois padres da Companhia de Jesus, sendo um por nome João Vicente, e pregaram pela língua gentílica. Os padres solicitaram que os índios fossem e “descessem para o mar para as igrejas para deus a fazerem-se filhos de deus”.⁴³

⁴⁰ ANTT, IL, *Proc. n.º 11.068*, fl., 23v.

⁴¹ *Ibid.*, fl., 15.

⁴² *Ibid.*, fl., 28v.

⁴³ ANTT, IL, *Proc. n.º 11.068*, fl., 29.

Quando soube da chegada dos jesuítas ao sertão, Lázaro informou que foi até eles saber quais eram as suas intenções. E, quando percebeu que os padres pretendiam levar os índios, teve que reagir. Diante da ameaça, alegou que pregou pública e notoriamente “pela mesma língua gentílica que ele bem sabe, pregou aos ditos gentios em contrário os ditos padres”.⁴⁴ E para consolidar, aconselhou ao principal da aldeia que:

não descesse nem consentisse descer os seus gentios com os ditos padres para o mar desta Bahia mas que se deixasse estar onde estava por que se descesse com os padres que lhes haviam de tomar as suas mulheres e que quando muito lhe daria uma só e que se descesse que não havia de ter que muitas mulheres nem usar dos costumes de seus antepassados como lá tinham e usavam no sertão e que estas coisas lhe dizia aconselhava para lhes estornar a descida com os padres dizendo que lhe mais que quando não quisesse se não descer que descesse com o dito seu capitão para Pernambuco [...].⁴⁵

Buscando uma forma de amenizar sua ação perante o Visitador, o réu acrescentou que seu capitão Manoel Machado (já falecido, na data do processo), bem como todos os outros soldados, eram consentidores e aconselhadores que os ditos gentios não fossem com os padres. Simão Roiz foi testemunha dessas pregações, não no sertão de Laripe quando tudo aconteceu; mas quando integrou a expedição de Gonçalo Álvares e presenciou Lázaro da Cunha “gabar-se” de seus feitos. Quem nos conta é o cristão-novo Tristão Rodrigues ao denunciar o “propagandista” ao visitador:

[...] e que outrossim o dito Lázaro da Cunha na dita jornada lhe disse também per muitas vezes em diversos lugares perante outros companheiros, gabando-se que quando ele andava entre

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Id., fls., 30-30v.

os gentios propriamente como gentio fazendo seus costumes gentílicos, pelejara contra os cristãos [...].⁴⁶

Ao ser perguntado quem mais fez essas pregações contra os jesuítas, Lázaro da Cunha citou os nomes de Afonso Pereira, o marigui⁴⁷ que é “morador em o forte de Sergipe e assim mais Francisco Pires, morador em Sergipe do Conde e Manoel Miranda residente no forte de Sergipe”.⁴⁸

Chegamos ao segundo propagandista da anticatetequese – Francisco Pires, em cujo processo constam as denúncias de Gonçalo Álvares, a do jesuíta João Vicente (que presenciara tais ações) e de Lázaro da Cunha.

Diante do Visitador, em 13 de março de 1592, disse ser cristão velho, natural de Porto Seguro. Sobre seus pais disse que era filho de “Antônio Eanes, homem branco, lavrador e de Catariana sua escrava negra brasila, ambos defuntos”.⁴⁹ Ao ser questionado, na primeira sessão do interrogatório, sobre suas pregações contra os padres da Companhia de Jesus, por ele foi dito que:

pregou e aconselhou os ditos gentios, dizendo-lhes que não viessem com os ditos padres para o mar porque lhes haviam de tolher ter muitas mulheres e que tinham troncos em que os haviam de prender e os havia de açoitar e que lhes não haviam de deixar-lhes seus bailes e costumes de seus antepassados e que os haviam de fazer cristãos e que não os haviam de deixar viver em suas gentilidades e que não os haviam de deixar dormir com as suas sobrinhas.⁵⁰

As reações de Francisco Pires contra os jesuítas foram além daquelas realizadas por Lázaro da Cunha. Ele não apenas persuadiu os gentios

⁴⁶ Id., fl., 9.

⁴⁷ O processo de Lázaro da Cunha informa-nos que “marigui” significa mosquito.

⁴⁸ ANTT, IL, *Proc. n.º 11.068*, fl., 31. O Forte de Sergipe é uma alusão às terras conquistadas por Cristóvão de Barros, no atual território de Sergipe.

⁴⁹ ANTT, IL, *Proc. n.º 17.809*, fl. 12.

⁵⁰ *Ibid.*, fls., 17v-18.

a não seguirem com os padres, como os amedrontou, falando-lhes que iriam ser açoitados no tronco. E disse ao Visitador que isso fazia movido pelo seu proveito, como pelo interesse de toda a companhia de soldados da qual era integrante, porquanto tinha por objetivo resgatar os índios por via de Pernambuco e não queria que os gentios faltassem no sertão com a vinda dos “padres da companhia de Jesus para esta Bahia”.⁵¹

Urdiam-se, na mesa inquisitorial, as redes de intrigas tecidas pelos caminhos do sertão. Francisco Pires argumentou, em sua defesa, que reconhecia não ter agido como um bom cristão e entendia que era melhor para os índios renunciarem a seus usos e costumes para se fazerem “cristãos e batizarem-se, porém que lhes aconselhava e pregou ao contrário pelo dito seu interesse temporal”.⁵²

Mas as argumentações foram inválidas e saíra Francisco Pires gravemente sentenciado da mesa inquisitorial, sendo preso, praticamente um ano após a sua confissão, precisamente, em 21 de janeiro de 1593. Parafraçando Ronaldo Vainfas, Francisco Pires revelou uma “verdadeira teia de falsos enganos” (1997, p. 182), que não se limitaram às relações entre eles e os jesuítas pelo controle dos nativos.

ASPECTOS CONCLUSIVOS

A necessidade da manutenção do funcionamento dos engenhos, a exemplo do Sergipe do Conde, com o uso da mão de obra indígena levou Simão Roiz a abandonar a função de lavrador para se fazer soldado na expedição de Gonçalo Álvares para adentrar no sertão. Expedição tal que ainda contava com apoio de alguns índios “amigos” que ambicionavam capturar outros de tribos “inimigas”. Naquele período, o engenho Sergipe do Conde mantinha alta produção de açúcar, chegando a exportar para a Europa.

Para obterem êxitos, os companheiros de Simão Roiz “batizaram-se” com nomes tupis; fizeram riscados em partes de seus corpos para

⁵¹ Id., fl., 18.

⁵² Id., fl., 18v.

obterem a confiança dos gentios, indicando-lhes que, assim como eles, eram cavaleiros e valentes; e ainda fizeram do conhecimento da língua nativa uma arma nessa “batalha”: tanto persuadiram os índios a irem com eles para as áreas dos engenhos, quanto realizaram verdadeiras pregações contra a evangelização dos padres jesuítas, os quais concebiam os mamelucos como um “fruto imperfeito”, não eram índios, não eram brancos. Concebiam-nos como homens destrutivos, pelas suas atuações contra a catequese, considerados “leigos ministros de Satanás”,⁵³ homens a que tudo recorriam por interesse de “seus abomináveis resgates”.⁵⁴

Foi possível conjecturar, a partir da investigação das vicissitudes de Simão Roiz e seus companheiros, que as redes de sociabilidades enredadas no sertão norte da Bahia foram primordiais ao êxito das expedições de resgates indígenas, implementadas no final do século XVI, pois sem as ações e reações praticadas numa lógica de interdependências, talvez, esses sujeitos não obtivessem sucessos.

Artigo recebido em 30 de abril de 2014.

Aprovado em 09 de maio de 2014.

⁵³ CARTA DE FRANCISCO PIRES, 1555, in: HUE, Sheila Moura (Org.). *Cartas do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 45.

⁵⁴ *Ibidem*.

PENDENGAS E
QUERELAS NA
INTELLIGENTSIA
BRASILEIRA: Romero
versus Bomfim

Claudefranklin Monteiro Santos*

disagreement and quarrels IN
BRAZILIAN intelligentsia: Romero
versus Bomfim

RESUMO

No ano em que se rememora o Centenário de falecimento de um dos maiores críticos da intelligentsia brasileira, Sílvio Romero, nada melhor do que discuti-lo por uma de suas melhores facetas: a polêmica. Nesse sentido, o presente artigo quis fazê-lo a partir de sua divergência com outro sergipano não menos importante no cenário nacional: o médico Manoel Bomfim. Uma boa oportunidade para revisitar aquele momento singular da cultura nacional.

Palavras-chave: Sílvio Romero – Manoel Bomfim.

ABSTRACT

In the year that commemorates the Centenary of the death of one of the biggest critics of the Brazilian intelligentsia, Sílvio Romero, nothing better than discussing it with one of his best facets: the controversy. In this sense, this article would do it from your disagreement with another no less important Sergipe on the national scene: the doctor Manoel Bomfim. A good opportunity to revisit that singular moment of national culture.

Keywords: Sílvio Romero – Manoel Bomfim.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Cultura, Identidades e Religiosidades (GPCIR). Sócio e atual Segundo Tesoureiro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: franklinmonteiro@oi.com.br.

O presente artigo bem que poderia ser intitulado da seguinte maneira: “Sívlio Romero, o Bruto”. Confesso que quase fui rendido pela tentação de assim chamá-lo. Mas, diante da grandiosidade do sujeito, achei por bem não fazê-lo e ater-me a sua antipatia intelectual para com seu conterrâneo sergipano, não menos grandioso, Manoel Bomfim.

Não era incomum este tipo de relacionamento entre os intelectuais do final do século XIX e princípios do XX. É bem verdade que alguns deles constituíram parcerias memoráveis, sobretudo no campo do mercado editorial, com livros voltados para a educação escolar. Isto aconteceu tanto com Romero, assim como a Bomfim. Este último, em 1910, lançou com o poeta carioca, Olavo Bilac, um dos mais célebres livros didáticos da história da educação brasileira: “Através do Brasil”. Um sucesso editorial sem precedentes.

O fato é que os dois sergipanos foram protagonistas de umas das pendengas intelectuais mais polêmicas de suas épocas. O episódio foi tratado pela primeira vez em 1999, pelo biógrafo de Manoel Bomfim, o escritor Ronaldo Conde Aguiar, no livro “O Rebelde Esquecido¹”. Entretanto, até a presente data, a questão não mereceu uma atenção particular e maior. Durante quinze anos, ensaiei escrever algo que pudesse contribuir mais com a temática, mas nunca havia encontrado uma oportunidade como a que agora se nos apresenta: o da rememoração dos cem anos de falecimento de Sívlio Romero (1914).

Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero, natural da cidade sergipana de Lagarto (21 de abril de 1851), ao longo dos anos, ostentou entre seus pares a peja de poderoso. Era virulento para com seus desafetos, fazendo uso, inclusive, de ataques de ordem pessoal. Ocupou um espaço que poucos de sua geração puderam alcançar. Isto lhe deu o direito de rogar-se inquestionável em autoridade intelectual. A exemplo de seus contemporâneos, ele procurou desmoralizar seus opositores, arrotando uma sabedoria que somente a ele cabia o potentado.

¹ AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido*. Tempo, Vida e Obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

Manoel Bomfim, um médico de formação, nascido em Aracaju no dia 08 de agosto de 1868, ao contrário de Romero nunca foi dado aos louros da glória. Viveu dois dramas pessoais que o marcaram profundamente: a morte da filha e a doença que o levou a óbito em 22 de abril de 1932. Apaixonou-se pela educação e em muito esteve às voltas com ideias como as que foram defendidas por Anísio Teixeira, para quem a democracia republicana só seria plena se a escola pública fosse a sua máquina geradora².

No que diz respeito aos intelectuais sergipanos em questão, Romero e Bomfim, ou Romero versus Bomfim, vale demarcar o início das pendengas e querelas entre eles. Para tanto, faz-se necessário recuar ao ano de 1902. Naquele ano, Manoel Bomfim foi comissionado pela Prefeitura Municipal do Distrito Federal (Rio de Janeiro) para ir à Europa, a fim de estudar Psicologia Experimental, outra faceta do médico aracajuano de então.

E experiência em Paris, França, lhe rendeu uma série de anotações, que deram a ele as condições para escrever nos anos seguintes aquela que seria, mais tarde, considerada a sua obra-prima: “América Latina, Males de Origem”. É neste particular, portanto, que a querela mais famosa do início do século XX vai ganhar corpo, pois até 1905, ano de lançamento do livro, Manoel Bomfim jamais havia recebido tanta atenção de seu primaz desafeto, o poderoso Sílvio Romero. Este era o mais eminente representante de uma intelectualidade que concebia o povo brasileiro como infantil ou semibárbaro. Sílvio propugnava em contraposição a Bomfim, o branqueamento da população como a única solução para o chamado “defeito de formação” étnica ou raça, como se empregava o termo na época.

Apontar a educação e não o branqueamento como solução para o país era comprar briga, ainda que não tivesse sido a intenção de Bomfim, com uma maioria que a apontava as teorias científicas racistas como irrefutáveis. Como médico, Bomfim percebeu o Brasil, por meio

² SILVA, Adriana Vera e. Anísio Teixeira – Ele Rimou Ensino com Democracia. In: *Revista Nova Escola*. São Paulo: Abril, 1998. p. 38.

de uma revisão histórica, como um organismo doente, mas curável. O atraso da nação era a doença e a ignorância o vírus contagioso. O “remédio” seria a educação.

Esta ideia ganhou força nas primeiras décadas do século XX e via na instrução pública uma estratégia significativa para romper com o que os ilustrados chamavam de falta de progresso. Para eles, a sociedade brasileira precisava se regenerar e ao povo cabia o direito de ter acesso às luzes do saber, por meio da escola. Nada disto seria possível sem uma legislação que favorecesse aquela demanda visceral, da qual carecia a construção de uma compreensão mais cidadã de republicanismo³.

Com a implantação da República no Brasil, particularmente, em seus primeiros momentos, alguns temas dominaram o cenário das discussões políticas e intelectuais, estando a cidade do Rio de Janeiro entre os palcos mais privilegiados para este clima. Os chamados “construtores” do novo regime, ainda buscavam se acostumar e conviver com ideias como nação e cidadania, equilibrando-se entre aquilo que era individual e coletivo.

Nesse sentido, vale ressaltar o que nos diz a respeito o historiador José Murilo de Carvalho: “Substituir um governo e construir uma nação, esta era a tarefa que os republicanos tinham de enfrentar. Eles enfrentaram de maneira diversificada, de acordo com a visão que cada grupo republicano tinha da solução desejada⁴”.

Segundo a historiadora Sandra Jatahy Pesamento, o que prevaleceu mesmo, com o novo regime, foi o estabelecimento, num plano nacional, de Estado burguês, baseado num liberalismo excludente, controlado pelas elites. Ver-se como cidadão era algo complexo e quase irreal, pois ao povo cabia apenas obedecer e cumprir deveres e exercer direito algum, quicá gozar de uma educação qualificada. No Brasil repu-

³ SILVA, José Maria de Oliveira. *Da Educação à Revolução – Radicalismo em Manoel Bomfim*. Dissertação de Mestrado em História Social. USP, São Paulo, 1991.

⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Entre a Liberdade dos Antigos e a dos Modernos: a República no Brasil*. In: *Revista de Ciências Sociais*, Vol. 32, nº 03, Rio de Janeiro, 1989. p. 271.

blicano, dominar era sinônimo de manter a ordem e, necessariamente, privilegiar e excluir⁵.

Em que pesem tais considerações, também houve quem defendesse a instrução pública como aporte de um Estado, de uma nova ordem, que precisava reordenar as categorias sociais e fazer um competente e eficiente controle das massas, capaz de amansá-las e servi-las aos propósitos de uma elite burguesa em ascensão.

A tônica dual sobre o futuro da nação também afetou o quadro da intelectualidade brasileira e colocou frente a frente duas proposituras díspares e dois sujeitos de comportamento e visões de mundo completamente diferentes. Representantes, como se viu, de duas correntes de pensamento que demarcaram, também, o lugar que cada um ocupou naquele cenário. Em tese, teria sido a luta de Davi contra Golias, sem incorrer-se, é claro, na contenda entre o bem e o mal. Mas entre um “rebelde esquecido”, como nos quis fazer crer Ronaldo Conde Aguiar, e um polemista de primeira linha, na alcunha de um “gigante”, como o classificou o pernambucano Gilberto Freyre⁶.

O processo de instalação do novo regime foi, de algum forma, o condicionante dos ânimos e as discussões em torno dele sua propulsão para toda ordem de “vontades utópicas”⁷ e malogradas tentativas de firmar um horizonte, minimamente, coletivo para uma nação em frangalhos, cuja sanha militar-coronelista a impediram de avançar em termos democráticos e educacionais. As contendas entre os intelectuais representaram aquele clima de particularismos de toda ordem.

Por ocasião do lançamento do livro “América Latina, Males de Origem”, Sílvio Romero já ostentava a fama de um intelectual de primeira linha e grandeza, notório, também, pela exímia capacidade de criticar e destroçar a escrita e os escritores contrários as suas posições. Assim, de

⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Cotidiano da República: Elite e Povo na Virada do Século*. 4 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

⁶ FREYRE, Gilberto. O Gigante Sílvio Romero. In: *Correio Popular*. Campinas, 22 de abril de 1951.

⁷ MONARCHA, Carlos. *A Reinvenção da Cidade e da Multidão – Dimensões da Modernidade Brasileira: a Escola Nova*. São Paulo: Cortez/Editores Associados, 1989. p. 47.

um lado havia um “monstro” da intelectualidade brasileira, o chamado “rei da polêmica”, do outro, um sujeito sem muita expressão, audaciosamente capaz de desconcertar os mais balizados com argumentos racionais, claros e concisos que lhe rederam a alcunha de “rebelde”. Ou ainda, de pessoa não grata, um estranho em ninho de cobras criadas.

Afora isto, à época do lançamento do livro “América Latina”, muitos dos intelectuais que haviam estado em Paris, voltavam ao Brasil com um status renovado. Eles haviam tomado um banho de civilização aos olhos de seus pares e contemporâneos e eram, portanto, convidados a frequentarem sessões, ondem podiam expor diversos temas que remetessem, de algum modo, às novidades culturais trazidas do Velho Mundo. Eram as chamadas Conferências Literárias, das quais Bomfim chegou a frequentar e até dissertar sobre temas em voga, como o cinema. Ou seja, Manoel Bomfim entrava na roda dos notáveis e certamente incomodou ao que há algum tempo já se beneficiavam das luzes e glórias da fama, como o seu desafeto Sílvio Romero.

Incontestavelmente, a reforma remodeladora da capital carioca, levada a cabo por Pereira Passos, colaborou sobremaneira para dismantelar um passado provinciano do Rio de Janeiro, palco daquele novo momento cultural do Brasil. Numa época de forte necessidade de afirmação identitária, paradoxalmente buscou-se forjar um modelo baseado à luz dos moldes franco-anglicanos, que entendiam a civilização à moda europeia.

A ideia de neocolonialismo brasileiro, verificado na análise de Jeffrey Needell, revelado, especialmente, a partir de 1898, demonstra um novo tipo de dependência. A cultura imposta pela chamada “Belle Époque” traz à tona a necessidade de europeizar o Brasil sob o ponto de vista cultural francês e econômico, inglês⁸.

Nesse particular, Sílvio Romero teria dado uma importante contribuição na análise da realidade brasileira, ainda que tenha sido

⁸ NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro na Virada do Século*. Tradução: Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

classificada como tosca por seu viés racista, marcadamente na tese que defendera sobre o embraquecimento. Seu mérito esteve em, a exemplos de outros, usar em suas análises e escritos as armações brasileiras com lentes europeizantes, propugnando uma imagem menos romântica do Brasil e mais racional.

Em grande parte das biografias e estudos sobre Sílvio Romero, ele aparece como um crítico polemista. Isto tornou parte de sua essência criativa e marcou seus relacionamentos com seus contemporâneos e pares. Um trabalho, em especial, nos ajuda a entender melhor essa faceta do gênio da sergipanidade. Trata-se do livro de Roberto Ventura, “Estilo Tropical”. O autor apresenta Romero como um referencial para entender as polêmicas entre os intelectuais brasileiros do final do século XIX e início do século XX, notadamente, entre os anos 1870 e 1914 (momento mais crítico desses embates literários e também políticos).

Ventura destaca, ainda, a força das explicações naturalistas, como predominantes, na naquela intelectualidade, tendo como pano de fundo a análise de Araripe Júnior. Nesse aspecto, o clima, a raça e o meio seriam os ingredientes fundamentais para interpretar a realidade nacional brasileira. Para o autor, duas correntes de interpretação puderam se formar naquele contexto: uma que foi marcada pelo ufanista e outra pelo cosmopolitismo⁹.

Nesse sentido, Ventura aponta como traços característicos de Sílvio Romero. O sujeito do discurso polêmico (antes de 1888) e o sujeito das polêmicas (1870 em diante). Seus ataques se confundiam, algumas vezes, com as paixões políticas, às quais tornaram seus posicionamentos, necessariamente, personalistas.

Por outro lado, é possível perceber em Sílvio Romero um comportamento polemista que lhe imprimiu outra marca da influência da teoria da seleção das espécies de Charles Darwim: “(...) na ótica de Romero e de seus contemporâneos, cabia à polêmica contribuir para o processo de seleção e depuração das obras e escritores, lançados ao público na

⁹ Cf. VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

luta pela existência”.¹⁰ Nesse caso, Bomfim estaria entres as “espécies” mais fracas, tolhidas pela força das mais fortes, não encontrado maneiras eficientes de se adaptar e sobreviver?

O fato é que afora Bomfim, Sílvio esteve entre algumas das principais polêmicas entre os intelectuais brasileiros. No que diz respeito à defesa de sua “etnologia racista” Divergiu de Araripe Júnior. Debateu longamente com Teófilo Braga. Atacou Machado de Assis, sem que este lhe tivesse dedicado sequer uma linha de réplica, preferindo o silêncio. Polemizou com José Veríssimo, o qual saiu em defesa de Machado. A roupa suja era lavada em público e muitas vezes se feriam a tão propalada honra do sujeito. Às vezes, não as polêmicas não tinham nem razão de existir, pois o polemista se contradizia.

Logo se percebe, também, que não era uma tarefa fácil ser aceito naqueles círculos fechados, onde nem sempre o talento era a senha. Era preciso ter alguns dotes e gozar de meios para infiltrar-se. Bomfim se notabilizou pela qualidade de sua obra, pelo ineditismo de suas ideias e por ter tido a oportunidade de ir a Paris e voltar com o verniz de intelectual refinado. Entretanto, não era fácil manter-se neles, sobretudo quando seu principal opositor se sentia ameaçado pela novidade bomfiniana e este já gozar de um indiscutível prestígio.

Como diria Ronald Conde Aguiar, os livros publicados eram a munição para os críticos todos de plantão, não somente Sílvio Romero, que se notabilizou exatamente pela crítica. Eles chegavam às livrarias com “indefectível cheiro de pólvora”. As tintas dos críticos eram, naturalmente, carregadas de munição de grosso calibre: “(...) um crítico qualquer salivava ao molhar a pena no tinteiro de nitroglicerina¹¹”.

A agressividade de Sílvio fora tamanha para com seu conterrâneo que aquele lampejo de glória sucumbiu ao ofuscamento de Bomfim, que teria caído no esquecimento, embora eu prefira não acreditar assim, dada a importância que sua obra seguiu tendo gerações adentro, até

¹⁰ Idem. p. 80.

¹¹ AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido*. Tempo, Vida e Obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p. 89.

alcançar nossos dias. Prova disto, além das muitas teses e dissertações surgidas nas universidades, pode ser encontrada em um contemporâneo seu, após vinte e quatro anos das críticas de Romero.

Nas memórias de Humberto de Campos, em 1928, os dois teriam se encontrado no Hotel D. Pedro, em Correias, por ocasião de uma palestra de Manoel Bomfim. Além de descrever fisicamente o sergipano, com detalhes e destacando alguns dos sinais mais claros da velhice, já combalido pela doença, Humberto destaca no autor a aversão à vã glória e à necessidade de estar sempre justificando suas obras e suas posições, seja em público, seja para os críticos¹².

Entretanto, mais adiante, por ocasião do falecimento de Bomfim, para ser mais exato, três dias após, em 25 de abril de 1932, atribui o que poderia ser o crepúsculo do esquecimento, o fato de sua geração o ter isolado. Não somente pela originalidade, mas também por seu temperamento. Tendo perdido uma filha e se sentido inútil por não conseguir salvá-la, ele retraiu-se e colecionou poucas amizades fora as do campo editorial. E foi nesse recolhimento que talvez tivesse contribuído para dar evidência e força aos efeitos da crítica de Romero, no passado¹³.

A tese do esquecimento foi defendida por seu biógrafo Ronaldo Conde Aguiar. Ela a fundamenta em algo que esteve além das críticas de Romero, embora estas tivessem contribuído para isto, mesmo sabendo que Bomfim e sua obra seguiram firmes até os anos 40, ressurgindo nos anos 90. Para Aguiar a arquitetura do esquecimento em torno da figura de Manoel Bomfim teve um capítulo especial devido ao seu claro antimilitarismo, que lhe rendeu uma vigilância por parte do Departamento de Propaganda da Era Vargas, no sentido de não reeditar mais seus livros, estendendo aos jornais e revistas.

Para Franklin de Oliveira, o que motivou Sílvio Romero foi a inveja,

¹² CAMPOS, Humberto de. A Nossa Formação Étnica – o Brasil na América, de Manoel Bomfim. In: *Crítica – Primeira Série*. Obras Completas de Humberto de Campos, vol. 21. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: Gráfica Editora Brasileira Ltda: 1951. pp. 11-27.

¹³ CAMPOS, Humberto de. Manoel Bomfim. In: *Sepultando os Mortos (Crônicas)*. Obra Póstuma (Obras Completas de Humberto de Campos, vol.8). Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: Gráfica Editora Brasileira Ltda: 1951. pp. 29-34.

devido ao que ele chama de a “virtude dos perversos”, de que teria herdado de Tobias Barreto, gênio, mas desprovido de ternura humana¹⁴.

A este respeito, vale destacar o que nos diz Darcy Ribeiro:

(...) o pensamento de Manoel Bomfim era tão novo, tão original e tão contrastante com o discurso científico oficial, que todos os basbaques brasileiros, e entre eles Sílvio Romero, só podiam ficar perplexos. Sílvio, sergipano como Manoel, velho, não suportou que um rapaz tão jovem, escrevesse com tamanha ousadia.¹⁵

O conjunto da obra de Manoel Bomfim e não somente um único livro, foco de discussão da discórdia entre os dois notáveis intelectuais sergipanos, chama a atenção para um aspecto que eu considero fundamental, não só para sua compreensão teórica, como para o valor de suas ideias: a visão da realidade brasileira por suas entranhas; a análise do Brasil e dos brasileiros por eles mesmos.

Autora de uma tese de Doutorado que teve como norte de análise o pensamento geográfico bomfiniano, a historiadora sergipana, Terezinha Oliva, assim se expressou sobre a presença dele no cenário intelectual: “Descobrir Bomfim é uma surpresa e uma provocação. Seu discurso áspero dói como uma denúncia. Seu estilo agressivo e verboso, ora desafia a persistência do leitor, ora o envolve pela curiosidade de saber até onde vai o autor”.¹⁶

Levando-se em consideração a faceta de rebelde atribuída a Manoel Bomfim por seu principal biográfico, Ronaldo Conde Aguiar, eu venho a algum tempo tentando entender a sua construção no tecido histórico e social de seu tempo e na atualidade. Nesse sentido, interessa-me sa-

¹⁴ OLIVEIRA, Franklin de Manoel Bomfim, o nascimento de uma nação. In: BONFIM, Manoel. *A América Latina: Males de Origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. p. 24.

¹⁵ RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BONFIM, Manoel. *A América Latina: Males de Origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. p. 13.

¹⁶ OLIVA, Terezinha Alves de. *O Pensamento Geográfico de Manoel Bomfim*. Tese de Doutorado. Rio Claro. São Paulo (Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP). 1998. p. 12

ber em que medida aquela peja teria relação com a crítica de Romero, uma vez que este lhe dirigiu vinte e cinco artigos contra apenas dois de Bomfim, reduzido ao pejorativo apelido de “Manoelzinho”.

A meu ver, Manoel Bomfim foi mais representado como rebelde do que ter tido a intenção de sê-lo ao escrever uma obra que contrariou seus pares defensores da eugenia para explicar a natureza humana e o atraso do Brasil. Em que pese tal consideração, fico com a definição de István Jancsó sobre a definição de rebelde, ao que nos parece, mais condizente com o médico sergipano:

(...) o rebelde não é necessariamente o arauto do progresso, um profeta dos novos tempos, nem um revolucionário que desmonta carcomidas estruturas. O seu papel é outro. Radicalmente comprometido com as lutas muitas vezes improváveis, ele é um sinalizador dos grandes embates do futuro, aqueles realmente decisivos que se avolumam, de tempos em tempos, no horizonte dos povos¹⁷.

Por outro lado, é possível dizer da verve de Bomfim um viés radical, capaz de eivar de ódio a Romero. Esta outra faceta está presente no trabalho de José Maria de Oliveira, para quem ele se nutria de um nacionalismo mais nacionalista do que o que Sílvio ostentava em sua obra, sobretudo, na defesa por uma educação pública melhor.

No que diz respeito a este particular, pode-se perceber uma posição um tanto quanto dúbia atribuída a Bomfim. Ocupando cargos e funções públicas, na área educacional, ora impregnado de poder, ao tempo em que fora, também, crítico contumaz desse mesmo poder constituído, por sua morosidade e por sua ineficiência, principalmente para com a implementação de políticas que efetivamente contribuíssem para instruir e dar cidadania ao povo brasileiro.

¹⁷ JANCSÓ, István. “Combatentes do Improvável, Sinalizadores do Futuro”. In: *Rebeldes Brasileiros – Homens e Mulheres que Desafiaram o Poder*. Coleção Caros Amigos. Nº 01. São Paulo: Casa Amarela, 2000. p. 02.

Uma análise, mesmo parcial do quadro educacional da Primeira República, da qual nem Sílvio pode ser poupado (por ter sido menos “radical” para com esta pauta), deixa transparecer a ideia de que a atitude intelectual do momento não se mostrou necessariamente competente em suas práticas para a instrução, incluindo o próprio Bomfim.

Ora postos à margem, ora dentro da ação educadora do ideal republicano de então, eles esbararam-se em devaneios de princípios e em teorias deslocadas da realidade brasileira, ou ainda, em deficiências do próprio aparelho burocratizante. Assim, algumas ideias pareciam radicais, especialmente para as forças conservadoras, rebeldes, talvez. Ou inspirassem a falta e modéstia, presunção, brutalidade.

Nunca é demais lembrar que os dois já viviam um novo contexto de sociabilidade das elites intelectuais, como nos diz José Brito Broca em seu expressivo trabalho sobre a vida literária no Brasil do início do século XX. Para Broca, aquela geração estava se aburguesando junto com a própria República¹⁸, ambos ajustando-se ao novo ambiente, em que pese a polêmica em que se envolveram e que ainda trazia requintes de outrora, como a falta de pudor e fino trato. Nesse particular, que o diga, mais de perto, o próprio Sílvio Romero.

Aos poucos a boêmia literária era substituída pelas livrarias e pelos cafés, a exemplo da tradicional Confeitaria Colombo. A Academia Brasileira de Letras, fundada por Machado de Assis, em 1896, imprimiu novos ares culturais e intelectuais, os quais davam vasão a novas posturas e padrões de comportamento.

(...) Na verdade, à medida em que decaía a boêmia dos cafés, surgia uma fauna inteiramente nova de requintados, de dândis e raffinés, com afetações de elegâncias, num círculo mundano, em que a literatura era cultivada como um luxo semelhante àqueles objetos complicados, aos pára-ventos japoneses de

¹⁸ É sabido que Manoel Bomfim chegou a ser convidado por Machado de Assis para ocupar uma cadeira na ABL, mas havia recusado. Notoriamente boêmio, embora aburguesado, ele se sentiria à vontade com as normas estabelecidas pela nova agremiação literária.

art nouveau.¹⁹

Também o jornalismo ganhou força e esteve entre os meios mais influentes de disseminação das ideias dos intelectuais brasileiros²⁰. A discórdia entre Sílvio Romero e Manoel Bomfim teve como sua matriz geradora as páginas dos jornais cariocas. A tinta carregada de ataques revelou um panorama onde a imprensa se transformou num ringue em que um lado batia sem medida, enquanto o outro se esquivava com um silenciamento que pode inferir inúmeras interpretações: de respeito à indiferença, da estratégia ao suicídio intelectual, de recuo à resolução. Jamais saberemos ao certo pelo pouco que Bomfim nos deu de resposta, salvo a afirmação abaixo:

(...) É um indivíduo que não tem, sequer, o pouco de educação e de bom gosto necessários para mascarar em público os furores da inveja e da cólera. O Sr. Sílvio Romero foi sempre um en-deusador prejudicial e enfadonho, ou xingador destemperado, xingador sem veemência, sem verve e sem brilho, na abundância da “logomaquia” dos degenerados mentais. Dos que conhecem, os que estimam têm-lhe dó; os outros desprezam-no, como bem merece ser desprezado o crítico que só se agita movido pelo ódio invejoso, ou pela reciprocidade do elogio.²¹

Após a Proclamação da República, alguns ânimos se exaltaram, inclusive entre os intelectuais. As refregas não se limitaram ao campo político. E mesmo as posturas políticas eram causas de embates entres os cultos. O parceiro de Bomfim, Olavo Bilac, esteve às voltas com um entrevero com Raul Pompéia. Este episódio foi ainda mais vexatório do que ocorrera com

¹⁹ BROCA, José Brito. *A Vida Literária no Brasil – 1900*. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio: 1975. p. 20.

²⁰ SEVCENKO, Nicolau. *A Literatura como Missão – Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

²¹ BOMFIM, Manoel. Uma Carta: a propósito da crítica do Sr. Sílvio Romero ao livro *América Latina*. In: *Anais*. Rio de Janeiro, 74 (1906), pp. 169-170

Silvio Romero. De igual modo, teria sido um artigo no jornal “O Combate” (1892). Ferrenho defensor do florianismo, Raul acusava Bilac de ter sido autor da matéria onde era chamado de servil e bajulador. O azedamento da rixa levou os dois intelectuais a um duelo que não chegou a acontecer graças a chamada “turma do deixa disso” que evitou uma tragédia.²²

Uma opinião muito interessante para entendermos esse clima belicoso que tomou conta de nossos personagens, tanto Bom como Romero, é a de João Paulo Coelho de Souza, quando este assim analisa a polêmica entre os intelectuais daquela época: “(...) era tratada como uma contenda privada, em que dois escritores se atacam mutuamente, num debate de cunho personalístico, que ganhava mais importância do que a própria defesa das ideias”.²³

Aliás, ainda no campo político, um dado curioso envolve Romero e Bomfim. Na cidade de Lagarto, o último fora mais bem votado do que o primeiro nas eleições para Deputado Federal. O insucesso nas urnas gerou um estigma atribuído a Romero que a mim sempre me pareceu apressado e injusto: a antipatia pela terra natal. É bem verdade que ficara furioso e desapontado com seus eleitores conterrâneos, mas jamais nutriu qualquer tipo de antipatia pelo berço. Que o diga a obra de seu sobrinho-neto, o poeta Abelardo Romero em “Silvio Romero em Família”.²⁴

Polemista, poderoso e virulento. Radical, rebelde e esquecido. Expressões representativas de dois sergipanos que ocuparam a atenção nacional por algum tempo dos primeiros anos do século XX, envolvidos numa briga intelectual das mais significativas da intelligentsia brasileira. A essa altura, penso que isto me levaria a longas linhas que não me fariam concluir outra coisa a não ser, pelo menos por hora, que se tratou de uma instigante pelega entre um genial e um genioso, ou vice-versa. Façam suas apostas.

Artigo recebido em 15 de maio de 2014.

Aprovado em 31 de maio de 2014.

²² Cf. PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

²³ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. Uma República nas Letras. In: *A Dança das Cadeiras – Literatura e Política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Editora da UNICAMP/Cecult 2001. p. 22.

²⁴ ROMERO, Abelardo. *Silvio Romero em Família*. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

DISCURSO DA SESSÃO COMEMORATIVA DO 8 DE JULHO

Terezinha Alves de Oliva*

Senhoras e Senhores:

No ano passado realizamos a sessão comemorativa do dia 08 de julho saboreando a aproximação da festa do centenário. Foi um ano fecundo na reflexão sobre a contribuição passada e as perspectivas de futuro para este sodalício. O ato inaugural celebrado com toda a sua carga de significados, não esgotou, porém, aquela reflexão. Falar da emancipação de Sergipe é sempre motivo para falar do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, marco na busca da nossa emancipação intelectual. Eis porque podemos hoje fazer referência ao centenário da Revista do IHGSE, que celebramos neste ano.

Nossa Revista é o mais antigo periódico em circulação no Estado, mas torna-se centenária na condição de uma publicação renovada, prestigiada e cada vez mais importante: voltada para temáticas relativas a Sergipe, ela ostenta a avaliação máxima conseguida por um periódico sergipano – o Qualis B3 - e acaba de incluir no seu Conselho Editorial nomes como Roger Chartier, Peter Burke e Luiz Alberto Romero.

A proeza de manter a Revista por um século está inscrita com evidência na trajetória deste Instituto. Na sua “História da Casa de Sergipe”, Ibarê Dantas mostra que os sócios do Instituto sempre se empenharam

* Doutora em Geociências pela UNESP (Rio Claro), mestre em História pela UFPE e graduada em História pela UFS. Oradora do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Superintendente do IPHAN em Sergipe. Professora aposentada da Universidade Federal de Sergipe

em lutar pela sobrevivência da agremiação e a publicação da Revista foi, nesta luta, um objetivo importante. Recursos como: atrair autoridades, conferir-lhes cargos honorários e conceder-lhes outras homenagens, em determinados momentos garantiram o financiamento da edição da Revista (DANTAS:1912, p. 54). Isto pode ser atribuído ao senso de realidade dos diretores, pois mesmo a Lei promulgada pelo Presidente Valladão (Lei nº 694 de 09/11/1915) que, em 1915, reconheceu como de utilidade pública o IHGSE, prometeu designação de prédio para o seu funcionamento, destinou-lhe verba anual e determinou que a “Revista trimestral do Instituto” fosse impressa na Tipografia Oficial por ordem do Governo (idem, p. 55), nunca permitiu aos diretores do sodalício a tranquilidade necessária para a manutenção do periódico.

A pretensão de manter periodicidade trimestral, jamais seria cumprida. Foram publicados dois números em 1913 e mais dois em 1914, mas o Instituto só conseguiu veicular outro número em 1916. “A partir daí – diz Ibarê – o periódico passou a anual e, nos anos subsequentes, a irregularidade foi o traço predominante.” (DANTAS: 2012, p. 63). Se, entretanto, a irregularidade atesta as dificuldades encontradas, a continuidade, apesar de tudo, destaca a persistência, a força e a importância que o IHGSE sempre conferiu à sua Revista. Nela está registrada a vida desta associação, com grande riqueza de informações. Ela é, por muito tempo, a voz do mundo intelectual de Sergipe, conferindo ao Instituto o papel de centro propulsor das atividades científico-literárias; e é, particularmente, o instrumento principal na tarefa de “invenção” de Sergipe a que se dedicou o Instituto. Nas suas páginas a construção de Sergipe pela história, pela geografia, pelo patrimônio cultural, pelos vultos ilustres e datas memoráveis testemunha o cumprimento da missão a que os membros do sodalício se impuseram.

Itamar Freitas de Oliveira, que fez alentado estudo sobre a Revista, parte do qual publicado pela editora da UFS, em 2002, com o título “A escrita da História na ‘Casa de Sergipe’ - 1913/1999” é referência central para a caracterização do periódico, sua história, produção, circulação, autores, textos e matérias. Ele concebe o próprio trabalho como um convite para que o leitor conheça “um pouco dessa aventura

que foi organizar a experiência de milhares de sergipanos no tempo e no espaço e veiculá-la em formato revista por noventa anos.” (OLIVEIRA:2002, p. 21) Neste criterioso trabalho, assoma o estudo sobre o caráter da contribuição do periódico do IHGSE à história, à geografia, à biografia, à memória, à heurística e à historiografia sergipanas. Eu renovo o convite aos caros confrades e senhores e senhoras aqui presentes, para a leitura desta Revista, indicando os caminhos já trilhados pelos historiadores aqui nomeados. Verão os leitores que esta Casa tem motivos de sobra para se orgulhar da proeza de ter mantido até hoje o periódico agora centenário.

Mas Senhoras e Senhores não podemos esquecer de que fomos convocados para lembrar a data da Emancipação Política de Sergipe. Devemos rememorar a importância dessa data que se reporta à separação de Sergipe da tutela política da Bahia e dá início ao *status* de unidade política autônoma, primeiro como Capitania do Reino do Brasil, depois como Província do Império, mais tarde como Estado da Federação republicana. Nada mais oportuno, no centenário da Revista, do que ver através das suas páginas, como foi tratada a Emancipação Política, fato central na construção de uma identidade para Sergipe.

A primeira alusão à Emancipação Política está presente no número 01 da Revista, que publica a “Informação sobre a província de Sergipe em 1821”, Relatório do Secretário de Governo José Antônio Fernandes para o governador nomeado Carlos César Burlamaqui, contendo dados sobre a Capitania que ele viria governar. No número 2, do ano de 1913, aparece a “Relação dos cidadãos que têm governado a província de Sergipe, desmembrada da Bahia por Decreto de 08/07/1820, desde a instalação até 1889”, encabeçada pelo nome de Carlos César Burlamaqui com a explicação – “1º Governador independente da Bahia. Posse a 20 de fevereiro de 1821”. Já a referência ao governador que se seguiu, Pedro Vieira de Melo, vem com a explicação: “Governador subordinado à Bahia e nomeado pelo governo da Bahia em 06 de fevereiro. Posse em 20 de março de 1821”.

Mas é no número especial, publicado em 1920 e dedicado ao centenário da Emancipação, que o tema deixa de ser uma alusão indireta.

Este número, que teve como redatores Libério de Souza Monteiro, Álvaro Silva e Antônio Baptista Bittencourt é aberto com uma estrofe do poema épico “Caramuru”, de Santa Rita Durão, descrevendo Sergipe; segue-se a efígie de D. João VI e a transcrição do Decreto de 08 de julho, após o que vem a homenagem aos “gigantescos esforços políticos e intelectuais que conquistaram, há cem anos passados, a emancipação ou a independência política da Capitania de Sergipe Del Rey”.

É interessante como aparecem aí duas versões sobre a Emancipação Política de Sergipe: a de que ela é fruto da dádiva real através do Decreto de D. João VI e a de que ela foi resultado da luta, sendo conquistada pelo esforço político e intelectual dos sergipanos. Destes são destacados alguns, numa discutível lista de nomes composta até mesmo por quem ficou, no primeiro momento, contra a emancipação.

O IHGSE se preparou para comemorar solenemente o centenário da data histórica. As atas transcritas no número especial da Revista dão conta da criação de uma Comissão executiva para organizar as festas e das propostas apresentadas para a ocasião. O Presidente do sodalício, Desembargador Caldas Barreto, propôs a confecção de um monumento em bronze a Tobias Barreto, “o mais insigne dos sergipanos” (Revista do IHGSE: 1920, p. 21); a distribuição de medalhas comemorativas em bronze e a criação de um número especial da Revista do IHGSE.

Luiz José Costa Filho defendeu enfaticamente outra proposta do Presidente, a de ser confeccionada a Carta Geográfica de Sergipe, a ser distribuída aos outros estados da Federação, às escolas, aos Institutos Históricos e às bibliotecas públicas, por considerar que a falta desse mapa completo – físico, político e econômico - seria um dos óbices à “marcha triunfal da civilização em Sergipe” (idem, p.21). Já Nobre de Lacerda apresentou a proposta de que fosse elaborado um Álbum ilustrado, agrícola, industrial, político, literário e econômico do Estado; o Coronel Sabino Ribeiro defendeu a ideia da montagem de uma exposição industrial com produtos sergipanos e Álvaro Silva entendeu que deveria ser confeccionada a bandeira oficial de Sergipe.

Embora o Presidente do Estado, Pereira Lobo, tivesse afirmado que as comemorações deveriam ocorrer no dia 24 de outubro, o Instituto

realizou sessão solene no dia 08 de julho de 1920. Nela Caldas Barreto fez uma homenagem a D. João VI, “a quem os sergipanos devemos o primeiro reconhecimento da nossa autonomia”(p.24) e tratou dos motivos para a existência de duas datas comemorativas, o 8 de julho e o 24 de outubro. Em seguida, todos ouviram de pé a leitura da Carta Régia e o Presidente destacou “a grandeza política e jurídica do decreto real de 08/07/1820 tão caro ao povo sergipano” (p. 25).

Na mesma sessão Elias Montalvão doou ao Instituto uma moeda de bronze cunhada em 1820 e Costa Filho pronunciou conferência sobre o Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto. Todos os presentes receberam reproduções do Decreto Real e dos retratos de D. João VI, do Presidente do Estado e do Comendador Boto.

O número especial da Revista traz ainda uma Sinopse Histórica de Sergipe a partir do Decreto Real de 08 de julho e artigos produzidos exclusivamente para a ocasião. Costa Filho, em “Um século de prática política”, trata dos “intelectuais” que lutaram pela Emancipação, buscando as origens de uma intelectualidade sergipana, caracterizada pelo pendor para a democracia e para o pensamento filosófico. Armindo Guaraná biografa o sergipano José Pereira Filgueiras, que se integrou, no Ceará, à Confederação do Equador. Costa Filho retrata o fundador da imprensa sergipana, Padre Antônio Fernandes da Silveira.

No mesmo número, em “A propósito de uma data” (a da Emancipação) Prado Sampaio procura traçar o que seria o caráter sergipano. Segundo ele haveria um elemento hereditário e um elemento de adaptação de que resultaram as criações folclóricas, artísticas e intelectuais. Destacando o caráter lírico e audaz do sergipano, cita como exemplos os nomes de Sílvio Romero, Gomes de Souza, João Ribeiro, Tobias Barreto, Felisbelo Freire, Gumercindo Bessa e Fausto Cardoso.

Não foram esquecidos os autores da música e da letra do Hino Sergipano, respectivamente Frei José de Santa Cecília e Manoel Joaquim de Oliveira Campos, homenageados em artigos de Carvalho Lima Júnior e de Hermenegildo Leão.

É curioso que faz parte do número que homenageia a Emancipação Política o artigo de Niceu Dantas sobre a “Cirurgia Dentária em Sergipe”

e o surpreendente artigo de Helvécio Andrade “A Medicina em Sergipe durante um século”, estudo que constata, na Medicina, o atraso que “cem anos de independência não foram suficientes” para erradicar. É o mais longo e erudito artigo da Revista, tratando da formação profissional, das epidemias, das políticas de saúde e concluindo com a citação de nomes de médicos sergipanos desde a Proclamação da República.

Finalmente a Revista traz um panorama da Diocese de Aracaju, com informações sobre paróquias, oragos e párocos e uma “Síntese Intelectual 1820/ 1920”, com uma explicação sobre a homenagem proposta pelo IHGSE a Tobias Barreto, através da sua estátua em bronze. Em nota de Costa Filho, o pensador sergipano é comparado a grandes intelectuais alemães. Encerra a edição, a transcrição de documentos históricos – Atas do Conselho de Governo de 1828 e de janeiro de 1829 e o Calendário de 1820, com informações sobre as fases da lua, as festas religiosas e cívicas, entre a quais aparece assinalado o 8 de julho, como dia da Emancipação de Sergipe.

Este número especial é inspirador, pelo balanço que o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe oferece a respeito dos primeiros cem anos da nossa história independente. Da política à vida intelectual, da saúde à vida religiosa, passando por vultos ilustres, datas cívicas, análise sobre o caráter e a identidade dos sergipanos, afinada com as discussões correntes à época, tudo resulta numa construção que dá cara e corpo a esta unidade, onde os grandes feitos são também feitos intelectuais, sinalizando que o grupo diretor do Instituto se projeta para projetar o próprio sodalício e se faz simbolizar no grande Tobias Barreto.

A Emancipação Política foi tema ainda de outras produções em números posteriores da Revista do IHGSE. Thetis Nunes discorreu sobre o significado do 8 de julho, Ibarê Dantas tratou da historiografia da Emancipação e nos discursos das diversas sessões comemorativas, os oradores tiveram diferentes abordagens sobre o tema. O bom senso me diz, porém, que não posso abusar da paciência do auditório. Fiquemos, portanto, com a homenagem à data que comemoramos, através da nossa Revista centenária, no seu número especial de 1920.

Muito obrigada!